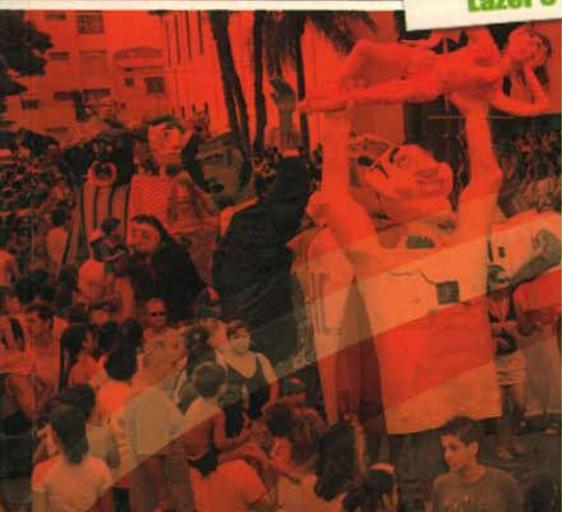




LAZER, TURISMO E HOSPITALIDADE

Desafios para as cidades
sede e sub sedes de
megaeventos esportivos

2ª Edição





LAZER, TURISMO E HOSPITALIDADE:
Desafios para as cidades-sede e sub-sedes de megaeventos esportivos

Leila Mirtes S. Magalhães Pinto
(Organizadora)

LAZER, TURISMO E HOSPITALIDADE:
Desafios para as cidades-sede e sub-sedes de megaeventos esportivos

2ª Edição Revisada e Ampliada

Gráfica e Editora Ideal
Brasília – DF
2011

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Luiz Inácio Lula da Silva

MINISTRO DO ESPORTE

Orlando Silva de Jesus Júnior

MINISTRO DO TURISMO

Luiz Eduardo Pereira Barreto Filho

SECRETÁRIA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DE ESPORTE E DE LAZER/ME

Rejane Penna Rodrigues

DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESPORTE/ME

Leila Mirtes Santos de Magalhães Pinto

DIRETOR DE ESTRUTURAÇÃO, ARTICULAÇÃO E ORDENAMENTO TURÍSTICO/MT

Ricardo Martini Moesch

PREFEITO DA ESTÂNCIA DE ATIBAIA

José Bernardo Denig

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE TURISMO

Fabio Aguiar Menezes

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER

José Ricardo Teixeira Ribeiro

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE CULTURA E EVENTOS

Edson Antonio Gonçalves

COORDENAÇÃO GERAL DO 22º ENAREL

Edson dos Santos – Assessor da Secretária de Turismo de Atibaia

SECRETARIA EXECUTIVA DO 22º ENAREL

Valéria Andrade de Thomaz – Presidente do ARC&VB

COMISSÃO CIENTÍFICA DO 22º ENAREL

Lêila Mirtes Santos de Magalhães Pinto – Ministério do Esporte – Coordenadora

Christianne Luce Gomes - UFMG - Belo Horizonte – MG

Gisele Maria Schwartz - Unesp - Rio Claro/SP

Iete Rodrigues Reis – Secretária de Educação do Município de Atibaia/SP

Michele Kowalezyk Machado- Faculdade de Administração de Atibaia/Curso de Gestão do Turismo e Sustentabilidade

Ricardo Ricci Uvinha – USP Leste –São Paulo/SP

Rita de Cássia Ferrari – Curso de Administração de Hotelaria do Centro Paula Souza de Atibaia/SP

COMISSÃO DE ORGANIZAÇÃO

Jun Takaba – Coordenador Equipe de Organização

Luana Vieira Fontenele

Kaleb Rodrigues Nunes de Moura

Elaine Aparecida Cardoso

Marisa Aiko Inabara

Juliana Batista de Freitas

Fernanda Bastos Marquetti

Robert Rodrigues – Recreare

COLABORADORES

Secretaria de Infra – Estrutura

Ismael Antonio Fernandes e equipe

Secretaria de Segurança Pública

Fabio Magro e equipe

Secretaria de Saúde

Maria Goreti Pinatti Hegeir e equipe

Secretaria de Transporte e Trânsito

Clandia Maria Nogueira e equipe

Secretaria de Comunicação

Adriana Leclerc e equipe

Secretaria de Esportes e Lazer

José Ricardo Teixeira Ribeiro e equipe

Secretaria de Educação

Iete Rodrigues Reis e equipe

Secretaria de Cultura e Eventos

Edson Antonio Gonçalves e equipe

ARC&VB

Carlos Alberto de Aquino, Marisa Aspahan de Andrade, Gabriela de Prestes B. Salles.

DIAGRAMAÇÃO

Gráfica e Editora Ideal LTDA

REVISÃO

Mariana de Melo Rabelo

ARTE FINAL DA CAPA

PROJETO 10 COMUNICAÇÃO

IMPRESSÃO E ACABAMENTO

Gráfica e Editora Ideal LTDA

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

I431 Lazer, turismo e hospitalidade : desafios para as cidades-sede e sub-sedes de megaeventos esportivos / Leila Mirtes S. Magalhães Pinto organizadora. – 2. ed. rev. ampl. – Brasília: Ideal, 2011. 200p.

ISBN: 978-85-89196-17-8

1. Esporte. 2. Turismo. 3. Lazer. I. Pinto, Leila Mirtes S. Magalhães (org). II. Título

CDU 796:[338.48+379.81]

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores que assinam os textos publicados.

Tiragem de 1.000 exemplares.

Exemplar de distribuição grátis.

SUMÁRIO

PREFÁCIO - ATIBAIA: LAZER E TURISMO DE BRAÇOS ABERTOS <i>José Bernardo Denig</i>	11
APRESENTAÇÃO – <i>Leila Mirtes S. de Magalhães Pinto</i>	15
ATIBAIA E O ENAREL 2010: OS DESAFIOS DA HOSPITALIDADE <i>Edson dos Santos</i>	17
LAZER, HOSPITALIDADE E QUALIDADE: O BEM RECEBER NOS MEGAEVENTOS ESPORTIVOS - <i>Rejane Penna Rodrigues</i>	21
LAZER, HOSPITALIDADE E QUALIDADE: O BEM RECEBER NOS MEGAEVENTOS ESPORTIVOS - <i>Ricardo Martini Moesch</i>	25
RESEARCH ON RECRUITING AND MANAGING VOLUNTEERS FOR 2008 BEIJING OLYMPIC GAMES - <i>Ling Ping</i>	27
PESQUISA SOBRE RECRUTAMENTO E GERENCIAMENTO DE VOLUNTÁRIOS PARA OS JOGOS OLÍMPICOS DE PEQUIM EM 2008 <i>Ling Ping</i>	33
LAZER, HOSPITALIDADE, IDENTIDADES E CULTURAS REGIONAIS E LOCAIS - <i>Luiz Gonzaga Godoi Trigo</i>	39
LAZER E HOSPITALIDADE: SOB O PRISMA DA PÓS-MODERNIDADE <i>Susana de Araújo Gastal</i>	43
LAZER, HOSPITALIDADE, IDENTIDADES E CULTURAS REGIONAIS E LOCAIS - <i>Leopoldo Gil Dulcio Vaz</i>	47
LAZER, HOSPITALIDADE E TECNOLOGIAS - <i>Gisele Maria Schwartz</i>	53
LAZER, TURISMO E TECNOLOGIA - <i>Giovani De Lorenzi Pires</i>	59
HOSPITALIDADE VIRTUAL - <i>Danilo Roberto Pereira Santiago</i>	63
A HOSPITALIDADE E O SISTEMA BRASILEIRO DE CLASSIFICAÇÃO DOS MEIOS DE HOSPEDAGEM - <i>Rosiane Rockenbach</i>	69

VIVER A HOSPITALIDADE - <i>Maruschka Moesch</i>	75
PROJETO RECIFENSE PRATICANTE: VIVA O RECIFE QUE EU VIVO <i>Ana Cristina Morais da Silva</i>	81
HOSPITALIDADE, LAZER, TRABALHO E FORMAÇÃO <i>Luiz Octávio de Lima Camargo</i>	85
HOSPITALIDADE COMO UM VALOR PARA O TURISMO E PARA O LAZER. <i>José Clerton de Oliveira Martins</i>	91
SOBRE A FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS PARA A ATUAÇÃO NO MERCDO DE TRABALHO EM LAZER - <i>Hélder Ferreira Isayama</i>	93
FÓRUM DOS PESQUISADORES E PROFESSORES DE LAZER, RECREAÇÃO E TURISMO - CONEXÕES BRASIL - MUNDO: Intercâmbios internacionais em lazer e as experiências interdisciplinares e interinstitucionais de pesquisadores e professores brasileiros. <i>Coordenadoras: Alycane Marinbo; Cátbia Alves; Mirleide Chaar Bahia</i>	99
CONEXÕES BRASIL - MUNDO: INTEGRAÇÃO LATINO AMERICANA: DESAFIOS E PERSPECTIVAS DO MINISTÉRIO DO ESPORTE <i>Rejane Penna Rodrigues</i>	105
CARTA DE INTENÇÕES PARA CRIAÇÃO DA REDE LATINO-AMERICANA DE LAZER, ESPORTE E EDUCAÇÃO (REDE LEE).....	111
POSSIBILIDADES E DESAFIOS NA FORMAÇÃO, EM PESQUISAS PARA AÇÕES INTEGRADAS DE LAZER, ESPORTE E EDUCAÇÃO NA AMÉRICA LATINA - <i>Fernando Marinbo Mezzadri</i>	115
PESQUISA E PRODUÇÃO DE CONHECIMENTOS SOBRE O LAZER NA AMÉRICA LATINA: DIAGNÓSTICO E PERSPECTIVAS <i>Christianne Gomes</i>	121
COOPERACIÓN ACADÉMICA BRASIL Y AMÉRICA LATINA: UN DESAFÍO PARA LA INTEGRACIÓN REGIONAL Y LA CONSTRUCCIÓN DE NUEVOS CONOCIMIENTOS - <i>Rodrigo Elizalde</i>	125
REFLEXÕES SOBRE O MOVIMENTO DE INTERNACIONALIZAÇÃO ENTRE PESSOAS E INSTITUIÇÕES <i>Alycane Marinbo; Arianne Carvalbedo Reis; Sandro Carnicelli</i>	131

O BRASIL E A ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE LAZER: ASPECTOS CIENTÍFICOS E POSSIBILIDADES DE ATUAÇÃO - <i>Ricardo Ricci Uvinha</i>	137
FÓRUM DE ANIMADORES SOCIOCULTURAIS - LAZER, HOSPITALIDADE E MEGAEVENTOS: PERSPECTIVAS E IMPLICAÇÕES PARA FORMAÇÃO/ATUAÇÃO PROFISSIONAL <i>Coordenadora: Débora Alice Machado da Silva</i>	143
HOSPITALIDADE E MEGAEVENTOS: POSSIBILIDADES PARA AS CIDADES, PARA OS TURISTAS E IMPLICAÇÕES PARA FORMAÇÃO/ATUAÇÃO DE PROFISSIONAIS - <i>Olivia Ribeiro, Paulo de Matos Júnior</i>	149
LAZER, HOSPITALIDADE E MEGAEVENTOS: O PONTO DE VISTA DO PROFISSIONAL QUE ATUA NO LAZER - <i>André Benatti de Andrade</i>	153
OS MEGAEVENTOS E A CONSTRUÇÃO DE CIDADES HOSPITALEIRAS COORDENADORES: <i>Eduardo Tadeu</i>	157
FÓRUM DOS IDOSOS – <i>Coordenadora: Maria Leonor Brenner Ceia Ramos</i>	163
POLÍTICAS DE ESPORTE E LAZER PARA PESSOAS IDOSAS: INTERSETORIALIDADE COM A SAÚDE - <i>Adriano Massuda</i>	165
O ESPORTE E O LAZER NA INTERSETORIALIDADE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA IDOSOS - <i>Cláudia Regina Bonalume</i>	169
POLÍTICAS DE ESPORTE E LAZER PARA IDOSOS: OS JOGOS BRASILEIROS DOS IDOSOS - <i>Nilda Abdo Gorayb Florio</i>	173
PROGRAMA DE ESPORTE E LAZER NA CIDADE/PELC – VIDA SAUDÁVEL: UM LUGAR DE SIGNIFICADOS E DE ACOLHIMENTO <i>Suzana Hübner Wolff</i>	183
ESPORTES ADAPTADOS PARA TERCEIRA IDADE - <i>Kátia Mari Berti</i>	187
OFICINA DE DANÇA - <i>Gualcira Batista Teixeira</i>	195
Oficina de TV Comunitária: o exemplo do projeto vida saudável em Niterói e São Gonçalo - <i>Mauricio Pereira de Alcântara, Edmundo de Drummond Alves Júnior</i>	197

PREFÁCIO

ATIBAIA: LAZER E TURISMO DE BRAÇOS ABERTOS

Atibaia sempre foi uma cidade turística e conhecida por sua receptividade. As belezas naturais, os espaços para prática de diversas atividades esportivas e de negócios, a rede hoteleira de qualidade, entre outros atrativos, fazem de Atibaia um ponto estratégico para o turismo do Estado de São Paulo. Localizada perto da grande capital e no cruzamento de duas importantes rodovias (Fernão Dias e Dom Pedro I), o município recentemente tem mostrado uma vocação valorosa para o turismo de negócios e para o turismo rural, além do já famoso roteiro de turismo de aventura. Hoje, o município atende diferentes tipos de visitantes, desde os aficionados pelos esportes radicais até os empresários interessados em discutir o futuro de seus negócios.

A vinda do 22º ENAREL não podia ser mais apropriada para o grande momento pelo qual passa o município. Sob o tema “Lazer e Hospitalidade”, o ENAREL neste ano irá tratar, entre outros assuntos, o fato do Brasil sediar eventos de grande relevância internacional, como a Copa do Mundo e as Olimpíadas. Nesse contexto, Atibaia tem muito a contribuir e a oferecer. Dentre as ações que a destacam como cidade influente no setor de turismo, está o fato de se candidatar a cidade-base de delegações da Copa do Mundo de 2014. As conversações estão avançadas com os protagonistas da organização da Copa, que já trabalham para confirmar a presença de pelo menos uma delegação no município durante a competição. Como podemos notar, Atibaia vem se tornando uma cidade multifacetada, atendendo a diferentes tipos de público e de eventos de portes diversos.

Uma das prioridades da administração municipal é fazer de Atibaia um local de grandes eventos, em melhorar a infraestrutura turística, a maneira de enquadrar o município na programação de eventos de diferentes áreas. As praças esportivas, os locais de eventos e as vias públicas vêm recebendo melhorias, o que oferece uma melhor estadia aos visitantes e, claro, uma vida mais confortável para a população local.

Na área de esportes, por exemplo, hoje a cidade conta com novas academias de ginástica a “céu aberto”, ginásios reformados, pistas de caminhada, novos espaços para lazer. Muitas das praças esportivas foram reformadas para o município receber os Jogos Regionais, em 2009. O torneio fez tanto sucesso que a cidade sediará novamente o evento em 2012.

Temos ainda a realização da “Volta Ciclística de São Paulo”, competição que conta com a participação de atletas de diversos países e tem repercussão internacional. Na etapa de Atibaia, os ciclistas passam pelas ruas históricas do centro, algumas delas ainda de paralelepípedo, que representam o grande diferencial e o charme da competição.

Ainda na área esportiva, Atibaia conta ainda com um festival de esportes radicais, o FERA. Nele, amantes dos esportes de aventura de todo o país se encontram para participar de diversas atividades e competições. É um evento que reúne visitantes de diversos cantos do país, agregando esporte e turismo.

Atibaia tem movimentação turística também fora do centro urbano. Nas regiões rurais do município, a Prefeitura trabalhou recentemente para fortalecer o turismo rural. Realizou reuniões de sensibilização entre os produtores, para que fizessem de suas propriedades uma opção de lazer a turistas e visitantes. Os recantos naturais, com sua diversidade agrícola e presença de criadores, são grandes atrativos para quem gosta da vida calma da fazenda, perto da natureza.

O ecoturismo é uma modalidade que tem se desenvolvido bastante nas últimas décadas, principalmente depois que as questões ambientais começaram a ser discutidas em âmbito internacional. Atibaia, cidade das flores, morangos, da Pedra Grande, e de paisagens paradisíacas, é um ícone para o setor.

Vale lembrar também que o município faz parte e tem participação ativa nos consórcios “Entre Serras e Águas” e “Círculo das Frutas”, que têm o objetivo de fortalecer o desenvolvimento regional do turismo. Com sede em Atibaia, existe desde 2005 um órgão específico nessa área, o chamado “Atibaia e Região Convention & Visitors Bureau”. Trata-se de uma organização cooperativa que representa toda a cadeia econômica local, reunindo empresas e associações do trade turístico, entidades dos setores produtivos da indústria e do comércio, grupos lojistas, órgãos governamentais e outros segmentos como fornecedores, prestadores de serviços, entre outros. Em outras palavras: é uma entidade que incrementa o fluxo de turistas em nossa região, fazendo a ligação entre os possíveis visitantes e as empresas que lhes darão assistência quando chegarem à cidade.

Com uma localização privilegiada, próximos aos grandes centros e dos principais aeroportos do Estado, Atibaia tem se tornado um importante ponto de turismo de negócios. Contando com uma rede hoteleira de qualidade, o município tem sediado uma série de grandes encontros na área empresarial. Convenções, palestras, reuniões de trabalho são freqüentes em hotéis locais e centros de convenções.

Diante de todos esses fatos, podemos dizer que o lazer e a hospitalidade, temas desta 22ª edição do ENAREL, estão cada vez mais vivos e intimamente ligados a Atibaia. O notável crescimento econômico da cidade não aconteceria se as portas aos turistas e visitantes estivessem fechadas ou se não houvesse opções de lazer e infraestrutura adequada para os diversos eventos. A tendência é de que, com o passar do tempo, o município desenvolva ainda mais sua infraestrutura turística, e, conseqüentemente, suas opções de lazer.

As atividades econômicas relacionadas ao turismo modificam a cidade, transformando-a em produto de consumo, e é um dos principais negócios e vem crescendo a cada ano, em todos os lugares do mundo. Oferecer boas opções de lazer atrai investimentos e é isso que Atibaia, com seu grande potencial, vem buscando e, com um trabalho dedicado, vem conseguindo.

Nessa sinergia em prol do desenvolvimento sustentável do turismo, do oferecimento de lazer com vistas ao crescimento econômico das cidades, os governos federal, estaduais e municipais têm a chance de discutir as experiências sobre as políticas públicas de recreação e lazer durante o ENAREL em Atibaia.

Nada mais justo realizar um debate neste nível em uma cidade ícone no trabalho de desenvolvimento regional do turismo e que apresenta resultados positivos. É uma grande honra para o município, um verdadeiro marco para a região bragantina. Com certeza, iremos contribuir para engrandecer as políticas públicas voltadas ao turismo e lazer, tornando cada vez mais agradável a permanência dos turistas nas cidades brasileiras.

É um orgulho enorme para nós a vinda do ENAREL e de todos que dele participam.

Uma boa estada e sejam sempre bem-vindos!

José Bernardo Denig
Prefeito da Estância de Atibaia

APRESENTAÇÃO

Sinto-me honrada em organizar esta obra tanto pela importância e premência da temática quanto pela alegria de dialogar com pesquisadores e gestores que respeito muito pela sua competência e pelo envolvimento apaixonado que cada um deles dedica ao seu trabalho no campo do Lazer e/ou do Turismo.

A coletânea que convido você a desfrutar reúne resumos expandidos dos palestrantes, coordenadores e moderadores que integram a programação do 22º ENAREL nas mesas redondas e atividades dos Fóruns deste Encontro. Os textos possuem como fio condutor, que articula todas as falas, a dimensão do “bem receber” instigado pelo contexto dos megaeventos esportivos sediados no País.

Esse tema é significativo para todo o Brasil, mas, em especial, para Atibaia, que se candidata a receber delegação estrangeira participante da Copa do Mundo de Futebol de 2014. O desafio proposto implica pensar sobre acolhimento de atletas e turistas brasileiros e estrangeiros, assim como ações potenciais de desenvolvimento humano e social alavancados pelo Lazer e o Turismo.

Iniciando esse debate, a primeira parte da coletânea apresenta reflexões que articulam o tema “Lazer e hospitalidade” com as dimensões da “qualidade do bem receber nos megaeventos esportivos”; das “identidades e culturas regionais e locais”; das “tecnologias”; e “formação e trabalho”. A segunda parte da obra, por sua vez, dá voz aos convidados a participar dos quatro Fóruns realizados neste ENAREL.

O Fórum dos Pesquisadores e Professores de Lazer, Recreação e Turismo propôs debater o tema Conexões Brasil/Mundo: Intercâmbios internacionais em lazer e experiências interdisciplinares e interinstitucionais, colocando em pauta o estreitamento das relações de nossos estudiosos com outros de todos os continentes, destacando-se a América Latina.

O Fórum dos Animadores Socioculturais assume a temática do Lazer, hospitalidade e megaeventos, discutindo perspectivas e implicações para a atuação profissional no campo do lazer.

O Fórum dos Gestores, aprofundando discussões iniciadas no Seminário Nacional de Políticas Públicas realizado em São Bernardo do Campo/SP, levanta novos questionamentos sobre “os megaeventos e a construção de cidades hospitaleiras”, propondo, ao final do Fórum, sistematizar conhecimentos acerca de relações entre “cidade hospitaleira” e a construção da cidadania plena e ativa, a cidade educadora, a cidade de oportunidades, a cidade de direitos e a cidade que dá importância às políticas públicas e sociais.

Por fim, o Fórum dos Idosos coloca em pauta a “Política de Esporte e Lazer para Idosos” e realiza tanto debates abordando a perspectiva da ação intersetorial com a saúde, o esporte e o lazer, como também o olhar e a mobilização dos idosos na defesa de seus

direitos à prática do esporte, especialmente à promoção dos Jogos Brasileiros dos Idosos (JOBIs); assim como experiências do Programa Vida Saudável, que podem contribuir com o envolvimento dos idosos no contexto dos megaeventos esportivos seja na dimensão da hospitalidade, seja nas práticas do esporte, dança e lazer por meio de vídeos.

Uma vez que o ENAREL sempre buscou efeitos multiplicadores e aplicabilidade dos conhecimentos teóricos e práticos que socializa em todo o território nacional, esperamos que este livro possa mobilizar ações de pessoas, profissionais e instituições, que beneficiem a toda população.

Seja bem vindo à leitura e discussão desta coletânea!

Dra. Leila Mirtes S. de Magalhães Pinto
Diretora do Departamento de Ciência e Tecnologia do Esporte – Ministério do Esporte
Coordenadora da Comissão Científica do 22º ENAREL

ATIBAIA E O ENAREL 2010: OS DESAFIOS DA HOSPITALIDADE

Edson dos Santos

Assessor da Secretaria Municipal de Turismo de Atibaia

Coordenador Geral do 22º ENAREL

“Não basta querer ser. É preciso ser...”

Paulo Freire

Relacionar “*lazer e hospitalidade*”, temática central do ENAREL 2010, com minha vivência e convivência de quase dois anos como Assessor da Secretária Municipal de Turismo, em Atibaia/SP, professor de História, militante social e político, me possibilitou construir uma visão muito própria dos papéis dos agentes sociais, públicos e privados, na construção de processos que possam transformar nossa cidade em um destino turístico sustentável, combinado com o desenvolvimento social e econômico da população local. Esse é o maior desafio colocado nesse momento.

Poder contribuir com essas reflexões muito me orgulha e ressalta minhas responsabilidades seja como agente público e social seja como coordenador de um evento dessa magnitude e de uma tradição histórica na definição de políticas públicas de lazer e recreação. E esse não é um desafio qualquer!

Quando olhamos para as questões apontadas nas temáticas da conferência de abertura, nas mesas redondas, fóruns e nos conteúdos dos trabalhos científicos apresentados vamos percebendo que temos um longo caminho a percorrer para atingirmos os objetivos que estamos buscando quando se trata de ser, de fato, uma cidade hospitaleira e que deve ter na indústria do turismo, entre outras, um instrumento capaz de alavancar o desenvolvimento social e econômico do município e de toda a região.

Nesse sentido a realização do 22º ENAREL em Atibaia é um elemento a mais na contribuição para a superação de nossas limitações e dos desafios que temos que enfrentar para a conquista de nossos objetivos no curto, médio e longo prazos que temos. Entre esses desafios destacamos o desejo de transformar a cidade em uma das sub sedes da Copa de 2014.

Assim, ele não é mais um evento que sediamos!

Ao contrário, o 22º ENAREL coloca para nós, primeiro, a possibilidade, talvez única, de participar e contribuir com o debate e a reflexão acerca do lazer e da hospitalidade. Vamos ter a oportunidade de ver e ouvir renomados pesquisadores, estudantes, gestores públicos e privados, que se dedicam ao estudo e a execução de políticas públicas na área do lazer, da recreação e da hospitalidade.

Segundo, é por isso que entendemos e concordamos com os pressupostos do “22º ENAREL que celebra a *“hospitalidade”* como tema do evento que propõe discutir e vivenciar experiências

teórico-práticas que valorizem a dimensão sócio cultural, política e educativa do Lazer e do Turismo, buscando contribuir com a formação e uma atuação profissional multifacetada e intersetorial desses campos, com a promoção de solidariedades concretas, novos valores relacionais, convivência com alteridade e a implementação de ações democráticas que possam estender a toda comunidade local os resultados alcançados neste Encontro Nacional de Recreação e Lazer”.

Assim colocado, duas questões são por demais importantes para que possamos atingir esses objetivos: *a construção de processos educativos voltados para o turismo e de mudança de mentalidade.*

E essa tarefa não deve ocorrer de forma isolada e individualizada. Ela requer planejamento e o empenho de toda sociedade de forma que possamos numa ação coletiva construir as condições sociais, políticas e econômicas para a conquista desse sonho e para desfrutarmos dos benefícios decorrentes dessas conquistas.

Turismo: a construção de processos educativos

Quando afirmamos a necessidade de construção de processos educativos para o Turismo, não estamos dizendo que precisamos de mais cursos técnicos e superiores para o setor. É evidente que também precisamos sim! Estamos apenas afirmando que precisamos de processos educativos que despertem na comunidade o interesse e o reconhecimento do Turismo como um aspecto importantíssimo para o desenvolvimento sustentável local.

Dessa forma, fica evidente que as Redes Municipais de Educação, a pública e a privada, podem cumprir um papel estratégico nesse sentido. Sensibilizar e mobilizar a comunidade, levando a perceber que temos um potencial de desenvolvimento também no setor turístico: esse é o desafio. Demonstrar o quanto isso permite, para além do crescimento econômico, a troca e o conhecimento de aspectos culturais e históricos entre pessoas e povos, elevando a auto-estima da população, reconhecendo e se reconhecendo como agente participativo na construção de um lugar bem melhor para se viver e para receber.

Assim, o Plano Municipal de Educação, o planejamento escolar, as reuniões pedagógicas e da comunidade escolar são espaços que deveriam estar abertos para essas reflexões, no sentido de provocar um novo olhar para os aspectos culturais, naturais e históricos da cidade, levando as comunidades perceberem o quanto isso pode ser fundamental para o crescimento e o desenvolvimento sustentável do turismo local e consequentemente de toda região.

Ainda que insuficiente para responder ao que propomos acima, a construção do Plano Municipal de Turismo é a demonstração de quanto foi benéfico o envolvimento da sociedade ou de setores diretamente interessados na questão. Desde a definição da necessidade de um plano que apontasse para nossas limitações, necessidades e potencialidades, sua contratação, com verba do Ministério do Turismo, a elaboração da pesquisa de campo, a execução e as implementações, ainda em andamento, das ações necessárias que potencializasse o setor, é o que nos faz afirmar a necessidade da construção de processos educativos, mais amplos, envolvendo a cadeia educacional.

A construção desse processo, ainda que insuficiente, permitiu perceber a mudança de mentalidades no setor. É evidente que ainda há muito por se fazer. Mas hoje se procura construir de forma coletiva, como foi a construção do COMTUR – Conselho Municipal de Turismo, com o ARC&VB – Atibaia e Região Convention & Visitors Berau, e, mais recentemente, a constituição da própria Secretária Municipal de Turismo, entre tantas outras ações.

Hoje já é possível sentar na mesma mesa o setor público e privado, para tratar de questões relevantes para o desenvolvimento turístico, sem as amarras e os preconceitos do passado, quando as iniciativas eram isoladas e individualizadas, não traziam benefício algum para o setor e, principalmente, para o conjunto da sociedade. Já se fala das relações e das contradições trabalhistas, da necessidade permanente de formação e qualificação de mão de obra, da necessidade de investimento do setor privado e público, como parte da ação coletiva para superarmos os gargalos do setor, com respeito ao meio ambiente e a população.

Sem deixar de reconhecer o quanto a formação educacional formal é necessária e importante, esse foi um processo que se deu para além das paredes da sala de aula e que só foi possível construir com participação. Sabemos que ainda temos muito para se fazer e que esse é um desafio a ser superado, também com o envolvimento de todos.

E isso somente será possível com educação para darmos o salto de qualidade de que tanto precisamos, criando assim as condições para que possamos ser, de fato, um Brasil de todos, para todos, justo e solidário.

LAZER, HOSPITALIDADE E QUALIDADE: O BEM RECEBER NOS MEGAEVENTOS ESPORTIVOS

Rejane Penna Rodrigues

Secretária Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer

Ministério do Esporte - Brasil

A vitória do Rio de Janeiro como sede dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, juntamente com a realização, no Brasil, da Copa do Mundo de Futebol de 2014, além de outros megaeventos como os Jogos Mundiais Militares de 2011 e a Copa das Confederações de 2013, demonstram o avanço da área do esporte no Brasil. Tornam a Política Nacional de Esporte, que também trata da dimensão do Lazer, estratégica para o desenvolvimento do país, que pretende, até 2016, ser a quinta potência econômica mundial e estar entre as dez maiores potências olímpicas do mundo. Além disso, todos os eventos que nos referimos podem ser considerados conquistas não só do Brasil, mas da América Latina, especialmente da América do Sul.

É sob esse olhar que a Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer tem pautado muitas ações no campo de conhecimento sobre os megaeventos esportivos, entendendo que o Ministério do Esporte, que foi criado em 2003, possui um papel diferenciado nesse contexto político, podendo ser o indutor de um processo muito rico de crescimento do esporte no nosso continente. Sabemos que o protagonismo que ora assumimos pode fazer a diferença não só na vida dos brasileiros como também dos países vizinhos.

No nosso cotidiano, os impactos dos megaeventos esportivos atingem os âmbitos local, estadual, regional e nacional de forma múltipla. O maior legado talvez não seja o esportivismo dos Jogos, pois são muitos os benefícios que os megaeventos esportivos podem estender para toda população.

Desde 2007, temos tido oportunidades de participar de debates sobre diferentes abordagens dos legados dos megaeventos, sendo que, em geral, o destaque é dado à infraestrutura esportiva, a regeneração urbana, à educação olímpica, à gestão e governança de eventos como esses.

Sobretudo, o Brasil está cada vez mais consciente de que os megaeventos esportivos internacionais têm um rico potencial como indutor de mudanças esportivas, econômicas, urbano-ambientais e sociais. Podem provocar diferentes efeitos em curto, médio e longo prazos, impactando em transformações sociais de diversos campos, especialmente, nos campos do lazer e do turismo.

Como diz Eric Truño, considerando suas experiências nos Jogos Olímpicos de Barcelona de 1992, o Brasil vive agora o desafio da transformação de nossas teorias em boas práticas. Práticas que, como afirma Holger Preuss, lembrando as experiências positivas

da Copa do Mundo de Futebol da Alemanha, possam ser catalizadoras de importantes melhorias na condição de vida da população, dentre elas destacando-se a convivência entre as pessoas que vivem nas cidades sedes e sub sedes dos megaeventos, e, destas, com os visitantes vindo de diferentes lugares.

Assim, entram em jogo complexas relações envolvendo diferentes atores com interesses diversos.

São jornalistas buscando e difundindo notícias de todo mundo, informações relacionadas com fatos que perpassam por todos no cotidiano – pautas focadas na maioria das vezes nos problemas e casos que fogem da “normalidade” e que podem influir na execução do projeto do megaevento.

São gestores atuantes em diferentes campos (Turismo, Segurança, Educação, Saúde, Meio Ambiente, Planejamento Urbano, Transporte, etc) que voltam suas atenções especiais às questões da Administração Esportiva em busca de integração de seus projetos e de visibilidade de suas demandas.

São atletas, treinadores, pesquisadores e esportistas de todos os campos competitivos implicados preocupados com o desenvolvimento do esporte em si, o avanço de suas modalidades esportivas, suas conquistas competitivas especialmente em busca de resultados internacionais positivos no quadro de medalhas.

São participantes de todas as idades desejosos de envolvimento de diferentes modos com a organização dos Jogos, especialmente como voluntário treinado para atuar diretamente na organização do megaevento.

São profissionais nacionais e estrangeiros de diferentes áreas de atuação interessados nas oportunidades de oferta de diferentes serviços especializados mobilizados pelos megaeventos esportivos.

São turistas de todo o mundo interessados em conhecer o máximo possível de cidades brasileiras, não só as que sediam os Jogos.

E nesse “complexo jogo” como ficam as pessoas do lugar? Os que vivem nas cidades sedes e sub sedes destes eventos? Como os cidadãos brasileiros podem participar das oportunidades de novas convivências geradas pela ambiência dos megaeventos?

São de diferentes tipos as possibilidades de envolvimento e participação da população local nos megaeventos esportivos. Podemos nos arriscar em supor que uma parte da população possa ver a sua cidade modificada, ou seu cotidiano alterado drasticamente e sente-se “invadido”. Outros podem procurar sair da cidade (muitas vezes em férias) para lugares mais “tranquilos”, sem o borburinho que os megaeventos tendem a gerar. Muitos poderão ficar indiferentes a tudo que acontece. Como também sempre tem aqueles que querem se envolver de alguma forma com a organização desta festa: sejam como expectadores, voluntários, ou trabalhadores em serviços específicos demandados nos aeroportos recebendo turistas e atletas, nos traslados e hotéis, nos locais dos jogos, em bares, restaurantes, pontos turísticos, hospitais, departamentos policiais e tantos outros.

É esse contexto que nos desafia neste 22º ENAREL – Encontro Nacional de Recreação e Lazer. É a partir dele que estamos aqui dialogando sobre o tema proposto para essa Mesa de Abertura, ou seja, “Lazer, hospitalidade e qualidade: o bem receber nos megaeventos esportivos”.

Debate que, por um lado, coloca no centro de nossas atenções os diferentes sujeitos que desejam se envolver com os serviços demandados pelos megaeventos. E, por outro lado, volta nosso olhar para a população local das cidades sede e sub sede das atividades esportivas, com seus desejos, demandas e tradições de “bem receber”.

Certamente, ao longo deste ENAREL teremos discussões que irão abordar dimensões diferentes e inter-relacionadas deste desafio. Mas, neste momento, desejamos, sobretudo, enfatizar a humanização das relações possíveis de serem estabelecidas: fortalecendo o potencial das relações turísticas, favorecendo a descoberta de afinidades entre a população local e os visitantes atletas e turistas, valorizando os diálogos interculturais, dentre outros aspectos que podemos relacionar.

Esse é um significativo legado social dos megaeventos esportivos: o bem receber se traduzindo em herança que impacta na história da cidade, nas vidas das pessoas, nas relações familiares e comunitárias, assim como nas suas redes de relacionamentos. O que implica outros desafios: o conhecimento das nossas histórias e culturas; a aprendizagem de idiomas e costumes dos visitantes; a preparação, capacitação e formação específica para atuação nas diferentes atividades receptoras requeridas pelos megaeventos.

Nesse momento, é fundamental nossa interlocução com pessoas que têm ricas experiências em megaeventos esportivos, como, por exemplo, o nosso colega de mesa Prof. Dr. Ling Ping, que vivenciou os desafios dos Jogos Olímpicos de Beijim/China. É importante conhecer como os chineses lidaram com a questão do bem receber pelos voluntários, da mesma forma que é tão importante nós brasileiros estarmos conscientes de que somos um povo e um país com características locais singulares. Por isso, modelos não podem ser “simplesmente” importados. Precisam, sim, serem discutidos, ampliando nosso conhecimento sobre demandas específicas em questão e, ao mesmo tempo, mobilizando nossa capacidade de criar nossas propostas e soluções, considerando nossos intercâmbios e interações comunicativas multiculturais que acumulamos.

Afinal, estamos falando de uma experiência que move trocas entre culturas diferentes, comunicações e diálogos que podem acontecer de várias formas e por meio de várias linguagens e hábitos (musicais, gastronômicos, dançantes, artísticos, etc). Trocas durante as quais cada pessoa pode conhecer muito sobre sua própria identidade e as dos outros, não se esquecendo de que nenhuma cultura é superior à outra. São universos culturais diferentes. Esse é um rico processo que tem por base o reconhecimento do direito à diversidade e a luta contra as formas de discriminação e desigualdade social.

Por isso, acreditamos que estamos discutindo neste ENAREL o maior legado social dos megaeventos esportivos, ou seja, o nosso crescimento e amadurecimento enquanto sujeitos, cidadãos, povo e nação. O resultado disso são pessoas e cidades revigoradas pela

transformação social, a celebração, a paixão, a cortesia e a determinação, fatores que estão na base da qualidade e do sucesso dos megaeventos esportivos.

É nessa direção que o nosso trabalho avança daqui para frente, nos preparando cada vez mais para o bem receber nos megaeventos esportivos internacionais que o Brasil sedia a partir do próximo ano de 2011.

Esperamos que todos aproveitem ao máximo este 22º ENAREL aprendendo com os debates a serem estabelecidos e com o atencioso e fraterno acolhimento da Prefeitura de Atibaia, anfitriã deste nosso Encontro!

LAZER, HOSPITALIDADE E QUALIDADE: O BEM RECEBER NOS MEGAEVENTOS ESPORTIVOS

Ricardo Martini Moesch

*Diretor do Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico
Ministério do Turismo - Brasil*

O Ministério do Turismo, criado em 2003, tem um papel decisivo para a consolidação de uma política pública de turismo para o País. Através de mecanismos como o Sistema Nacional de Turismo, o Plano Nacional de Turismo e o Conselho Nacional de Turismo, estruturou-se a atividade para aumentar o fluxo de turistas externos e incentivar as viagens de brasileiros dentro do seu país. Agora, com uma “década de ouro” em função dos grandes eventos esportivos que serão realizados no Brasil haverá uma oportunidade única para que o país consolide-se como um destino internacional de turismo, proporcionando forte incremento na geração de renda e inclusão social.

Por muito tempo o turismo no Brasil desenvolveu-se sem compromissos ou planejamentos adequados, por hora integrando a área da indústria e comércio, por outra a do esporte e da cultura, sendo que finalmente no primeiro mandato do Presidente Lula foi instituído o Ministério do Turismo. Com uma estrutura enxuta composta por três secretarias e não mais de duzentos servidores e estabelecendo acordos de cooperação técnica com os 26 Estados e o Distrito Federal, articulou uma rede dinâmica e eficiente capaz de implantar um processo estrutural denominado “Roteiros do Brasil”. Desde a inventariação dos municípios até o registro dos prestadores de serviços turísticos e o trabalho com segmentos específicos, os Estados federados passaram a realizar ações de articulação, ordenamento e promoção de seus destinos. Assim, o país passou a contar com um sistema de turismo descentralizado responsável pela identificação de produtos e potencialidades, bem como das necessidades de investimento, capacitação e qualificação.

O turismo mundial observa uma fase transformadora, item essencial para o consumo de um modo de vida, países desenvolvendo-se e produzindo classes diferenciadas de turistas, destinos sendo descobertos a cada nova temporada, necessidades de atendimento particularizadas. Toda esta transformação faz com que um país como o Brasil, com as dimensões geográficas, atratividades naturais, culturais, étnicas e tantas outras, desperte a atenção, a curiosidade e até, por que não dizer, a magia de ser conhecido e desfrutado. Mas, assim como todos estes elementos tornam o país ponto referencial para escolha como destino, e, também, mercado para investimentos, revela outra face desta atividade que é a vulnerabilidade de um mercado recém-nascido, em que os autóctones poderão ser marginalizados do processo senão houver um planejamento que atente para três variáveis fundamentais: sustentabilidade econômica, sustentabilidade social e sustentabilidade ambiental.

A próxima década poderá constituir-se num divisor de águas para o setor. Ao receber esta oportunidade de mostrar-se ao mundo, através da mídia espontânea que os

grandes eventos proporcionam, o país também enfrentará visões críticas de seu modelo social e político. Determinante será, pois, que, articulados com a sociedade civil organizada, os setores públicos e privados e a academia, o país esteja preparado para oferecer serviços organizados, sem perder a autenticidade, locais seguros e agradáveis, capazes de oferecer experiências de interação e ricas em conteúdo, e, finalmente, fidalguia e sensibilidade, pois o turista atual opta pelo respeito ambiental e qualidade, mas exige a comunicação intercultural.

Os grandes eventos esportivos e o turismo têm vários pontos de convergência porque são atividades em que o objeto deverá ser consumido no local em que são realizados, existe a necessidade de deslocamento de grupos importando em ações complexas de logística, geram renda, empregos e movimentação econômicas não usuais e, por fim, refletem, rapidamente através da mídia, os resultados, gerando notícias positivas ou negativas. A preparação e o planejamento de ações para receber grandes eventos importam em articulação com os setores responsáveis por diferentes áreas e a transversalidade da atividade do turismo demonstra tal arranjo produtivo.

Enfim, grandes eventos esportivos e turismo são indissociáveis!

RESEARCH ON RECRUITING AND MANAGING VOLUNTEERS FOR 2008 BEIJING OLYMPIC GAMES

Dr. Ling Ping

*School of Physical Education and Health, Hangzhou Normal University
Hangzhou P.R.China*

1. The propose of recruiting volunteers for 2008 Beijing Olympic Games

The propose of providing a high level service for 2008 Beijing Olympic Games and Paralympics Games is the main and important goal of the volunteers. Organizing a large group of volunteers who came from different area and different cities can provide high level service, offer much new experience, enrich the form of service and enhance the quality of service. Such kind of practice for recruiting and managing volunteers for 2008 Beijing Olympic Games will result in a good impression of the friends from all over the world and will have the great chance to experience Chinese culture. We believed that the spirit of innovation services can rich in content and upgrade the service quality, for the Beijing Olympic Games and Paralympics with humanization and individuation and professional efforts to build a rich Chinese characteristics, in accordance with the rules, the international level of voluntary services of theory and practice for the Olympic movement and left with the Chinese flavor impression.

2. The basic principles of recruiting volunteers for 2008 Beijing Olympic Games

2.1 Insisted on putting people first

Under the requirement of respect, development and protection, with the promotion of voluntary participation and protection of public enthusiasm, the organizer design scientific ways and means and projects for public widely participation and through this process, the volunteers can raise their quality and ability of personnel. The importance of protecting volunteers resources and voluntary service as well as volunteer work, can respect to mobilize volunteer of enthusiasm, initiative and creativity by giving up volunteers sense of honor and accomplishment.

The organizer also needs to respect the legitimate rights and interests of volunteers and the volunteers should be established the society's consciousness to serve others and through voluntary service to benefit the public and let every Olympic participant to enjoy hospitably, appropriate service.

2.2 Adhere to the public participation

In the preparation of holding 2008 Olympic Games, the organizer emphasis the openness to the public and promote "welcome to the Olympics" voluntary services to the public, design and practice different kinds of Olympic volunteer service. They offer many

opportunities and works for all Olympic volunteers. The organizer also work with other provinces and cities, autonomous regions, Hong Kong, Macao and Taiwan as well as oversea Chinese, ethnic minorities, the handicapped to attract Olympic volunteers to participate in the seminar. They adopted the socialization of the operation mechanism and listened some recommendations and suggestion carefully from the community for Beijing Olympic volunteer work and ensure that the work of the open and transparent, efforts to achieve social identity.

2.3 Uphold the rule

Follow the rules, the organizer actively absorb international friends participate in the Olympic volunteer service, accepting international voluntary agencies of the rationalization views and suggestions, accepting relevant international organizations to the voluntary service of the inspection and evaluation, every Olympic volunteer work of good experience to open the door and confidence in international practices of concepts, methods and mechanisms, to make the Beijing Olympics voluntary service to common international standards.

2.4 Insist on scientific and efficient research

We study intensively of all previous Olympic volunteer mechanism and mode, reviewing of the successful experience of promoting major events in Beijing and objective analysis from several aspects such as the public social infrastructure, history, comprehensive advantages etc. All the effort is done for forming an ideological concepts, organization and management as well as operation mechanism of Beijing Olympic volunteer work. Only through scientific and rational design and institutional arrangements can we straighten up of different sectors and groups, different areas and different stage of the relationship between the volunteers work so as to ensure the high efficient and orderly of the Olympic volunteer work. At the same time, to establish an open, fair evaluation system and digital information platform of operation and management in Olympic volunteer service is of equal importance.

2.5 Stick on Chinese characteristics

The key is to highlighting the humanistic Olympics, disseminating Chinese culture, enhance world culture exchanges and integration. Taking great organizational and mobilization capacity, high community involvement and abundant human resources as advantages, based on the existing organizational system and eventually transmit into direct contribution. Also we should promote the achievement which we get from china's reform and opening up movement and to reveal the Beijing's modernization results as well as fully reflect the superiority of socialism with Chinese characteristics

3. Managing volunteers for 2008 Beijing Olympic Games

3.1 Promoting the extensive participation by the public

To make Olympics service become the main way for citizens to participate in ,we could relying on the strong public support, through voluntary services in various areas of activity, promoting honest and friendly, and deepen the knowledge of the Spiritual

Civilization, and promote the objectives of all. Thus, strive for the government's support for Olympic volunteer service and volunteer development to create favorable conditions.

3.2 Promote the development of voluntary service

Firstly, we need to promote a dedication, friendship, mutual aid and volunteer spirit of progress. Secondly, popularize the concept of voluntary service and to foster a good volunteer image as well as prove the social recognition of the extent of volunteer services. Thirdly, innovative mechanisms for social mobilization and promote the development of public organizations. The last but not least, promote voluntary service regular and standardized, expand the realm of public service, the scale of volunteers and to promote volunteers legislation in order to provide legal protection and support for volunteer services

3.3. Promote the comprehensive development of volunteers

Pay attention to the positive effect showed in Olympics volunteer services, to encourage volunteers self-improvement and to exploit the modeling effect of volunteer services work. Attracting more people to pay attention and involved in volunteer services. On the other side, the government could guide, serve and help volunteers by promoting their learning, practice and innovative capacity so as to enhance their spirit of service.

3.4 Promoting Chinese culture exchange

Taking Olympic volunteer as a culture exchange envoy is the way to introduce and propaganda the elite culture between China and other countries. Furthermore, demonstrating Chinese splendid culture and contemporary Chinese spirit require us to draw lesson from all the human outstanding achievements of civilization. Meanwhile, stepping up the culture harmony and blending can increase the international awareness, quality and ability of entire people. Overall, to let china knows more about the world and world knows more about china is definitely the final goal.

4. The basic requirement of recruiting volunteers for 2008 Beijing Olympic Games

4.1 The definition of volunteers for 2008 Beijing Olympic Games

The volunteers of Beijing Olympics and Paralympics are recruited by BOCOG. They have special volunteer certificates. And during the game, they take different job positions which assigned by BOCOG. Their main job is to provide service for Beijing Olympics Games and Paralympics Games.

4.2 The demand and supply of all volunteers

There is over 70,000 volunteers for Beijing Olympic and about 30,000 volunteers for the Paralympics games. The volunteers mostly come from the Beijing local colleges while there are also some others from all over the world including overseas Chinese and aboard students even some foreigners.

The basic requirements of all volunteers:

- a) The volunteer must voluntarily participate in Beijing Olympic Game and Paralympics Game service. 2.
- b) The volunteers must be born before June 30th, 1990.
- c) Must be in a good health conditions and abide by the laws and administrative regulations.
- d) Should be able to participate in training class before competition and several related activities.
- e) Should be able to continuous service more than 7 days,
- f) The volunteers who use Chinese as first language should have basic foreign language communication skills and the foreigners should have basic Chinese language skills.
- g) The volunteers should have professional knowledge and skills which are qualified for the applied position.

The Rights and obligations of all volunteers:

- a) Rights: The volunteers should get to know the basic policy. These policy including what kind of job they wish to have and what kind of necessary safeguard they need to require in order to maintain their right. They also can attend the rewarding ceremony, pointing out their own suggestion and commends and even apply for dropping out the volunteer's service.
- b) Obligations: The volunteers should abide by the Olympic charter, Paralympics charter and disseminate the Olympic spirit. They need to obey the policies and regulations of Beijing Olympic Organization Committee and to disclose the voluntary service documents which were sign by each volunteer himself or herself. They should receive appropriate training obey the working post assignment for volunteer service and coordinate and to complete the tasks of voluntary service. During that period, the volunteers need to be managed.

All volunteers for 2008 Beijing Olympics and Paralympics were recruitment by Beijing Olympic Organization Committee. The organization needs to make the certification and identification for each of the volunteer and assume their responsibilities and corresponding obligation during that period. The volunteers work in the specified time for the Beijing Olympics and Paralympics Games.

5. The treatment for all volunteers

Before the Olympic Games, the Beijing Olympic Organization Committee regularly conducted a series of activities for volunteers and published volunteer's magazines from time to time. During the Olympic Games and Paralympics, The organizer also provide security insurance to all volunteers, Meanwhile offer uniform, transportation, food and other necessary working conditions. According to the different service time and different service efforts, the organizer gave volunteer some appropriate awards. To some volunteers who make a outstanding contributions and excellent performance in the work, the

organizer will give special praises for these collective group and individual volunteers. After the Olympic Games, some rewarding ceremony will be hold for volunteers in order to give them a positive recognition for their outstanding contributions.

Of course, moral encouragement and commendation will be the main awards for the Olympic volunteers in order to stimulate the enthusiasm of the volunteers and maintain higher initiative for volunteer so as to keep them to get valuable and pleasant experience.

According to the past practices of the Olympic Games, volunteers from outside of Beijing need to pay their own transportation and accommodations during their work in Beijing. But this time, the Beijing Olympic Organization Committee will offer the volunteer whose service directly work for the Olympic Games and Paralympics games all the traffic expenses in the city and the food during the period when they work.

The Beijing Olympic volunteer project can be divided into four parts. One is the "welcome the Olympics" voluntary service activity by the whole community involved in. Two is voluntary service activity for Beijing Olympic Organization Committee for the preparatory work The third is voluntary service activity directly to the 2008 Olympic Games. The fourth is voluntary service activity directly to the Paralympics Games.

The projects of voluntary service activity for 2008 Olympic Games are the core content and it needs 70,000 volunteers. They will take the concierge reception, the language translation, transportation, security and medical and health treatment, the distribution of guidelines and articles, communication and liaison and competition venues guideline and running the support for completion, for the media, for the cultural activities and some other division work. In addition, some 30, 000 volunteers will work for Paralympics Games.

The volunteers working for 2008 Olympic Games and the Paralympics Games can also be divided into two types of volunteers, professional volunteers and nonprofessional volunteer in accordance with the post requirements. each of them account for about 50%. the professional volunteers were mainly located in technology, sports, medical services, the media sector while nonprofessional volunteers were assigned to run for the main responsibility of services, such as the guide, security and coordination and liaison, etc.

These volunteers were selected most among 600,000 university students in Beijing, The Beijing Olympic Organization Committee is responsibility for the certificate of volunteers. Few of volunteers came from middle school students or the people from community. Very few volunteers came from various provinces, autonomous regions and municipalities and from Hong Kong, Marco, and Taiwan or overseas Chinese, overseas volunteer at Beijing foreign students as well as international volunteers. There are ten volunteer categories.

PESQUISA SOBRE RECRUTAMENTO E GERENCIAMENTO DE VOLUNTÁRIOS PARA OS JOGOS OLÍMPICOS DE PEQUIM EM 2008

Prof. Dr. Ling Ping

Escola de Educação Física e Saúde, Hangzhou Normal University, Hangzhou, República Popular da China

1. O propósito do recrutamento de voluntários para os Jogos Olímpicos de Pequim em 2008

O propósito de se fornecer um serviço de alto nível para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de Pequim em 2008 é a meta principal e mais importante dos voluntários. A organização de um grande grupo de voluntários, advindos de diferentes áreas e diferentes cidades, pôde fornecer um alto nível de serviço, experiência nova, enriquecendo a forma de serviço e incremento da qualidade de serviço. Tal tipo de prática, para o recrutamento e gerenciamento de voluntários para os Jogos Olímpicos de Pequim em 2008, resultou na boa impressão dos amigos de todo o mundo, e na grande oportunidade de experiência com a cultura chinesa.

Acreditamos que o espírito da inovação dos serviços, pôde ser enriquecida em conteúdo com a valorização da qualidade do serviço para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de Pequim, com humanização, individualização e esforços profissionais, a fim de se construírem ricas experiências com características chinesas, de acordo com as normas, o nível internacional de serviços voluntários em termos teóricos e práticos, tendo em vista o movimento olímpico e deixando uma impressão saborosa da China.

2. Os princípios básicos de recrutamento de voluntários para os Jogos Olímpicos de Pequim em 2008

2.1. Insistir em colocar as pessoas em primeiro lugar.

Sob as exigências do respeito, desenvolvimento e proteção, com a promoção da participação voluntária e proteção do entusiasmo público, o planejamento científico do organizador em relação aos modos, meios e projetos para a ampla participação pública, e por meio deste processo, os voluntários podem elevar suas qualidades e habilidades de recursos humanos. A importância de proteção dos recursos e serviços voluntários, bem como do trabalho voluntário, pode favorecer a mobilização do entusiasmo, assim como iniciativa e criatividade do voluntário ao lhe transmitir uma sensação de honra e auto-realização.

O organizador também precisa respeitar os direitos e interesses legítimos dos voluntários. E os voluntários devem estabelecer a consciência da sociedade para servir as pessoas, e, por meio do serviço voluntário, beneficiar o público, permitindo que cada participante olímpico desfrute de um serviço adequado de hospitalidade.

2.2. Aderir à participação pública.

Na preparação da realização dos Jogos Olímpicos de 2008, o organizador enfatizou a abertura ao público e promoção dos serviços voluntários de “boas-vindas às Olimpíadas” ao público, bem como o planejamento de diferentes tipos de prática de serviço voluntário para as Olimpíadas. Eles oferecem muitas oportunidades de trabalhos para todos os voluntários das Olimpíadas. O organizador também trabalhou com outras províncias e cidades, regiões autônomas, Hong Kong, Macao e Taiwan, bem como com chineses no exterior, com minorias étnicas, com deficientes, a fim de atrair voluntários olímpicos para participar de seminários. Eles adotaram a socialização dos mecanismos operacionais e ouviram atentamente algumas recomendações e sugestões da comunidade para o trabalho voluntário das Olimpíadas de Pequim, buscando assegurar que o trabalho fosse aberto e transparente e os esforços alcançassem a identidade social.

2.3. Assegurar as normas.

Seguindo as normas, o organizador atraiu ativamente amigos internacionais à participação no serviço voluntário olímpico, aceitando agências voluntárias internacionais com visões de racionalização e sugestões, aceitando organismos internacionais relevantes ao serviço voluntário de inspeção e avaliação. Cada voluntário olímpico teve uma boa experiência de trabalho para abrir portas e estabelecer confiança em práticas internacionais de conceitos, métodos e mecanismos, a fim de tornar o serviço voluntário das Olimpíadas de Pequim compatível com os padrões comuns internacionais.

2.4. Insistir na pesquisa científica e eficiente.

Estudamos intensivamente os mecanismos e modos voluntários de todas as Olimpíadas anteriores, revendo a experiência bem-sucedida de promoção de grandes eventos em Pequim, e fazendo uma análise objetiva de vários aspectos, tais como a infraestrutura social, a história, as amplas vantagens, etc. Todo o esforço é dado para formar conceitos ideológicos, organizar e gerenciar, bem como para implantar os mecanismos operacionais de trabalho voluntário das Olimpíadas de Pequim. Somente por meio de um planejamento científico e racional e de arranjos institucionais, podemos alinhar diferentes setores e grupos, diferentes áreas e estágios de relacionamentos entre os trabalhos de voluntários, de modo a assegurar a alta eficiência e o trabalho ordenado dos voluntários das Olimpíadas. Ao mesmo tempo, é de igual importância estabelecer um sistema aberto, razoável de avaliação, e uma plataforma de informações de operação e gerenciamento no serviço voluntário olímpico.

2.5. Agarrar-se às características chinesas.

A chave foi destacar as Olimpíadas humanísticas, disseminando a cultura chinesa; incrementando os intercâmbios culturais no mundo e a integração; assumindo grande capacidade organizacional e de mobilização, alto envolvimento comunitário e abundantes

recursos humanos como vantagens, baseados no sistema organizacional existente; e, eventualmente, transformando-os em contribuição direta. Também procuramos promover as realizações que alcançamos em decorrência da Reforma da China e da abertura de movimento, que revelam os resultados da modernização de Pequim, bem como refletem plenamente a superioridade do socialismo com características chinesas.

3. Gerenciamento de voluntários para os Jogos Olímpicos de Pequim em 2008

3.1. Promover a participação extensiva do público.

A fim de os serviços olímpicos se tornarem o principal meio para os cidadãos participarem, podemos nos basear no forte apoio público, por meio de serviços voluntários em várias áreas de atividade, promovendo um conhecimento honesto, amistoso e profundo da Civilização Espiritual, e incrementando os objetivos de todos. Assim, buscar o apoio do governo para o serviço voluntário olímpico e o desenvolvimento do voluntariado a fim de criar condições favoráveis.

3.2. Promover o desenvolvimento do serviço voluntário.

Primeiramente, precisamos promover dedicação, amizade, ajuda mútua e espírito voluntário de progresso. Em segundo lugar, devemos popularizar o conceito de serviço voluntário, e produzir uma boa imagem voluntária, bem como comprovar o reconhecimento social da extensão dos serviços voluntários. Em terceiro lugar, inovar os mecanismos de mobilização social e promover o desenvolvimento de organizações públicas. Finalmente, mas não menos, promover o serviço voluntário regular e padronizado, expandir a área do serviço público, a escala de voluntários, e promover uma legislação para os voluntários, a fim de providenciar proteção legal e dar suporte aos serviços voluntários.

3.3. Promover o amplo desenvolvimento de voluntários

Prestar atenção ao efeito positivo revelado nos serviços voluntários da Olimpíada, encorajar voluntários ao auto-desenvolvimento e explorar o efeito modelador do trabalho em serviços voluntários. Atrair mais pessoas para prestar atenção e a envolver-se em serviços voluntários. Por outro lado, o governo poderia guiar, servir e ajudar os voluntários no sentido de promover seu aprendizado, sua capacidade prática e inovadora, de tal modo a incrementar seu espírito de serviço.

3.4. Promover o intercâmbio da cultura chinesa.

Considerar o voluntário olímpico como um mensageiro de intercâmbio cultural é o caminho para introduzir e tornar público o que há de melhor na cultura da China e de outros países. Ademais, demonstrar a esplêndida cultura chinesa e o espírito chinês contemporâneo exige de nós extrair uma lição de todas as mais destacadas realizações da civilização. Enquanto isso, incrementar a harmonia cultural e o intercâmbio podem

umentar a consciência internacional, a qualidade e as habilidades de todo um povo. Acima de tudo, permitir que a China conheça mais acerca do mundo e o mundo conheça mais sobre a China é, definitivamente, a finalidade última.

4. As exigências básicas de recrutamento de voluntários para os Jogos Olímpicos de Pequim em 2008

4.1. A definição de voluntários para os Jogos Olímpicos de Pequim em 2008

Os voluntários das Olimpíadas e Paraolimpíadas de Pequim são recrutados pelo BOCOG. Eles têm credenciamentos especiais como voluntários. E durante o jogo, tomam posições diferentes de trabalho designadas pelo BOCOG. Seu trabalho principal é providenciar o serviço para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos.

4.2. A demanda e oferta de todos os voluntários

Foram mais de 70.000 voluntários para as Olimpíadas de Pequim, e cerca de 30.000 voluntários para as Paraolimpíadas. A maioria dos voluntários veio das faculdades locais de Pequim, enquanto que outros vieram de todas as partes do mundo, inclusive chineses que moram e estudam no exterior, e até mesmo alguns estrangeiros.

As exigências básicas de todos os voluntários:

- a) O voluntário deve ser participante voluntário nos serviços dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de Pequim.
- b) Os voluntários devem ter nascido antes de 30 de junho de 1990.
- c) Devem estar em boas condições de saúde e se comportar conforme as leis e regulamentos administrativos.
- d) Devem ser capazes de participar de aulas de treinamentos antes da competição e de várias atividades correlacionadas.
- e) Devem ser capazes de prestar serviço contínuo por mais de 7 dias.
- f) Os voluntários que usam o Chinês como primeiro idioma devem ter habilidades básicas de comunicação de língua estrangeira, e os voluntários estrangeiros devem ter habilidades básicas da língua chinesa.
- g) Os voluntários devem ter conhecimento profissional e habilidades que são qualificações da posição para a qual se inscreveram.

Os direitos e obrigações de todos os voluntários:

- a) Direitos: Os voluntários devem buscar conhecer a política básica. Essas políticas incluem que tipo de trabalho eles desejam ter e que tipo de salvaguarda necessária eles precisam exigir a fim de manter seus direitos. Eles também podem estar presentes na cerimônia de recompensas, indicando suas próprias sugestões e comentários, e até mesmo solicitar sua demissão do serviço de voluntário.

b) Obrigações: Os voluntários devem agir conforme as normas das Olimpíadas e Paraolimpíadas, e disseminar o espírito olímpico. Precisam obedecer as políticas e regulamentos do Comitê Olímpico de Organização de Pequim e ostentar os documentos de serviço voluntário que foi assinado pelo próprio voluntário. Devem receber treinamento adequado, obedecer à nomeação da posição de trabalho para o serviço voluntário, e coordenar e completar as tarefas de serviço voluntário. Durante esse período, os voluntários precisam ser gerenciados.

Todos os voluntários para as Olimpíadas e Paraolimpíadas de Pequim em 2008 foram recrutados pelo Comitê Olímpico de Organização de Pequim. A organização precisa fazer o credenciamento e a identificação para cada um dos voluntários, e assumir suas responsabilidades e obrigações correspondentes durante esse período. Os voluntários trabalham dentro do tempo específico para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos.

5. O tratamento para todos os voluntários

Antes dos Jogos Olímpicos, o Comitê Olímpico de Organização de Pequim conduziu regularmente uma série de atividades para voluntários, e publicou, de tempos em tempos, revistas do voluntário. Durante os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos, o organizador providenciou também o seguro de segurança para todos os voluntários. Ademais, forneceu uniforme, transporte, alimentação e outras condições necessárias para o seu trabalho. De acordo com o diferente tempo de serviço e diferentes esforços de serviço, o organizador deu aos voluntários algumas recompensas apropriadas. A alguns voluntários que realizam destacadas contribuições e desempenho excelente no trabalho, o organizador fez elogios especiais a esses grupos coletivos e voluntários individuais. Depois dos Jogos Olímpicos, algumas cerimônias de recompensas foram realizadas a fim de apresentar-lhes um reconhecimento positivo por suas destacadas contribuições.

É claro que encorajamento moral e comendas serão as principais recompensas aos voluntários olímpicos, a fim de estimular-lhes o entusiasmo e manter sua iniciativa cada vez maior para o voluntariado, de modo a conservá-los como pessoas de valor e preservar para sempre sua prazerosa experiência.

Segundo as práticas anteriores dos Jogos Olímpicos, os voluntários de fora de Pequim precisavam pagar seu próprio transporte e acomodações durante seu trabalho em Pequim. Mas, desta vez, o Comitê Olímpico de Organização de Pequim ofereceu ao voluntário, cujo serviço estiver diretamente relacionado com o trabalho para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos, todas as despesas de transporte na cidade e a alimentação durante o período em que trabalharam.

O projeto de voluntariado das Olimpíadas de Pequim pode ser dividido em quatro partes. Uma é a atividade de serviço voluntário de “boas-vindas às Olimpíadas” por toda a comunidade envolvida. A segunda parte é a atividade de serviço voluntário para o Comitê Olímpico de Organização de Pequim relativa ao trabalho preparatório. A terceira é a atividade de serviço voluntário diretamente relacionado com os Jogos Olímpicos de 2008. E a quarta parte é o serviço voluntário diretamente relacionado com os Jogos Paraolímpicos.

Os projetos de atividades de serviço voluntário para os Jogos Olímpicos de 2008 são de conteúdo central e precisou de 70.000 voluntários. Os projetos abrangeram a recepção, os serviços de tradução e intérpretes, transporte, segurança, tratamento médico e de saúde, a distribuição de diretrizes e artigos, comunicação e contatos, guias de pontos de encontro de competição, gerenciamento de apoio para finalização, para a mídia, para as atividades culturais, e para algum trabalho de outra divisão. Além disso, cerca de 30.000 voluntários trabalharam para os Jogos Paraolímpicos.

Os voluntários, trabalhando para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2008, podem também ser divididos em dois tipos de voluntários: os profissionais e os não-profissionais, de acordo com as exigências das posições. Cada tipo equivale a cerca de 50%. Os voluntários profissionais estiveram principalmente localizados em tecnologia, esportes, serviços médicos, no setor da mídia; enquanto os voluntários não-profissionais foram designados para assumir a principal responsabilidade de serviços, tais como de guias, segurança, coordenação, contatos, etc.

Esses voluntários foram selecionados, em sua maioria, entre os 600.000 estudantes universitários de Pequim. O Comitê Olímpico de Organização de Pequim é o responsável pelo credenciamento de voluntários. Poucos voluntários são estudantes que vieram de escolas do Ensino Médio ou são pessoas da comunidade. Muito poucos voluntários vieram de várias províncias, de regiões autônomas, ou são voluntários do exterior em Pequim, ou estudantes estrangeiros, ou voluntários internacionais. Há dez categorias de voluntários.

LAZER, HOSPITALIDADE, IDENTIDADES E CULTURAS REGIONAIS E LOCAIS

*Dr. Luiz Gonzaga Godoi Trigo
Escola de Artes, Ciências e Humanidades
Universidade de São Paulo – Brasil*

O turismo organizado surgiu na Europa em meados do século XIX, em pleno contexto de colonialismo e revolução industrial. Seus avanços mesclaram-se ao imaginário das colônias e aos avanços da ciência e da tecnologia. As viagens de Darwin (1831-1836), os relatos dos antropólogos como Malinowski (*Argonautas do Pacífico Ocidental*, 1922) e as críticas sobre o imaginário colonial sob a ótica européia (como o Orientalismo, de Edward Said, 1978) são alguns dos tópicos críticos que formaram um rico e diversificado imaginário sobre o mundo das viagens.

A imagem da Europa preenche nosso imaginário ocidental com a maior parte dos arquétipos que tentamos reproduzir em nossas sociedades contemporâneas. Milênios de história tramaram um tecido tão rico que nos é impossível perceber toda sua complexidade em um primeiro olhar. As paisagens européias (assim como as paisagens milenares da Ásia) escondem e dissimulam sutilezas que apenas ciências como História ou Antropologia podem revelar, desde a gastronomia até a hospitalidade ou a cartografia.

É no passado desse mundo perigoso e hostil, tão bem descrito por Georges Duby em *O ano mil*, onde surgem os primeiros indícios de hospitalidade nos mosteiros católicos espalhados pela Europa, especialmente os da ordem de São Bento, cuja vocação é a hospitalidade ao estrangeiro e viajante. Por volta do ano mil constituem-se os mosteiros cenobitas da igreja Ortodoxa em Monte Athos, na Grécia, perto da fronteira turca atual. Esses mosteiros localizados em uma península isolada também recebiam os viajantes peregrinos e, até hoje, são marcos espirituais das igrejas orientais.

Entre os caminhos perigosos e isolados e os mosteiros cultos e hospitaleiros, desenvolve-se a história e o imaginário referente ao antigo mundo rural europeu. É nos mosteiros católicos onde surgem as delícias da hospitalidade conventual: os doces, as geléias, as bebidas fermentadas e destiladas (cervejas trapistas, vinhos, o champagne desenvolvido pelo beneditino Dom Perignon, os licores) e os pães e bolos de vários tipos e sabores. Dos pomares, hortas e canteiros; das adegas e cozinhas desses templos de cultura e oração perdidos nos caminhos e montanhas rurais, surge lentamente alguns dos ícones da moderna civilização ocidental com seus prazeres e confortos cevados nos campos da história.

Sodoma e Gomorra foram destruídas por Deus ante a falta de hospitalidade de seus habitantes para com os estrangeiros. Cidades ricas e poderosas fechavam-se em si e descumpriam uma das normas mais antigas da civilização que é a hospitalidade (Gênesis, 19), chegando a cercar a casa de Lot para humilhar seus dois convidados e protegidos

sob seu teto. Para os povos árabes e orientais a hospitalidade para com os estrangeiros e visitantes é sinal de honra para sua tribo, seu clã e cidade. Em um mundo antigo onde as viagens eram poucas e perigosas, motivos de terror e desconforto, encontrar água, alimento e um abrigo seguro era uma dádiva divina. “*As primeiras necessidades da vida são: água, pão, roupa e uma casa, para resguardar a intimidade.*” (AT, Sirácida, 29.21).

É essa hospitalidade, tão clara em várias passagens do Novo Testamento cristão, que os monges das regras de São Bento e São Bernardo vão organizar ao longo da Idade Média. “*A arte cisterciense nasce e floresce na fase de maior vivacidade de um longuíssimo movimento de crescimento agrícola (...) que atingiu seu ponto máximo em 1134. Sem dúvida ele ainda não conseguiu tirar os campos europeus de sua pobreza selvagem. Os campos são ainda pouco povoados, cobertos de matos e pântanos (...) [Mas] o trigo nasce mais vigoroso; plantam-se em toda parte novas vinhas; os celeiros estão mais cheios do que nunca desde a queda de Roma; e as aldeias crescem, outras nascem nos locais em que os viajantes fazem alto, onde se trocam os grãos, o vinho, o gado, a lã e os lingotes de ferro.*” (Georges Duby, 1990, p. 13).

O constante crescimento econômico, apoiado nas práticas agrícolas mais eficientes que venceram a fome cíclica dos povos europeus, possibilitou a instalação de mosteiros, albergues, pousadas e tabernas ao longo dos caminhos e aldeias. Havia alimentos para a população local e para ser roçado ou vendido aos vizinhos e viajantes. Surge a generosidade, base da hospitalidade. “*A generosidade é a virtude do dom. Dom de dinheiro (pelo qual tem a ver com a liberalidade), dom de si (pelo qual tem a ver com a magnanimidade, ou mesmo com o sacrifício)... A generosidade é o contrário do egoísmo, como a magnanimidade o é da mesquinbaria. Essas duas virtudes são uma só e mesma coisa, assim como esses dois defeitos.*” (Comte-Sponville, 1995, p. 104-105). A dádiva, conceito tão caro a Marcel Mauss e a generosidade embasam as práticas de hospitalidade.

No caso do Brasil, as obras de Gilberto Freire e Sérgio Buarque de Holanda, relatam as práticas de hospitalidade ao longo da história. Os estrangeiros que aqui chegavam, a partir dos séculos XVIII ou XIX, encontravam alguns locais para pouso e alimentação. Se fossem conhecidos ou aparentados com os senhores dos engenhos ou fazendas teriam melhor estadia, com conforto e certa abundância alimentar. Rudyard Kipling viajou ao Brasil entre 1925 e 1927 e deixou suas impressões: “*Ocorreu-me ter sido levado a uma emocionante refeição ligeira entre ilhas e canais, margeados por uma floresta de árvores encimadas por ouro e púrpura e vigorosa vegetação rasteira. Aqui e ali moitas de goiabeiras, crescendo selvagens, apareciam ao lado de bambus majestosos; e extensões de pastagens esquecidas pendiam em escarpas das florestas até as águas ondulantes... No entanto, as ilhas encantadas eram apenas o cume de pequenos morros; e os canais, vales de terra, que vinte anos antes foram assoreados para fazer-se um lago e assim alimentar alguma hidrelétrica a serviço do Rio de Janeiro.*” (Kipling, p. 119).

Assim, é a paisagem rural brasileira, de norte a sul do país, com exceção das áreas amazônicas mais distantes, inacessíveis aos viajantes. É uma mescla de áreas utilizadas ou sub-utilizadas pela agricultura, indústria ou outras ocupações humanas, geralmente com infra-estrutura carente e marcada por certo desconforto. A hospitalidade rural brasileira precisa pautar-se, se quiser atrair turistas em número significativo, pelos padrões de qualidade

e conforto inseridos em um desenvolvimento sustentável, dos empreendimentos nacionais e internacionais que são adequadamente planejados, implementados e operados. Não é necessário luxo ou sofisticação, mas é imprescindível conforto, sinalização e segurança, em suma, uma infra-estrutura bem elaborada e mantida, um processo moderno e competente de gestão e, se possível, equipamentos de comunicação e lazer.

Alguns lugares ainda orgulham-se de sequer ter luz elétrica ou conectividade em comunicações, inclusive Internet. Isso serve para alguns pequenos nichos de mercado que não se importam com pernalongos, banhos frios, insetos e uma certa rusticidade (pseudo) romântica. É uma minoria, em termos de turistas contemporâneos. Os grandes mercados e investimentos, que se destinam aos empreendimentos que respeitam o meio ambiente natural e cultural, são sustentáveis, conseguem atingir patamares elevados de qualidade e oferecem as comodidades hodiernas, inclusive acesso às comunicações (celular, Internet), boa gastronomia e alojamentos que podem até ser rústicos, mas precisam ser limpos e agradáveis. Seja nos parques nacionais ou reservas naturais, nas fazendas, zonas rurais em geral ou em locais alternativos, existem parâmetros internacionais a serem seguidos por aqueles que desejarem se inserir nos fluxos turísticos relevantes. Os exemplos estão em Lanzarote, Costa Rica, Patagônia argentina e chilena, Bulgária, África do Sul, Açores, Madeira, Nova Zelândia e em alguns poucos destinos brasileiros.

O crescimento do turismo é uma realidade inexorável, assim como a disseminação dos valores da modernidade e do iluminismo. A história da humanidade não é linear e, sim, pontuada por movimentos contraditórios, por incoerências e paradoxos. O ser humano não detém o controle completo de sua racionalidade e a violência atávica da espécie; a natureza animal muitas vezes se sobrepõe aos avanços de sua cultura. Mas o progresso parece ser um destino criado por nós e desejado por todos. Para que cada vez mais pessoas possam desfrutar do prazer e do bem-estar é preciso que as sociedades se organizem e proporcionem a todos o acesso às necessidades básicas e aos desejos das pessoas.

O turismo é um grande negócio global, mas é mais do que isso. É um convite à convivência entre pessoas, etnias e culturas diferentes. É uma possibilidade de conhecer o planeta (e, no futuro, o espaço sideral) com sua natureza exuberante e suas culturas variadas. A viagem é uma preciosidade do imaginário das pessoas e sua realização expressa sentimentos variados e conflituosos. Somos paradoxais e contraditórios, mas sabemos o que é bom para nós e precisamos negociar sempre sobre como possibilitar que todos tenham condições de entender e conseguir os seus bens materiais ou não materiais (intelectuais, espirituais, sexuais, etc.). O século XX e o início do XXI não foram como os idealistas do século XIX desejaram e imaginaram. Porém, se muita coisa ruim inesperada aconteceu, muita coisa boa também surgiu no instigante horizonte da história. Se nos organizarmos e exigirmos um mundo melhor para todos, com certeza mudanças acontecerão. Não devemos aceitar passivamente a inexorabilidade das “coisas”, mas lutar por nossos ideais e contra o obscurantismo, a ignorância e a repressão.

Turismo é, acima de tudo, prazer, que é o mais alto grau da satisfação humana. Esse prazer não pode ser egoísta ou isolado de outras dimensões da vida humana, não

pode ser negado por elas como aconteceu muitas vezes ao longo da história, especialmente nas perversões motivadas por patologias religiosas. O judaísmo já foi, no passado, uma religião que negava o prazer aos seus seguidores. O cristianismo, durante séculos, reprimiu e torturou aqueles que não se submetiam à neurose de alguns de seus líderes seculares. O islamismo hoje vê um pequeno grupo de seguidores tentar reviver o horror de um passado que julgávamos enterrado. Mas a barbárie sempre pode ressurgir, geralmente quando há miséria, exploração e ignorância. Em meio à complexidade do mundo e das características conflituosas de nossa espécie, entre o que nos foi legado pela biologia e o que ansiamos pela cultura, há espaço para o sonho e a esperança. Sociedades livres, ricas e organizadas sempre podem oferecer melhores frutos aos seus membros.

O turismo é um desses “frutos dourados do sol”, mas para saborearmos essas delícias temos também de garantir o crescimento e a preservação das árvores frutíferas e transformar a sociedade em um “jardim das delícias terrenas”. Há um longo trabalho e muitos prazeres pela frente, a viagem talvez esteja apenas começando.

Referências

- BÍBLIA TRADUÇÃO ECUMÊNICA. *Novo Testamento*. São Paulo: Loyola, 1994.
- COMTE-SPONVILLE, *Pequeno tratado das grandes virtudes*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- DUBY, Georges. *O tempo das catedrais – a arte e a sociedade (980-1420)*. Lisboa: Estampa, 1979.
- HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- KIPLING, Rudyard. *As crônicas do Brasil*. São Paulo: Landmark, 1996.
- MALINOWSKI. *Argonautas do Pacífico Ocidental*, 1922.
- MAUSS, Marcel. *Ensaio sobre a dádiva*. Lisboa: Edições 70, 1989.
- SAID, Edward W. *Orientalismo – o oriente como invenção do ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1978.

LAZER E HOSPITALIDADE: SOB O PRISMA DA PÓS-MODERNIDADE

*Dra. Susana de Araújo Gastal
Pós Graduação Mestrado em Turismo
Universidade de Caxias do Sul – Brasil*

A presente reflexão busca compreender o lazer nas suas possibilidades de associação à hospitalidade, ambos a partir do ponto de vista de questões colocadas pelo momento cultural pós-moderno. A pós-modernidade nos defronta com a expansão da tecnologia e das cidades, que levam a novas percepções espaciais e temporais, a alteração das relações sociais.

Como cenários, por onde estes conceitos irão circular, coloca-se a pós-modernidade, compreendida como a interface cultural do processo econômico da globalização. Se nos ativermos à globalização exclusivamente pelo viés econômico, ele não dará conta de auxiliar na compreensão de processos sociais e culturais muito mais amplos, como já colocado, decorrentes entre outros da presença da tecnologia e do crescimento da urbanização. O crescimento das cidades impõe nova forma de viver e de se relacionar com o outro. Um outro que não é mais um vizinho morando na propriedade ao lado, a alguns quilômetros distância, ou mesmo que mora na casa ao lado. Hoje, o outro está acima, ao lado, abaixo, e compartilhamos com ele seus movimentos e atividades pala sua residência, queiramos ou não.

A tecnologia, entendendo-a no sentido dado por McLuhan (2005), nada mais seria do que extensões do corpo humano, que ampliam sua possibilidade de abrangência e de desempenho. Nestes termos, a roda seria uma tecnologia que ampliou o desempenho e velocidade das pernas, permitindo deslocamentos e condições muito maiores de transportar materiais. Outra tecnologia, para McLuhan, seria a escrita, que permitiu a guarda de memórias com maior eficiência, mas também a comunicação *in absentia*. Ou seja, o texto escrito permite que as ideias circulem, no tempo e no espaço, para muito além das possibilidades físicas do nosso corpo. O mesmo se daria com a fotografia, ampliando o olhar, com o telefone e com outros equipamentos. As tecnologias informatizadas colocam novas possibilidades, mas também um questionamento que, “vira e mexe”, é tema de livros e filmes, na sua possibilidade de, a partir da capacidade instalada, se auto reproduzir e inclusive “criar”, independente da presença de mãos e de cérebro humanos.

Em presença e por meio da tecnologia, altera-se a percepção humana de tempo e espaço. O tempo, que nas culturas tradicionais já foi cíclico no eterno retorno indicado pelos ciclos naturais, torna-se cronológico em presença do relógio e do calendário que, por sua vez, levam à História. Enquanto o tempo tradicional tinha como lógica, o passado e a tradição, o tempo moderno será teleológico, ou seja, sua lógica será a do futuro. É este tempo “moderno”, associado à máquina e depois a fábrica, que levará a separação entre tempo de trabalho e tempo de não trabalho, divisão ausente nas culturas rurais tradicionais. E, talvez mais importante, permitirá que o tempo se torne uma mercadoria. (GASTAL, 2006)

Enquanto no tempo de trabalho medido em horas (semana de 44 horas, semana de 40 horas, semana de 30 horas, etc.), vendemos nossa mão de obra, no tempo livre compramos lazeres: duas horas de cinema, uma hora de academia, três horas de curso de artesanato, 50 minutos de novela, 105 minutos de uma partida de futebol. Daí a relação de custo-benefício, que torna a televisão, o videogame e celular como lazeres teoricamente de baixo custo, porque os dispêndios na compra do aparelho, no consumo de luz e no pagamento da assinatura junto a concessionária, ficam diluídos entre as pilhas de contas a pagar a cada final de mês. Os gastos de celular, coisa que tendemos a não nos dar conta, são os que mais crescem nas rubricas pessoais de lazer. E as pessoas estão demorando a se dar conta que o torpedo mandado significa, em um ano, dias a menos de férias, menos cerveja com amigos, e até menos “baladas”.

Estas colocações remetem a outras consequências. Nas sociedades tradicionais, os momentos de não trabalho estavam associados ao compromisso religioso, em muito associados aos rituais cuja função seria a de tornar o passado, presente, na figura dos deuses familiares (que nos protegeriam) e na manutenção de tradições em torno da alimentação, das danças e dos cantos. A modernidade e a lógica do futuro levaram a que o lazer passasse a estar associado ao tempo de descanso e restauração de energias. Conforme a modernidade avançou, a mercantilização do tempo torna do lazer como um produto a ser comprado para preencher o tempo livre. Mas também há outra mudança: o tempo livre das culturas tradicionais estava associado a atividades coletivas, ao momento de estar com o outro, relações e aproximações permeadas por rituais muito rígidos de aproximação.

Com a modernidade, a expansão da tecnologia e da indústria cultural, o lazer deixa de ser coletivo e passa a ter atividades que significam menos trocas com o outro. Rituais como o “pedir em namoro”, o “tirar a moça para dançar”, e outros ritos de aproximação e comportamento “burguês” da vida em sociedade, foram sendo abandonados. Vejo a hospitalidade, hoje, como a forma que estamos utilizando para repactuar a nossa convivência em sociedade, quando o tempo se desmaterializa e o futuro não está mais ali, a dizer que, se “eu” não “me comportar” bem, a punição virá mais adiante, no futuro próximo ou distante. Também o espaço, enquanto ligação com o território natural, deixou de estar presente. Quem mora no 10º andar de um prédio, dificilmente sabe de onde vem o leite que bebe e muito menos a origem do trigo utilizado para fabricação do pão. Há a desumanização, pelo menos naquele sentido filosófico do legado do humanismo do Renascimento. Quando o outro se torna uma abstração, um parceiro num jogo de vídeo game do qual não conheço o rosto e que nem sei onde vive, é preciso sermos lembrados do nosso lado humano. Tanto que teóricos como Avena (2006) preferem o termo acolhimento, a hospitalidade.

O acolhimento é um ato voluntário que introduz um recém-chegado, ou um estranho, em uma comunidade ou um território, que o transforma em membro desta comunidade ou em habitante legítimo deste território e que, a este título, o autoriza a beneficiar-se de todas ou parte das prerrogativas que se relacionam com o seu novo status, definitivo ou provisório (Gouirand, 1994, *apud* AVENA, 2006, p. 140).

Para Camargo (2004), a hospitalidade envolve “o dom deve ser recebido, aceito”. Recusar uma ajuda, ou um presente, é recusar o vínculo social proposto, é visto como uma

ofensa, indo ao encontro da face inversa da hospitalidade, a hostilidade. A hostilidade é um risco para quem oferece o acolhimento e para quem o recusa. Outra lei não escrita desse ritual é que “receber implica aceitar uma situação de inferioridade diante do doador” (*idem*, p. 22). Portanto, é importante, sim, aproximar o lazer e a hospitalidade, se retomarmos o lazer como prática social de estar no mundo e de estar com o outro. O lazer solitário acaba por carecer de sua principal função, a de ligar e religar as pessoas entre si e com o mundo.

Referências

AVENA, B. M. *Turismo, educação e acolhimento: um novo olhar*. São Paulo: Roca, 2006.

CAMARGO, L. O. de L. *Hospitalidade*. São Paulo: Aleph, 2004.

GASTAL, Susana. *Alegorias urbanas - o passado como subterfúgio: tempo, espaço e visualidade na pós-modernidade*. São Paulo: Papyrus, 2006.

MCLUHAN, Marshall. *Os meios de comunicação como extensões do homem*. São Paulo: Cultrix, 2005.

LAZER, HOSPITALIDADE, IDENTIDADES E CULTURAS REGIONAIS E LOCAIS

Me. Leopoldo Gil Dulcio Vaz

Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão - Brasil

A cultura é uma manifestação coletiva que reúne heranças do passado, modos de ser do presente e aspirações, isto é, o delineamento do futuro desejado.

Milton Santos.

Eventos são uma forma inigualável de atração turística, afirma Getz (*apud* REIS, 2008), e megaeventos esportivos são excelentes produtos turísticos (PREUSS, 2008). Evento pode ser definido da seguinte maneira: *uma concentração ou reunião formal e solene entre pessoas e/ou entidades realizada em data e local especial, com objetivo de celebrar acontecimentos importantes e significativos e estabelecer contatos de natureza comercial, cultural, social, familiar, religiosa, científica, etc.* (ZANELLA, 2006, p. 13). Turismo de eventos é definido por Getz (*apud* ZANELLA, 2006) como a sistematização do desenvolvimento e do marketing de eventos como atração turística. Devido a esta característica, eles são considerados lucrativos e, portanto, interessantes para a indústria do turismo, que é baseada na promoção de um local. Esse autor (*apud* HALL, 1992) assevera: o turismo de evento está interessado no desenvolvimento do destino e na maximização da atratividade de um evento para os turistas. Por sua elevada importância para uma cidade, região e país como um todo, com um vasto campo ainda a ser explorado, incentiva o desenvolvimento sócio - econômico local, contribuindo para geração de emprego, renda e criação de infra-estrutura que beneficia não só o turista, como a população da cidade (TASSIS, 2009).

O sucesso de um megaevento tem base na capacidade a ser utilizada para iniciar futuros programas de renovação e regeneração na cidade e obter amplo suporte público para fazê-lo. Dessa forma a cidade alcançaria o denominado “legacy momentum”, que é a capacidade da cidade e da economia regional seguir seu crescente caminho após o imediato e natural decréscimo da atividade econômica que surge ao término do evento (MAZO, ROLIM, PEREIRA DaCOSTA, 2008). Os legados que determinam os benefícios dos megaeventos esportivos são: (1) infra-estrutura, (2) saber e conhecimento, (3) imagem, (4) economia, (5) comunicações e (6) cultura (SILVA, 2008).

Os megaeventos significam mudança e transição. Portanto, seu legado é um misto de conquista tangível e intangível. Impactos econômicos, legados para a infra-estrutura e modificações urbanas estão entre os mais comuns e mais investigados legados tangíveis do turismo de eventos esportivos; três dos mais citados impactos desta ordem são: promoção de imagem, impactos sócio-culturais e impactos políticos (REIS, 2008).

Para Mazo, Rolim e Pereira DaCosta (2008), utilizando-se de Poynter, esses legados podem ser de ordem “hard” - infra-estrutura, reorientação dos espaços da cidade, aumento do conforto, novos tipos de uso dos terrenos e atividades econômicas (portanto,

tangíveis). Pode-se medir com acuidade os custos e benefícios tangíveis diretos, tais como os investimentos necessários, custos administrativos de planejamento, organização e realização do evento. Mas as cidades também têm importantes ganhos “soft” que se traduz em confiança, entusiasmo, reputação, incremento do turismo nacional e internacional, status e orgulho local (intangíveis).

Isso se traduz pelas motivações elencadas pelo Departamento de Turismo do Governo do Canadá para sediar megaeventos, ou seja: *para elevar a atividade cultural na comunidade; para atrair turistas; para envolver a comunidade em celebrações cívicas; para desenvolver a participação popular nas artes, artesanato, esportes ou atividade física; para estimular e promover a comunidade para benefício público; para promover intercâmbio político e cultural; para criar e reforçar o espírito de boa vontade entre os grupos sociais e étnicos da comunidade; para chamar a atenção do público para características ou atrações únicas da comunidade; e, finalmente, para conseguir rendas que possam ser usadas para benefícios sociais da comunidade, de outro modo.*

Por exemplo, nos Jogos Olímpicos, grande parte dos legados valorizados pelo Movimento Olímpico são intangíveis, já que grande parte da força dos Jogos deriva de seus símbolos e simbolismos. Para Mazo, Rolim, e Pereira DaCosta (2008), baseados em vários autores, não é possível quantificar o impacto dos Jogos em termos de valorização ‘moral’ e o maior impulso “por trás” deles é promover a cidade-sede enquanto cidade global. Assim, a importância de benefícios imateriais aumentou ainda mais.

Um argumento importante a favor do impacto positivo intangível na promoção de imagem é que megaeventos esportivos atraem mídia em grande escala. Desta forma, o evento e, conseqüentemente, sua sede, é transmitido por todo o mundo ganhando visibilidade e propaganda internacional gratuita. Assim, parece que a atenção da mídia internacional leva à promoção que modela a imagem da cidade, região ou país-sede de forma a se tornar um destino turístico em potencial.

Para Bechara (2008) entender o esporte como fenômeno social é admitir o princípio de que ele pode ser fator de desenvolvimento em qualquer nação e que o mesmo tem o compromisso de gerar legados para o progresso humano.

Legados, não só de infra-estrutura das práticas esportivas mas, principalmente, da criação de melhores ambientes urbanos, melhores condições ambientais, melhores condições de inserção social e criação de oportunidades de APL (Arranjos Produtivos Locais). Pergunta: *“o que deve ser considerado no planejamento e na produção de megaeventos?”* Em resposta, afirma que o planejar um megaevento é considerar a necessidade de utilização do geomarketing esportivo, conceituado como a utilização da geografia para conhecer e tangibilizar a relação espaço-temporal de uma determinada região, onde se encontram as instalações esportivas, identificando seus respectivos: “legados”, relevantes para a sociedade, e considerando os “impactos” produzidos e a “abrangência” dos mesmos.

Identifica, então, os legados de megaeventos esportivos como sendo de natureza: Infra-estrutura urbanística (16 itens); Econômica (16 itens); Social - Demografia/Habitação - Saúde - Segurança (15 itens); Educacional (6 itens); Ambiental (5 itens);

Esportivo (6 itens); Cultural (6 itens); de Turismo e Hospitalidade (11 itens); Político (3 itens); de Conhecimento e de Tecnologia (5 itens).

No que diz respeito ao legado de Turismo e Hospitalidade, Bechara (2008) identifica 11 itens de referência que o compõem: Ocupação x ociosidade da indústria hoteleira. Número de hotéis na região, por classificação. Número de motéis na região, por classificação. Número de “pontos turísticos” na região. Qualidade do paisagismo natural. Arquitetura e beleza das construções. Número de turistas recebidos. Total, em dólar, gasto pelos turistas. Número de restaurantes na região, por classificação. Número de albergues. Número de espaços destinados a acampamentos. Número de eventos internacionais, nacionais e regionais.

A discussão dos legados implica, assim, a reflexão sobre as culturas regionais e locais.

Identities e culturas regionais e locais

A cultura confere uma identidade coletiva a um determinado grupo social, espacialmente definido e historicamente determinado. Já a identidade, para Castro (citado por BETTIO, 2000), é um processo em constante movimento e é o que faz com que o indivíduo reconheça a si mesmo, a priori, como parte de uma identidade coletiva, reconhecendo aos outros como iguais, estabelecendo uma relação íntima ou essencial entre ele e seu grupo. Portanto, a identidade se constrói dentro de um mecanismo que engloba a consciência de si mesmo e o reconhecimento do outro. Assim, a identidade de um povo é o resultado da identidade individual e coletiva estabelecidas pelos membros de uma mesma comunidade.

Então, ao se buscar a identidade, fatalmente chegar-se-á a quem realmente se é. A essência cultural é o que une os povos, permitindo que se reconheçam como grupo, como coletividade diante de sua diversidade. A identidade irá se concretizar a partir da consciência de que a riqueza das pluralidades culturais, reveladas através da memória coletiva, está inserida no potencial de superação de marcas particulares do indivíduo. Até que ponto é possível conservar essa identidade num mundo marcado pela intensificação de fluxos globais de informação? É possível pensar em mundialização da cultura?

No caso do Maranhão, com o qual estou mais familiarizado, isso vem ocorrendo com as manifestações do Bumba-meu-Boi, que vem deixando de ser o pagamento de uma promessa a São João, pelos brincantes do Boi, para se transformar em um negócio, formando-se uma ‘companhia de dança’, com músicos e dançarinos profissionais.

É de todo pertinente o registro de Carlos de Lima (2002, p.15): *“Aos grupos folclóricos moderninhos que insistem em se autodenominar bumba-meu-boi, apropriaram-se na brincadeira junina tradicional e transformaram-na em um show de TV, espetáculo colorido e esfuziante, agradável aos olhos, senão imitação pelos menos inspirados nos grupos de ‘tchan’ ou nas escolas-de-samba.” (...)* *“O antigo rebanho agora se chama quadra de ensaio. Os cordões são alas. A dança primitiva e espontânea obedece a uma coreografia ensaiada por experts de ballets. O amo passou a mestre-sala. Os adereços têm grifes de renomados artistas plásticos. Enfim, o boi sofisticou-se.” (...)* *“Aliás, realçado pelas reduzidas*

indumentárias das brincantes que põem em destaque as formas esculturais de verdadeiras modelos. Mas, por que chamá-lo bumba-meu-boi? Por que não classificá-lo, com toda a propriedade e justiça como grupo de dança folclórica, teatro de rua ou coisa equivalente?”

O turismo apropria-se de rituais comunitários (alguns dos quais de natureza religiosa) e outros espetáculos dirigidos aos públicos nativos, para convertê-los em *shows*, muitas vezes aproveitando-se da condição de pobreza dos integrantes dos grupos tradicionais. Aparentemente, essas apresentações seriam interessantes para a divulgação e preservação da cultura popular.

O que se verifica, porém, é o estabelecimento de dependência das apresentações ao modelo encomendado pelos órgãos promotores, privilegiando os aspectos visuais do espetáculo, em detrimento da diversidade musical e coreográfica da manifestação folclórica.

Nesse processo de (re)criação e (re)invenção da festa, os rituais, que inicialmente possuíam um caráter quase espontâneo dos valores e das tradições populares dos diversos grupos sociais, vêm sendo apropriados pelos administradores públicos e empresariais, transformando-se em megaeventos, cujo caráter de empreendimento econômico e comercial tornou-se muito acentuado. Uma vez institucionalizados pelo poder público, esses eventos têm assumido a forma de grandes espetáculos urbanos, atraindo pessoas e gerando renda (BEZERRA, 2008).

Temos, assim que a relação entre o turismo e cultura local é muitas vezes abordada somente na perspectiva econômica. Para o turismo visto como “explorador”, as tradições e o folclore são formas de agregar valor à sua função produtiva. O uso do folclore por esse tipo de turismo abrange a imposição de transformações nas práticas tradicionais, visando a sua espetacularização, para que se torne a manifestação folclórica atraente ao consumo massivo, descaracterizando assim a autenticidade da manifestação popular em si. (KRIPPENDORF, 2000)

Referências

BECHARA, Marco. Modelo M4 para gestão de legados de megaeventos esportivos com foco na responsabilidade social e políticas públicas. In: PEREIRA DA COSTA, Lamartine e outros (Org.). *Legados de megaeventos esportivos*. Brasília: Ministério do Esporte, 2008. p. 261-265.

BETTIO, Valéria Maria da Silva. *Movimento brasileiro: crítica e nacionalismo no Modernismo*. Porto Alegre: PUC-RS, 2000.

BEZERRA, Amélia Cristina Alves. Festa e cidade: entrelaçamentos e proximidades. *Espaço e Cultura*, UERJ, Rio de Janeiro, n. 23, jan./jun. 2008, p. 7-18.

GETZ, D. Special events: defining the product. *Tourism Management*, v.10, n.2, p.125-137, 1989, p. 125, citado por REIS, Arianne Carvalhedo. Megaeventos e turismo: uma breve revisa. In: PEREIRA DA COSTA, Lamartine e outros (Org.). *Legados de megaeventos esportivos*. Brasília: Ministério do Esporte, 2008. p. 511-517.

HALL, C. M. *Hallmark tourist events: impacts, management & planning*. Londres: Belhaven Press, 1992.

KRIPPENDORF, Jost. *Sociologia do turismo: para uma nova compreensão do lazer e das viagens*. São Paulo: Aleph, 2000.

LIMA, Carlos de. Os bois entre aspas. *Boletim da Comissão Maranhense de Folclore*, 18, São Luís, dez. 2002, p.15.

MAZO, Janice Zarpellon; ROLIM, Luis Henrique; PEREIRA DaCOSTA, Lamartine. Em busca de uma definição de legado na perspectiva de megaeventos olímpicos. IN: PEREIRA DA COSTA, Lamartine e outros (Org.). *Legados de megaeventos esportivos*. Brasília: Ministério do Esporte, 2008. p. 119-121.

PREUSS, Holger. Impactos econômicos de megaeventos: Copa do Mundo de Futebol e Jogos Olímpicos. In: PEREIRA DA COSTA, Lamartine e outros (Org.). *Legados de megaeventos esportivos*. Brasília: Ministério do Esporte, 2008. p. 81-92.

REIS, Arianne Carvalhedo. Megaeventos e turismo: uma breve revisa. In: PEREIRA DA COSTA, Lamartine e outros (Org.). *Legados de megaeventos esportivos*. Brasília: Ministério do Esporte, 2008. p. 511-517.

SANTOS, Milton. Da cultura à indústria cultural. *Jornal Folha de S. Paulo*, Caderno Mais, 19/03/2000, p. 19.

SILVA, Dirce Maria Corrêa da; RIZZUTI, Elaine. Tendências atuais do conhecimento sobre gestão e economia de megaeventos e legados esportivos segundo Holger Preuss da Universidade de Mainz, Alemanha (Texto interpretativo de apresentação oral e debates). In: PEREIRA DA COSTA, Lamartine e outros (Org.). *Legados de megaeventos esportivos*. Brasília: Ministério do Esporte, 2008. p. 93-103.

TASSIS, Betinna Almeida de. *Eventos culturais e sua interface com o desenvolvimento sustentável*. Governador Valadares: Universidade Vale do Rio Doce, 2009. (Monografia de Especialização do Curso de Gestão do Território e Patrimônio Cultural)

ZANELLA, Luiz Carlos. *Manual de organização de eventos: planejamento e operacionalização*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

LAZER, HOSPITALIDADE E TECNOLOGIAS

Dra. Gisele Maria Schwartz

Departamento de Educação Física Instituto de Biociências/UNESP – Campus de Rio Claro, SP - Brasil

Líder do LEL – Laboratório de Estudos do Lazer

As tecnologias possuem um papel central no processo de concepção, promoção, distribuição, organização e venda de produtos turísticos, de lazer e de hospitalidade, conforme salientam Poon (1993) e Sheldon (1997). Para que os processos de informação e de gestão aconteçam eficazmente, os recursos tecnológicos representam fontes importantes, inclusive, promovendo vantagens competitivas sustentáveis e provendo estratégias diferenciais, especialmente no que tange a esses âmbitos das indústrias do lazer, do turismo e da hospitalidade.

O uso de tecnologias pelas empresas de hospitalidade pode oferecer vantagens gerenciais primordiais, já que facilita a operacionalização tática, capaz de propiciar inovadas formas e canais de comunicação entre o produto e a demanda dos usuários. No entanto, apesar de já se fazer uso de alguns dos diversos recursos tecnológicos disponíveis em aspectos ligados à área de turismo (por exemplo, *check-in online*), o âmbito da hospitalidade, de modo mais geral, ainda se mostra parcimonioso nesse sentido, já que, como apontaram as pesquisas de Whittaker (1987) e posteriormente de Beaver (1995), as tecnologias são ainda sub-utilizadas neste campo, principalmente por empresas de pequeno e médio portes.

Os fatores que determinam essa sub-utilização tecnológica podem ser inúmeros e estão vinculados, especialmente, à falta de conhecimento e de treinamento adequados de profissionais para manipular os recursos tecnológicos, assim como, o nível instrucional e a idade de alguns proprietários de estabelecimentos, os quais são relutantes em adotarem as tecnologias mais atuais e sofisticadas, por não terem acompanhado a evolução nesse campo. Também representam empecilhos as questões econômicas, advindas da impossibilidade de aquisição de materiais e equipamentos especializados.

Entretanto, Muller (2010) adverte que as vantagens na utilização de recursos tecnológicos para as áreas do turismo, do lazer e da hotelaria são imediatamente reconhecidas, assim que se superam as barreiras anteriormente evidenciadas. A utilização correta de equipamentos tecnológicos favorece a captação e a disseminação de informações em tempo bastante reduzido, ampliando as possibilidades de minimização de tarefas repetitivas e da utilização mais criativa do tempo de trabalho.

Não é só a necessidade de evoluir que pode ser fator catalisador do uso de tecnologias nesse contexto da hospitalidade, mas, inclusive, a própria demanda dos consumidores e a perspectiva de satisfação de suas expectativas reais, já são impulsos bastante convincentes nesse sentido. Pode-se perceber que, tanto as agências e operadoras de turismo, assim como, os bares, restaurantes, espaços e equipamentos de lazer em hotéis e outros contextos podem ser altamente beneficiados no que diz respeito à eficiência de seus serviços e com as vendas em conectividade.

Estas perspectivas ressaltam o envolvimento destes campos na necessidade de promoção do bem-estar ao consumidor, não apenas para uma venda em especial, mas, inclusive, para garantir a fidelização desse consumidor. Este aspecto reforça os níveis de competitividade na indústria do entretenimento e da hospedagem, no campo do lazer. Sendo assim, pode-se afirmar que o uso adequado e eficaz de recursos tecnológicos possui relação direta com a perspectiva de se agregar valor ao produto de hospedagem.

Os diversos sistemas organizacionais que dão suporte ao setor do lazer, do turismo e da hospitalidade, de modo geral, procuram introduzir recursos tecnológicos para melhoria de suas gestões. Quando se aborda o tema relativo ao uso de tecnologias, não se está restrito, apenas, ao uso de Internet ou dos aparelhos de alta tecnologia em telefonia. Esses recursos que entram em cena no setor de hospedagem, turismo e lazer envolvem muitos outros elementos tecnológicos.

O setor de restaurantes, por exemplo, assimilou produtos como geladeiras de última geração, aparelhos para melhoria da estocagem de alimentos, especialmente com a preocupação de uso da chamada linha verde, que diz respeito a produtos de baixo consumo de energia. O campo de ação dos hotéis também se adequou ao uso de diversas tecnologias, como os telefones nos quartos, redes *WI-FI*, luzes inteligentes, chaves magnéticas, sistemas de reserva *online*, além dos computadores adotados pelos funcionários nas recepções. A indústria de telefonia, também associada aos setores da hospitalidade, com o uso de tecnologias apropriadas, pode reduzir os custos operacionais dos serviços, com a utilização de outras fontes de energia, permitindo a essas organizações, criarem novos modelos e paradigmas referentes aos serviços oferecidos aos consumidores.

Da mesma forma, as empresas de transportes, também diretamente associadas ao nicho da hospitalidade, alavancaram suas condições, com base no uso de computadores de última geração dentro e fora das aeronaves, para ampliar o sucesso e a qualidade dos serviços. Implementaram, inclusive, as condições de vendas de passagens, com a possibilidade de compras feitas *online* e serviços rápidos de atendimento ao cliente desse setor.

Conforme já evidenciaram Buhalis e Main (1998), existem dois grandes fatores que afetarão o mercado da hospitalidade no futuro próximo, que são a customização massiva e a descentralização de serviços de intermediários. Esses autores ainda evidenciam que os processos de venda por contato direto serão o ponto crucial nesse mercado e isto só será possível por intermédio do domínio e do uso adequado dos recursos tecnológicos.

As empresas que lidam com hospitalidade, especialmente aquelas consideradas de pequeno e médio portes, são em número cada vez maior e representam uma grande força geradora e promotora de eventos, de turismo e de receptivos, buscando atingir o mercado e a expectativa da procura destes serviços no contexto do lazer. Entretanto, pela dificuldade em aprimorar os serviços, pela relutância e incapacidade em acompanhar a evolução do uso das tecnologias, que envolve a rapidez de propagação das informações, estas empresas correm o risco de ficar à margem da procura dos usuários desses serviços, conforme alertaram também Buhalis e Main (1998).

Portanto, o aprimoramento do atendimento referente a bares, restaurantes, rede hoteleira, serviços de transporte e turísticos, entre outros elementos que podem ser considerados secundários, mas que fazem parte direta ou indiretamente das indústrias do lazer, do turismo e da hospitalidade, necessitam, também, estar atentos às novas demandas para alcançarem o que o mercado consumidor neste sentido almeja. Estas inovações, entretanto, não devem ser apenas sazonais, para atender determinada época ou modismo, mas sim, revigorando-se a qualidade dos serviços prestados, com base em gerenciamento prévio e em Políticas de ação eficazes.

No momento em que o Brasil é projetado internacionalmente, pelo fato de sediar vários eventos de natureza esportiva de grande porte, como o Campeonato Mundial de Handebol Feminino de 2011, os Jogos Mundiais Militares de 2011, a Copa das Confederações de 2013, a Copa do Mundo de Futebol em 2014, os Jogos Olímpicos em 2016 e os Jogos Paraolímpicos de 2016, diversos desafios se tornam presentes. Estes desafios envolvem toda a organização social em seus diferentes segmentos, especialmente no que concerne à hospitalidade, no sentido de se preparar para a demanda que está por vir.

Não obstante os megaeventos esportivos de caráter mundial já serem reconhecidos como capazes de interferir no desempenho dos setores econômico, político e social de cada nação sede, no Brasil, a mobilização para tomadas de decisões sobre negócios e oportunidades referentes à hospitalidade nesses setores, ainda é bastante sutil. Para acompanhar essas novas demandas, merece destaque e atenção especial a necessidade de atualização tecnológica, para captação e disseminação das informações, para gestão e produção voltadas aos setores envolvidos.

Torna-se importante que estes setores econômicos e de negócios viabilizem estratégias de implementação de planos e programas, capazes de assegurar a participação efetiva nas oportunidades advindas desses eventos. Além dos aspectos relevantes associados à gestão e à administração de investimentos em adequação da infra-estrutura e de capacidade das cidades selecionadas, encontram-se outros igualmente importantes e, ainda, pouco explorados, como a idéia do fomento à hospitalidade, a qual está associada aos nichos de restaurantes, hotelaria e hospedagem de modo geral, transportes, lazer, turismo, entre outros. A população flutuante, interna e externa, que se agrega a estas cidades durante os megaeventos é massivamente ampliada, demandando projetos urgentes e eficazes de organização em todos esses campos e de apropriação de todo o arsenal tecnológico disponível.

Portanto, é bastante relevante que as Políticas Públicas vigentes, aliadas aos bancos, investidores e todo o setor econômico, concentrem atenção nestas demandas, para aproveitar as oportunidades advindas desses megaeventos, favorecendo investimentos e taxas diferenciadas, no sentido de incentivar pequenas e médias empresas a não ficarem de fora destas oportunidades. Sendo assim, com base nestas premissas, as ações dos órgãos governamentais e de serviços financeiro, entre eles, os bancos e todos os envolvidos no setor econômico, devem ter seus horizontes alargados, no sentido de captar essa demanda. Para tanto, torna-se vital o investimento em planejamento e preparação para assumir as oportunidades advindas da demanda sobre esse nicho referente à hospitalidade.

Para que isto seja viável, torna-se importante a implementação de programas de treinamento, com capacitação técnica e qualificação de pessoal interessado, para ampliar o *rol* de negócios de capitalização, especialmente das pequenas e médias empresas do setor de hospitalidade, valorizando o uso das novas tecnologias. Inclusive, é bastante importante mobilizar aspectos específicos de preparação para a recepção de um fluxo crescente nos atendimentos diretos a pessoas, lembrando que esse fluxo abarca, tanto a população fluante brasileira, como a estrangeira, envolvendo a perspectiva de geração de milhares de empregos diretos e indiretos no setor.

Algumas medidas são primordiais, como a revitalização sobre a compreensão do comportamento do consumidor pelas empresas, favorecendo recursos para que estas se preparem para uma abordagem pontual, com base em incentivos fiscais, apoio financeiro, investimentos, com taxas diferenciadas a quem efetivamente estiver disposto a evoluir e precisar de crédito para os negócios associados a estes eventos e a outras demandas envolvendo os setores do lazer, do turismo e da hospitalidade.

Essas medidas, se devidamente gerenciadas no âmbito das Políticas Públicas, podem ter ressonâncias imediatas, impactando, inclusive, o desenvolvimento socioeconômico do país. Sendo assim, é premente que se tome a frente na preparação para essa demanda que está por vir, em relação aos setores da hospitalidade, alavancando estratégias de bem-receber, voltadas ao incentivo para a utilização de recursos tecnológicos. É vital que se ampliem as ações qualitativas para acompanhar e liderar esse futuro, que já é realidade no presente, promovendo propostas que terão grande impacto social e econômico.

Considerações finais

Todas as empresas que não fizerem uso de tecnologia e não acompanharem a evolução que o mundo tecnológico propõe estarão, provavelmente, fadadas ao insucesso, já que não conseguirão manter a conexão com os consumidores, os quais estão cada vez mais ávidos por velocidade e eficácia nas transações que procuram. Por muitas décadas, o setor envolvendo a hospitalidade se apoiou no trabalho basicamente humano, para ampliar a produtividade, especialmente envolvendo habilidades específicas de gestão e condução das pessoas que ofereciam esses serviços.

Porém, com o avanço tecnológico promovido nas últimas décadas, houve necessidade de adequações e diferenciações nesse trato. Isto envolveu as diversas tecnologias e recursos que ampliaram a conectividade e promulgaram o aumento de usuários nesse setor.

Como evidenciaram Buhalis e Main (1998), para que as empresas nesses setores envolvendo a hospitalidade possam ser consideradas atualizadas, elas necessitam conhecer as alterações advindas da evolução tecnológica. Precisam, inclusive, atender à demanda dos consumidores que valorizam, cada vez mais, a possibilidade de estarem constantemente conectados e informados, com base no uso de tecnologias avançadas.

Sendo assim, é importante reconhecer a necessidade de alteração de condutas, de habilidades e conhecimentos, associados à contínua motivação para a introdução de

mudanças nos setores da hospitalidade, para que novos serviços sejam promovidos e novos formatos de gestão sejam criados. Também é importante a mobilização de novas Políticas Públicas, capazes de implementar modelos mais atuais e eficazes de atendimento às necessidades desses setores.

As empresas que rapidamente reconhecerem a importância do uso da tecnologia para sua evolução, com base no apoio de modelos Políticos que incentivem a criação de subsídios para essas empresas se revigorem no contexto da atualização tecnológica, terão todo um diferencial e farão toda a diferença no futuro do campo da hospitalidade.

Referências

- BEAVER, A. Lack of CRS accessibility may be strangling small hoteliers, the lifeblood of European tourism. *Tourism Economics*, v. 1, n. 4, p. 341-55, 1995.
- BUHALIS, D., MAIN, H. Information technology in peripheral small and medium hospitality enterprises: strategic analysis and critical factors. *International Journal of Contemporary Hospitality Management*, v.10, n. 5, p. 198-202, 1998.
- MULLER, C. Hospitality technology: a review and reflection. *Worldwide Hospitality and Tourism Themes*. v. 2, n. 1, p. 9-19, 2010.
- POON, A. *Tourism, technology and competitive strategies*. Oxford: CAB, 1993.
- SHELDON, P. *Tourism information technology*. Oxford: CAB, 1997.
- WHITAKER, M. Overcoming the barriers to successful implementation of information technology. *International Journal of Hospitality Management*, v. 6, p. 229-35, 1987.

LAZER, TURISMO E TECNOLOGIA

Dr. Giovanni De Lorenzi Pires

Centro de Educação Física e Desportos da Universidade Federal de Santa Catarina

Líder do Laboratório LaboMidia

A escolha da “hospitalidade” como tema central desta 22ª edição do ENAREL está ligada ao movimento mais amplo de sociedade que interpela a todos nós a respeito das demandas, possibilidades e impactos provocados pela realização de megaeventos esportivos no Brasil nos próximos seis anos.

O turismo é um dos campos mais diretamente envolvido com tais eventos, uma vez que o fluxo de pessoas que deverá acorrer ao país para acompanhar as disputas ou mesmo aproveitar os pacotes turísticos da ocasião tende a aumentar consideravelmente, tanto em quantidade quanto em nível de exigência na qualidade da oferta dos serviços.

Por sua estreita relação com o campo dos estudos do lazer, o turismo também provoca essa comunidade acadêmica a desenvolver reflexões e proposições que contribuam para a qualificação desta área, numa perspectiva que atenda as demandas mais prementes dos eventos, mas também garanta a permanência e a extensão de tais melhorias a toda a população brasileira.

Neste sentido, as tecnologias parecem poder oferecer contribuições importantes, especialmente aquelas ligadas ao campo do desenvolvimento e gestão da informação (TI).

É a partir deste cenário que me proponho pensar algumas questões sobre o tema, ressaltando o seu caráter introdutório e os limites que se impõem, o que me faz iniciá-las pelo campo com o qual me encontro mais à vontade, que é o das tecnologias de informação e comunicação (TICs).

O desenvolvimento dos processos de digitalização para produção, organização e distribuição de informações desencadeou uma série de novas e amplas possibilidades para o trato e o acesso às informações. As tecnologias digitais permitem agilidade no tráfego de dados, facilidades no seu armazenamento e condições favoráveis para o seu consumo por parte dos usuários.

Obviamente, as tecnologias digitais, assim como todas as tecnologias desenvolvidas pelo homem, não são neutras, dado ao fato de que o seu surgimento se dá numa sociedade orientada pela perspectiva da acumulação do capital e organizada em classes sociais, economicamente diferenciadas. Isso implica que essas tecnologias expressem evidente ambigüidade: a medida que, em tese, democratizam o acesso às informações, também o fazem na perspectiva da distribuição assimétrica destas, conforme as condições de aquisição dos serviços. Isso pode ser percebido claramente, em nosso país, no que se refere ao acesso e uso da banda larga de internet por parte dos diversos segmentos da sociedade.

Feita tal ressalva, penso que podemos refletir sobre algumas possibilidades de associação entre turismo, lazer e tecnologias digitais. Para tanto, pretendo indicá-las na forma de breves tópicos, conforme a centralidade dos propósitos envolvidos:

1. Na divulgação: através de mecanismos como vídeos promocionais, sites, redes de relacionamento, televisão, etc., os eventos, cidade, país e os respectivos serviços turísticos podem ser divulgados em esfera global, gerando uma sensibilização dos possíveis interessados e criando uma espécie de agendamento; nesta etapa, o importante parece ser a capacidade de mostrar a importância do evento, mas também outras possibilidades turísticas e culturais, como belezas naturais, eventos artísticos paralelos, etc., o que permite alcançar também possíveis usuários não diretamente envolvidos com o esporte.

2. No marketing: a partir dos valores culturais e turísticos agregados na divulgação dos eventos, cabe agora materializar essas intenções, através da oferta de pacotes que envolvem transporte, hospedagem, acesso aos eventos, etc. Aqui, o suporte tecnológico é fundamental, dado ao fato de que um relacionamento amistoso e seguro com o usuário é condição essencial para a concretização dos negócios.

3. Nos serviços públicos: as condições gerais de segurança, acesso a informações, mobilidade urbana, infraestrutura aeroportuária, telecomunicações, entre outros serviços disponibilizados pelos poderes públicos, também podem ser sensivelmente favorecidos pela tecnologia digital, como uso de câmeras de segurança em locais de grande fluxo de pessoas, oferta gratuita e qualificada de informações via celular e internet, organização racional do trânsito urbano, com prioridade para o transporte coletivo e rápido, etc.

4. No acesso ao evento: por se tratar de eventos cujos altos custos demandam a venda de ingressos a preços nem sempre acessíveis a grande parte da população local e mesmo para os turistas, é preciso que outras formas de acesso ao evento sejam garantidas também através de diferentes suportes tecnológicos, como telões em espaços públicos, disponibilização em sistemas de TV aberta e por assinatura (em preços compatíveis), via internet e em telefones celulares – a realização dos megaeventos pode ser a oportunidade para a popularização da TV digital no país, especialmente por suas características de portabilidade.

5. Nos pós-eventos: na perspectiva das TICs, o registro digital (fotos, vídeos) e os mecanismos de consulta de satisfação parecem ser eficientes recursos de fixação e ampliação do fluxo turístico, criando empatia como o usuário no sentido de garantir que a qualidade dos serviços oferecidos durante o evento permanecerão a disposição em outras oportunidades.

Por fim, cabe uma breve reflexão crítica, que é inerente ao exercício profissional do intelectual. Os megaeventos podem representar significativa oportunidade para o desenvolvimento de diversos campos no país, em benefício de toda a sociedade. Nas áreas aqui relacionadas – turismo, lazer e tecnologia – são muitas as demandas e as possibilidades, que levadas a bom termo poderão representar um salto qualitativo na oferta de serviços e equipamentos nestas áreas.

Porém, tendo em vista os grandes investimentos públicos que estão sendo (e ainda serão) feitos para a realização dos eventos, é primordial garantir que essa ampliação e qualificação das oportunidades de lazer e turismo, permeadas pelo emprego das TICs, sejam disponibilizadas à toda a população do país, não apenas nas cidades e regiões diretamente envolvidas nos eventos; e tampouco que sejam restritas a usuários que possam comprar por esses serviços e equipamentos.

Neste sentido, cabe ao poder público implementar políticas de abrangência e longo prazo, objetivando garantir a permanência da oferta destes serviços e equipamentos, com qualidade e em condições acessíveis, além da sua difusão para todas as regiões do país, mobilizando para tanto os gestores de todos os níveis de governo, as entidades civis, a iniciativa privada e sobretudo a participação das organizações sociais e comunitárias. Tarefas para as quais as tecnologias digitais também podem muito contribuir

HOSPITALIDADE VIRTUAL

Doutorando Danilo Roberto Pereira Santiago

*Departamento de Educação Física / Instituto de Biociências/
UNESP - Rio Claro - SP - Brasil.*

LEL – Laboratório de Estudos do Lazer

Apoio: CAPES

O significado da palavra hospitalidade ainda é pouco entendido pela maioria das pessoas. Este termo vem sendo compreendido como o ato de receber bem o visitante dentro da sua casa, cidade, estado e país, mas, sua abrangência é maior do que hospedar alguém, ou seja, a hospitalidade manifesta-se quando há uma reciprocidade entre as pessoas e essa relação vai além da interação imediata (DIAS, 2002; GASTAL, COSTA, MACHADO, 2010). A hospitalidade pode ser uma vantagem competitiva e, com a globalização do mercado e das informações, já não basta saber arrumar adequadamente um quarto de hotel, fazer uma boa comida, operar eficientemente um computador (LASHLEY, MORRISON, 2004). Atualmente é preciso ter uma formação adequada, uma equipe com habilidades desenvolvidas e trabalhando em conjunto e um bom líder, que possa supervisionar o trabalho de seus subordinados. Para Dencker (2004) o comportamento hospitaleiro é o diferencial que os estabelecimentos podem oferecer, sendo a hospitalidade, uma condição básica para a sobrevivência de qualquer empreendimento, principalmente dos que lidam diretamente com pessoas.

De acordo com Camargo (2004), existem dois eixos para delimitar os campos de estudos da hospitalidade, sendo eles: o eixo cultural, relacionado ao ato de receber, *hospedar*, alimentar e entreter, e o eixo social, elencado pelas atividades doméstica, pública, comercial e, mais recentemente, incluindo a virtual. Para o autor, a inclusão da hospitalidade virtual engloba *sites na internet de empresas, cidades, órgãos públicos, indivíduos*, entre outros segmentos, e é uma tendência contemporânea, sendo *difícil imaginar o futuro da hospitalidade*, a partir desse momento, *sem essa ligação com o ambiente virtual*

Hospitalidade no ambiente virtual

O ambiente virtual é fruto das novas tecnologias de informação e comunicação (TIC), podendo ser entendido como o conjunto de conhecimentos e princípios científicos desenvolvidos com o intuito de planejar, construir e utilizar um equipamento para um determinado tipo de atividade. Esse ambiente, proveniente da era digital, possibilita às pessoas irem além da interação imediata e, nesse sentido, as novas tecnologias, na atualidade, são consideradas um dos principais meios de informação e comunicação, por estarem presentes nas atividades diárias das pessoas e poder proporcionar bem-estar e a satisfação de expectativas em um curto espaço de tempo. A afinidade do ser humano com estes recursos e o conforto gerado por essas novas ferramentas tecnológicas fazem com que não seja possível viver na atualidade sem elas, pelo fato delas exercerem grande influência, seja

no âmbito do trabalho, na ciência, nos meios de comunicação, na saúde, no transporte, nos relacionamentos e, inclusive, no lazer (CASTELLS, 2000).

Dentre as novidades tecnológicas existentes na sociedade contemporânea, a *internet* talvez seja a que exerça maior influência nos mais variados segmentos, especialmente no lazer, pois se tratar de uma mídia extremamente interativa, na qual os papéis de emissor e transmissor podem alterar a todo o momento. Esse ambiente pode ser considerado um meio para ampliar as trocas afetivas entre as pessoas e seus familiares, auxiliando na aproximação entre elas em diferentes lugares do mundo (SANTIAGO, 2008). De acordo com estudos de Pornsakulvanich, Haridakis e Rubin (2008), o qual procurou verificar a satisfação de usuários ao se relacionarem nesse ambiente, ficou evidente que esse propósito estava acontecendo, tendo em vista que, com este meio de comunicação, os participantes se despojaram de medos e receios.

Na atualidade, no contexto da Hospitalidade e do Turismo, as TIC, em especial a *internet*, oferece a possibilidade de abertura do mundo para que os turistas possam realizar pesquisas prévias sobre suas desejadas viagens, antecipando, inclusive, expectativas positivas quanto às vivências possíveis em cada localidade. Nessa perspectiva, torna-se possível fazer um passeio sem sair do local onde se está, pois existem *sites* que disponibilizam informações sobre os principais pontos turísticos, além de fotos e vídeos dos locais. O software *Google Earth* é uma das opções para se visualizar diversos lugares via satélite e, além da possibilidade de visita, os usuários podem completar as imagens com fotografias postadas por eles próprios, comprovando a interatividade ali presente. Nesse *software* destacam-se as imagens de algumas das principais cidades e países do mundo, tais como: Estados Unidos, França, Japão, Espanha, Nova Zelândia, Austrália, Grã-Bretanha, Holanda, Suíça. Recentemente, a empresa *Google* lançou a ferramenta *Google Street View*, no qual, por meio desse recurso, é possível visitar virtualmente, em um ângulo de 360 graus, uma cidade inteira, como se o usuário estivesse caminhando efetivamente por aquela localidade, com visão das casas, pontos de referência, entre outros dados extremamente precisos. Entre as diversas cidades que podem ser vistas, este ano foram integradas 51 cidades brasileiras, entre elas Rio de Janeiro, Belo Horizonte e São Paulo. Os usuários brasileiros dessa tecnologia estão utilizando-a, atualmente, com a finalidade de, curiosamente, visualizarem suas próprias casas, o caminho para seu trabalho e a residência de pessoas de seus interesses, sendo, portanto, incorporada ao contexto do lazer e do entretenimento. Não será difícil que, em breve, esse recurso seja utilizado também no campo do *marketing* turístico, especialmente pelas agências, ou pelo próprio usuário, como mais uma possibilidade para que as pessoas conheçam com detalhes os próximos destinos de suas viagens.

Outro dispositivo eletrônico bastante utilizado pela população mundial são os telefones celulares, os quais consistem em um recurso móvel que possui diferentes interfaces e tecnologias. Entretanto, no Brasil, ainda há uma precariedade na distribuição das redes e torres que fazem a emissão dos sinais. Esse fato ainda compromete sensivelmente a utilização desse recurso, mesmo sendo uma das tecnologias de maior interesse na atualidade. Essa inquietação apresentada, referente à necessidade de adequação dos dispositivos de emissão de sinais ao celular, fica ainda exacerbada, quando se pensa na perspectiva do crescimento

turístico, com a proximidade dos megaeventos que estão programados para acontecerem no Brasil nos próximos anos. Para que esse recurso funcione bem no Brasil, em especial nos locais de ocorrência desses megaeventos, nos quais o crescimento do turismo será inevitável, será necessário revigorar o sistema de torres que transmitam o sinal nas regiões próximas das localidades principais envolvidas, tarefas que devem ser urgentemente cogitadas pelos órgãos envolvidos, incluindo aqueles que tratam sobre os temas de Hospitalidade e Turismo. Em relação aos aparelhos em si, estes necessitam ser desbloqueados, permitindo os operadores GSM (padrão de tecnologia móvel utilizada pelo telefone celular mais popular do mundo) e a tecnologia *quad band*. Na atualidade, uma das funções desses aparelhos está relacionada com a possibilidade de acessar a *internet*. No entanto, as tecnologias 2G (consideradas de baixa velocidade) e 3G (alta velocidade), necessárias para se efetivar esse procedimento, ainda não estão presentes em todos os lugares, especialmente, nas regiões norte e nordeste.

IPTV como recurso tecnológico

O IPTV (*Internet Protocol television*) é um novo método de transmissão de sinais televisivos que usa o protocolo IP (*Internet Protocol*) como meio de transporte dos conteúdos. Esse sistema transmite os sinais individualmente, com isso, pode satisfazer as necessidades dos hóspedes, seja em uma simples pousada, um estádio ou um hotel 5 estrelas. A tecnologia IPTV proporciona uma variedade de benefícios, os quais podem ser aproveitados no campo a hospitalidade, sendo eles:

- Distribuir a exibição livre de assinatura via satélite os sinais de televisão terrestre em toda a rede de computadores, em qualquer lugar, seja nos quartos dos hotéis, nos bares, nos lobs de entrada, nas salas de conferência e áreas públicas.
- Fornecer um conjunto abrangente de linguagem de canais de TV e rádio, nacional e internacional.
- Ser compatível com imagens em alta definição.
- Oferecer a programação eletrônica para fornecer informações sobre os canais de TV disponíveis.
- Disponibilizar redes com gravador de vídeo, com a finalidade de permitir às pessoas a possibilidade de gravar os programas transmitidos e assistir conforme o horário de sua preferência.
- Propiciar um pacote de jogos disponíveis para jogar com o controle remoto.

Como exemplo de utilização dessa tecnologia na hospitalidade, alguns hotéis, recentemente, já estão se equipando com *Ipads* (dispositivo eletrônico produzido pela Apple). Nesse aparelho eletrônico, dentre suas diversas funções, estão as possibilidades de proporcionar informações rápidas, exatas e detalhadas de locais, por meio de mapas interativos, com imagens via satélite e, inclusive, a possibilidade de se fazer uma reserva no setor de hospedagem, ou de passagens aéreas, quando necessário. Esse recurso tecnológico pode substituir os mapas convencionais de papel e plásticos, que, na atualidade, já são considerados obsoletos, por serem desatualizados e pouco portáteis.

A relação da tecnologia entre a hospitalidade e o lazer tem sido discutida atualmente, levando-se em consideração os indicadores da hospitalidade virtual, a saber:

- Adequação técnica da construção do *site* visando à facilidade de acesso do usuário da *internet*.
- Adequação técnica do equipamento do usuário da *internet* ao programado pelo planejador do *site*.
- Ambiente físico do internauta: local, ergonomia dos móveis, iluminação, ruídos etc.

Também podem ser destacados os indicadores em termos subjetivos, sendo eles:

- Diferentes necessidades de acesso a informações (trabalho, lazer, entretenimento, comunicação).
- conforto visual.
- Empatia com o ambiente virtual acessado.
- Expectativas atingidas.
- Privacidade.
- Intimidade.
- Segurança.

Para atender a esses indicadores, a hospitalidade virtual não pode ficar concentrada apenas nas **mãos dos *webdesigners*** (pessoas responsáveis pela criação de *sites*) porque, em tese, essa ferramenta precisa criar um ambiente que seja atraente visualmente na forma e conteúdo, para que promova o autodomínio na utilização. Um *design* adequado precisa permitir, primeiramente, a visualização apropriada, conseguindo transmitir essa experiência visual para seus interlocutores, já que, uma imagem, diz-se, vale por mil palavras.

O Brasil, com todo o seu potencial nos campos de hospitalidade e turismo, tem, ainda, diversos desafios a vencer e a premência em superar inúmeras deficiências, seja na infra-estrutura hoteleira, nas conexões aéreas e, principalmente, na utilização de recursos das tecnologias virtuais nesses campos. Nas últimas décadas, o turismo no Brasil tornou-se um dos aspectos importantes na economia do país, sendo que houve um sensível aumento de entrada de turistas estrangeiros, assim como, os brasileiros passaram a viajar mais pelo Brasil, inclusive, estimulados por algumas iniciativas dentro das políticas públicas envolvendo esse setor. Um dos motivos desse aumento turístico está relacionado com a estabilização da moeda e o equilíbrio econômico. Nesse sentido, a situação econômica na qual o Brasil se encontra atualmente, proporcionou à população criar novas necessidades e desejos e, com a vinda dos megaeventos, no qual o país terá que se preparar em diversos aspectos, a hospitalidade se apresentada como um diferencial importante a ser focalizado e repensado, no sentido de se fazer as adequações necessárias.

Pode-se dizer que antes, boas condições hoteleiras eram necessárias para o turista, mas atualmente, isso já não basta para satisfazê-los. Nesse sentido, as marcas internacionais passaram a ser sinônimo de qualidade de serviço, causando um desconforto nas empresas

brasileiras e, devido à concorrência gerada pela inserção de grupos estrangeiros no Brasil e no exterior, as empresas brasileiras precisam se adequar aos padrões internacionais, em especial, aos relacionados e disseminados no ambiente virtual. Para tanto, é necessário programar e renovar certas condutas, pois ainda são características marcantes:

- Pobreza da imagem do Brasil na *internet*.
- *Sites* com defeitos, por isso, apresentam problemas durante o acesso e os mecanismos de buscas enfatizam os avisos de segurança sobre os possíveis prejuízos que o acesso a esses *sites* podem trazer, como exemplo, a mensagem: "acessar este *site* pode danificar o seu computador".
- Muitos *sites* não abrem.
- Não há sistematização em uma única base de dados das empresas, locais, cidades e atividades.
- Falta de tradução de *sites* importantes, inclusive, os dos órgãos oficiais.

Sendo assim, destacam-se, na sequência, alguns aspectos a serem considerados para a melhoria da imagem do Brasil na *internet*:

- Aperfeiçoar, nos *sites* de buscas, a procura pelos destinos oferecidos no Brasil.
- Padronizar com qualidade e competência os possíveis pontos turísticos do Brasil.
- Realizar congressos, simpósios com as empresas que operam no setor, para ensiná-las a divulgar o Brasil na *internet* e a incorporarem os recursos tecnológicos a seu favor.
- Estabelecer parcerias entre as empresas aéreas, para melhorar a conexão entre os destinos.
- Criar uma agenda socioambiental com as empresas.
- Promover experiências de trabalho para a inserção de novos investidores;
- estabelecer estratégias a serem utilizadas para alcançar o mercado internacional.
- Disponibilizar os *sites* brasileiros em outros idiomas, em especial os *sites* controlados pelos governos municipal, estadual e federal.
- Oferecer pacotes combinados.
- Mostrar com fidelidade a realidade dos locais.
- Disponibilizar o preço de tudo que é oferecido.
- Exibir as informações, cadastro na EMBRATUR (Instituto Brasileiro de Turismo) e outros órgãos reguladores.
- Regulamentar todas as agências, para que elas possuam número de CNPJ (Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica), endereço e telefone.
- Elaborar *sites* que possuam domínio próprio na *internet*, como por exemplo, nome da empresa.com.br; nome da empresa.gov.br; nome da empresa.br; nome da empresa.com

- Disponibilizar a possibilidade para atender grupos específicos e pessoas com necessidades especiais.

Estas são algumas pontuais, mas urgentes ações que devem ser adotadas, no sentido de ampliar a qualidade dos serviços prestados referentes ao ambiente virtual. A hospitalidade e toda a complexidade que a cerca a torna fundamental nos dias atuais e o Brasil vem tem apresentado um tímido avanço neste campo. Entretanto, ainda são necessárias melhorias fundamentais para adequar as expectativas e anseios das pessoas, atendendo às demandas específicas em todas as esferas, sejam elas locais, regionais, estaduais e internacionais. Além dos recursos tecnológicos, a hospitalidade depende do trabalho em equipe, participativo e comprometido de todas as pessoas envolvidas diretamente e indiretamente com o atendimento. Nesse quesito, a população brasileira tem recebido diversos elogios, podendo ser considerada hospitaleira, mas, para que este julgamento não caia por terra, tornam-se prementes novas investidas, no sentido de catalisar e revigorar o uso das tecnologias nos campos da Hospitalidade, do Turismo e do Lazer, acompanhando as tendências pessoais impregnadas na contemporaneidade.

Referências

- CAMARGO, L. O. de L. *Hospitalidade*. São Paulo: Aleph, 2004.
- CASTELLS, M. *A sociedade em rede: a era da informação, economia, sociedade e cultura*. 4.ed. São Paulo: Impresso Brasil, 2000.
- DENCKER, A. F. M.; BUENO, M. S.. (Orgs.) *Hospitalidade: cenários e oportunidades*. São Paulo: Thomson. 2004.
- DIAS, C. M. M. (Org). *Hospitalidade: reflexões e perspectivas*. São Paulo: Manole, 2002.
- GASTAL, S. A.; COSTA, L. C. N. ; MACHADO, F. C. Hospitalidade e acolhimento: o século XIX no Sul do Brasil. *Revista Hospitalidade*, São Paulo, v. 7, n. 1, p. 43-64, jan.- jun. 2010.
- LASHLEY, C. ; MORRISON, A. (Org). *Em busca da hospitalidade: perspectivas para um mundo globalizado*. São Paulo: Manole, 2004.
- PORNSAKULVANICH, V., HARIDAKIS P, RUBIN A. M. The influence of dispositions and Internet motivation on online communication satisfaction and relationship closeness. *Computers in Human Behavior*, v.24, n.5, p.2292-2310, 2008.
- SANTIAGO, D. R. P. *Ressonâncias da inclusão digital por internet Wi-Fi, na configuração do estilo do lazer*. 2008. p 103. Dissertação (Mestrado em Ciências da Motricidade) – Instituto de Biociências, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro.

A HOSPITALIDADE E O SISTEMA BRASILEIRO DE CLASSIFICAÇÃO DOS MEIOS DE HOSPEDAGEM

Rosiane Rockenbach

Coordenadora_Geral de Serviços Turísticos

Ministério do Turismo

O turismo brasileiro vem avançando na geração de fluxos turísticos e na profissionalização da atividade, por meio de políticas públicas contínuas e forte articulação nas parcerias público-privada para proposição e execução de ações que fortaleçam o desenvolvimento da atividade no País.

A escolha do Brasil para sediar a Copa das Confederações em 2013, a Copa do Mundo de Futebol 2014, e os Jogos Olímpicos em 2016, representa inquestionáveis oportunidades para a consolidação do Brasil como um dos principais destinos turísticos mundiais, a partir da promoção da oferta turística brasileira e seus prestadores de serviços agregada aos destinos sedes dos eventos esportivos, aproveitando a projeção midiática a ser gerada pelos eventos nestes destinos.

Diante deste cenário, o setor hoteleiro vem sendo requerido a reforçar seus indicadores de profissionalização e atributos de qualidade, tendo que investir em estrutura física, tecnológica e recursos humanos para ampliar sua competitividade, principalmente frente às redes internacionais que já apresentam referenciais de serviços.

A hospitalidade é uma característica intrínseca à atividade hoteleira, pois esta tem por essência o ato de receber, acolher, abrigar e prestar serviços de acomodação a viajantes, oferecendo eventualmente serviços complementares de alimentação e lazer.

Conceitualmente, a hospitalidade é entendida como o ato de acolher e prestar serviços a alguém que por qualquer motivo esteja fora de seu domicílio, sendo esta uma relação especializada entre dois protagonistas, o que recebe e o que é recebido. (GOTMAN, 2001).

Segundo Moraes Dias (2002), a definição de hospitalidade tem uma proximidade conceitual à noção de hotelaria quando se entende que ambos caracterizam-se pelo ato do acolhimento ao viajante em deslocamento, entretanto enfatiza-se também outra característica essencial da hospitalidade que se refere ao ato de se relacionar, que é estimulado a partir das trocas de informação, contato e experiências realizadas pelos anfitriões e pelos hóspedes, aonde ambos saem modificados a partir desta relação.

A escolha de um meio de hospedagem é feita porque este consegue relacionar uma gama de serviços ofertados a partir das necessidades latentes do cliente. Os serviços ofertados apoiarão a estadia fora do lar permitindo atender a motivação principal que trouxe o visitante à destinação, seja por razões de trabalho ou de lazer. Neste sentido,

a hospedagem é considerada um componente fundamental ao desenvolvimento de um destino turístico, uma vez que, a estrutura e serviços disponíveis, bem como, a qualidade ofertada serão essenciais para garantir o potencial competitivo do destino e influenciar o tipo de visitante captado pelo mesmo. (COOPER, FLETCHER, WANHILL, GILBERT, SHEPHERD, 2003)

A hospedagem funciona, portanto, como um elemento essencial do conceito de hospitalidade, cuja qualidade dos serviços hoteleiros tem papel central na experiência do turista em determinado destino turístico.

Chega-se, assim, a um ponto chave na discussão, qual seja, a definição de um padrão mínimo de qualidade dos serviços hoteleiros, que traga referenciais para os diversos tipos de hospedagens. A concepção de um sistema de classificação hoteleira vem a contribuir para que diferentes destinos turísticos possam contar com empreendimentos hoteleiros geridos por algum tipo de padronização quanto aos níveis de qualidade ofertados pelos distintos serviços.

Para isto, o Ministério do Turismo, em parceria com INMETRO e Sociedade Brasileira de Metrologia, a partir de suas atribuições legais estabelecidas na Lei do Turismo, Lei 11.771/2008 artigo 25, concebeu um novo Sistema Brasileiro de Classificação de Meios de Hospedagem com o intuito de fomentar a qualidade na prestação destes serviços turísticos, bem como, estabelecer requisitos mínimos relativos a serviços, aspectos construtivos e instalações, a fim de criar condições de reconhecimento destes aspectos de classificação no mercado.

Para o estabelecimento destes requisitos, o Ministério do Turismo utiliza os seguintes conceitos de meio de hospedagem:

“Consideram-se meios de hospedagem os empreendimentos ou estabelecimentos, independentes de sua forma de constituição, destinados a prestar serviços de alojamento temporário, ofertados em unidades de frequência individual e de uso exclusivo do hóspede, bem como, outros serviços necessários aos usuários, denominados de serviços de hospedagem, mediante adoção de instrumento contratual, tácito ou expresso, e cobrança de diária.” (Lei 11.771/2008, art. 23)

“Empreendimento, público ou privado, que fornece, entre as suas atividades, serviços de acomodação. O meio de hospedagem pode ter outras atividades e oferecer outros serviços turísticos.” (NBR 15.401)

A classificação é entendida como o enquadramento do empreendimento numa tipologia previamente estabelecida, freqüentemente focada nos aspectos físicos e em recursos ou serviços mínimos oferecidos. Trata-se de um importante instrumento de comunicação do empreendimento com o turista e com o mercado.

As tentativas de comparação de qualidade geralmente são feitas através do atendimento de determinados requisitos ou patamares de graduações para se obter a classificação para o meio de hospedagem.

Importante salientar que um Sistema de Classificação para os Meios de Hospedagem pode ter finalidades distintas e dentre elas, destacam-se pela sua relevância:

- *Padronização*: sendo necessário o estabelecimento de padrão de qualidade uniforme para a estrutura e os serviços ofertados no equipamento hoteleiro, e desta maneira, sendo possível apoiar a organização de mercado turístico, tanto para consumidores como para a cadeia produtiva do turismo.
- *Marketing*: a classificação é ferramenta fundamental para orientar os viajantes quanto aos tipos de hospedagem disponíveis nos destinos turísticos, sendo possível o uso da mesma promoção e diferenciação dos meios de hospedagem que a possuem.
- *Proteção do consumidor*: visa garantir que o serviço contratado atenda aos padrões mínimos de acomodação, instalação e serviços dentro de definições de classificação, minimizando os transtornos ao cliente e a geração de uma imagem negativa da viagem e da experiência turística.
- *Controle*: resulta no mecanismo de controle geral de qualidade na atividade e do cumprimento dos padrões estabelecidos na prestação de serviços turísticos por parte do organismo promotor da classificação hoteleira, sendo o caso brasileiro, exercido pelo Ministério do Turismo.
- *Incentivo aos investimentos*: resulta no fomento aos prestadores de serviços hoteleiros para melhoria de suas instalações e serviços, com intuito de atingir uma diferenciação no mercado, chancelada pelo Sistema de Classificação dos Meios de Hospedagem.

O desenvolvimento do Sistema Brasileiro de Classificação de Meios de Hospedagem foi realizado a partir de estudos, proposições e a construção das matrizes de requisitos concebidos a partir de um processo de debates públicos participativos. Inicialmente, para concepção do modelo brasileiro, realizou-se uma análise técnica nos sistemas de classificação hoteleira em 24 países, os quais apresentam modelos variados segundo atribuição do requisito ou sistema de pontuação mais complexo e os requisitos bem detalhados. De modo geral os diferentes sistemas adotados observam aspectos de segurança, aspectos legais, aspectos físicos, equipamentos e serviço disponíveis.

Finalizada a análise técnica, foi possível estabelecer um esboço com as principais características que constituíram o novo Sistema de Classificação dos Meios de Hospedagem Brasileiro, a definição das tipologias e as minutas de suas referidas matrizes. A validação do novo Sistema ocorreu em fóruns de discussão realizados com especialistas nas 5 macrorregiões brasileiras, bem como, em consulta pública a partir da utilização da internet. As contribuições e sugestões para adequação do material foram consolidadas e os instrumentos passaram por um segundo teste, a partir da verificação *in loco*. Os instrumentos foram testados em inspeções pilotos aos meios de hospedagem voluntários. O processo de construção do novo sistema finalizou-se com a capacitação de auditores da avaliação da conformidade e a elaboração do sistema de informação que tramitará os procedimentos de solicitação, avaliação e concessão da classificação dos meios de hospedagem.

A instituição do Sistema Brasileiro de Classificação de Meios de Hospedagem tem como objetivo estabelecer os procedimentos e requisitos com os quais os meios

de hospedagem podem obter a classificação oficial do Governo Brasileiro e utilizar a simbologia que a representa.

A classificação hoteleira brasileira será analisada a partir das características enfatizadas na oferta de infra-estrutura do equipamento, serviços disponíveis e dos aspectos relacionados com o turismo sustentável. Os equipamentos hoteleiros classificados serão identificados pelo símbolo “estrela” para atribuição das categorias, em uma escala de uma a cinco estrelas. A adesão ao processo será voluntária.

O Sistema Brasileiro de Classificação utilizará os seguintes princípios para nortear a sua implantação e gestão:

A *legalidade*, que considera a necessidade de cumprimento dos requisitos legais, por parte dos meios de hospedagem, para viabilizar sua candidatura ao processo de classificação.

A *consistência* é considerada a base do Sistema Brasileiro de Classificação de Meios de Hospedagem, uma vez que a coerente técnica do mesmo deve estar articulada com as ações e política para o desenvolvimento da competitividade do turismo nacional.

A *transparência* no Sistema Brasileiro de Classificação de Meios de Hospedagem procurará garantir que a informação precisa será fornecida aos usuários.

A *simplicidade* do Sistema Brasileiro de Classificação de Meios de Hospedagem será expressa a partir da utilização de uma linguagem acessível a todos que se candidatem ao processo por seja possível a todos cumpri-lo.

A *agregação de valor* é atribuída ao sistema brasileiro a partir de sua caracterização como instrumento de diferenciação e vantagem competitiva para os meios de hospedagem classificados.

A *imparcialidade* é vinculada no sistema a partir dos procedimentos de decisão da classificação que será fundamentada em avaliações independentes dos meios de hospedagem.

A *melhoria contínua* é estabelecida a partir da revisão regular dos requisitos de classificação, ajustados segundo as necessidades e exigências do mercado através de um processo de análise crítica sistemático realizado em estreita parceria entre o setor público e o setor privado.

A *flexibilidade* do Sistema Brasileiro de Classificação de Meios de Hospedagem considerará a grande diversidade nacional de Meios de Hospedagem e as tendências do mercado.

O modelo de classificação dos meios de hospedagem brasileiro adotou diferentes tipologias de equipamentos de hospedagem em função da diversidade da oferta brasileira, considerando as características representativas dos mesmos. Desta maneira, as tipologias de meios de hospedagem conceitualmente consideradas no Sistema Brasileiro são as seguintes:

- **HOTEL:** Meio de hospedagem com serviço de recepção e de alimentação e com modalidade de cobrança por meio de diárias.
- **RESORT:** Hotel com infra-estrutura de lazer e entretenimento que oferece serviços de estética, atividades físicas, recreação e convívio com a natureza no próprio empreendimento.

- **HOTEL FAZENDA:** Hotel instalado em uma fazenda ou outro tipo de exploração agropecuária e que ofereça a vivência do ambiente rural.
- **CAMA & CAFÉ:** Meio de hospedagem oferecido em residências, com no máximo três unidades habitacionais para uso turístico, em que o dono more no local, com café da manhã, serviços de limpeza e cobrança de diária.
- **HOTEL HISTÓRICO:** Hotel instalado em edificação com importância histórica.

Observam-se também o entendimento de:

EDIFICAÇÕES: Entende-se por edificação com importância histórica aquela com características arquitetônicas de interesse histórico ou cenário de fatos histórico-culturais ⁽¹⁾ de relevância reconhecida ⁽²⁾.

- Fatos histórico-culturais incluem os considerados relevantes com base na memória popular, independentemente de quando estes ocorreram.
- O reconhecimento pode ser formal, como por exemplo, por parte do Estado brasileiro, ou informal, como por exemplo, com base no conhecimento popular ou em estudos acadêmicos.

POUSADA: Meio de hospedagem de característica arquitetônica predominantemente horizontal com até dois pavimentos, 30 unidades habitacionais e 90 leitos, com serviços de recepção e alimentação. NOTA: a pousada pode ser em um prédio único ou com chalés ou bangalôs.

FLAT / APART-HOTEL: Meio de hospedagem com serviço de recepção, limpeza e arrumação, constituído por unidades habitacionais que dispõe de dormitório, banheiro, sala e cozinha equipada, em edifício, com administração e comercialização integrada.

O processo para obtenção de classificação dos meios de hospedagem consiste no envio da declaração de conformidade pelo meio de hospedagem do atendimento aos requisitos da Matriz de Classificação aplicada à tipologia no qual o mesmo que se enquadra; a verificação da conformidade do meio de hospedagem com os requisitos constantes da Matriz de Classificação correspondente à categoria de classificação e tipologia por ele pretendidas, efetuada pelo Inmetro; o registro da declaração de conformidade do meio de hospedagem pelo Ministério do Turismo e a conseqüente classificação do Meio de Hospedagem, com o a emissão do respectivo certificado. Após a emissão do certificado será autorizado o uso Marca da Classificação de Meios de Hospedagem, concedida pelo Ministério do Turismo ao Meio de Hospedagem.

Considerações finais

O cenário futuro para atividade turística brasileira é desafiador e requer dos prestadores de serviços turísticos a profissionalização e atendimento as necessidades de um mercado cada vez mais crítico e atento as tendências. Ancorado nas tendências, a adoção de um Sistema Brasileiro de Classificação dos Meios de Hospedagem proporcionará ao empresariado a adoção de padrões referenciais mínimos para prestação e reconhecimento

de seus serviços. O consumidor será um dos principais beneficiados com novo sistema, uma vez que poderá obter com mais clareza os serviços contratados, considerando os requisitos da tipologia na qual irá adquirir os serviços. Intrinsecamente atrelado ao novo Sistema de Classificação estão os conceitos e valores da hospitalidade, que indiretamente contemplados na categoria avaliada como serviços, trará a tona o valor dos recursos humanos para acolher, informar e proporcionar a experiência das trocas e relações que são geradas durante uma viagem.

Referências

COOPER, Chris; FLETCHER, John; WANHILL, Stephen; GILBERT, David; SHEPHERD, Rebecca. *Turismo: princípios e práticas*. Editora Bookman, 2003.

LEI 11.771/2008 – *Lei do Turismo*

MORAES DÍAS (Org.), Célia Maria de. *Hospitalidade: reflexões e perspectivas*. Editora Manole: São Paulo, 2002. Caderno Virtual de Turismo.

MIRANDA, Luiz Cesar de. *Hotelaria brasileira: hospitalidade como vantagem competitiva*. UNIESP. IV Congresso Nacional de Excelência em Gestão, 2008.

MINISTÉRIO DO TURISMO. *Turismo no Brasil 2010/2014 – Documento Referencial*. 2010

NBR 15401 – *Meios de hospedagem: Sistema de Gestão da Sustentabilidade*.

VIVER A HOSPITALIDADE

*Profa. Dra. Maruschka Moesch
Rio Grande do Sul - Brasil*

Viver a hospitalidade como um ato de acolhimento, práticas de humanidades, processos de comunicação e relações interpessoais. Todos devemos alimentar a hospitalidade de uns para com os outros, pois, como dizem as escrituras judaico-cristãs, todos somos hóspedes nesta Terra e não temos aqui morada permanente. Devemos viver a convivência uns com os outros, devemos incorporar a tolerância de uns para com os outros, ter respeito às diferenças e praticar a comensalidade, sentar junto à mesa e celebrar a alegria de estar juntos. Assim, a hospitalidade é uma virtude transformada em hábitos e em atmosfera cultural, criando condições para uma globalização humanizadora, segundo Boff (2005).

A Copa do Mundo de Futebol de 2014 para o Brasil, onde se estabelece o campo de análise de nossa reflexão, será um campo dessas práticas de hospitalidade, pois permitirá a relação com o mundo não imaginário, organizando o encontro, mais próximo da diversidade que compõem a realidade. Todo o evento, desde os primórdios das feiras medievais até o megaevento do mundo globalizado permite o encontro das diferenças, a busca de uma educação para a paz, relação com o novo, inclusive com o inesperado. Neste sentido, o evento, enquanto acontecimento especial e instrumento de aproximação, servirá de suporte dessas possibilidades, que, aliás, vão ao encontro da própria concepção aceitável — de ser e ver o mundo — acolher, interagir e crescer na humanidade, a partir do(s) outro(s), numa relação que se mantém na reciprocidade. Até porque, os campos do Lazer, das vivências do prazer, da publicização do encontro, do fortalecimento das relações interpessoais se dão no espaço de lazer/prazer — público e/ou privado —, no espaço turístico, ou turistificado, com uso de equipamentos construídos e/ou adaptados, mas que devem manter seu caráter público, de direito a todos.

Outro ponto passível de associação à hospitalidade no campo mercadológico é com relação à capacitação dos funcionários de uma empresa de serviços ou à própria cidade. A velha pergunta: treina-se para a hospitalidade? Muitos autores consideram que as práticas de hospitalidade podem ser “educadas” / treinadas, proporcionando um atendimento satisfatório para os clientes, tendo como retorno uma propagação da imagem da empresa/do destino e, conseqüentemente, um melhor retorno financeiro.

A hospitalidade genuína por vezes consegue ser resistente as fortes tentativas de mercantilização por este mercado capitalístico globalizado que a tudo quer rotular e valorar, e essa resistência só se faz possível pelos fluxos multiculturais que circulam nos espaços públicos, forjando escudos multifacetados, hologramáticos, segundo Morin, que impedem a identificação de uma só imagem, a estandardizando, permitindo florir a diversidade, e, mais, permitindo, misturá-la novamente, mas não para reproduzi-la de forma imagética, e, sim, vivencial. Por esta razão mesmo, é diferente do foco das relações evidenciadas nas relações públicas, cujo objeto se constrói no relacionamento organização-público.

“Nosso país pode dar uma importante contribuição ao processo de globalização, porque temos no Brasil um ensaio civilizatório dos mais singulares da face da Terra. Para nosso país vieram sessenta nações diferentes, com suas culturas, tradições e religiões. Aqui convivem sem graves conflitos ou discriminações, porque a cultura brasileira não é dogmática, fundamentalista, rígida. É a cultura das mediações, das alianças, é a excelência do nosso “jeitinho”. Evitamos sempre o confronto do não, buscamos saídas laterais, formas suaves de trabalhar as diferenças e as contradições. Isso, por um lado, permite a continuidade das opressões, mas, por outro, impede grandes enfrentamentos e violência.”(BOFF, 2002)

No Turismo de Eventos, portanto, o pertencimento se dá na mobilização individual ou coletiva, na vivência, no lúdico, no acolhimento do bem receber e no sentido de “conhecer com prazer” determinado(s) locais(s) sejam eles institucionais ou não, cujas lembranças ficam preservadas na memória daqueles sujeitos que usufruíram e dos que organizaram tais vivências, que poderão nos acontecer nos mais diversos espaços do fazer hospitalidade e do lazer.

Para aprofundar minha análise vou utilizar uma adaptação do mito sobre a hospitalidade de Boff, retirada da obra “Virtudes para outro mundo possível-Hospitalidade: direito e deveres de todos”. Diz o mito que Júpiter, o deus criador e seu filho Hermes, quiseram saber como andava o espírito de hospitalidade entre os homens. Assim, transvestiram-se de pobres e começaram a peregrinar pelo mundo a fora, onde foram maltratados e expulsos. Após um longo andar, chegaram à Frígia, província distante do Império Romano. Numa choupana rústica encontraram um casal muito pobre. **Júpiter** e **Hermes** bateram à porta. **Filêmon** se surpreende com a presença dos forasteiros e, sorridente, convida-os a entrar. “Forasteiros, devem estar cansados e com fome. Venham, entrem em nossa casa. É pobre, mas está pronta para acolhê-los”. A irradiação da boa acolhida e hospitalidade logo se fizeram sentir. **Filêmon** colheu legumes e verduras na horta, enquanto **Báucis** cortava aos pedaços a última reserva de toucinho que havia na casa. Logo uma apetitosa sopa foi colocada à mesa tosca, servida na própria panela de barro. À conclusão da ceia **Báucis** e **Filêmon** se levantaram e sacaram do vetusto baú, nozes, figos secos e tâmaras (um tesouro escondido) e ofereceram as iguarias aos seus hóspedes. Como gesto extremo da hospitalidade, o casal ofereceu aos visitantes sua própria cama, vestida com uma “cobertura de honra”, um velho tapete para ornamentar festas religiosas. **Júpiter** e **Hermes** comoveram-se do fundo do coração com tanta generosidade. Inesperadamente, uma grande tempestade precipitou-se sobre o local, provocando uma forte enchente. **Báucis** e **Filêmon** saem apressados da choupana para socorrer os vizinhos. Ao cessar a tempestade, uma grande metamorfose aconteceu. A cabana de **Báucis** e **Filêmon** foi transformada num esplêndido templo de mármore. **Júpiter** e **Hermes** revelaram, então, que eram divindades em forma humana. **Júpiter** e **Hermes**, disseram a **Filêmon** e **Báucis** que fizessem um pedido, que eles, em agradecimento à acolhida recebida, iriam atender. O casal respondeu que desejaria servir ao grande Júpiter naquele templo sagrado enquanto vivessem e de morrer juntos, como juntos haviam vivido tantos anos sustentados por um amor solidário que os fizera fortes diante de toda adversidade encontrada. A região da Frígia se chama hoje Turquia. Essa poética história é até hoje contada de geração em geração. O casal hospitaleiro **Filêmon** e **Báucis** é um símbolo da mais nobre das virtudes: a hospitalidade. A lição que permanece até os dias atuais: quem faz dos estranhos seus comensais herda a imortalidade.

Este mito permite uma analogia no debate sobre a pertinência de sermos país sede de megaeventos esportivos, que exigem grandes investimentos financeiros diante de tantos déficits sociais. Apesar de tudo, existe uma grande vitalidade a ser oferecida como contribuição nossa a essa nova cultura global em gestação: uma cultura que deve buscar caminhos de convergência na diversidade e que toma consciência de que, na constituição dos povos, não contam só os fatores econômico e político, mas também religioso e místico, as mentalidades mais abertas, a coexistência das contradições, a capacidade de ajustamento e acomodação, as diferentes formas e tradições culturais. (BOFF, 2002)

A hospitalidade pode ser instaurada pela aproximação com o outro e na qualidade das relações estabelecidas, favorecendo inclusive no enriquecimento do espaço habitado. No “Ensaio sobre a dádiva”, de Mauss (1974) é possível notar alguns aspectos interessantes sobre a dádiva como, por exemplo, a dualidade, ao mesmo tempo em que se apresenta de forma interessada, pode ser desinteressada, ao mesmo tempo em que é voluntária, é também obrigatória, e ao mesmo tempo em que é material, pode ser simbólica. Entretanto, o ponto em comum é sempre a aliança instituída. O prestígio e a honra para o nativo são fundamentais no processo de reciprocidade, assim pode-se explicar que o prestígio e honra de uma comunidade em fazer parte da reprodução de suas origens e reconhecimento da sua cultura, torna-se fundamental para vivenciar a hospitalidade. O entendimento da comunidade como parte do processo cultural, o sentimento de honra da sua origem, proporciona um acolhimento e uma convivência mais harmoniosa. O conhecimento de sua história e o respeito pelas diferenças de outras culturas proporciona a hospitalidade humana com mais valores de troca do sujeito e poesia.

As políticas públicas para a preparação de megaeventos devem ter uma missão educadora na formação de profissionais que possam atuar no campo da hospitalidade, indo além do seu aspecto comercial (a qualidade dos serviços), avançando numa discussão de maior relevância e pertinência, já que envolve os grandes êxodos migratórios, os fluxos de estrangeiros em seus tempos de trabalho e lazer nas cidades, a convivência contígua por interesses múltiplos entre comunidades que, diuturnamente, migram para o *casa-trabalho-locais de ensino-casa* muitas vezes entre cidades metropolitanas.

Cultuar a hospitalidade diante dos conflitos de intolerância, do racismo, da violência urbana, das variações da noção de nacionalismo é mais que um tema de pesquisa, são experiências humanas de aprendizagem. Para Derridá, “*a noção de hospitalidade incondicional cria um espaço de compaixão no sentido de ser possível haver uma paixão convivencial, uma paixão pelo outro, num jogo que tem conflitos, mas, que pouco a pouco, eles possam ser transformados em uma experiência de abertura*” (2001, p. 31).

A hospitalidade para Derridá (2001) é vista como uma reciprocidade de responsabilidade entre o “eu” e o “outro”, enfocando o crescimento das relações proveniente dessa aproximação, do encontro e do contato estabelecido entre aqueles que a princípio nos parecem “diferentes”, ou por características culturais, ou até mesmo porque são desconhecidos. O autor defende uma hospitalidade considerada incondicional, ou seja, o “eu” estar aberto para receber o “outro”, não somente para aqueles que conhecemos

e do qual temos um certo convívio e já dispomos de um certo espaço, mas ao que nos apresenta anonimamente, e a estes, segundo o autor, deve-se deixar com que se aproxime e então lhe oferecer um lugar para habitar conosco. Portanto, a hospitalidade não deve ser vista somente como uma aceitação da diferença, mas também como um aprendizado que esse contato proporciona para ambos, nota-se que é a aproximação e o contato com o “outro” que caracteriza a existência do “eu”. O que reporta entender que o “outro” tem responsabilidade pelo que ele representa, pois pela interação, ele pode até mesmo modificar algumas características do “eu”.

Co-responsabilidade, cooperação e solidariedade passam a ser atitudes básicas que necessitam ser cultivadas em ambientes educacionais, sociais e no mundo do trabalho em todos os níveis e etapas processuais. Daí a necessidade de maior ênfase nas estratégias cooperativas de aprendizagem, nas colaborações mútuas e na valorização de propostas coletivas, além de um maior cuidado com as questões éticas nas abordagens dos cursos de formação para a hospitalidade. A partir deste quadro, devem ser incentivadas metodologias que facilitem e promovam trocas intersubjetivas, processos de reflexão e tomadas de consciência e a partir de processos reflexivos e auto-organizadores, na educação e no trabalho dos profissionais que interagem com turistas e comunidades nos espaços do lazer.

A hospitalidade é uma virtude. Virtude significa qualidade de moral, a prática do bem. A virtude é valor do sujeito, logo, a hospitalidade enquanto virtude é humana, é subjetiva, é ritualística e é moral. Uma vez que a hospitalidade se define a partir do outro, a *convivência* com o que é estranho, respeitando o outro em sua diferença é fundamental para a hospitalidade.

A *convivência* envolve aproximar-se, ver, compadecer-se, cuidar, ajudar e auxiliar. Consequentemente, essa aproximação com o “diferente” remete a um crescimento, a uma mudança na forma de pensar, agir e interagir, não só no próprio ambiente em que acontece o contato, mas a transformação é percebida e difundida para a sociedade.

Hospitalidade é algo complexo que implica uma percepção de profundidade, que aborda o reconhecimento do outro, ou em termos mais adequados, o *acolhimento* e a *convivência*. Nisso observa-se o receber, o ajudar, o abrir-se, o reconhecimento do outro em sua diferença, ou seja, uma visão de hospitalidade mais complexa e aprofundada em laços sociais, ritualísticos e de reciprocidade, constituintes da hospitalidade como *valor de troca do sujeito*, portanto humanizador.

O ato de receber acontece em diversos ambientes e nas mais variadas situações do cotidiano. Acolhe-se o outro no ambiente familiar, no trabalho, no restaurante, no hotel, no banco, na igreja, no hospital, ou seja, a constituição da própria sociedade acontece pelas relações que são estabelecidas nesses ambientes. Vive-se um constante encontro que por vezes aproxima e em outras afastam o convívio com o outro.

A hospitalidade, uma vez constituída pelo acolhimento, convivência, trocas dos sujeitos e poesia sofre alterações em suas práticas, onde também será pensada e vivenciada de forma “obscura” em relação ao seu sentido humano. As relações entre coisas e pessoas

se misturam, prevalecendo as trocas mercadológicas, o status de consumo. A concepção das relações humanizadoras de hospitalidade são um tanto coisificadas e reduzidas ao serviço de receptivo turístico, por exemplo. O receber bem passa a ser olhado pelo marketing e pelos cursos de avaliação de qualidade. A prestação de serviços é importante, mas não é sinônimo de hospitalidade. No campo sócio antropológico, a trilogia de Mauss, dar-receber-retribuir, é mencionada por muitos autores como a base para os estudos da hospitalidade.

Em contraponto, é necessário também considerar que um ambiente educativo que promove repressão e distanciamento, forma profissionais sem qualificação, absolutamente despreparados para os desafios de sua sustentabilidade econômica em um mercado globalizado, e principalmente com problemas de relacionamento social, precisamos urgentemente repensar nossos paradigmas de formação profissional na área da hospitalidade. Desenvolver vivências institucionais, organizacionais a partir do paradigma educacional ecossistêmico visando contribuir para a tomada de consciência de que as nossas relações fundamentais com a vida, com a natureza, com o outro e com o cosmo dependem também de nossas maneiras de conhecer, de pensar, de aprender, dependem de nossas representações internas que se revelam em nossas ações. Pois, elas estão relacionadas com nossa maneira de ser e de estar no mundo. Tendo esta consciência mais clara, fica mais fácil compreender o ser humano em sua totalidade, ajudá-lo a desenvolver melhor as suas potencialidades, os seus talentos, competências e habilidades, para que ele possa, em sua inteireza, desenvolver a solidariedade, a amorosidade, aperfeiçoando a sua própria humanidade a partir dos ambientes educacionais, de trabalho, de convivência, colaborando, assim, para que possa realizar a finalidade maior de sua existência. Fica também mais fácil reconhecer a presença da complexidade da vida no interior de cada um de nós. E, ao reconhecer a presença da vida, certamente aprenderemos a valorizá-la um pouco mais, e assim, estaremos conspirando a favor de um mundo melhor, mais humano, solidário e fraterno (MORAES, 1997).

Ampliar as práticas de cidadania é uma das metas. Uma cidadania voltada à solidariedade, mas também à busca das três ecologias propostas por Guattari (2004): a do meio ambiente, propriamente; a das relações societárias; e da subjetividade humana. O que está em questão é a maneira de viver daqui em diante sobre esse planeta, no contexto da aceleração das mutações tecno-científicas e do considerável crescimento demográfico. Ele propõe que se opere o que chama de “uma autêntica revolução política, social e cultural, reorientando a produção de bens materiais e imateriais”.

A hospitalidade e o lazer são, justamente, espaços de vivências humanas, nos quais tanto os bens materiais como os imateriais — entre outros na forma de imaginários — podem participar desta revolução de pensamento geradora de uma nova postura com o outro.

PROJETO RECIFENSE PRATICANTE: VIVA O RECIFE QUE EU VIVO

Ana Cristina Moraes da Silva

Graduada em Turismo. Especialista em Turismo e Patrimônio. Assessora da Secretaria de Turismo do Recife.

Docente dos cursos de graduação em turismo e especialização em eventos.

Introdução

Situada no nordeste brasileiro, Recife constitui-se num tradicional centro de produção e difusão cultural, sendo considerada uma das principais cidades com vocação para o turismo.

Hoje a capital do estado de Pernambuco, reconhecida como capital multicultural, tem uma população de aproximadamente 1,5 milhões de habitantes no perímetro urbano e cerca de 3,5 milhões em toda sua extensão da área metropolitana (Censo 2000), sendo que Recife possui uma marca singular do convívio harmônico entre o antigo e o moderno. Portanto, é uma cidade capaz de revelar, no mesmo ambiente, a beleza dos prédios coloniais do Bairro do Recife com o moderno conceito de Porto Digital, um projeto de vanguarda de informática.

No perfil de sua atividade turística, visa ser instrumento propulsor para geração de emprego e renda, na perspectiva da inclusão social e na melhoria da qualidade de vida dos munícipes. O Recife configura entre os 65 destinos indutores do turismo do Ministério do Turismo e vem se destacando em sua avaliação como melhor política pública para turismo em 2009 e promoção do destino em 2010.

Podemos destacar que nos últimos três anos a cidade contou com o rejuvenescimento da atividade turística depois de amargar tempos difíceis com a queda de investimentos no setor, baixa ocupação o que resultou em alguns casos no fechamento de hotéis que deram lugar a imóveis residências. Este bom momento reflete na chegada de novos investimentos na área de hospedagem, novos hotéis e atualização dos já existentes, aumento na arrecadação de impostos como o imposto sobre serviço, aumento do gasto médio do turista e da ocupação média dos hotéis.

Este crescimento resulta da implantação do Plano Estratégico de Turismo da Cidade do Recife realizado em parceria com a iniciativa privada Trade Turístico local, as Instituições de Ensino Superior e a população. Esta parceria permitiu a realização de um diagnóstico preciso do turismo recifense e suas necessidades. Várias áreas receberam destaque como a promoção do destino, a qualificação da mão de obra, informação turística. Mas a grande inovação deste plano está nas ações voltadas à população e a valorização de outros espaços com potencial turístico na periferia da cidade.

Para acompanhar a realização deste plano a cidade conta com as instâncias de governança e difusão do turismo. Uma Secretaria de Turismo consolidada, com o

Conselho de Municipal de Turismo deliberativo e paritário formado pelo Trade, população e Secretarias municipais afins e o Fórum do Orçamento Participativo de Turismo, espaço que permite a população da cidade discutir de forma ampla as políticas, os projetos e o orçamento destinado ao turismo. Vale destacar que este é o primeiro e único fórum do segmento no Brasil.

Em 2009, a Prefeitura do Recife, através de sua Secretaria de Turismo, lançou o Recife Mais – Plano de Aceleração da Competitividade Turística do Recife considerado uma evolução do plano estratégico. Este está respaldado no princípio do desenvolvimento sustentável e suas linhas de ação foram estabelecidas em acordo com as demais Secretarias da Prefeitura e o setor turístico local, tendo como foco assegurar a competitividade e o bom desempenho do município como destino indutor, preparar o Recife para recepção da Copa de 2014 e estimular a prática da vivência da cidade pelos recifenses.

Projeto Recifense Praticante

Somado a outros projetos importantes do Recife Mais, o Recifense Praticante tem rebatimento direto no turismo da cidade. Criado a partir da experiência do Projeto de Sensibilização Turística, realizado entre 2005 e 2007, tem por objetivo aproximar o recifense da sua cidade, sua história e patrimônio. O projeto visava oportunizar ao recifense momentos de lazer e entretenimento gratuitos com passeios guiados e oficinas que tratavam dos temas relacionados à hospitalidade.

Durante a realização do plano estratégico foi percebido o desconhecimento do Recife por parte da sua população que chegava a afirmar que “o Recife não tem o que fazer” e sugerindo aos visitantes passeios ao litoral sul. Esta realidade foi ratificada por uma pesquisa realizada em 2006, que pretendia medir o impacto do turismo no recifense e seu conhecimento sobre os atrativos da cidade. O resultado foi preocupante. Cerca de 70% da população nunca tinha visitado alguns dos mais importantes atrativos históricos da cidade e desconhecia fatos relevantes da sua história.

Para combater esta situação tão grave, foi criado o projeto Recifense Praticante. Seus objetivos são desenvolver ações voltadas ao estímulo do recifense para vivenciar a sua cidade e receber bem os visitantes; desenvolver atividades que permitam ao recifense, bem como o seu visitante, participar de atividades que permitam maior conhecimento da cidade do Recife, sua história e um empoderamento do seu patrimônio e seus bens. Visando elevar a auto-estima da população, engloba desde a divulgação dos atrativos e programações da cidade pela mídia local à realização de roteiros turísticos diversos e concurso/ programas de premiação com abordagens recreativas.

Contudo, para atingir a população de forma integrada foi pensada uma estratégia de ação na formação de agentes multiplicadores uma vez que a cidade, com mais de um milhão e meio de habitantes, impossibilitava uma ação global. Assim, foram escolhidos públicos cujo perfil colaborasse com a propagação da ideia de ser um recifense praticante.

Inicialmente, foram trabalhados os grupos de idosos da cidade assistidos pela Prefeitura, as crianças das redes municipal, estadual e privada de educação, os jovens atendidos por programas de ressocialização e associações de moradores.

As atividades eram realizadas quase que diariamente. Visitas guiadas por toda cidade, palestras, oficinas e atividades lúdicas como caminhadas teatralizadas que retratavam a história e a tradição oral do Recife. Entre as de maior destaque esta o roteiro assombrado Lendas do Recife baseado na obra do sociólogo Gilberto Freyre. Este roteiro percorre os locais da cidade que possuem lendas de assombrações e malassombros.

Como resultado dessas ações podemos aferir o crescimento na visitação dos espaços e a concorrência para participar dos roteiros, tendo a caminhada o Lendas do Recife atingido um público de mais de mil pessoas.

Com o crescimento da demanda o projeto teve que ser redimensionado e ganhou novas ferramentas. Assim, foram criados os roteiros a pé com a participação dos guias de turismo da cidade. Seis roteiros temáticos atendiam os principais momentos históricos dando um panorama dos atrativos turísticos do Recife. Para esta ação foram qualificados cerca de 50 guias de turismo da cidade, criada uma folheteria específica e de pequenos comerciais que convidavam a população a praticar o Recife em parceria com uma rede de TV. Foram realizados mais de 300 roteiros a pé gratuitos. Como resultado, os guias locais se sentiram prestigiados pela população e tendo em suas mãos mais um produto que pode ser vendido ao visitante.

Outra atividade desenvolvida dentro do projeto buscou atender a cadeia produtiva do turismo aquela mais impactada pela máxima “Recife não tem o que fazer”. Outra pesquisa realizada demonstrou que os trabalhadores dos equipamentos turísticos tinham por hábito indicar as praias do litoral sul para os turistas e visitantes, por não conhecerem os atrativos da cidade.

Assim, nasceu o Recife Receptivo um braço do Recifense Praticante que visava atender a cadeia produtiva do turismo local. Foi disponibilizado um ônibus com guia de turismo para realizar visitas aos principais atrativos da cidade. Entre o público atendido estavam taxistas, barraqueiros de coco, camareira, recepcionistas, mensageiros, permissionários dos mercados públicos entre outros. Participaram desta atividade cerca de cinco mil pessoas. Hoje trabalhadores do turismo do Recife fazem questão de ofertar ao turista os atrativos da cidade fornecendo informações baseadas nas suas vivências.

Sabemos que ainda há muito que fazer pelo turismo do Recife, porém já começamos a colher os frutos das muitas ações desenvolvidas. Hoje acreditamos que para consolidar um destino turístico se faz necessário pensar a atividades nos seus amplos aspectos. Vários destinos vêm trabalhando o turismo para o visitante. Percebemos que o melhor caminho para se trabalhar o turismo é pensar o turismo envolvendo a população do destino. Assim, ganham os municípios que vivenciam melhor sua cidade e podem integrar a cadeia produtiva a partir da geração de emprego e renda, ganham os empreendedores e investidores e ganha o turista com o melhor destino.

Quem vem ao Recife hoje encontra um destino que se consolidou além do segmento sol e mar. Um destino multicultural que tem uma população anfitriã - o Recifense Praticante: pessoa que vive o Recife de forma apaixonada; que enlouquece quando escuta um frevo; adora um caldinho de boteco, bebe água de coco em Boa Viagem, toma café da manhã nos mercados; ama ver o Recife do alto dos morros; torce por time da cidade; fantasia-se no carnaval, vai ao desfile do Galo da Madrugada e dança ao som da Praieira; acredita que o Oceano Atlântico nasce das águas do Capibaribe, e não tem dúvida de que o mundo começa no Recife.

HOSPITALIDADE, LAZER, TRABALHO E FORMAÇÃO

Prof. Dr. Luiz Octávio de Lima Camargo

Universidade Anhembi Morumbi - São Paulo

Escola de Artes, Ciências e Humanidades - Universidade de São Paulo - Brasil

Como interrelacionar os quatro conceitos do tema desta Mesa? Este foi o primeiro desafio a que me propus, antes de entrar propriamente na reflexão. Para tanto, proponho a seguinte questão: como pensar a formação para o trabalho em espaços hospitalares de lazer, como centros culturais, museus, parques verdes, etc.?

Dividirei a minha apresentação nos seguintes três tópicos: a noção de hospitalidade (considerando que hospitalidade é uma forma de homenagear os organizadores deste Congresso, que, pela primeira vez, trazem o tema para discussão); o lazer hospitalar; e, antes das considerações finais, trataremos da questão da formação para uma animação que podemos chamar de hospitalar.

O ponto de vista a ser defendido aqui é tanto a formação como o trabalho da animação em si, que estão condenados a optar pela noção ancestral da hospitalidade, e não das formas comerciais que vem se afirmando.

Hospitalidade

A palavra tem sido mencionada em pelo menos dois sentidos: o da chamada hospitalidade genuína e da comercial. Começemos pela dita genuína.

A noção remete à ideia de um encontro ritualizado, regulado por leis explícitas mas não-escritas, cuja observância é condição para que se estabeleça o vínculo humano. Na cena hospitalar (GOTMAN, 2008), aquele que recebe, o anfitrião, deve honrar seu visitante, atender às suas necessidades de acolhimento, hospedagem, alimentação e entretenimento, convidando-o a desfrutar daquilo de que gostar ou necessitar, mas delimitando o espaço destinado a este encontro e, ao mesmo tempo, vigiando-o para que os limites sejam respeitados. Este hóspede, por sua vez, deve honrar seu anfitrião com palavras e presentes, sempre tendo consciência do espaço que lhe é reservado e fora do qual todo uso necessita de permissão.

Mas há inúmeros riscos embutidos nessa cena. Para o anfitrião, os riscos são os da intrusão, do parasitismo, quando não das simples inconveniências dos seus hóspedes. Para estes, os riscos são o de ter pela frente um anfitrião inospitalar, desconhecedor das leis da hospitalidade ou que abusa do direito sobre o espaço, até mesmo sufocando o hóspede de gentilezas.

A essas leis não escritas, somam-se outras vinculadas à noção de dádiva (MAUSS, 1974), já que o acolhimento de outrem é em si uma dádiva e desencadeia contradádivas, num processo circular, infinito. O dar-receber-retribuir que se repete surge como um novo imperativo. Essas dádivas e contradádivas não devem ser utilitárias ou

instrumentalizadas para outros fins ou mesmo monetizadas. O estatuto da dádiva também remete à noção de assimetria, com o protagonismo do anfitrião sobre o hóspede, que se inverte numa nova cena hospitaleira (“na próxima vez o encontro será em minha casa”).

É uma cena complexa, na qual anfitrião e hóspede equilibram-se numa corda bamba, na qual toda hesitação ou deslize ou mesmo qualquer mau desempenho pode dar lugar à hostilidade ou a hostipitalidade, a hospitalidade interrompida. O estudo da hospitalidade é, também, paradoxalmente, o estudo de seu verso, a hostilidade.

Com a intensificação dos fluxos migratórios de populações de regiões e áreas pobres na direção de países e regiões mais ricos, intensificados a partir da década de 1970, surge a noção de hospitalidade incondicional (DERRIDA, 1997) referindo a uma norma ancestral, anterior à da lei positiva dos códigos de direito, que torna absoluto o dever de abertura para com o estranho e o estrangeiro. Se os indivíduos e códigos de direito não conseguem assumir tal desafio, já que o ato de acolher outrem não pode ser policiado, nem por isso sua negação deixa de soar como omissão. Esse conjunto de leis não-escritas constituem, também, assim, um estatuto ancestral de ética.

Até a Modernidade européia e o final do Séc. XIX numa cidade como São Paulo, o espaço privilegiado da hospitalidade era o doméstico. Lentamente aconteceu uma transformação que tornou visível, no Séc. XIX, o novo cenário. A urbanização e as trocas comerciais iniciadas no Séc. XVI pouco a pouco tornaram obsoleto um sistema de hospitalidade baseado apenas na hospitalidade doméstica. A cidade substituiu a casa. Esta é a hospitalidade urbana. Os novos estabelecimentos sejam públicos, como hospitais, cadeias, hospícios, terminais de transporte, etc., sejam comerciais como hotéis, restaurantes, bares, doravante assumem cada vez mais o acolhimento de estranhos, substituindo e roubando o prestígio da boa hospitalidade doméstica ancestral. Bares, restaurantes e hotéis afirmam-se ante os antigos albergues e as tabernas que não eram recomendados a “pessoas de bem”. Seus usuários eram, junto com os estabelecimentos, igualmente objetos de preconceito e tidos como refúgio de criminosos, prostitutas e inadaptados em geral. Agora recebem todas as famílias. Esse fluxo migratório teve como contrapartida, desde o Séc. XIX, a atual formatação do receptivo turístico de cidades e países. À diferença dos migrantes pobres, os turistas “compram” hospitalidade. Talvez por falta de um termo correspondente à hotelaria, nos países anglo saxões adotou-se o termo *hospitality* como sinônimo de receptivo turístico, acepção que se difundiu hoje em todos os cantos do planeta.

Mas, seria a hospitalidade de profissionais de equipamentos públicos e comerciais a mesma genuína hospitalidade cantada em prosa e verso ou o termo é apenas de um recurso para disfarçar o objeto financeiro oculto, de cidades que desejam a receita adicional do turismo?

Não há dúvida de que se trata de uma hospitalidade encenada, na qual expressões verbais e não verbais da hospitalidade genuína são incorporadas e traduzidas em protocolos a serem obedecidos pelos que assumem a recepção do estranho.

Diferenças: de um lado, é bem verdade que o dinheiro interrompe a dádiva, tornando a relação humana impessoal, simétrica e finita. É um contrato no qual ambas

as partes se declaram livres e iguais e trocam um serviço por dinheiro, compromisso que tem um final previsto e explícito (MONTANDON, 2003). O sistema comercial substitui o sistema da dádiva. De outro, observa-se que, mesmo em contextos comerciais, submersa em meio a regulamentos explícitos que substituem o vínculo humano, cuja inobservância gera recurso a leis positivas e não às ancestrais da dádiva, a noção de hospitalidade ainda tem lugar. Tal como ocorre com os profissionais da ajuda em geral (médicos, psicólogos, assistentes sociais, etc.), também na hospitalidade urbana e comercial o contato pessoa a pessoa pode impor-se sobre a etiqueta profissional de distanciamento. Nesse caso, a hospitalidade genuína transborda da hospitalidade encenada.

Lazer

Quando, no Séc. XIX, as cidades deixam definitivamente o perfil da cidade medieval murada, desconfiada dos estranhos, surge algo que pode ser definido como uma ideologia do flunar. Passear com a família, todos bem vestidos, eis o ideal do cidadão integrado. Não é por acaso que, na mesma data surgem, quase simultaneamente a moderna hotelaria com Ritz, o restaurante moderno com Escoffier, a agência de viagens com Cook, o evento-matriz das atuais Exposições Internacionais, o primeiro ateliê de alta costura de Worth, o esporte moderno com a primeira regulamentação de diferentes modalidades.

Essa hospitalidade urbana nascente, quem sabe para compensar o isolamento temporal e espacial cada vez maior dos moradores, busca oferecer e incrementar seu cardápio de entretenimento. Bem ao gosto e, poder-se-ia dizer mais, como uma estratégia do capitalismo nascente surgem nichos e roteiros do flunar: parques, museus, cinemas, teatros comerciais, restaurantes, bares, docerias, acessíveis a toda a família e já sem o estigma da antiga estalagem. Aparentemente, *shopping-centers* e parques temáticos são os ícones do momento, as novas catedrais.

O lazer dos moradores e dos visitantes torna-se a responsabilidade de um anfitrião coletivo compreendendo os locais e suas lideranças nos mais diferentes níveis. É um anfitrião abstrato, mas sua responsabilidade é a mesma de alguém que convida um amigo para passear alguns dias em sua casa. As leis não-escritas da hospitalidade doméstica, traduzem-se, segundo Grinover, em prover acessibilidade, legibilidade e identidade, ou seja, permitir que se chegue aos mais diferentes lugares e informar sobre estratégias de circulação, expandir-se segundo uma lógica espacial legível para o morador e o turista, e exibir a paisagem física e humana que a torna especial e digna de ser desfrutada.

O desafio da hospitalidade urbana é articular todos os múltiplos espaços receptivos públicos e comerciais das cidades. Nos espaços comerciais, o acolhimento é cada vez mais importante. O recepcionista cada vez menos é a mocinha que, em não sabendo fazer mais nada fica atendendo os visitantes e cada vez mais o profissional com perfil adequado. Nas empresas, surgem setores, por vezes diretorias, para cuidar do relacionamento com o público. Surgem os protocolos de recepção, cujo objetivo nada mais é do que minimizar problemas. O mesmo ocorre nos espaços comerciais de entretenimento. Longas páginas poderiam ser escritas sobre as violações dessas instituições às leis da hospitalidade. Seja como for, cada uma delas deve definir a hospitalidade a ser encenada ao cliente.

Já nos espaços públicos, a questão pode e deve ser colocada de outra forma. Embora a palavra hospitalidade raramente seja mencionada, pode-se dizer que existe uma filosofia da hospitalidade nas práticas dos nossos melhores espaços públicos. O próprio fato de não poder obrigar ninguém a frequentar redonda em cuidados, pode-se dizer, hospitaleiros em relação ao espaço circundante, ao público e aos empregados. O ambiente informal (ao menos no sentido de não oferecer barreira ao visitante), a valorização do humor no trabalho, uma segurança propositiva e não repressiva, o envolvimento do público no planejamento e na execução das atividades, em resumo, uma pedagogia de educação não-formal, eis alguns traços desejáveis da hospitalidade dos centros de lazer.

A formação para a animação

Para fugir da cilada dos infinitos nomes que envolvem esse grupo profissional, resumo-os todos na denominação de animador. Eis uma profissão singular! Pensa-se habitualmente apenas no fato de exigir labor mais intenso em feriados e férias. Mas isto ocorre com quase todos os profissionais da ajuda. Mais importante é o fato de que se trata de uma profissão de curta duração, mesmo quando bem remunerada. A profissão é tão singular que há quem se pergunte se se trata verdadeiramente de uma profissão, e, ainda, se se pode ensinar ou mesmo aprender a ser animador.

A dúvida faz sentido. O perfil do animador é o do indivíduo jovem, com interesse cultural geral e, eventualmente, um conhecimento ou habilidade específica, e que vê no trabalho com indivíduos e grupos um início de vida profissional auspicioso. Sofre por ver tesouros da cultura física ou artística inacessíveis ao conjunto da população e tem iniciativa suficiente para aprender a teoria e a técnica do metiê. Para repetir Joffre Dumazedier, ciência, consciência e iniciativa. Contudo, é mais o perfil de um revolucionário ou poeta do que de um profissional. Aliás, de certa forma, é o contrário do profissional. Uma psicóloga, antiga recrutadora do SESC, contou-me certa vez que a esse perfil ela acrescentava ainda a inadaptação escolar (se era alguém que fazia medicina ou engenharia e foi fazer história e agora estava pensando em cinema, acrescentava jocosamente, estava empregado na hora!) e mesmo de uma certa neurose para entender e apreciar o metiê.

Se para a recepção comercial a regra é a distância, para a recepção em espaços de lazer, a regra é a troca do calor humano. A animação está condenada a ser hospitaleira e apoiar-se no sistema da dádiva. Se o animador não for também animado por uma paixão pela cultura, sua atividade ativismo puro e simples.

A formação para o metiê, em consequência, também se coloca problemáticamente. Pode-se ensinar uma técnica, um procedimento, um conhecimento específico. Mas como criar as condições para o desabrochar da paixão pela cultura e do desejo de reparti-la com os outros? Uma escola de ideal de animadores deveria ter um currículo distribuído em três partes: o menor, com as informações teóricas, outro maior, com oficinas de sensibilização para a prática física, o esporte, o canto, a execução instrumental, a escrita, o cinema, o teatro, dinâmicas de grupo, num espaço o mais diferenciado da sala-de-aula convencional e, se possível, sem a aula expositiva professoral. Não nos esqueçamos de que a oficina proporciona uma ludicidade vem maior que uma aula.

Para a dimensão hospitaleira da prática, necessita-se, ainda, pensar na formação para o contato interpessoal, com indivíduos e grupos. Aqui, uma oficina de comunicação verbal e não-verbal faz mais sentido que um curso de psicologia da comunicação.

Considerações finais

O tema da hospitalidade tem sido recorrente em tempos de preparação para a Copa de Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016. Fala-se de o país mostrar o seu lado hospitaleiro. Não se sabe, ainda, como atingir esse objetivo, mas é natural que se comece pelas estruturas profissionais necessárias. E podem ficar nisso. Tal como aconteceu na Alemanha, o acolher, hospedar, alimentar e entreter os visitantes ficaram por conta do *trade* turístico. Prevaleceu o sistema comercial. Ainda que sem informações objetivas e precisas, pode-se inferir que na África do Sul, ao contrário, a própria população, estimulada ou não, assumiu o protagonismo de exibir-se aos visitantes. Não faltou quem dissesse que ficou mais emocionado com a capacidade de festividade das pessoas saudando os visitantes do que com as jóias da infra-estrutura da Copa exigida pela FIFA e que hoje estão cada vez mais ameaças de virarem elefantes-brancos. No caso, o sistema da dádiva prevaleceu.

Essa é uma questão a ser pensada aqui entre nós. Haverá espaço para o calor humano, para a capacidade de festividade do nosso povo, para a verdadeira hospitalidade ou, para nos mostrarmos iguais aos países desenvolvidos, a hospitalidade será apenas encenada, o mais possível asséptica, impessoal, ainda que competente, na recepção dos turistas?

Será que não podemos inventar sistemas alternativos de recepção aos estrangeiros? Que tal investir no *bed&breakfast*, trocas de residências e muitas outras iniciativas que não param de surgir? Será que as associações de classe, profissionais, culturais, as universidades também não podem se colocar como estruturas hospitaleiras adicionais? Em resumo: seremos genuínos anfitriões ou criadores de ciladas para roubar o dinheiro dos turistas?

Se optarmos por ser anfitriões, teremos de pensar em ateliês, cursos, oficinas de hospitalidade, etiqueta, comunicação verbal e não-verbal, línguas, etc. para profissionais e voluntários. Espero que tal já esteja acontecendo. Assim, ao invés de estruturas que ficarão quem sabe ociosas, teremos amplos segmentos da população conhecedores das leis da hospitalidade.

Referências

- CAMARGO, Luiz Octávio de L. *Hospitalidade*. São Paulo: Aleph, 2004.
- DERRIDA & DUFOURMANTELLE. *De l'hospitalité*. Paris: Calman-Lévy, 1997.
- DUMAZEDIER, Joffre. *A revolução cultural do tempo livre*. São Paulo: Studio Nobel, 1994.
- GOTMAN, Anne. L. A encenação da hospitalidade. In: BUENO RAMOS & CAMARGO. *Modernidade, cultura material e estilos de vida*. São Paulo: Editora SENAC, 2008. P. 115-134.

GOTMAN, Anne. L. É possível o comércio da hospitalidade? *Revista Hospitalidade*, v. 6, n. 2, 2009.

GRINOVER, Lúcio. *A hospitalidade, a cidade e o turismo*. São Paulo: Aleph, 2007.

MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a Dádiva - forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: *Sociologia e antropologia*. São Paulo: EPU/Edusp, 1974.

MONTANDON, Alain. Hospitalidade, ontem e hoje. In: DENCKER&BUENO. *Hospitalidade: cenários e oportunidades*. São Paulo: Pioneira-Thomson, 2003.

HOSPITALIDADE COMO UM VALOR PARA O TURISMO E PARA O LAZER

*Prof. Dr. José Clerton de Oliveira Martins
Programa de Pós-Graduação em Psicologia
Universidade de Fortaleza - Brasil*

Hospitalidade é um termo/atividade muito antigo. Em cada tempo, em cada estágio da história social da humanidade, o termo tomou para si um dado significado. Assim, pode-se falar em gestos de hospitalidade, resultantes da concepção filosófica/religiosa de cada povo. Na Idade Média, era muito mais expressivo o hábito de acolher as pessoas sem ônus para elas. Na Grécia, como dever mítico/religioso, em Roma, como dever social, na Idade média como dever de caridade cristã, no Renascimento, de forma mais restrita, como refinamento palaciano e também como dever social. Durante estes períodos a hospitalidade comercial não gozava de boa reputação.

No século XVI a França começa a ter na gastronomia seu elemento de maior expressão. A esta atividade se agregam as atividades de animação, influenciando outros países, principalmente a partir da Revolução Industrial. Neste momento, inicia-se um desenvolvimento acelerado da hospitalidade como negócio, providência necessária para atendimento condizente da nova classe social burguesa, que exige boas acomodações (PERRIN, 1986; QUINTAS, 1971).

Com os benefícios tecnológicos este tipo de hospitalidade se expande e se aprimora, com foco na hotelaria e na restauração, de forma que o próprio termo hospitalidade se confunde com hotelaria. Hoje, desencadeia-se nos cursos de mestrado em hotelaria uma pertinente discussão em torno do melhor termo para a denominação destes cursos, quando se argumenta a maior necessidade do enfoque de conteúdos capazes de promover uma maior compreensão da hospitalidade, em toda sua dimensão filosófica, sociológica, psicológica, antropológica e administrativa, que fornecem a base para a hospitalidade social, ou seja, a boa receptividade de todo o povo de um lugar (CAMARGO, 2002).

Nós os brasileiros carregamos por conta de nossa identidade, a fama de sermos hospitaleiros. Aqui nos detemos em algumas perguntas: será mesmo que recebemos bem nossos convidados? Quais condições se fazem necessárias para a boa receptividade de um dado lugar, em tempo de acirrada competitividade entre os destinos turísticos na disputa por grandes eventos? O lazer está convocando uma discussão em torno das questões que envolvem a noção atual de hospitalidade?

Com estas perguntas guias buscamos propor reflexões sobre aspectos socioculturais brasileiros que deságuam na questão da nossa hospitalidade brasileira, convocando um olhar crítico para a nossa condição de bem receber, nos megaeventos. Pensamos nas nossas potencialidades e, principalmente, no que se refere à cultura e ao sujeito que se elabora nesta cultura e cultiva um ideal de hospitalidade no seu simbolismo a partir da imagem de si e de seu lugar. Nossa contribuição consiste em reflexões em torno de aspectos importantes

para a boa receptividade de um destino turístico. Para tanto, parte-se de uma revisão crítica a partir de bibliografia produzida sobre os conceitos, hospitalidade, identidade, turismo, trabalho no ser de turismo, formação e lazer. A partir disso parte-se para inferências com base nas reflexões. Estas nos apontam a afirmar que a auto-estima de um povo contribui para uma hospitalidade positiva. Orienta ainda que o processo para se trabalhar a auto-estima do lugar passa pela educação patrimonial e toma como base a cidadania e a participação convocando lazeres integrados, formação para hospitalidade, planejamento participativo no turismo, seguindo o tripé que envolve, iniciativa privada, comunidade e governo.

O sucesso de um destino turístico depende, assim, da preocupação com formação para a hospitalidade, além de boa estratégia de promoção, de infra-estrutura turística básica e de como os sujeitos do lugar entendem a atividade turística e a importância do receber bem para esta atividade sistêmica, onde cada prestador de serviço deve atuar com a consciência de que todos fazem parte de uma grande cadeia produtiva, onde a participação de cada um engrandece o todo. Tais possibilidades colaboram para a capacidade de crescimento na alteridade, principalmente em relação aos turistas/visitantes, que devem ser acolhidos com serviços tecnicamente capazes de promover a qualidade esperada, com a espontaneidade peculiar a cada lugar, mas com altivez necessária ao distanciamento das atitudes subservientes que proporcionam relações de dominação, ainda comum em comunidades ditas turísticas.

Referências

- AGUIAR, M. F., MARTINS, J.C., CARDOSO, G. P. Reflexões sobre a hospitalidade no contexto turístico. *Turismo - Visão e Ação*, Univali, Camburiu, SC, v. 5, n.3, set./dez. 2003.
- AGUIRRE, A. et al. *Cultura e identidade cultural*. Barcelona: Bardenas, 1997.
- CAMARGO, Luís Otávio de Lima. Turismo, hotelaria e hospitalidade. *Turismo em Análise*, São Paulo. v. 13, n.1, mai/2002.
- MARTINS, C. (Org.). *Turismo, cultura e identidade*. São Paulo: Ed. Roca, 2003.
- QUINTAS, Manuel. *Organização hoteleira*. Lisboa: Tip. Jorge Jeronimo Ltda, 1971.
- PERRIN, Denis. *La hotelería*. México: Fondo de Cultura Económica, 1986.

SOBRE A FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS PARA A ATUAÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO EM LAZER

Prof. Dr. Hélder Ferreira Isayama

Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da Universidade Federal de Minas Gerais - Brasil

Líder do Grupo de Pesquisa Lazer e Sociedade (CELAR/UFMG)

Membro do Grupo de Pesquisa em Lazer (GPL/Facis/Unimep)

Nos dias atuais, vivemos em um contexto de desenvolvimento tecnológico que vem afetando diretamente a produção e a difusão do conhecimento, bem como a criação e a exploração de novos espaços de conhecimento. Juntamente com essas transformações, observo uma sensibilização da sociedade para valores éticos, políticos e sociais que obrigam todas as profissões a rever as competências profissionais requeridas e conseqüentemente a formação de seus profissionais. É nesse contexto que esse texto se propõe a refletir sobre a formação de profissionais para atuar no âmbito do lazer, apresentando um breve panorama sobre as possibilidades identificadas na realidade brasileira.

Ao refletir sobre a formação de profissionais para atuar no âmbito do lazer, inicialmente é necessário reforçar que o lazer se configura como um campo multidisciplinar que possibilita a concretização de propostas interdisciplinares, por meio da participação de profissionais com diferentes formações (Arte-Educação, Educação Física, Pedagogia, Psicologia, Sociologia, Terapia Ocupacional, Turismo e Hotelaria, dentre outros). Lamentavelmente, ainda se pensa que, para atuar na área, não é necessário ter formação específica e aprofundada sobre o tema. Por isso, é preciso (re)pensar os pressupostos que encaminham a formação de profissionais e como ela está sendo processada na realidade brasileira.

A partir disso, observo que no Brasil, é cada vez mais crescente o interesse de alunos e professores pela discussão da temática do lazer, tendo em vista as diferentes opções de estudo e de intervenção profissional que o campo de trabalho vem abrindo nesse âmbito, para os profissionais formados. Especialmente nos últimos anos, vem aumentando a preocupação com o lazer, enquanto um dos fatores fundamentais para a promoção da qualidade de vida. Além disso, o lazer vem sendo amplamente destacado pelos meios de comunicação de massa como uma das áreas mais promissoras do século XXI. Em virtude disso, ampliam-se as possibilidades de formação profissional nesse campo, mas estas devem ser analisadas com cuidados por aqueles que desejam participar dessas ações.

Segundo Werneck (2000) formar significa fecundar um conjunto de idéias e reflexões, criar possibilidades que nos retirem de posições acomodadas, mobilizando e transformando o outro de alguma maneira. É uma maneira de nos colocarmos avessos às incertezas cristalizadas, com curiosidade e desejo de saber para construirmos, juntos, o conhecimento. Nesse sentido, o desafio é agregar esforços para formar profissionais

capazes de construir coletivamente ações teórico-práticas significativas sobre o lazer, a fim de não mascarar ou atenuar os problemas sociais dos sujeitos envolvidos.

No Brasil, a formação profissional no âmbito do lazer vem se concretizando, principalmente, a partir de duas perspectivas: a primeira tem como ênfase a preocupação em formar um profissional mais técnico, que tem como orientação primordial o domínio de conteúdos específicos e metodologias. Nesse caso a formação privilegia a familiarização com as práticas e atividades que se apresentam no dia-a-dia do animador cultural. A preocupação central é com a instrumentalização técnica e com o domínio de procedimentos e metodologias.

Como resultado surge o tecnicismo que restringe o profissional a um “simples” técnico e a mediação técnica se torna substantiva norteadora dos fins e valores do processo de formação e não ao contrário. A prática torna-se o eixo da formação e sua realização tende a minimizar o papel da teoria na ação profissional. Dessa forma, reafirma-se a dicotomia entre teoria e prática, enfatizando-se a segunda e atribuindo menor importância às reflexões de cunho filosófico, político, cultural e sociológico, fundamentais no processo de atuação profissional nesse âmbito. Muitas vezes, os sujeitos de diferentes cursos de formação na área do lazer anseiam por “receitas prontas de atividades” e reforçam o interesse por um número bastante variado de modelos e alternativas.

É importante frisar que um sólido referencial teórico possibilita a compreensão da prática a partir de novos olhares, permitindo a consolidação da práxis. Um animador cultural que atua em clubes, por exemplo, e conhece questões sobre as diferentes faixas etárias (criança, adolescente, adulto e idosos) e grupos sociais (portadores de necessidades especiais, negros, índios, homossexuais, etc) terá a sua prática a partir de outra perspectiva. Dessa forma, a relação teoria-prática adquire função muito diferente de um simples fazer mecânico e técnico.

A segunda perspectiva aponta como prioridade a formação centrada no conhecimento, na cultura e na crítica, que se dá por meio da construção de saberes e competências que devem estar alicerçadas no comprometimento com os valores disseminados numa sociedade democrática, bem como na compreensão do papel social do profissional na educação para e pelo lazer. A formação deve possibilitar o domínio de conteúdos que devem ser socializados, a partir do entendimento de seus significados em diferentes contextos e articulações interdisciplinares. Deve, ainda, promover o conhecimento de processos de investigação, que auxilie no aperfeiçoamento da ação do animador cultural e no gerenciamento do próprio desenvolvimento de ações educativas lúdicas, críticas e criativas.

A formação de profissionais no campo do lazer deve, portanto, ser pautada na competência técnica, científica, política, filosófica e pedagógica e no conhecimento crítico da realidade. É preciso romper com a visão essencialmente tecnicista, comum em nosso meio, tendo em vista uma práxis consciente. A ação deve ser comprometida com mudanças que considerem as lutas contra as injustiças sociais, na intenção de concretizar uma sociedade mais igualitária, que respeite as diferenças culturais e que crie possibilidades de participação e de democratização social (MARCELLINO, 1995).

Por isso, é necessário pensar a construção de saberes e competências que devem estar relacionados ao comprometimento com os valores alicerçados numa sociedade democrática, à compreensão do papel social do profissional na educação para e pelo lazer. Além disso, a formação deve proporcionar o domínio de conteúdos a serem socializados, a partir do entendimento de seus significados em diferentes contextos e articulações interdisciplinares, e, por fim, ao conhecimento de processos de investigação, que auxiliem no aperfeiçoamento da ação profissional no campo do lazer e no gerenciamento do próprio desenvolvimento de ações educativas lúdicas.

Ao pensar na formação profissional no campo do lazer, penso ser importante destacar quatro pontos fundamentais para orientar as ações, tendo em vista o entendimento do animador cultural em uma perspectiva educacional ampla, de transformação da realidade social.

O primeiro ponto está relacionado à *unidade entre teoria e prática*. Entendo que teoria e prática devem ser consideradas o núcleo articulador da formação de profissionais no campo do lazer, para tanto esses dois eixos devem ser trabalhados simultaneamente, como elementos indissociáveis. É preciso superar uma das tendências encontrada no campo do lazer que considera a recreação como a prática e o lazer como as teorias.

O segundo aspecto está relacionado à *característica multidisciplinar do lazer*. Nesse sentido, apesar de uma certa dificuldade presente na formação, tendo em vista as diferentes áreas que se relacionam com esse objeto de estudo e intervenção, é fundamental pensar em possibilidades coletivas e interdisciplinar de trabalho a partir da formação dos profissionais. Dessa forma, superar a idéia de que esse campo é propriedade particular dessa ou daquela área.

Um terceiro ponto a ser ressaltado é a *sólida formação teórica e cultural* dos profissionais que atuam com o lazer e nesse sentido, acredito ser fundamental um maior interesse, por parte dos animadores, na busca dos conhecimentos que envolvem os estudos sobre o lazer, tornando seu trabalho mais coerente com os objetivos propostos. Além disso, é fundamental que o profissional busque sua participação crítica e criativa em diferentes práticas culturais como forma de manter constantemente atualizada a sua cultura geral, priorizando uma ampliação de suas próprias vivências de lazer, de modo condizente com sua prática profissional.

O quarto e último ponto que resalto é a necessidade de pensar a *formação continuada* nesse campo. Analisando os projetos de formação continuada no campo do lazer é possível identificar a perspectiva “clássica” como descrita por Candau (1996). Nesse caso, a ênfase é atribuída à reciclagem dos profissionais, o que significa voltar e atualizar a formação recebida. Assim, os sujeitos retornam a universidade para fazer cursos de diferentes níveis, além da possibilidade de participação em simpósios, congressos, encontros de alguma forma orientados para seu desenvolvimento profissional.

No entanto, penso que o processo de formação continuada em lazer deva acontecer a partir de uma perspectiva que possa focalizar três eixos: o espaço de intervenção

como lócus privilegiado de formação; a formação continuada deve ter como referência fundamental o saber profissional, o reconhecimento e a valorização desse saber; para um adequado desenvolvimento do projeto é necessário ter presentes as diferentes etapas do desenvolvimento profissional, já que não deveríamos tratar do mesmo modo o animador em fase inicial do exercício profissional e aquele que já encaminha para a sua aposentadoria.

Em esse sentido, destaco alguns desafios para a formação de profissionais de lazer em nosso país: primeiramente, é preciso entendê-la como um processo contínuo, que deve ser incentivada e constantemente alimentada pela participação em cursos de diferentes naturezas, em eventos técnico-científicos, em listas de discussões, dentre outras ações de podem fazer parte do cotidiano dos profissionais que desejam atuar com o lazer. Concordo com Caldeira (2001) quando afirma que a formação é um processo inacabado, em constante movimento de reconversão, sendo a formação inicial apenas parte do processo que prossegue com a formação continuada, entendida de forma ampla.

Além disso, saliento que é necessário um esforço sistemático para responsabilizar as instituições pela formação continuada de seus profissionais, investindo na produção de conhecimento sobre essa formação e nas mudanças que isso pode gerar nos processos de atuação profissional, objetivando a efetiva participação cultural. Por isso, é preciso garantir que a formação em serviço se constitua em espaço para o animador cultural aprender, tendo como porto de partida a reflexão sobre sua intervenção cotidiana.

Apesar da lógica do lucro que impera em muitos espaços de formação profissional, acredito ser fundamental pensar na qualidade das ações desenvolvidas como prioridade para a construção de uma nova realidade. Dessa forma, a formação profissional no lazer deve ter como responsabilidade pensar encaminhamentos mais humanos, participativos e incluídos não somente no campo do lazer, mas em todas as dimensões do nosso viver.

Longe de querer esgotar as questões que permeiam a formação profissional no âmbito do lazer, apresento estas reflexões na tentativa de contribuir com a ampliação do debate sobre esse tema, já que são escassos os trabalhos que analisam esse tema. Assim, é necessário lembrar que, apesar de um aumento nas iniciativas na área do lazer virem contribuindo para avançar essas propostas, necessitamos de mais estudos teórico-práticos preocupados com a qualidade das ações desenvolvidas no âmbito da formação profissional nesse campo.

Referências

CALDEIRA, Anna Maria S. A formação de professores de Educação Física: quais saberes e quais habilidades? *Revista do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte*. Campinas: Autores Associados, v. 22, n. 3, p. 87-104. mai, 2001.

CANDAUI, Vera Maria F. Formação continuada de professores: Tendências atuais. In: REALI, Aline Maria de M. Rodrigues; MIZUKAMI, Maria da Graça Nicoletti (Org.). *Formação de professores: tendências atuais*. São Carlos: EdUFSCar, 1996. p.139-152.

MARCELLINO, Nelson C. A ação profissional no lazer, sua especificidade e seu caráter interdisciplinar. In: MARCELLINO, Nelson C. (Org.). *Lazer: Formação e atuação profissional*. Campinas: Papirus, 1995.p.13-22.

WERNECK, Christianne L. G. *Lazer, trabalho e educação: relações históricas e questões contemporâneas*. Belo Horizonte: Editora da UFMG/CELAR, 2000.

FÓRUM DOS PESQUISADORES E PROFESSORES DE LAZER, RECREAÇÃO E TURISMO

CONEXÕES BRASIL - MUNDO:

**Intercâmbios internacionais em Lazer e as experiências interdisciplinares
e interinstitucionais de pesquisadores e professores brasileiros**

Coordenadoras:

Prof.^a Dra. Alcyane Marinbo

*Laboratório de Estudos do Lazer/ Grupo de Estudos do Lazer/ Laboratório de
Desenvolvimento e Aprendizagem Motora/ UDESC*

Prof.^a Ms. Cátbia Alves

*Núcleo de Motricidade, Desenvolvimento Humano e Lazer da UNLARARAS
Grupo de Pesquisas em Lazer – GPL/ UNIMEP*

Prof.^a Ms. Mirleide Cbaar Babia

*Turismo, Cultura e Meio Ambiente da UFPA
Grupo de Pesquisas em Lazer – GPL - UNIMEP*

Introdução

O Encontro Nacional de Recreação e Lazer (ENAREL) vem se configurando, ao longo das vinte e uma edições já realizadas, como o principal evento do segmento e um dos principais espaços de troca de saberes acerca do lazer, da recreação e do turismo. Com isto, vem alcançando resultados com efeitos multiplicadores e de aplicabilidade em todo o território nacional, mobilizando a reflexão sobre como as áreas de atuação e formação profissional - campos de produção e socialização de conhecimentos tratados nos campos envolvidos - vêm se articulando e se enriquecendo em nível nacional e internacional.

A escolha da temática “Conexões Brasil - Mundo: Intercâmbios internacionais em lazer e as experiências interdisciplinares e interinstitucionais de pesquisadores e professores brasileiros” para o Fórum dos Pesquisadores e Professores de Lazer, Recreação e Turismo do 22º ENAREL surgiu da necessidade de conhecer e discutir como as novas Tecnologias da Informação e das Comunicações (TICs), as Redes de Cooperação e os Intercâmbios Internacionais têm influenciado as diversas áreas de conhecimento e se propagado em direção à internacionalização do ensino superior, abrindo-se novas fronteiras do conhecimento e do relacionamento entre diversas universidades e seus diversos protagonistas.

Lembramos que Tecnologias da Informação e das Comunicações (TICs) são utilizadas para o estabelecimento de redes, as quais se constituem como uma nova morfologia social das sociedades, e a difusão da lógica de redes acaba por transformar, significativamente, a operação e os resultados dos processos produtivos e de experiência, de poder e de cultura (CASTELLS, 1999). Os principais objetivos dessas redes são a pesquisa, a formação, o desenvolvimento tecnológico cooperativo, a cooperação externa e as

atividades interdisciplinares (BALANCIERI, 2004). Configurado na forma de intercâmbio de alunos de graduação ou pós-graduação; intercâmbio de pesquisadores e professores para realização de pós-doutorado; participação em congressos, conferências, reuniões sobre suas especialidades; visitas por meio de intercâmbios institucionais ou realização de trabalhos em colaboração.

Algumas dessas experiências de cooperação em rede e de intercâmbios internacionais já vêm acontecendo entre Brasil e outros países/continentes e, de forma mais específica, no campo do lazer. Entende-se, portanto, que este fato merece a abertura de um espaço de discussão e de debate no ENAREL, tanto para a divulgação dessas importantes experiências, quanto para o conhecimento sobre as especificidades, os avanços e as dificuldades encontradas na execução dessas iniciativas.

Nesse sentido, a proposta deste Fórum é de congregar os pesquisadores e professores dos referidos campos de atuação, para conhecer e discutir as experiências interdisciplinares e interinstitucionais que vêm se dando por meio de intercâmbios internacionais entre Universidades Brasileiras e Universidades de outras partes do mundo, tendo como protagonistas alguns pesquisadores e professores do campo do lazer.

O Fórum foi constituído por duas mesas redondas, compostas por pesquisadores e professores do lazer, os quais estão divididos conforme a localização de suas experiências de intercâmbio, sendo que em uma das mesas serão discutidas as experiências entre Universidades Brasileiras e Universidades da América Latina e na outra tratará das experiências entre Universidades Brasileiras e Universidades de outros Continentes.

Na primeira mesa, “Brasil e América Latina”, a Profa. Mestranda Rejane Rodrigues (ME / MEC) apresentará a temática “Integração Latino Americana: desafios e perspectivas do Ministério do Esporte; o Prof. Dr. Fernando Mezzadri (UFPR) abordará sobre as “Possibilidades e Desafios na formação e nas pesquisas para ação integrada de lazer, esporte e educação para América Latina”; a Profa. Dra. Christianne Gomes (OTIUM / UFMG) discutirá a “Pesquisa e Produção de conhecimentos sobre o lazer na América Latina: diagnóstico e perspectivas” e, por fim, para encerrar esta mesa, o Prof. Ms. Rodrigo Elizalde (UFMG / *Universidad Bolivariana de Chile*; OTIUM / UFMG) abordará a “Cooperação Acadêmica Brasil e América Latina: um desafio para a integração e construção de novos conhecimentos”.

Por sua vez, na segunda mesa, intitulada “Brasil e outros Continentes”, o Fórum contará com a contribuição do Prof. Doutorando Paulo Lima (LACOR / UFPA), desenvolvendo o subtema “A articulação entre o grupo de pesquisa LACOR (UFPA / Brasil) e UISP (Itália) na promoção de ações de esporte e lazer”; a Profa. Dra. Alciane Marinho (LEL / GEL / LADAP / UDESC) abordando “Reflexões sobre o movimento de internacionalização entre pessoas e instituições” e o Prof. Dr. Ricardo Ricci Uvinha (GIEL / USP Leste) finalizando o debate com dados mundiais mais abrangentes sobre “O Brasil e a Organização Mundial de Lazer: aspectos científicos e possibilidades”.

Contextualização da temática sobre intercâmbios interinstitucionais na área do lazer

O lazer destaca-se no cenário mundial como um elemento da cultura que sempre existiu; no sentido de que se há trabalho, também há lazer. Dessa forma, compreende-se que este fenômeno é fruto de diversas ocorrências, tais como, revolução industrial, mudança no modo de produção, processo de urbanização, afastamento dos seres humanos da natureza, evolução tecnológica, globalização, entre outros fatores, que podem ter causado a necessidade de estabelecer uma relação direta do lazer com as demais obrigações humanas e também gerado características específicas para este elemento.

Na sociedade atual, o entendimento de lazer pode ganhar assim, uma moderna perspectiva em suas manifestações e denotar novas e diferentes características. A partir deste pressuposto, os intercâmbios sobre esta temática se justificam, uma vez que a aproximação entre diferentes povos e as trocas de conhecimento fortificam ainda mais a relevância do lazer, como objeto de estudo.

Gatti (2005) propõe que, para além do poder de formação, os intercâmbios são processos de aprendizagem que geram a intercomunicação com os pares, fortalecendo o trabalho em equipe, construindo redes de troca de ideias, disseminando propostas, formando grupos de referências temáticas; tornando-se, portanto, absolutamente necessários para as investigações de impulso do conhecimento. Segundo a autora, o intercâmbio pode desenrolar-se em planos regionais, nacionais ou internacionais, por meio de programas básicos das agências de fomento à pesquisa, ou por programas de intercâmbio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) entre outros; e ainda, há possibilidade de convênios sustentados por universidades com financiamento próprio, além de haver pesquisadores que investem dinheiro pessoal para este tipo de iniciativa, contando com outros tipos de apoio que não os financeiros.

Apesar de os processos de colaboração científica e intercâmbios entre universidades de diversos países não ser uma iniciativa tão recente, por muito tempo, esta se pautou em condições essencialmente individuais e/ou pontualmente institucionais (ACEVEDO MARIN, 2004).

De acordo com Velho (1997), a colaboração científica é um fenômeno tão antigo quanto a própria Ciência e, segundo seus estudos baseados em Beaver e Rosen (1978), Price (1963) e Price e Beaver (1966), os esforços colaborativos envolvendo pesquisadores de países diferentes foram detectados já no século XIX, configurados em diversas formas e acontecendo, freqüentemente, no âmbito dos chamados “colégios invisíveis”, os quais são compostos por grupos de pesquisadores que se encontram em congressos, conferências, reuniões sobre suas especialidades, visitam-se por meio de intercâmbios institucionais ou realizam trabalhos em colaboração. Para Velho (1997, p.59), este tipo de organização “transcende os limites do departamento, da instituição, de um país e abrange cientistas de todos os lugares do mundo onde tiver atividade científica relevante na área, ou na especialidade em questão”.

A colaboração científica pode ser entendida como um empreendimento cooperativo que envolve metas comuns, esforço coordenado e resultados por meio dos quais os colaboradores compartilham a responsabilidade e o crédito (BALANCIERI, 2004).

Desta forma, a institucionalização da cooperação internacional se dá por meio do estabelecimento de acordos bi e multilaterais os quais, em sua maioria, firmam-se com base em interesses culturais, científicos e tecnológicos que devem oportunizar benefícios para os envolvidos (BRASIL, 2003).

No que se refere aos intercâmbios na área do lazer, nota-se que grande parte deles está vinculada à área da Educação Física e que são operacionalizados por grupos de pesquisa.

Os grupos de pesquisa, por sua vez, são cadastrados e organizados por uma base de dados do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Nesta base encontra-se a Plataforma *Lattes*, que tem como objetivo dinamizar a busca por pesquisadores e temáticas a todos os interessados, sendo referência para toda a comunidade científica. Um dos papéis da base é promover o intercâmbio aberto, no qual diversas pessoas podem consultar as informações contidas ali e estabelecerem um contato concreto com diferentes pesquisadores.

De acordo com o Diretório dos Grupos de Pesquisa na base do CNPq, grupos de pesquisa localizam-se em universidades, instituições de ensino superior, institutos de pesquisa científica, institutos tecnológicos e laboratórios de pesquisa e desenvolvimento de empresas estatais ou ex-estatais. Os grupos de pesquisa podem ser legitimizados, como um dos canais de maior representatividade de uma área específica. Neste contexto, o Diretório dos Grupos de Pesquisa pode ser considerado como uma das melhores estruturas político-administrativas de pesquisas no Brasil (CNPq, 2010).

Reis (2009) discute em seu estudo sobre o cenário da produção no campo do lazer e apresenta que foram encontrados 128 grupos de pesquisa cadastrados no CNPq, sendo que 50% dos grupos estão localizados na área da Educação Física (64 grupos). O autor compara com outra pesquisa realizada em 2006, por Souza e Isayama diagnosticando que houve um aumento significativo no número de grupos, pois os outros autores detectaram no ano de 2005, 81 grupos, dentre os quais 36 eram da área da Educação Física. Reis (2009) reporta-se também ao estudo de Gomes e Melo, do ano de 2003, no qual identificaram 51 grupos cadastrados, dos quais 28 pertenciam à área da Educação Física.

Portanto, o aumento no número dos grupos de pesquisa é significativo e pode ser comprovado pelo fato de, atualmente, serem encontrados 203 grupos de pesquisa em lazer no Brasil na referida base. No entanto, igualmente, pode-se detectar a ausência de produção científica sobre a especificidade do tema “internacionalização ou intercâmbio em lazer”. Fato este que justifica a importância deste Fórum, no sentido de nutrir uma lacuna, abrindo perspectivas para pesquisas e aprofundamentos no segmento.

Neste sentido, com o intuito de provocar o debate nas mesas que constituem este Fórum, pretende-se propor algumas perguntas norteadoras, as quais servirão de estímulo

para as reflexões a serem empreendidas. Tais como: Quais têm sido os tipos de intercâmbio efetivados nas universidades? Neste contexto, como tem se dado o envolvimento com as diferentes áreas do saber, quais têm sido os papéis dos professores, alunos e funcionários? Como têm sido os trâmites para a efetivação dos intercâmbios nas universidades? Trata-se de um envolvimento pessoal de determinados professores interessados ou existem editais institucionais de cooperação? Quais têm sido os resultados esperados e alcançados? E as perspectivas futuras?

Outros questionamentos também serão propostos durante a discussão no Fórum, que se caracteriza como momento de encontro entre pesquisadores, professores e alunos, gerando novos vínculos, conhecimentos e aproximações de diferentes locais, no cenário nacional.

Considerações finais

Acredita-se que a concretização de acordos de cooperação internacional por intermédio dos intercâmbios internacionais no âmbito do lazer vem a ser um passo significativo para a área e reafirma o compromisso das Instituições Brasileiras com a formação e capacitação dos profissionais de lazer do país, estabelecendo mais um desafio. No contexto do processo de transformação vivenciado pelas universidades brasileiras, principalmente no que se refere à sua função histórica e social, os acordos de cooperação internacional devem se solidificar em direção ao compromisso com a formação de pessoas com visões críticas, ideias e ações autônomas, e comprometidas com o pleno exercício da democracia, da solidariedade e da equidade social.

A busca por acordos de cooperação internacional reforça o seu caráter bi e/ou multilateral, ou seja, a possibilidade de prestar e receber cooperação de diferentes naturezas, a exemplo da produção científica e da aquisição de métodos e tecnologias de estudo e de trabalho. Nesse sentido, o propósito deste Fórum é de apresentar os resultados até então alcançados com os intercâmbios internacionais entre instituições, pesquisadores e professores do Brasil e de outros países que já realizam ações nesse sentido e de estimular outras iniciativas institucionais e pessoais a estabelecer diferentes modalidades de intercâmbio e parcerias, em busca do desenvolvimento de projetos educacionais, de capacitação profissional e de pesquisa, que contribuam para a formação de recursos humanos, a produção e a difusão do conhecimento na área do lazer.

Referências

ACEVEDO MARIN, Rosa E. *Internacionalização da educação superior no Brasil: relatório final*/ Rosa Elizabeth Acevedo Marin e Walterlina Brasil. Belém: Associação de Universidades Amazônicas, UNAMAZ, 2004.

BALANCIERI, Renato. *Análise de redes de pesquisa em uma plataforma de gestão em ciência e tecnologia: uma aplicação à plataforma lattes*. 2004. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

BRASIL, Walterlina; ACEVEDO MARIN, Rosa E. Ensino superior na Amazônia Brasileira: bases para a cooperação interuniversitária. In: ACEVEDO MARIN, Rosa. E. (Org.) *UNAMAZ: um projeto de cooperação Pan-Amazônica*. Belém: UNAMAZ, 2003. p. 159-177.

CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede. In: *CASTELLS, Manuel. A era da informação: economia, sociedade e cultura*. v. 3, São Paulo: Paz e Terra, 1999, p. 411-439.

CNPq. *Directorio dos Grupos de Pesquisa no Brasil*. Disponível em: <<http://dgp.cnpq.br/buscaoperacional/>> Acesso em: 27/9/2010.

GATTI, Bernadete. *Formação de grupos e redes de intercâmbio em pesquisa educacional: dialogia e qualidade*. Fundação Carlos Chagas, Departamento de Pesquisas Educacionais n. 30, set/out/nov/dez, 2005.

REIS, Leôncio José de Almeida. *Novos atores em cena nos estudos do lazer no Brasil: possíveis diálogos a partir da teoria configuracional*. Dissertação (Mestrado em Educação Física no Departamento de Educação Física, Setor de Ciências Biológicas). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009. Disponível em: <http://dspace.c3sl.ufpr.br/dspace/bitstream/1884/18268/1/REIS,%20Leoncio%20J,%20A.%20%20Novos%20atores%20em%20cena%20nos%20estudos%20do%20lazer%20no%20Brasil.pdf> Acesso em: 27/09/2010.

VELHO, Léa. *Cooperação em ciência e tecnologia no Mercosul: síntese final*. Brasília: MCT, 1997.

CONEXÕES BRASIL - MUNDO:

INTEGRAÇÃO LATINO AMERICANA: DESAFIOS E PERSPECTIVAS DO MINISTÉRIO DO ESPORTE

Rejane Penna Rodrigues

*Secretária Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer
Ministério do Esporte - Brasil*

Atualmente no Brasil, a Política Nacional de Esporte, que inclui o Lazer é considerada questão de Estado, o que significa tratar estes temas como direito do cidadão e dever do estado. A Conferência Nacional do Esporte que já teve três edições desempenha um papel fundamental ao trazer a contribuição de milhares de pessoas ao tema, porém cabe ao Ministério do Esporte a missão de formular e implementar políticas inclusivas que assegurem de fato este direito.

Nos últimos anos tivemos expressivos avanços e conquistas no esporte nacional e no lazer, acompanhando o bom momento que vive o Brasil em termos econômico e de desenvolvimento social e de redução das desigualdades, conquistando o reconhecimento internacional.

O conhecimento produzido e acumulado historicamente pela humanidade qualifica a elaboração de políticas públicas. O fomento à produção e à difusão do conhecimento científico e tecnológico, voltado para a gestão de políticas de esporte e lazer, ganha significado tanto na perspectiva do subsídio ao processo de elaboração e implementação com dados sobre a situação do esporte no país – número de praticantes, instalações esportivas, profissionais atuantes, programas em desenvolvimento, investimentos, relação custo/benefício, entre outros -, como a produção de novos conhecimentos necessários ao desenvolvimento da ciência e tecnologia do esporte e do lazer, além da formação continuada dos gestores e dos agentes sociais de esporte e lazer, responsáveis por fazer chegar à população o resultado da produção científica na forma de serviços públicos de qualidade oferecidos na área. O produto desta ação deverá levar em conta os problemas sociais e a diversidade regional, promovendo a cooperação técnica, científica e o intercâmbio nos níveis: municipal, estadual e internacional.

Dada a magnitude da problemática tratada, o Ministério do Esporte tem estimulado a constituição de redes envolvendo grupos de pesquisa - consolidados ou em consolidação -, pólos ou segmentos produtores do conhecimento vinculados a instituições de ensino superior e/ou institutos de pesquisa e sociedades científicas, Centros de Desenvolvimento do Esporte Recreativo e do Lazer – Rede CEDES -, Centros de Excelência Esportiva – rede CENESP -, buscando o desenvolvimento da ciência e tecnologia do esporte, traduzido na qualidade de metodologias de educação esportiva e lúdica, teoria e prática do treinamento esportivo e da excelência esportiva, avaliação das políticas públicas de esporte

e de lazer, protocolos de monitoramento da execução dos projetos, capacitação de gestores do esporte e lazer, entre outros.

A institucionalização do resultado dos estudos e pesquisas provenientes das Redes, bem como a sua atualização sistemática poderão indicar os rumos do esporte e do lazer nacional, assim como permitir a avaliação da política do setor.

É de extrema importância elaborar, fomentar e incentivar políticas públicas de informação e documentação, visando à socialização do conhecimento, o aperfeiçoamento da gestão pública e o desenvolvimento científico e tecnológico da Educação Física, do esporte e do lazer. Estas políticas deverão contemplar a criação de uma rede nacional de documentação e informação, um diagnóstico do esporte e do lazer, apoio à preservação de documentos, formação de recursos humanos, a criação de listas de discussões técnico-científicas e de um banco de dados de informações do esporte e do lazer e, finalmente, apoio à criação de bibliotecas virtuais que disponibilizem a produção científica e o acervo literário. Este tem sido um dos grandes desafios do departamento de Ciência e Tecnologia do Esporte – SNDEL, assim como implementar ações de políticas públicas de difusão do conhecimento em Educação Física, esporte e lazer, através do financiamento de eventos científicos e culturais em âmbito nacional e internacional e de publicação de periódicos científicos e livros na área.

Buscando fomentar ações de cooperação entre os países latino-americanos para criação de uma rede de instituições, coordenada pelo Governo Brasileiro, compromissadas com o desenvolvimento e a qualificação de políticas públicas de esporte, lazer e educação no contexto do desenvolvimento da educação integral e cidade educadora, fortalecendo o conhecimento e práticas educativas que têm como pressupostos fundamentais a transversalidade do lazer; a garantia dos valores fundamentais da vida democrática, como a inclusão social, participação comunitária, valorização da diversidade cultural, a acessibilidade ao esporte e ao lazer como direitos sociais; bem como o compartilhar de laços de amizade entre Países Latino Americanos.

Para darmos início à constituição desta Rede estamos prevendo, **em 2009, a realização de uma “Reunião Técnica”** com futuros parceiros nacionais e internacionais, responsáveis pelo planejamento e o desenvolvimento de atividades que irão culminar com a **realização, em 2010, de um “Seminário Latino Americano e uma Feira Internacional de Esporte, Lazer e Educação”**.

Esta é uma iniciativa da Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e de Lazer/Ministério do Esporte (SNDEL/ME) em parceria com a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade/Ministério da Educação (SECAD/MEC), com a colaboração da Organização dos Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI) que, cada vez mais, têm se comprometido com a qualificação das políticas intersetoriais consolidadas pela “educação integrada”.

À medida que esta parceria se concretiza, cresce o desafio da elaboração de estratégias criativas, críticas e inovadoras que fomentem o desenvolvimento das potencialidades dos

Programas envolvidos — “Programa Esporte e Lazer da Cidade” (PELC), da SNDEL/ME, e “Mais Educação”, da SECAD/MEC.

O PELC, criado em 2004 pela SNDEL/ME, tem como objetivos ampliar ações de democratização do acesso a conhecimentos e práticas de esporte e lazer, integrando a participação de pessoas de todas as idades, etnias, com deficiências e outras necessidades especiais. O Programa estimula a convivência social, a formação de gestores e de lideranças comunitárias, bem como a produção e a socialização de conhecimentos, contribuindo para que o esporte e o lazer sejam tratados como políticas públicas de direito de todos. Fomenta ações integradas com as demais políticas públicas setoriais (Educação, Justiça, Cultura, Saúde, Ciência e Tecnologia e outros), com vistas à promoção de inclusão social e do desenvolvimento humano. Para tanto, o PELC articula quatro diretrizes de ação: pesquisa, ação educativa, informação e gestão compartilhada.

Por sua vez, o Programa “Mais Educação”, instituído pela Portaria Normativa Interministerial n.17/07, congrega ações conjuntas dos Ministérios da Educação, Esporte, Cultura, Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia e da Presidência da República. Tem como objetivo fomentar a “educação integral” de crianças, adolescentes e jovens por meio de atividades socioeducativas realizadas no contraturno escolar, fomentando ações em diferentes tempos e espaços educativos, envolvendo diversos atores sociais e oportunidades socioculturais. A articulação entre educação, esporte e lazer pelo Programa “Mais Educação” vem se constituindo em uma importante intervenção para a proteção social, a prevenção a situações de violação de direitos da criança e do adolescente brasileiros, bem como de suas famílias e comunidades.

Por isso, estes parceiros se vêem cada vez mais desafiados e imersos na (co) responsabilidade de criar espaços de diálogos interdisciplinares com diferentes agentes institucionais (pesquisadores, educadores, gestores, entre outros) para viabilizar ações integradas de esporte, lazer e educação, atendendo a demandas que, atualmente, não são apenas brasileiras, mas têm sido também de países da América Latina.

Tais demandas têm chegado à SNDEL/ME pela UFPR/Curitiba, por meio de seus professores presidente e vice presidente da ALESDE (Asociación de Estudios Socioculturales Del Deporte) e coordenadores do processo de criação do Curso de Licenciatura em Educação Física: esporte, lazer e meio ambiente da UNILA/Foz do Iguaçu; pela Universidade Federal de Minas Gerais/Belo Horizonte, por intermédio de professores do CELAR (Centro de Estudos de Recreação e Lazer) e dos Cursos de Especialização e Mestrado em Lazer da UFMG; pela Unimep/Piracicaba, pelo coordenador do GPL (Grupo de Estudos do Lazer) e pela USP Leste/São Paulo, por meio do coordenador do Curso de Lazer e Turismo da USP, professor membro latinoamericano integrante da World Leisure Organization.

As discussões que estes parceiros têm estabelecido com o ME e o MEC avançam no sentido do fortalecer de pacto social pela construção de ação pública, comprometida com a socialização de conhecimentos e práticas educativas, que têm como pressupostos fundamentais a transversalidade do lazer; o fomento aos princípios de educação integral e

cidade educadora; a garantia dos valores fundamentais da vida democrática, como a inclusão social, participação comunitária, valorização da diversidade cultural, a acessibilidade ao esporte e ao lazer como direitos sociais; bem como o compartilhar de laços de amizade entre Países Latino Americanos.

Este projeto nasce, pois, da inquietude de pessoas atuantes em diferentes âmbitos, mas que sentem a mesma necessidade de unir esforços em um caminho comum – o desenvolvimento social e humano que, a cada dia, tem requerido novas exigências e lidado com muitas desigualdades, em um mundo sem fronteiras e em mudanças culturais constantes.

Desafio que implica políticas educativas participativas, interdisciplinares e intersetoriais, comprometidas com o desenvolvimento humano, social e cultural, fundado na conscientização e autonomia dos diversos atores sociais nas suas práticas educacionais, de esporte e de lazer, vividas em diferentes tempos e espaços educativos. Ações atentas à diversidade cultural, étnica e social na América Latina, que engloba oportunidades, limites e potencialidades distintos, bem como diferenciadas trajetórias históricas e experiências de formação e ação no lazer, no esporte e na educação, entre os países e dentro de cada um deles.

Integração sul-americana

Partindo do pressuposto de que a política externa do Brasil é universalista pois, ao mesmo tempo em que procura o crescimento multilateral, busca as relações com toda a comunidade internacional, acreditamos que a integração regional serve como ponto de partida para o fortalecimento de nossa presença no mundo. Nossa influência no mundo seria muito menor se não fosse nossa influência regional, pois não há espaço para o isolamento.

Sabemos que a participação coletiva e as alianças estratégicas não são prerrogativas do Brasil, mas de todos os países. O Brasil não é uma ilha e seria muito difícil atuar em desconcerto com seus vizinhos. Temos que atuar de forma harmônica.

As relações com o mundo estão cada vez mais complexas e, por isto, precisamos de um projeto integrador comum que seja sustentado sob três pilares, ou seja,

- 1 – fortalecimento do aspecto político (democracia internacional);
- 2 – fortalecimento dos aspectos econômico, educacionais, sociais e culturais;
- 3 – maior integração da infra-estrutura (transporte, energia, lazer, esporte, educação...).

Porém, um projeto que se propõe a organizar a vizinhança não se trata de exercer a hegemonia. É preciso construir uma plataforma para que todos os países se comuniquem.

Mesmo entendendo que tudo parte de um fortalecimento bilateral, entre nosso país e seus vizinhos, o que tem acontecido nos últimos anos é uma intensificação dos contatos

e a um conjunto de operações de cooperação, envolvendo todas as áreas do Governo. Estas operações buscam o fortalecimento do MERCOSUL (isto tanto para o Brasil, como para a Argentina e o Paraguai); a integração econômica, comercial e política; a construção da UNASUL (União das Nações Sul Americanas) e da UNILA (Universidade Federal da Integração Latino-Americana) e a articulação de iniciativas latino-americanas e caribenhos, buscando superar a projeção retórica desta integração, passando para a prática.

Qualquer integração precisa de um conceito comum de vizinhança. É preciso um exercício paciente de construção e de conhecimento que todos se sintam construtores de uma identidade comum. Só existe integração quando todos se sentem contemplados.

O Brasil foi um dos países que sempre buscou este processo e sabe que deve buscar a harmonização de todas as visões diferenciadas.

Porém, só podemos ter um processo integrador se tivermos um processo de respeito ao pluralismo de visões.

Um dos elementos centrais desta política é a construção de uma América do Sul politicamente estável, próspera e unida, com bases democráticas, buscando-se o desenvolvimento social e humano, com vistas à melhorias das condições de qualidade de vida de todos.

O Brasil não pode ser indiferente à democracia dos países vizinhos, pois isto é essencial. A democracia favorece a relação institucional e ajuda a desenvolver uma capacidade regional que possa resistir, promover e desenvolver “mais democracia”. Já há algum tempo temos certeza de que devemos buscar soluções endógenas regionais, fortalecendo a democracia pelo: Respeito à diversidade, à pluralidade, a busca do esforço coletivo e capacidade de influência positiva.

Um aspecto bastante interessante no que se refere à proteção e ao desenvolvimento da democracia caracteriza-se pela proteção a uma democracia considerada em transição com o fortalecimento de cidadania junto a toda população, cuja parcela significativa encontra-se relegada à exclusão social.

Estes momentos de transição necessitam de novo pacto social, novo pacto institucional e nova forma de relacionamento para não cair no risco de querermos dar lições de democracia para os outros países.

Assim, não existe integração sem solidariedade e defender a democracia é defender esta transição. **Afinal, a solidariedade é uma idéia força!**

A estabilidade, a prosperidade do país vizinho, é a NOSSA potencialidade. A integração socioeconômica, educacional atua muito sobre isto. A instabilidade socioeconômica, educacional do outro país é fator de instabilidade também para o nosso.

O Brasil, que muitas vezes é visto pelos países vizinhos como parte ou o maior problema, pode, também, ser visto como a maior solução. Nesse sentido, propomos, no presente projeto de intercâmbio, buscar dois níveis de aproximação latinoamericana, ou

seja, uma política institucional entre governos, MERCOSUL, UNILA e outras associações e a constituição de uma Rede com outros países, construída a partir de políticas públicas de educação integral constituídas pela transversalidade do lazer e esporte de lazer.

Ampliando discussão sobre fatores que influem no funcionamento e na qualificação da Rede pretendida, o Seminário Latinoamericano de Ação Integrada entre Lazer, Esporte e Educação, realizado neste ano de 2010 na UNILA, Foz do Iguaçu, buscou sensibilizar a comunidade latino-americana para a importância do desenvolvimento de ações de documentação e informação articuladas às de pesquisa, formação e gestão, bem como fomentar a ampliação de intercâmbios e parcerias latino-americanas, o estabelecimento de apoios de organismos internacionais e a integração do Brasil no cenário internacional de Informação e Documentação do Lazer e Esporte.

Neste encontro, que teve como objetivo geral criar uma Rede de Produção do Conhecimento, Formação e Informação na América Latina que possa contribuir com a qualificação de políticas públicas e o desenvolvimento de ações integradas nos campos do Lazer, Esporte e Educação, foram discutidos fundamentos científicos e pedagógicos que possam qualificar políticas públicas integradas; foram difundidas experiências latino-americanas de políticas públicas de lazer, esporte e educação com potencial para ações integradas nestes campos; além de experiências e tecnologias de documentação e informação que possam contribuir com o fomento de ações integradas entre os campos do Lazer, do Esporte e da Educação.

Como fruto das discussões construídas foi elaborada, coletivamente, a CARTA DE INTENÇÕES PARA CRIAÇÃO DA REDE LATINO-AMERICANA DE LAZER, ESPORTE E EDUCAÇÃO (REDE LEE), que divulgamos a seguir.



Ministério
do Esporte

Ministério
da Educação



Carta de intenções para criação da rede Latino-Americana de Políticas Públicas Integradas de Lazer, Esporte e Educação (REDE LEE)

Os participantes de países da América Latina, reunidos durante o I Seminário Latino-americano de Políticas Públicas Integradas de Lazer, Esporte e Educação, realizado na cidade de Foz do Iguaçu no período de 16 a 19 de junho de 2010, por iniciativa da Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e de Lazer/Ministério do Esporte (SNDEL/ME) em parceria com a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade/Ministério da Educação (SECAD/MEC), a Universidade Federal do Paraná (UFPR), a Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA) e a colaboração da Organização dos Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI), após discussões e encaminhamentos, apresentaram as proposições que se seguem.

- A Rede é constituída por instituições e sujeitos, considerando seus respectivos papéis. As instituições partícipes são os órgãos governamentais e não governamentais, Instituições de Ensino Superior (IES), grupos de pesquisas, associações científicas, pesquisadores, gestores e formadores interessados nas temáticas lazer, esporte e educação.
- A Rede terá, inicialmente, uma gestão compartilhada do ME/MEC/UFPR/UNILA.
- Os participantes do Seminário, organizados em três grupos distintos, propuseram, como ações iniciais da Rede Latino-americana de Políticas Públicas Integradas de Lazer, Esporte e Educação (Rede LEE):

Grupo de Pesquisadores:

- Realizar mapeamentos, nos países latino-americanos, sobre as peculiaridades nos campos a que se propõe esta Rede, identificando aproximações e diferenças.
- Identificar as categorias teóricas estruturantes da Rede (lazer, ócio, tempo livre, esporte, educação, políticas públicas, dentre outras) na perspectiva da produção, sistematização e socialização do conhecimento latino-americano descolonizado, produzido em diálogo com o pensamento científico mundial.
- Produzir conhecimentos sobre políticas de formação inicial e continuada na América Latina em relação ao lazer, esporte e educação.
- Estimular, por parte dos órgãos governamentais dos países membros da Rede LEE, a proposição de editais públicos com vista a produção de pesquisas e estudos comparados,

bem como incentivo a intercâmbios de professores e alunos de graduação e pós-graduação nas áreas de lazer, esporte e educação.

- Estabelecer convênios de cooperação internacional entre os países membros da Rede LEE, buscando aproximações com agências científicas internacionais para compartilhar experiências.
- Estabelecer estratégias de informação e comunicação da Rede LEE — como a criação de bibliotecas, repositório, sítios virtuais, suplementos de revistas, dentre outros — a fim de documentar, socializar, preservar a memória e garantir a acessibilidade ao conhecimento produzido na América Latina nos campos do lazer, esporte e educação.
- Realizar bianualmente do Seminário Latino-americano de Políticas Públicas Integradas de Lazer, Esporte e Educação.
- Estimular encontros periódicos presenciais e/ou virtuais de grupos regionais e temáticos.

Grupo de Formadores:

- Estabelecer políticas públicas que sejam capazes de atender as diversidades nacionais e, simultaneamente, contemplar trabalhos integrados.
- Estimular a criação de grupos de estudos internacionais com participação mínima de três países envolvidos.
- Estimular o intercâmbio de docentes e discentes para processos formativos e pesquisas.
- Estimular o desenvolvimento de pesquisas que envolvam países distintos em ações que sejam complementares e/ou similares.
- Estimular o desenvolvimento de eventos técnico-científicos que sirvam para a discussão e o fomento de conhecimentos produzidos na rede latino-americana.
- Estimular o desenvolvimento de ferramentas para o uso adequado de tecnologias educacionais – tele-presencial e educação à distância - EAD.
- Estimular a vinculação entre produção do conhecimento e formação de profissionais do lazer, esporte, educação e gestores de políticas públicas.
- Estimular, de modo induzido, o desenvolvimento de pesquisas e relatos de experiências por meio de linhas de financiamento no âmbito de ações integradas de lazer, esporte e educação.
- Organizar seminários temáticos (regionais, nacionais e internacionais) para discutir programas e ações integradas de lazer, esporte e educação.
- Organizar um programa de formação, intercâmbio e cooperação internacional entre grupos de pesquisa em lazer, esporte, educação e gestores atuantes no âmbito dessas áreas nos países constitutivos da Rede, considerando as peculiaridades regionais e seus mecanismos de produção do conhecimento.
- Desenvolver investigações científicas baseadas em metodologias que prevêem produção do conhecimento e intervenções na realidade, ampliando as relações entre evidências científicas e a formulação/implementação e avaliação de políticas públicas integradas na América Latina em lazer, esporte e educação.
- Organizar a produção científica (livros, cadernos de artigos) que socialize as pesquisas desenvolvidas no âmbito da Rede latino-americana de lazer, esporte e educação.

- Criar um banco de dados que aglutine as produções científicas desenvolvidas através do financiamento de estudos e pesquisas, grupos de pesquisa das universidades, e relatos de pesquisa e experiências advindas dos encontros regionais, nacionais e internacionais para discutir programas e ações integrais de lazer, esporte e educação na América Latina.
- Caracterizar institucionalmente a Rede Latino-americana de esporte, lazer e educação.
- Demandar a instalação da UNILA (ou seu modelo) em outros países da América Latina.
- Desenvolver contínuos cursos sobre os aspectos gerenciais de programas sociais e seu desenvolvimento.
- Desenvolvimento de programas de pós-graduação integrados em nível, lato e stricto-sensu.
- Promover o diálogo entre as diversas iniciativas de projetos e programas no âmbito do lazer, esporte e educação.
- Promover a integração dos vários atores envolvidos nas formações.
- Pensar a política de formação dos sujeitos, a partir de uma preocupação do estudo da realidade, tendo como base para isso a metodologia da educação popular.
- Promover trocas de experiências entre os diferentes formadores de programas e projetos latino-americanos.
- Pensar uma rede de comunicação entre os vários núcleos, dos diversos projetos latino-americanos.
- Estimular o processo de uso de tecnologias educacionais para o estabelecimento de processos formativos contínuos – tele presencial e Educação à Distância (EAD).
- Desenvolver programas de formação inicial e continuada por meio de tecnologias educacionais – tele presencial e EAD.
- Por meio de uma metodologia participativa, incentivar grupos de pesquisa nos diferentes estados e países, respeitando a diversidade, atuando com lógica diferente do CNPQ e entendendo cada ator envolvido como um sujeito pesquisador.
- Buscar uma gestão interministerial (Ciência e Tecnologia, Saúde, Esporte, Educação, Segurança Pública, Direitos Humanos e outros), buscando a construção de Rede (no Brasil e entre países), qualificando os sujeitos envolvidos – gestores, agentes, profissionais envolvidos com as políticas públicas de lazer, esporte e educação.
- Criar uma estrutura de educação à distância, ampliando pólos, desenvolvendo ferramentas tecnológicas, em que as pessoas tenham acesso a informação. Esta rede se vincula, por meio dos pólos/núcleos, aos gestores, agentes, profissionais envolvidos com as políticas públicas de lazer, esporte e educação.

Grupo de Gestores:

- Desenvolver e fortalecer a Rede LEE.
- Desenvolver mecanismos que estimulem a participação dos outros países da América Latina na Rede, por meio dos governos, organismos internacionais e universidades dos diferentes países da América Latina.
- Criar, sob a coordenação da UNILA, um fórum permanente de discussões por parte dos diferentes atores inseridos nos campos lazer, esporte e educação.

- Promover, a partir de iniciativas do Ministério da Educação e do Esporte, estudos que viabilizem um diagnóstico das políticas públicas de educação, esporte e lazer na América Latina.
- Promover interlocução com órgãos de fomento a pesquisas no sentido de que estes subsidiem estudos que visem contribuir para com o desenvolvimento de políticas públicas integradas de lazer, esporte e educação.
- Desenvolver estratégias que viabilizem a aplicação dos conhecimentos produzidos através de pesquisas na gestão das políticas públicas integradas de lazer, esporte e educação na América Latina. As diferentes esferas do governo deverão se responsabilizar por este processo.
- Mapear, conhecer e socializar experiências de educação integral e que reflitam a integração entre lazer, esporte e educação na América Latina.
- Desenvolver ações que valorizem e socializem manifestações culturais locais que integrem educação, esporte e lazer.
- Criar, a partir da UNILA, um ambiente virtual interativo para promover a interlocução entre os diferentes atores da rede e a divulgação de informações relativas a programas e projetos desenvolvidos, centros de documentação e pesquisa, resultados de pesquisa, documentos oficiais, etc.
- Promover a formação de gestores/educadores/agentes comunitários/monitores em políticas públicas integradas de educação, esporte e lazer, a partir de parcerias entre universidades, governos, sociedades científicas, movimentos sociais e organizações não governamentais.
- Criar mecanismos de monitoramento e avaliação das políticas públicas integradas de lazer, esporte e educação.
- Desenvolver canais de diálogo entre lazer, esporte e educação nas diferentes esferas governamentais e não governamentais.
- Estruturar uma agenda para as ações da Rede LEE.

Foz do Iguaçu, 19 de junho de 2010.

Participantes do 1 Seminário Latino-americano de
Políticas Públicas Integradas de Lazer, Esporte e Educação

POSSIBILIDADES E DESAFIOS NA FORMAÇÃO, EM PESQUISAS PARA AÇÕES INTEGRADAS DE LAZER, ESPORTE E EDUCAÇÃO NA AMÉRICA LATINA

Prof. Dr. Fernando Marinbo Mezquadi
Curso de Educação Física
Universidade Federal do Paraná – Brasil
Centro de Pesquisa em Esporte, Lazer e Sociedade
Rede CEDES – Ministério do Esporte

Este trabalho visa relatar algumas experiências que estamos realizando na constituição de Redes Latino Americanas nas áreas do Lazer, Esporte e Educação. Vamos dividir este texto em quatro campos distintos, mas, articulados entre si. O primeiro campo que estamos inserindo é a institucionalização de uma entidade científica, o segundo campo trata da formação acadêmica, passamos então para a produção do conhecimento por meio de realizações de pesquisas científicas e, por fim, relatamos ações referentes à informação e divulgação do conhecimento produzido.

As intervenções que estamos constituindo se estabelecem a partir de redes institucionais conectadas por agentes do campo específico do lazer, esporte e educação. Na mesma visão conceitual adotada no texto, consideramos que cada rede se constitui com sua lógica e história própria de interações, lutas entre os agentes e instituições deste campo.

Lembramos que os campos se apresentam à apreensão sincrônica como espaços estruturados de posições (ou de postos) cujas propriedades dependem das posições nestes espaços, podendo ser analisadas independentemente das características de seus ocupantes (em partes determinadas por elas). (...) A estrutura do campo é um estado de relações de força entre os agentes ou instituições engajadas na luta ou, se preferirmos, da distribuição do capital específico que acumulado no curso das lutas anteriores, orienta as estratégias ulteriores. Esta estrutura, que está na origem das estratégias destinadas a transformá-la, também está sempre em jogo: as lutas cujo espaço é o campo têm por objetivo o monopólio da violência legítima (autoridade específica) que é característica do campo considerável, isto é em definitivo, a conservação ou a subversão da estrutura da distribuição do capital específico. (BOURDIEU, 1983. p. 89-90)

Partindo das premissas iniciais, relatamos algumas experiências que estamos participando neste momento. A primeira delas é institucionalização da entidade científica denominada “*Asociación Latinoamericana de Estudios Socioculturales del Deporte – ALESDE*”. A ALESDE é uma instituição nova, fundada em 2007, na cidade de Guadalajara – México, durante o XXVI Congresso da Associação Latino-americana de Sociologia (ALAS). Entretanto, desde 2001, alguns pesquisadores Latino Americanos vêm se reunindo e discutindo a Sociologia do Esporte em todas as suas dimensões e, nesse âmbito, enxergaram a necessidade da constituição de uma representação institucional junto à comunidade acadêmica e científica Latino Americana. Até o momento fazem parte da entidade representantes do Chile, Brasil, Venezuela, Colômbia, México, Argentina, entre outros países.

A ALESDE tem como objetivos centrais: *promover os estudos e investigações na área do Esporte e da Educação Física na América Latina; promover a cooperação internacional e o intercâmbio de informações entre os países da América Latina no campo dos estudos sócio-culturais do esporte; convocar a comunidade acadêmica para congressos internacionais e simpósios referentes à linha de trabalho da Associação; desenvolver a difusão de publicações oficiais e outros estudos na área de estudos sócio-culturais do esporte; cooperar com outras organizações, comitês ou grupos relacionados com estudos sociais, ou afins, do esporte.* A instituição já realizou dois eventos, Curitiba – Brasil, em 2008 e Maracay – Venezuela, em 2010, com o objetivo de discutir o conhecimento produzido na área e já tem programado seus próximos dois congressos Concepción – Chile, 2012 e Bogotá – Colômbia, 2014. A rede construída em volta da ALESDE vem gradativamente se ampliando e neste momento começa a fazer parte da **International Sociology of Sport Association - ISSA, North American Society for the Sociology of Sport - NASSS, European Association for Sociology of Sport – EASS.**

A segunda rede que estamos participando é a Universidade Federal de Integração Latino Americana - UNILA, com sede em Foz do Iguaçu. Trata-se de uma Universidade nova que iniciou suas atividades oficialmente no segundo semestre de 2010, com 300 alunos e tem previsão de chegar a 10 mil alunos de graduação e pós-graduação e 500 professores em 5 anos. Atualmente a UNILA está funcionando nos prédios do Parque Tecnológico da Itaipu – PTI e iniciando a construção do Campus Universitário em terreno doado pela Itaipu. A UNILA possui como objetivo central: *“contribuir para o processo de integração regional por meio: do conhecimento compartilhado e da cooperação solidária entre universidades e centros de pesquisa da América Latina; da elaboração de projetos de pesquisas e propostas que contribuam para a solução dos problemas e para o avanço da ciência e da tecnologia em todas as esferas do conhecimento; da oferta diversificada de cursos de graduação e pós-graduação nas áreas de humanidades, ciências e artes aberta a estudantes oriundos de todos os países da AL”* e com o perfil focado no desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão em todos os campos do saber. Os estudantes da UNILA serão metade do Brasil e metade de outros países da América Latina e os professores serão selecionados por concurso no Brasil e visitantes em diferentes países da América Latina.

Seguindo a lógica da conceitual da UNILA elaboramos uma proposta para o curso de licenciatura em Educação Física: Esporte, Lazer e Meio Ambiente na América Latina. Participaram da construção deste curso professores do Brasil e de outros países latino americano. O curso foi estruturado com a missão de *“Formar profissionais licenciados em educação física com uma visão ampliada e integrada do esporte, do lazer e do meio ambiente, fundamentada na interculturalidade, interdisciplinaridade, intersetorialidade e sustentabilidade, com perspectivas de atuação no processo de integração da América Latina.”* São seus princípios norteadores: *Educação para a cidadania, sensibilizando e preparando os futuros Licenciados em Educação Física: Esporte, Lazer e Meio Ambiente na América Latina para que sejam co-responsáveis pelo processo de desenvolvimento humano, social, ambiental e cultural latinoamericano, especialmente no contexto da educação básica; aprendizagem social, baseada no diálogo e na interação em constante processo de recriação/reinterpretação de informações, conceitos e significados; interdisciplinaridade, concebida como processo de integração recíproca entre várias disciplinas e campos de conhecimento; interculturalidade, entendida como diálogo e interação equitativa entre*

diferentes culturas por meio da Educação Física, do Esporte e do Lazer; sustentabilidade em suas dimensões ambientais e socioculturais, o que requer compreender o meio ambiente como um contexto entrelaçado de práticas sociais relativas à natureza e à sociedade; intersetorialidade, visando a ação integrada entre saberes, experiências e modos de intervenção da Educação Física, do Esporte, do Lazer e do Meio Ambiente com a Educação, Cultura, Saúde, Trabalho, Turismo e outros setores. indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Os objetivos fundamentais da proposta são: *“formar profissionais licenciados em educação física numa perspectiva integrada, humanista e ética, capazes de intervir acadêmica e profissionalmente no âmbito do esporte, lazer e meio ambiente na América Latina; qualificar profissionais licenciados para a gestão de políticas, programas e projetos no âmbito da educação física o esporte, lazer e meio ambiente na América Latina; analisar criticamente o esporte, lazer e meio ambiente nas realidades da América Latina, a partir de uma formação fundamentada na interculturalidade e na sustentabilidade; integrar as diversas possibilidades de intervenção nos campos da educação básica, não formal e demais espaços educativos e viabilizar a construção e consolidação de redes de intercâmbio e investigação sobre o esporte, lazer e meio ambiente na América Latina.”* Compreendemos que é tão importante quanto pensarmos nos princípios, propormos efetivamente a ações entre teoria e prática. Então, se não tivermos muito cuidado na discussão teórica e sua relação com a ação prática, corremos o risco de reproduzir o que está sendo efetivada na lógica hegemônica atual, constituída pela formação fragmentada e com a super valorização do esporte rendimento, deslocando os conteúdos do lazer e meio ambiente para um segundo plano. Nesta perspectiva a UNILA pode servir como meio de construção e de auxílio da Rede Latino Americana do esporte e lazer nas suas múltiplas dimensões. Procuramos desenvolver na proposta a lógica da integração humanista sob a ética acadêmica e profissional no âmbito esporte e lazer da América Latina.

Ainda no campo da formação, realizamos na UNILA o “I Seminário Latino - Americano de Políticas Públicas Integradas de Lazer, Esporte e Educação” promovido pelo Ministério do Esporte/Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer – ME/SNDEL, o Ministério da Educação/Secretaria de Educação Continuada Alfabetização e Diversidade – MEC/SECAD, o Universidade Federal de Integração Latino Americana - UNILA em parceria com a Organização dos Estados Ibero-americanos, para a Educação, a Ciência e a Cultura – OEI. O evento foi realizado entre os dias 16 a 19 de junho de 2010, em Foz do Iguaçu - Paraná. O seminário tinha como pressupostos fundamentais a transversalidade do esporte, do lazer, os princípios da educação integral; a garantia dos valores fundamentais da vida democrática, como inclusão social, participação comunitária, valorização da diversidade cultural, acessibilidade ao lazer, esporte e educação como direitos sociais, bem como compartilhar laços entre instituições governamentais e não governamentais dos países latino-americanos.

Durante o evento foram debatidas as várias possibilidades de construção das Redes Latino Americanas de Integração das políticas públicas para a integração do lazer, esporte e educação. O debate no seminário foi intenso, propositivo com o intuito de buscar novas alternativas para este campo de formação e da construção de redes. Estiveram presentes no evento, mais de 220 participantes de 7 países da América Latina, Brasil, Chile, Argentina,

Uruguai, Paraguai, Colômbia, Equador, mais um representante dos EUA e outro da Hungria.

O terceiro campo que estamos construindo, são projetos de investigação em conjunto com professores e instituições latino americanas. Neste momento, estão em fase inicial dois projetos de pesquisa nas áreas de esporte e lazer. O primeiro projeto trata-se de uma pesquisa comparada entre estruturas burocráticas de esporte e lazer das cidades de Curitiba – Brasil e Talcahuano Chile. O presente estudo tem como objetivo comparar as políticas públicas, o controle social, à estrutura institucional, o financiamento e o ordenamento legal realizado pelas Secretarias Municipais de Esporte e Lazer e os Conselhos Municipais de Esporte das Cidades de Curitiba – Brasil e de Talcahuano – Chile. Como fundamentação teórica metodológica, utilizamos a análise de conteúdo de Bardin (2009), que fornece os parâmetros necessários para a realização da pesquisa. A discussão teórica da pesquisa está fundamentada na teoria dos campos de Pierre Bourdieu, com enfoque central nas disputas, nas interações, nas demandas e ofertas das instituições e nas disposições dos agentes estabelecidas nas cidades de Curitiba e Talcahuano. Inicialmente definimos como Departamento de Esporte e Lazer a estrutura pública que organizam as ações governamentais para estas áreas. Já os Conselhos Municipais de Esporte são estruturas criadas por leis tendo como característica o agrupamento de elementos de diferentes setores da sociedade civil, dentre as esferas públicas e privadas. Entre os dados obtidos na pesquisa, podemos destacar as diferentes formas e intensidades na participação dos cidadãos, na estrutura institucional, na concepção de esporte, na gestão das políticas públicas das Secretarias e dos Conselhos Municipais de Curitiba e Talcahuano.

A outra pesquisa que estamos iniciando é coordenada pelo professor chileno Gonzalo Bravo da Universidade de West Virginia – USA e conta com a participação de vários pesquisadores dos países. A investigação visa compreender a formação acadêmica de gestores esportivos em seus países, por meio de uma pesquisa descritiva de cunho exploratório, com entrevistas semi-estruturadas realizadas com coordenadores de cursos de graduação em Educação Física e Esporte, com representantes governamentais e agentes de instituições esportivas. A pesquisa tem como objetivo balizar a produção do conhecimento nesta área, fundamentar as políticas públicas no campo do esporte e lazer, compreender a lógica da formação acadêmica e a demanda para esta área do conhecimento.

Como último componente das Redes Latino Americanas que estamos participando, trata-se do campo da informação e divulgação. Neste campo desenvolvemos duas ações, a primeira é a editoração de um livro sobre o esporte na América Latina, o livro possui três partes articuladas. Sendo a primeira uma discussão sobre o conceito de esporte, a segunda a relação das políticas públicas para o esporte e o terceiro relatos de experiências de políticas públicas para o esporte em diversos países.

A outra ação do campo da informação e divulgação refere-se ao lançamento da revista da ALESDE, que está em fase final de formatação e terá como objetivo “*dar espaço a divulgação de trabalhos científicos na área dos estudos socioculturais do esporte na América Latina. As áreas temáticas de publicação podem desenvolver-se tomando como base as problemáticas que sejam*”

examinadas pela ótica da História do Esporte, pela Sociologia do Esporte, pela Antropologia do Esporte, Estudos Culturais do Esporte, Políticas Públicas do Esporte, Globalização do Esporte, entre outras áreas de interesse, e seu impacto na América Latina”.

Os artigos desta revista deverão ser originais e serão avaliados por membros do Conselho Editorial e/ou Consultivo. Os idiomas para publicação serão espanhol, português e inglês. Será responsabilidade dos editores auxiliares (avaliação) a atuação na distribuição de pareceres e na edição de seções temáticas. A Revista da ALESDE será publicada de forma digital e será administrada pelos membros do corpo Editorial no Sistema Eletrônico de Revistas (SER) da Universidade Federal do Paraná (UFPR).

Para finalizar, resalto a necessidade de avançarmos na construção das Redes Latino Americanas para lazer, o esporte e a educação. Ainda estamos no começo destas integrações nos campos institucional, formação, investigação ou informação. A caminhada é longa para consolidarmos as Redes de integração, assim cabe à toda comunidade acadêmica e científica inserida nos campos do esporte e lazer pautar esta demanda para continuarmos a construção de projetos em conjunto entre os países da América Latina.

Referência

BOURDIEU, Pierre. *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

PESQUISA E PRODUÇÃO DE CONHECIMENTOS SOBRE O LAZER NA AMÉRICA LATINA: DIAGNÓSTICO E PERSPECTIVAS

Profa Dra. Christianne Gomes

Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional

Universidade Federal de Minas Gerais

Líder do Grupo de pesquisa OTIUM – Lazer, Brasil & América Latina

Rede CEDES – Ministério do Esporte

Este texto tem como principal objetivo apresentar resultados do projeto colaborativo realizado no período 2007-2009, que procurou registrar, sistematizar, difundir e ampliar o intercâmbio de saberes e experiências sobre o lazer na América Latina. Como os diálogos e os trabalhos coletivos sobre este tema ainda são incipientes na região, este projeto possibilitou conhecer alguns aspectos da produção de conhecimentos sobre o lazer na América Latina. A referência básica foram os estudos sobre o lazer realizados por autores de oito países latino-americanos: Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Cuba, México, Uruguai e Venezuela (GOMES, OSORIO, PINTO e ELIZALDE, 2009).

Cada pesquisador ou grupo de pesquisadores responsáveis pelo estudo do tema em seu país sistematizou os dados para retratar o lazer conforme sua preferência e possibilidade de aprofundamento teórico-metodológico. Assim, diferentes perspectivas de análise e reflexão foram adotadas e todas foram consideradas importantes porque essa diversidade revela o que há em comum entre os países estudados, o que existe de diferente e também as múltiplas possibilidades de trocas solidárias em termos de aprendizado coletivo sobre o lazer enquanto um campo de vivências, de conhecimentos, de formação e de intervenção.

Os estudos realizados pelos participantes do projeto, em seu conjunto, mostram uma valiosa diversidade de culturas, visões e perspectivas de análise. Algumas idéias são controversas e, em muitos casos, ao serem confrontadas revelam contradições. São também distintos os níveis de profundidade, consistência teórica e análise crítica adotados pelos autores. De maneira semelhante, várias abordagens podem não representar as idéias de seu país como um todo, sendo um olhar entre os vários possíveis.

Compartilhando os resultados do estudo realizado

Os dados apresentados indicam que, apesar das particularidades que diferenciam os oito países latino-americanos investigados, é possível observar alguns elementos comuns, evidenciando alguns aspectos marcantes do “estado da arte” dos estudos sobre o lazer na América Latina.

Observa-se que o ponto de partida para a análise da recreação e do lazer nos países latino-americanos investigados situa-se no século XX, ou no final do século XIX. A maioria dos pesquisadores destacou que a produção de conhecimentos sobre o tema foi iniciada nas primeiras décadas do século XX, sobretudo em decorrência da difusão do movimento

“recreacionista” por vários países da América Latina. Este processo foi mobilizado por influências estrangeiras – advindas especialmente dos Estados Unidos e da Europa – e envolveu diversas áreas do conhecimento, principalmente a Educação Física, que ampliou as frentes de formação de profissionais para atuarem com a recreação.

Nas primeiras décadas do século XX, os saberes teóricos e práticos sobre a recreação contaram com a influência decisiva de algumas instituições, com destaque para a YMCA e para o Movimento de Escotismo para garotos. Foram, assim, difundidos conhecimentos e práticas vinculadas com a educação, a educação física, o jogo e o esporte. Seguindo os encaminhamentos verificados nos Estados Unidos, inicialmente essas propostas eram voltadas para crianças e jovens das camadas pobres da população. Posteriormente, os programas de recreação foram ampliados e passaram a envolver pessoas de diversas faixas etárias, especialmente os trabalhadores adolescentes e adultos que constituíam a força produtiva do nascente setor industrial verificado em muitos países latino-americanos na primeira metade do século XX.

Estas orientações reforçaram a importância da recreação como uma possibilidade educativa e rechaçou o ócio, visto como uma ameaça ao desenvolvimento das sociedades que pretendiam se modernizar e se expandir economicamente (GOMES, PINTO, 2009). Assim, observa-se que na América Latina ainda há um preconceito com relação ao uso da palavra ócio, geralmente associado no vocabulário comum com preguiça e vadiagem, confundindo-se assim com ociosidade. Prevalece a máxima “tempo é dinheiro” e, dessa maneira, não cabe “perder tempo” com atividades tidas como inúteis e improdutivas.

Por esta razão é expressiva, até mesmo nos dias atuais, a valorização da recreação dirigida/orientada como uma estratégia educativa essencial para promover, sutilmente, o controle social e a manutenção do *status quo*. O desenvolvimento de eventos, políticas, programas e projetos “recreativos” direcionados a grupos sociais em situação de risco ou de vulnerabilidade social visa, sobretudo, a redução de conflitos e a manutenção da ordem social vigente. Dessa maneira, a recreação é utilizada para amenizar os problemas decorrentes da lógica excludente que impera nas realidades latino-americanas, funcionando como válvula de escape e propiciando a evasão da realidade.

Por este motivo, verifica-se uma ênfase no empirismo e na dimensão técnica da recreação em detrimento de fundamentos sociais, históricos, políticos e culturais, entre outros. Em geral, estes aspectos vêm sendo sistematizados no campo de estudos acadêmicos sobre o lazer – que é tratado como mais abrangente do que a recreação, seja no Brasil ou em outros países do mundo. Muitas vezes, destaca-se a importância de ser repensar criticamente estes aspectos, pois, os problemas sociais, políticos e econômicos que marcam a região latino-americana precisam ser enfrentados de modo urgente ao invés de serem simplesmente disfarçados ou amenizados por programas recreativos.

Vários autores latino-americanos destacaram o papel do Estado no desenvolvimento de políticas públicas de recreação e de lazer, que constituem um importante tema de estudo e de intervenção, uma vez que a região é marcada por níveis expressivos de exclusões e de desigualdades sociais. Por um lado, verifica-se a denúncia quanto ao uso manipulativo do

lazer na América Latina – tanto em contextos de ditadura, como em outros momentos do século XX em que a intenção de controle social, político e ideológico torna-se dissimulada (GOMES, 2010). Por outro lado, muitos autores destacam a fundamental importância de políticas públicas democráticas e inclusivas nos países latino-americanos, tendo em vista assegurar o direito da população ao lazer. Nesta direção, questiona-se o protagonismo do mercado liberal capitalista, que é alvo de críticas nos estudos de alguns autores ao pontuar que a indústria do entretenimento acaba estimulando o consumismo, a alienação, a passividade e a padronização cultural.

Finalmente, um aspecto marcante no estado da arte da produção de conhecimentos sobre o lazer na América Latina refere-se às dificuldades conceituais presentes nos estudos sobre recreação, lazer, ócio e tempo livre. Diversos autores (SUARÉZ, 2009; OSORIO, 2009; AGUILAR, 2009; LEMA e MACHADO, 2009; RIED, LEIVA e ELIZALDE, 2009) apontam os problemas conceituais que rondam a palavra recreação e termos correlatos, tais como animação sociocultural, tempo livre e ócio. Muitas vezes esses termos são utilizados indistintamente, gerando contradições e problemas de compreensão (ELIZALDE, GOMES, 2010).

Além disso, é possível constatar uma pluralidade de sentidos e significados atribuídos à palavra recreação nos países da América Latina. A imprecisão e a confusão conceitual comprometem, na visão de todos os autores, o avanço de conhecimentos sobre o tema na região, que carece de pesquisas aprofundadas, criteriosas e críticas.

Considerações finais

Como indicam as considerações sumariamente apresentadas neste texto, o lazer está em íntima relação com os processos históricos, sociais, políticos, trabalhistas, pedagógicos, econômicos, temporais, espaciais, ambientais e simbólicos, entre outros, que marcam as realidades latino-americanas. Por isso, necessita ser pesquisado com mais profundidade e vivenciado com mais criticidade por todas as pessoas, independente de classe social, faixa etária, gênero, etnia, religião ou nacionalidade.

Em termos de perspectivas, são significativas as complexidades presentes nas realidades latino-americanas, sendo necessário estreitar vínculos neste contexto e dar continuidade ao intercâmbio de saberes e experiências. Por um lado, as Nações que constituem a América Latina são fortemente marcadas pela diversidade cultural, mas, por outro, têm limites e potencialidades comuns que, em conjunto, fazem com que a região e os saberes nela produzidos se distingam consideravelmente da realidade verificada em outros continentes.

É necessário ampliar o conhecimento sobre a diversidade de visões e realidades a partir da discussão do lazer em distintos países latino-americanos, considerando suas relações com as demais dimensões da vida em sociedade. Estreitar os vínculos entre as Nações que integram a América Latina é fundamental, pois, nossos países têm limites e potencialidades distintos da realidade verificada nos demais continentes. Justamente por essa razão, é essencial darmos continuidade ao intercâmbio de saberes e experiências que vem sendo promovido no contexto latino-americano.

Referências

AGUILAR, L. El desarrollo de la formación y la investigación en la recreación y el tiempo libre en México. In: GOMES, C.; OSORIO, E.; PINTO, L., ELIZALDE, R. (Orgs). *Lazer na América Latina/Tiempo libre, ocio y recreación en Latinoamérica*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

ELIZALDE, R.; GOMES, C. (2010). Ocio y recreación en América Latina: conceptos, abordajes y posibilidades de resignificación. *Revista Polis*. Santiago, Chile, N. 26, ago. 2010. Disponível em: <http://www.revistapolis.cl/polis%20final/26/art01.htm>. Acesso em 04/08/2010.

GOMES, C. (2010). Ocio, recreación e interculturalidad desde el “Sur” del mundo: desafios actuales. *Revista Polis*. Santiago, Chile, N. 26, ago. 2010. Disponível em: <http://www.revistapolis.cl/polis%20final/26/art09.htm>. Acesso em 04/08/2010.

GOMES, C.; OSORIO, E.; PINTO, L.; ELIZALDE, R. (Org.) *Lazer na América Latina/Tiempo libre, ocio y recreación en Latinoamérica*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

GOMES, C.; PINTO, L. (2009). O lazer no Brasil: Analisando práticas culturais cotidianas, acadêmicas e políticas / El ocio en Brasil: Análisis de prácticas culturales cotidianas, académicas y políticas. In: GOMES, Christianne et al (Org.), *Lazer na América Latina/Tiempo libre, ocio y recreación en Latinoamérica*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009. p. 67-180.

LEMA, R.; MACHADO, L. Tiempo libre y recreación en Uruguay: La construcción de un enfoque lúdico y educativo. In: GOMES, C.; OSORIO, E.; PINTO, L., ELIZALDE, R. (Orgs). *Lazer na América Latina/Tiempo libre, ocio y recreación en Latinoamérica*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

OSORIO, E. La recreación en Colombia: Um campo en construcción. In: GOMES, C.; OSORIO, E.; PINTO, L., ELIZALDE, R. (Orgs). *Lazer na América Latina/Tiempo libre, ocio y recreación en Latinoamérica*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

RIED, A.; LEIVA, R.; ELIZALDE, R. La recreación en Chile: Una mirada desde la actualidad y la precariedad. In: GOMES, C.; OSORIO, E.; PINTO, L., ELIZALDE, R. (Orgs). *Lazer na América Latina/Tiempo libre, ocio y recreación en Latinoamérica*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

SUÁREZ, S. Una aproximación de la representación social de la recreación en Argentina: Aportes para resignificar el concepto. In: GOMES, C.; OSORIO, E.; PINTO, L., ELIZALDE, R. (Orgs). *Lazer na América Latina/Tiempo libre, ocio y recreación en Latinoamérica*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

COOPERACIÓN ACADÉMICA BRASIL Y AMÉRICA LATINA: UN DESAFÍO PARA LA INTEGRACIÓN REGIONAL Y LA CONSTRUCCIÓN DE NUEVOS CONOCIMIENTOS

Rodrigo Elizalde

*Doctorando, Profesor e investigador invitado en la UFMG-Brasil.
Grupo de investigación OTIUM: Lazer, Brasil & América Latina*

En el contexto del convenio de cooperación entre la Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), de Brasil, y la Universidad Bolivariana (UB), de Chile, se viene avanzando en el Programa de Trabajo titulado: "Ocio, tiempo libre y recreación en Latino América: desafíos para el siglo XXI / *Lazer na América Latina: desafios para o século XXI*". A partir de esta Cooperación UB-UFMG (2008-2013) desde el Grupo de Investigación OTIUM: *Lazer, Brasil & América Latina*, de la UFMG, se sigue profundizando en los estudios del "ocio" desde y para América Latina.

Desde una perspectiva crítica al modelo vigente, el grupo OTIUM replantea la importancia de la cooperación académica e intelectual en todos los ámbitos de la cultura como factor esencial para el desarrollo de nuestras sociedades.

Haciendo una analogía con el mundo natural, pregunto ¿Cuál es el principio primero para la existencia de la vida? Debemos recordar que la vida es un tejido de múltiples seres que la constituyen, en interconexión, articulación y mutua interdependencia. Por lo cual para que la vida, los ecosistemas y seres vivos que la forman se desarrollen y sobrevivan requieren de una participación solidaria e inherente a su posibilidad de existencia. El agua, el aire, la tierra y los seres vivos no están separados... todos constituyen una red de relaciones multi e intercausales, recursivas, sinérgicas y diversas que posibilitan la existencia individual y colectiva. Siendo así se puede postular que el compartir y la solidaridad son los elementos básicos que posibilitan la vida.

Algo similar acontece en el mundo del conocimiento, la cultura y las manifestaciones humanas, estando interconectadas y mostrando constantes interafectaciones. Siendo así, al contrario de lo que de forma equivocada se cree comúnmente, existen muchos recursos para los cuales la única forma de que ellos crezcan y se desarrollen es a través del compartirlos. Por ejemplo, para que la amistad crezca es necesario compartir con los amigos. De otra forma, este sentimiento de afecto compartido no crece. Lo mismo acontece con el amor. Si una persona no comparte su amor, este sentimiento no podrá crecer y desarrollarse para ser más profundo e intenso.

De igual forma, en el campo del saber, si no compartimos los conocimientos estos quedan privados de la posibilidad de desarrollarse y evolucionar, quedando archivados en el mundo del desconocimiento, la ignorancia y el egoísmo intelectual. Por lo anterior, consideramos de vital importancia abrir los caminos de acceso a la información y al conocimiento, en especial al valorar la necesidad de avanzar en la construcción de sociedades solidarias y sustentables, desafíos para los cuales se requerirá de toda la creatividad y talentos existentes para atreverse a diseñar (soñar y diseñar) nuevos mundos posibles.

Como lo expusimos recientemente en otro artículo (ELIZALDE, GOMES, 2010) los conocimientos están constituidos por conceptos, los cuales son representaciones de la realidad, pero nunca serán totalmente equivalentes a esa realidad que buscan expresar. Siendo así, es fundamental tener en cuenta que los conceptos no son universales, ya que no existe una única forma válida y cierta de entender y explicar la realidad. A su vez debemos recordar que todo conocimiento es dinámico, estando en un estado de inacabamiento, lo que posibilita su constante transformación y profundización, pero a la vez expresa lo parcial y limitado de nuestras representaciones del mundo. Al ser construcciones humanas muchas veces nuestros conocimientos están teñidos por el error y la ilusión. Siendo así los conocimientos no son **neutrales, ni tampoco totalmente objetivos**. Toda explicación, interpretación y forma de entender la realidad estará influenciada por visiones de mundo, entiéndase cosmovisiones y paradigmas, presentes de forma explícita o implícita y oculta, expresando una imposibilidad de neutralidad absoluta. Entonces la búsqueda de imparcialidad y objetividad será solo un deseo, esto es una pretensión, que nunca podrá concretarse del todo. Tener presente estas dificultades del conocimiento humano es un primer paso para empezar a ser un poco más humildes al elaborar nuestras teorías.

Partiendo de estas premisas esenciales de solidaridad y altruismo intelectual, y sabiendo que todos los conocimientos son construidos colectiva y socialmente es que desde el Grupo OTIUM vamos al rescate y valoración de las diferencias. No somos iguales y justamente en nuestras diferencias radica el valor de la interculturalidad e interdisciplinariedad, destacando así el valor intrínseco y lo irrepetible y único de cada persona, comunidad y colectivo social.

Desde estos principios consideramos que la investigación y la búsqueda de nuevos conocimientos es primero que nada expresión de responsabilidad social universitaria, en especial en la actualidad en que la ideología del progreso, de la productividad y del consumo ilimitado distorsiona las percepciones de la realidad social y nos hacen desviarnos de lo importante, trascendente y prioritario. Así termina imponiéndose una visión utilitarista y de corto plazo del conocimiento y de la ciencia, que no alcanza a dimensionar la importancia y urgencia de una transformación de mentalidades y prácticas. Por esta vía se mantiene y reproduce el actual orden social de alienación, sobreexplotación e hiperconsumo, desconsiderando todo lo relativo al ocio en cuanto uno de los elementos esenciales que posibiliten el desarrollo integral de los seres humanos y su felicidad. Es como si solo lo productivo y lo que genera algún tipo de valor económico, transable en el mercado, supuestamente libre, fuera lo único posible de ser concebido como importante y la principal dimensión humana a ser desarrollada. Y así se reproduce un modelo destructivo en que todo es entendido y tratado como mercancía: los seres humanos, la cultura, el ocio y la vida, sin percibir que el anhelado y esperado crecimiento económico es solo un “teorema de la imposibilidad” y, en gran medida, el origen de la profunda crisis ecológica y social del presente (ELIZALDE, 2007).

Justamente al constatar estos elementos es que desde el Grupo OTIUM sugerimos un necesario y profundo cambio de mirada, desde donde el ocio, lo lúdico, lo gratuito, y todo lo supuestamente “no productivo” emerge y se destaca como una de las dimensiones

de la vida necesarias de revalorar, resignificar y reconceptualizar. Sabemos que, más allá de estar en muchos casos cargado de prejuicios y lleno de connotaciones negativas, paradójicamente, el ocio, a su vez, es cada día más valorado, estimulado y deseado.

Al ser comprendido en cuanto derecho y necesidad humana básica, sin duda el ocio es un fenómeno que genera controvertidas opiniones y variadas formas de entenderlo. Vemos así como en la actualidad en cuanto temática de estudio presenta un crecimiento significativo en investigaciones y en el lugar que ocupa dentro de la academia, en las políticas públicas y en las estrategias privadas de negocios y emprendimientos económicos. Así es entendido y asumido a partir de distintas perspectivas: educativa, cultural, política, social, histórica, ambiental, epistemológica, económica, publicitaria, comunicacional, artística, comunitaria, entre tantas otras, mostrando una especial versatilidad para ser vinculado y fusionado con otros elementos de la cultura y de la vida social. Si a esto agregamos las muchas veces invisibilizadas prácticas y tradiciones culturales populares, indígenas y campesinas, el diverso y potente mosaico que se forma, en América Latina, es mucho mayor aún.

Como podemos constatar las diversas concepciones y prácticas específicas sobre el ocio abren un amplio abanico de posibilidades teóricas desde donde entenderlo y vivenciarlo, lo que señala que sin duda esta temática viene movilizandoo reflexiones en diferentes épocas y contextos, algo que no es del todo reconocido. Sin duda esto ha comenzado a cambiar y creemos que seguirá cambiando cada vez más.

Haciendo un breve recorrido histórico vemos que desde tiempos inmemorables el ocio representa un objeto de reflexión. Ya en la antigua China, en su cultura de más de 5.000 años, el ocio ha ocupado un importante papel en la sabiduría confuciana, taoísta y budista. De igual forma está presente en el pensamiento de Aristóteles (al hablar del término griego *skholé*) y en Roma antigua con Cicerón y Séneca (al referirse al *otium*, en contraposición al *negotium* – el negocio como la negación del ocio). Fue también tema de estudio de autores de la Modernidad, entre los cuales se destacan Lafargue, con su clásica obra “El derecho a la pereza”, publicada originalmente en 1883. Ya en el siglo XX otros autores ven en esta temática un interesante objeto de estudio, como ya destacaba Bertrand Russel en 1935. Pasada la mitad del siglo XX se observa el desarrollo de investigaciones y teorías sobre la temática, como evidencian las obras de Parker (1978), De Grazia (1966), Dumazedier (1979), Munné (1980), Racionero (1983), De Masi (2000), Cuenca (2000), que al igual que autores latinoamericanos tales como Ferreira (1959), Medeiros (1975), Requiza (1977), Camargo (1986), Waichman (2002), Mascarenhas (2003), Tabares, Ossa y Molina (2005), Marcellino (2008), Gomes (2008; 2009, 2010), Elizalde (2009, 2010) y tantos otros autores que vienen avanzando en estudios relativos al ocio, el tiempo libre y la recreación.

Siendo así, nos preguntamos: ¿Qué desafíos presenta el ocio en relación a las realidades de la América Latina actual? ¿Es única la forma de entender y vivir el ocio en las diversas culturas latinoamericanas? ¿Cuál es el imaginario social construido sobre el ocio en la actualidad en nuestra región? ¿Cuáles son los límites a enfrentar y las perspectivas a abrir en este campo de estudios, vivencias e intervenciones?

Así es imprescindible generar nuevas miradas sobre el ocio, estimulando reflexiones que posibiliten el seguir avanzando en la producción de nuevos conocimientos acordes con la realidad actual y con las necesidades del presente.

Por lo anterior, más que buscar referentes claros y certezas, sabemos que solo expresaremos parte de esa amplia y diversa construcción teórica actual, dando la oportunidad de abrir espacios que posibiliten la libertad de pensar desde otros lugares, atreviéndose a hacer un aporte en la construcción de otras posibilidades para profundizar conocimientos sobre el tema, algo que de forma silenciosa ya viene siendo realizado en varios países de América Latina y del mundo. Es así que desde el Grupo OTIUM estamos trabajando para abrir y generar nuevos conocimientos, debates y diálogos, sabiendo que el ocio en cuanto expresión de las culturas habla de las emergentes identidades y diversidades globales y locales, algo que sin duda debe ser dicho y escuchado.

Hasta la fecha, algunas de las principales actividades desarrolladas, producto de esta cooperación internacional entre Brasil, Chile y América Latina, son:

- Se publicó, por la Editora de la UFMG, el libro “*Lazer Na América Latina – Tempo livre, Ocio y Recreación en Latinoamérica*” (2009), producto de la investigación del mismo nombre, apoyada por el *Ministério de Esporte* y por SESI.

- Se publicó, en formato papel y on-line, el número 26 de la Revista Polis (www.revistapolis.cl) que tiene como temática el Lente de Aproximación “Ocio e interculturalidad: Identidades y diversidades globales y locales”.

- A su vez se publicó en la Revista Polis, N° 22 (2009) y 25 (2010), artículos vinculados a la temática del ocio en América Latina.

- En la actualidad se desarrolla la investigación titulada “*Mestrado em Lazer na América Latina: Interface entre a Pós-graduação stricto sensu brasileira e as propostas existentes na Argentina, Costa Rica, Equador e México*”.

- Se destaca la participación en los siguientes eventos, como expositores, en representación del Grupo OTIUM:

X Congreso Nacional de Recreación. FUNLIBRE, Bogotá, Colombia, 2008.

XX *Encontro Nacional de Recreação e Lazer*. XX ENAREL. São Paulo, Brasil, 2008.

X *Lazer Em Debate*. Belo Horizonte, Brasil, 2009.

VI Simposio nacional de investigación y formación en recreación. FUNLIBRE, Bogotá, Colombia, 2009.

Encuentro de Investigadores Latinoamericanos de Ocio y Recreación. Creación de Red Internacional de Universidades e Instituciones latinoamericanas sobre ocio y recreación. Bogotá, Colombia, 2009. En esta oportunidad se creó la RED Latinoamericana de Universidades e Instituciones vinculadas a estudios de la Recreación y el Ocio.

Reunión Internacional sobre Políticas Públicas Integradas de *Educação, Esporte e Lazer*. Creación de RED Internacional de Instituciones latinoamericanas sobre políticas públicas de *Lazer, Esporte e Educação*. *Ministério de Esporte y Ministério de Educação do Brasil*, OEI. Brasília,

Brasil, 2009. Una de las primeras iniciativas desde la RED fue organizar el “I Seminario Latino Americano de Políticas Públicas Integradas de *Lazer*, Deporte e Educación”, el cual se desarrollo en Foz de Iguazú en junio del 2010 y en el cual participó el Grupo OTIUM.

Conferencia Internacional *Sociedade Civil e Pós-Colonialismo: Um Debate sobre Paradigmas para o Entendimento da América Latina*. UFMG, Belo Horizonte, Brasil, 2009.

XVI CONBRACE, *Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte*, y III CONICE, *Congresso Internacional de Ciências do Esporte*. Salvador de Bahia, Brasil. 2009.

XXI *Encontro Nacional de Recreação e Lazer*. Florianópolis, Brasil, 2009.

Se organizó en la UFMG dos mesas temáticas sobre el “ocio en América Latina”. La primera trato del ocio en Colombia y Venezuela. Expusieron los profesores F.Tabarez, del Centro de investigación CIVITAS, de Colombia, y E.Altuve, de la Universidad del Zulia, de Venezuela. En la segunda Mesa expusieron los profesores F.Varona, de la Universidad de Holguín, de Cuba, y R.Elizalde, de Chile.

III *Simpósio Internacional de Cultura e Comunicação na América Latina – “Integrar para além do mercado”*. Centro de Estudos Latinoamericanos de Cultura y Comunicação (CELACC), São Paulo, Brasil, 2010.

Todos estas realizaciones muestran que la cooperación académica universitaria entre Brasil, Chile y otros países de América Latina puede producir acciones sinérgicas que posibiliten la generación de nuevos conocimientos y el intercambio de ideas y saberes. Pero esto solo será posible sabiendo que a través de la solidaridad intelectual y la colaboración epistemológica produciremos la integración regional y la construcción de nuevos conocimientos que aporten en la transformación de nuestro mundo.

Referências

CAMARGO, Luiz Octávio. *O que é lazer*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

CUENCA, Manuel. *Ocio humanista: dimensiones y manifestaciones actuales del ocio*. Bilbao: Universidad de Deusto, 2000.

DE GRAZIA, Sebastian . *Tiempo, trabajo y ocio*. Madrid: Editorial Tecnos, 1966.

DE MASI, Domenico. *O ocio criativo*. Rio de Janeiro: Sextante, 2000.

DUMAZEDIER, Joffre. *Sociologia empírica do lazer*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1979.

ELIZALDE, R. Responsabilidad social empresarial y gestión sustentable de recursos naturales. En: CARO, P; WILSON, R. *Serie Documentos Red Puentes CICE*. , 2007, v.5, p. 51-55. / Disponible en: http://www.ciceenlinea.cl/intranet/acolumna/documento_encuentro_final.pdf (divulgación impresa y digital).

ELIZALDE, R.; GOMES, C. (2009) *El tiempo libre, el ocio y la recreación entendidos desde la teoría del desarrollo a escala humana* / Disponible en:

<http://www.rbceonline.org.br/congressos/index.php/CONBRACE/XVI/paper/view/1083/756>

ELIZALDE, Rodrigo (2010) Resignificación del ocio: Aportes para un aprendizaje transformacional. En: *Revista Polis*, n. 25. Universidad Bolivariana, Santiago. Disponible en: <http://www.revistapolis.cl/polis%20final/25/art25.htm> (divulgación impresa y digital).

ELIZALDE, R.; GOMES, C. (2010) Ocio y recreación en América Latina: conceptos, abordajes y posibilidades de resignificación En: *Revista Polis*, n. 26. Universidad Bolivariana, Santiago. Disponible en: <http://www.revistapolis.cl/polis%20final/26/art01.htm> (divulgación impresa y digital).

FERREIRA, Acácio. *Lazer operário*, um estudo de organização social das cidades. Salvador: Livraria Progresso, 1959.

GOMES, C.; ELIZALDE, R. (2009) Trabajo, tiempo libre y ocio en la contemporaneidad: Contradicciones y desafíos. *Revista Polis*, n. 22. Disponible en: <http://www.revistapolis.cl/polis%20final/22/art14.htm> (divulgación impresa y digital).

GOMES, Christianne; OSORIO, Esperanza; PINTO, Leila M.; ELIZALDE, Rodrigo (Orgs). *Lazer na América Latina/Tiempo libre, ocio y recreación en Latinoamérica*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

GOMES, Christianne (2010), Ocio, recreación e interculturalidad desde el “Sur” del mundo: desafíos actuales. En: *Revista Polis*, n. 26. Universidad Bolivariana, Santiago. Disponible en: <http://www.revistapolis.cl/polis%20final/26/art09.htm> (divulgación impresa y digital).

LAFARGUE, Paul (1883) *El derecho a la pereza (Le droit à la paresse)*. Diario L’Egalité. Buenos Aires: Francia/Reedición Longseller S.A, (2003).

MARCELLINO, Nelson C. (Org.). *Lazer e sociedade*. São Paulo: Editora Alínea, 2008.

MASCARENHAS, Fernando. *Lazer como prática da liberdade*, una proposta educativa para a juventude. Goiânia: Editora da UFG, 2003.

MEDEIROS, Ethel R. *O lazer no planejamento urbano*. 2.ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1975.

MUNNÉ, Frederic. *Psicosociología del tiempo libre: un enfoque crítico*. Ciudad de México: Editorial Trillas, 1980.

PARKER, Stanley. *Sociología do lazer*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1978.

RACIONERO, Luis. *Del paro al ocio*. Barcelona: Anagrama, 1983.

REQUIXA, Renato. *O lazer no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1977.

RUSSEL, Bertrand (1935) *O elogio ao ócio*. Rio de Janeiro: Reedición Editora Sextante, 2002.

TABARES, José Fernando; OSSA, Arley Fabio; MOLINA, Victor Alonso (Orgs.) *El ocio, el tiempo libre y la recreación en América Latina: problematizaciones y desafíos*. Medellín: Civitas, 2005.

WAICHMAN, Pablo. *Tiempo libre y recreación, un desafío pedagógico*. Buenos Aires: PW, 2002.

REFLEXÕES SOBRE O MOVIMENTO DE INTERNACIONALIZAÇÃO ENTRE PESSOAS E INSTITUIÇÕES

Profª. Dra. Aleyane Marinho

*Laboratório de Estudos do Lazer / Grupo de Estudos do Lazer / Laboratório de
Desenvolvimento e Aprendizagem Motora / UDESC*

Arianne Carvalhede Reis

Southern Cross University (Coffs Harbour, NSW, Austrália)

Sandro Carnicelli

University of Otago (Dunedin, Nova Zelândia)

Pode-se observar, nos últimos anos, o significativo envolvimento e a troca de conhecimentos e experiências entre alunos, professores e pesquisadores de diferentes países. Particularmente, no segmento do lazer, seja no contexto da Educação Física, do Turismo ou outra área de inserção do fenômeno, tal aproximação, ainda que de forma tímida e com ausência de produção científica específica sobre o tema “internacionalização em lazer”, tem se mostrado significativa e promissora. Esta ausência da produção científica foi detectada justamente ao fazer um levantamento para a confecção deste texto nas bases de dados Scielo e Lilacs. Não foram encontrados artigos que contivessem as variações dos termos “intercâmbio internacional em lazer” e “internacionalização do lazer”.

No entanto, ainda assim, outros estudos que desenvolvem o debate sobre a internacionalização da educação de forma mais generalizada foram muito úteis para as ideias aqui apresentadas (LO BIANCO, 2009; LIMA; MARANHÃO, 2009; MOROSINI, 2006).

Neste contexto, este trabalho tem como objetivo refletir sobre a importância da cooperação entre pesquisadores e instituições do Brasil e do exterior, acreditando neste processo como possibilidade fértil para o fortalecimento do compromisso com a emancipação profissional e social, por meio da pesquisa e de outras iniciativas. Para tanto, são trazidos exemplos de contextos mais amplos da educação e, ao final, são apresentadas as aproximações entre estudiosos do lazer no Brasil, na Nova Zelândia e na Austrália.

Contextualizando a internacionalização

Compartilhamos com Lo Bianco (2009) que falar da internacionalização no Brasil, no contexto de quase qualquer área do conhecimento é, de certa forma, redundante. O lazer, aqui em especial, assim como outros temas no contexto de programas universitários, manifesta-se já internacionalizado, uma vez que o saber ao qual primeiramente temos acesso vem de países centrais - europeus e norte-americanos.

Lo Bianco (2009) apresenta dados dos Programas de Pós-graduação em Psicologia (área de sua vinculação), os quais sempre foram internacionalizados, no sentido de quase

sempre os professores estarem voltados ao saber que chega dos países centrais e de a bibliografia ser maciçamente estrangeira. A autora aponta, por meio de outros estudos, uma análise dos relatórios, do ano de 2008, de 57 Programas de Pós-graduação em Psicologia, apresentados à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). No quesito “Proposta do Programa”, praticamente todos os Programas informaram que têm intercâmbios com instituições estrangeiras, programas de estágios e outras participações em organismos internacionais. As atividades incluídas com mais frequência foram: 1) a participação de alunos e professores em eventos internacionais; 2) a organização (conjunta ou não) de eventos internacionais; 3) visitas a centros e laboratórios estrangeiros; 4) visitas de professores estrangeiros aos Programas. Visitas essas que podiam ser pontuais (para palestras, oficinas, bancas) ou mais prolongadas (cursos). Além disso, observou-se o investimento de muitos Programas na circulação de alunos e professores em estágios pós-doutorais nas universidades estrangeiras, atrelada à preocupação com a publicação em periódicos internacionais.

As ações de internacionalização, apresentadas por Lo Bianco (2009), cobrem as necessidades de cada subárea, sendo importante que esses esforços sejam sistematizados e comparados quanto a suas consequências para a formação e o exercício da pesquisa e, certamente, avaliados em seus efeitos para o avanço do trabalho em cada sub-área. A distribuição de recursos se dará, então, por relação à avaliação e servirá para incentivar os projetos e pesquisa conjuntos, as missões de trabalho visando à estada de professores brasileiros em universidades estrangeiras e a de pesquisadores dessas universidades nos Programas brasileiros; trata-se também de financiar a ida desses pesquisadores para estágios pós-doutorais, bem como a dos discentes em doutorados-sanduíches, sempre no âmbito dos acordos bilaterais. A autora destaca que a vinda de docentes e pesquisadores, bem como a de doutorandos do exterior, para participarem das pesquisas desenvolvidas nas universidades nacionais é outra modalidade a ser encorajada, ainda que nem sempre terá que ser financiada, obviamente, com os recursos brasileiros. Essas trocas visariam à inserção das pós-graduações brasileiras no contexto internacional e não mais ocorreriam em mão única, do exterior para o Brasil, mas contariam com o efetivo intercâmbio de conhecimento entre diferentes grupos de pesquisa.

Black (2004), partindo do exemplo da experiência prática do Departamento de Hospitalidade, Lazer e Gerência do Turismo da Universidade de Oxford Brookes, aponta que a internacionalização para estudantes, o currículo e as alianças internacionais podem depender da internacionalização da faculdade e que há uma necessidade subjacente para que a equipe de funcionários de ensino cumpra seu papel em permitir que as instituições de graduação se tornem internacionalizadas.

Na contemporaneidade, de acordo com Lima e Maranhão (2009), a internacionalização da educação também tem evoluído da mobilidade de pessoas (manifestação recorrente) para a circulação de programas, abertura de novos campus, e instalação de instituições fora do país de origem.

Mais que nunca, a atração de estudantes internacionais passa a representar divisas resultantes da imposição de taxas de inscrição e anuidades, despesas que os estudantes

(por meio de bolsas de estudo ou investimento proveniente das respectivas famílias) precisam arcar (transporte, habitação, alimentação, saúde, lazer, etc.) durante os estudos fora; sem desconsiderar o potencial de promover o país de acolhimento (língua, cultura, interesses políticos e econômicos, etc.) no país de origem, ao término da formação (LIMA; MARANHÃO, 2009).

No quadro I, Knight (*apud* LIMA; MARANHÃO, 2009) apresenta as razões de ser da internacionalização.

Razões de ser	No âmbito dos PAÍSES	No âmbito das INSTITUIÇÕES de EDUCAÇÃO
De caráter POLÍTICO	Construção da nação Estabelecimento de alianças estratégicas	Estabelecimento de alianças estratégicas Notabilidade internacional
De caráter ECONÔMICO	Estabelecimento de trocas comerciais Formação de renda Valorização dos recursos humanos	Imagem de marca Geração de renda
De caráter UNIVERSITÁRIO	Reforço da instituição de educação	Produção de conhecimento Elevação da qualidade Aperfeiçoamento dos professores e dos estudantes
De caráter SOCIOCULTURAL	Desenvolvimento sociocultural Compreensão mútua	

Quadro 1: As razões de ser na Internacionalização

Fonte: Adaptação de Jane Knight (2005, p. 26) "*Modèle d'internationalisation ou comment faire face aux réalités et enjeux nouveaux*". In: OCDE. *L'enseignement supérieur en Amérique latine: la dimension internationale*. Paris: Organization de Coopération et de Développement Économique.

A partir destas ideias sobre a internacionalização e trazendo como exemplo do esforço em valorizar o conhecimento mútuo, por meio do estabelecimento de ações conjuntas, passamos a apresentar as iniciativas que permitiram o estabelecimento de relações entre estudiosos do lazer do Brasil, Nova Zelândia e Austrália, cujas instituições envolvidas são representadas pelo Centro de Ciências da Saúde e do Esporte (CEFID), da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC, Florianópolis, SC); pelo Departamento de Turismo da Universidade de Otago (Dunedin, Nova Zelândia); e, mais recentemente, pelo Departamento de Turismo e Hospitalidade da Southern Cross University (Coffs Harbour, NSW, Austrália).

Iniciativas de estudiosos do lazer no Brasil, na Nova Zelândia e na Austrália

Em 2007, a Profa. Arianne C. Reis postou uma mensagem na lista de discussão de Atividades de Aventura do CEV comunicando a oportunidade para a realização de um curso de doutorado no Departamento de Turismo da Universidade de Otago (Nova

Zelândia), mesmo local em que ela mesma realizava seu doutoramento. Interessado em tal oportunidade, o Prof. Sandro Carnicelli Filho se mobilizou para esta iniciativa e, em 2008, foi cursar o doutorado na referida instituição. Ao longo deste processo, os Profs. Arianne e Sandro começaram a realizar atividades em parceria, mesmo à distância, tendo, inclusive, efetivado uma publicação em conjunto (CARVALHEDO; CARNICELLI FILHO, 2007).

O Prof. Sandro, tão logo ingressou para seu doutorado na Nova Zelândia, colocou a Profa. Arianne em contato com a Profa. Alcyane Marinho, docente do Centro de Ciências da Saúde e do Esporte (CEFID) da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) e líder do Laboratório de Estudos do Lazer, da Unesp de Rio Claro (SP), juntamente com a Profa. Gisele Schwartz. As aproximações começaram a se efetivar devido à familiaridade dos temas de estudos, particularmente, lazer e recreação em ambientes naturais. As trocas de informações literárias e elaboração de projetos em parcerias começaram a se efetivar, prioritariamente, via internet (e-mail e skype).

No período de 1 a 7/4/2008, por ocasião do 7º Fórum Internacional de Esportes, em Florianópolis (SC), cujo tema era “Esporte, Atividade Física e Meio Ambiente”, surgiu a oportunidade de trazer um professor do exterior que tivesse propriedade para falar sobre o assunto. Neste contexto, como sugestão da Profa. Arianne, iniciou-se a mobilização para a vinda do Prof. Michael Boyes, também da Universidade de Otago (Dunedin, Nova Zelândia), subsidiada particularmente pela UNESPORTE, organizadora do referido evento. Além da conferência de abertura, ministrando a palestra intitulada “Esporte, natureza e educação: perspectivas na Nova Zelândia e no mundo”, o Prof. Michael Boyes ministrou um workshop sobre o tema “Formas de integração das atividades ao ar livre no currículo escolar”.

A conferência foi transmitida virtualmente para interessados de vários estados brasileiros, tendo tido uma significativa repercussão. A vinda do Prof. Michael Boyes ao Brasil representou um momento importante para o início das trocas entre saberes de países ao mesmo tempo tão distantes e tão parecidos, uma vez que as atividades ao ar livre parecem ser muito peculiares a ambos, devido a suas características ambientais favoráveis a essas práticas. A vasta experiência do Prof. Michael Boyes sobre este assunto foi fonte de motivação para muitos outros professores e pesquisadores que acompanharam as intervenções.

Por sua vez, de 1/9 a 3/10/2008, tivemos a satisfação de nos mobilizar para a vinda da Profa. Arianne a Florianópolis. Foram, igualmente, desenvolvidas importantes ações, como aulas na graduação na UDESC e na pós-graduação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), instituição a qual apoiou parte de sua estada no Brasil; participação na Mesa-redonda “Esporte, lazer e meio ambiente”, contando com a participação de outros professores brasileiros (Flávio Ascânio da FMU e Ana Cristina Pimentel da UFPA); além da participação no XII Congresso de Ciências do Desporto e Educação Física dos Países de Língua Portuguesa, em Porto Alegre (RS).

Sua estada no Brasil trouxe importantes frutos em termos de produção científica para as pesquisadoras diretamente envolvidas (MARINHO; REIS, 2008a,b; CARVALHEDO, 2009), além da vasta contribuição para a troca de conhecimentos entre outros professores, alunos e demais interessados que se envolveram com as intervenções.

Mais recentemente, como fruto das parcerias estabelecidas entre os professores aqui apresentados, pode-se destacar outro significativo estudo (CARNICELLI FILHO; SCHWARTZ; TAHARA, 2010).

É pertinente apontar que, recentemente, a Profa. Arianne finalizou seu doutorado na Nova Zelândia e acaba de se mudar para a Austrália, momento que percebemos como uma importante continuidade do estabelecimento da rede de relações pessoais entre o grupo constituído. Apesar da mudança de instituição, os projetos continuam e as iniciativas passam a ser implementadas ainda mais. Para além disso, novos contatos serão estabelecidos, uma vez que a partir dessa mobilidade, outros pesquisadores se conhecerão e trabalharão em parceria, aumentando essa rede “social e profissional”.

Considerações finais

A internacionalização, particularmente, como marca das relações entre as universidades, segundo Morosini (2006), constitui-se em um fenômeno complexo que envolve uma diversidade de variáveis. Em seus estudos, a autora apresenta alguns conceitos de internacionalização já consolidados em outros países e afirma que, no Brasil, ainda é um processo em construção. A autora ainda enfatiza que, por sua natureza de produtora de conhecimento, especialmente a universidade sempre teve como norma a internacionalização da função pesquisa, apoiada na autonomia do pesquisador.

Por outro lado, justamente refletindo sobre a autonomia no movimento de internacionalização, acreditamos que os intercâmbios internacionais efetivam-se, mais especificamente, em torno de pessoas e não propriamente de instituições; ainda que seja interessante para as mesmas a divulgação da parceria existente.

As participações de professores estrangeiros têm se efetivado, principalmente, por meio do engajamento em participações em eventos (como congressos, palestras, módulos em disciplinas de graduação e pós-graduação, entre outras). Estas iniciativas, por um lado, apontam, em alguns casos, a superficialidade do intercâmbio, sem a preocupação de algo mais sistemático, conjunto e efetivo. No entanto, por outro lado, com vistas a excelência da internacionalização e da cooperação, a importância das “pessoas”, no processo de construção das parcerias, mais que com as entidades propriamente ditas, pode apontar situações promissoras e de qualidade, uma vez que as pessoas se mudam e podem levar consigo os contatos outrora efetivados.

Projetos envolvendo pesquisadores de mais de uma universidade tendem a receber mais verba dos órgãos financiadores, além de elevar o status institucional, atraindo mais alunos estrangeiros, o que, por sua vez, implica em mais visibilidade e retorno às instituições. Neste contexto, acreditamos que o fato de as instituições firmarem protocolos de cooperação não é suficiente para o surgimento de relações de parceria internacional. O trabalho coletivo entre pesquisadores de diferentes países é que fará a diferença e efetivará o desenrolar dos processos burocráticos interinstitucionais.

Referências

- BLACK, Kathryn. A review of factors which contribute to the internationalisation of a programme of study. *Journal of Hospitality, Leisure, Sport and Tourism Education*, v.3, n.1, p.5-18, 2004.
- CARNICELLI FILHO, Sandro; SCHWARTZ, Gisele M.; TAHARA, Alexander K. Fear and adventure tourism in Brazil. *Tourism Management*, v.31, p.953-956, 2010.
- CARVALHEDO, Arianne; CARNICELLI FILHO, Sandro. Searching for adventure or spectacle: tales of an experience in nature. In: IX Seminário Internacional de Turismo: Ecoturismo e Turismo de Aventura - Desafios, Conservação e Caminhos para a Sustentabilidade, *Anais...* UNICENP, Curitiba, Brasil, 14-16 Setembro 2007. (CD-Rom).
- LIMA, Manolita C.; MARANHÃO, Carolina M. S. A. O sistema de educação superior mundial: entre a internacionalização ativa e passiva. *Avaliação*. Campinas, Sorocaba (SP). v.14, n.3, p.583-610, 2009.
- LO BIANCO, Anna C. Da globalização inevitável à internacionalização desejável. *Revista latino-americana de psicopatologia fundamental*, v.12, n.3, São Paulo, p.445-453, 2009.
- MARINHO, Alcyane, REIS, Arianne C. Educação ao ar livre e competências: reflexões sobre experiências de alunos do curso de administração e negócios In: XII Congresso de Ciências do Desporto e Educação Física dos Países de Língua Portuguesa, 2008, Porto Alegre (RS). *XII Congresso de Ciências do Desporto e Educação Física dos Países de Língua Portuguesa*, 2008a.
- MARINHO, Alcyane, REIS, Arianne C. Outdoor Education, competencies and environmental education: possibilities of an interaction In: 10th World Leisure Congress (WLRA), 2008, Québec, Canadá. *10th World Leisure Congress (WLRA)*, 2008b. p.59.
- MOROSINI, Marília C. Estado do conhecimento sobre internacionalização da educação superior - conceitos e práticas. *Educar*. Curitiba, n 28, p.107-124, 2006.
- REIS, Arianne C. 100% Pura: A natureza como produto de consumo ou parte de um estilo de vida natural? In: Alcyane Marinho; Ricardo Uvinha. (Orgs.). *Lazer, esporte, turismo e aventura: a natureza em foco*. Campinas: Alínea, 2009. p. 87-119.

O BRASIL E A ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE LAZER: ASPECTOS CIENTÍFICOS E POSSIBILIDADES DE ATUAÇÃO

Prof. Livre Docente Ricardo Ricci Uvinha

Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo - EACH/USP

Líder do Grupo Interdisciplinar de Estudos do Lazer da Universidade de São Paulo -

GIEL/USP/CNPq

Membro diretivo da World Leisure Organization

No campo do esporte e do lazer, é notório o papel das organizações temáticas no sentido de traçar perspectivas e tendências no setor. Em nível internacional, poderiam aqui ser elencados exemplos como a *American Association for Leisure and Recreation* – AALR, nos Estados Unidos da América; a *Canadian Association for Leisure Studies* – CALS, no Canadá; a *Leisure Studies Association* – LSA, no Reino Unido; a *Australian and New Zealand Association for Leisure Studies* – ANZALS, na Austrália e Nova Zelândia; a *Asian Pacific Centre for the Study of Leisure* – APCSL; e a *Korean Society for Leisure and Culture Studies* – SLCS; entre outras.

Entre essas, tem se destacado a *World Leisure Organization*/Organização Mundial de Lazer – WLO, com expressiva influência na pesquisa do lazer e reconhecida globalmente por seus eventos, grupos de pesquisa, publicações, entre outros. Estabelecida em 1952 inicialmente como *International Recreation Association*, a organização teve seu nome alterado para *World Leisure and Recreation Association* em 1967 e adotou-se o termo simplificado *World Leisure* em 1999. Em 2007, a organização passou a ser chamada de *World Leisure Organization* (EDGINTON, 2007).

Trata-se de uma associação não-governamental com status de órgão consultivo da *United Nations* / Organização das Nações Unidas – ONU. É responsável por ser um dos órgãos acadêmicos no mundo que agrêmia pesquisadores temáticos de várias nacionalidades e, também por seu grau de abrangência, é reconhecida pelos pares como mundialmente relevante na pesquisa científica em lazer.

Estão incluídas como prioridades da WLO o compromisso com os benefícios do lazer, a promoção de políticas e legislação específicas, o fortalecimento de lideranças em tal campo de conhecimento e a expansão da cooperação internacional. A Organização está estruturada no desenvolvimento e divulgação de pesquisas sobre o lazer, bem como o apoio a jovens pesquisadores, formação de grupos temáticos de estudos, consultoria e treinamento. Tem sido seu papel promover a necessidade de suporte aos estudos do lazer junto aos setores público, privado e terceiro setor, em conjunto com as ações oriundas da *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization* – UNESCO e da *The United Nations Children's Fund* – UNICEF (WLRA, 2006).

Sobre as ações especificamente com a UN, Edginton (2007) resgata que um compromisso expressivo para a WLO foi se vincular ao *UN Millennium Development Goals* – MDG, visto a relevância global deste projeto por estar comprometido com os objetivos de combate à pobreza, à fome, às doenças, ao analfabetismo, à degradação ambiental e à

discriminação contra a mulher. O autor destaca ainda outras importantes ações vinculadas à WLO no estímulo do estudo científico no lazer em seus 192 países membros, como a publicação da revista indexada *World Leisure Journal*, ISSN 0441-9057.

Quanto à formação em lazer, mantem-se pela WLO Centros de Excelência em Estudos do Lazer denominados *World Leisure's Centre of Excellence* – WICE. Estabelecido inicialmente na *University of Wageningen* na Holanda em 1992, posteriormente foram implantados na China e Estados Unidos da América e são responsáveis pela formação em nível de pós-graduação *stricto sensu* em estudos do lazer.

Os WICE tem sua origem atrelada a pesquisa científica em lazer, com a colaboração de pesquisadores de universidades nacionais e estrangeiras. Em geral, também passam a oferecer programas de mestrado e doutorado com ênfase nos estudos do lazer e são constituídos perante as seguintes bases: a) Pesquisa acadêmica: nas bases teóricas ligadas a lazer, sobretudo nos tópicos cultura, mercado de trabalho e gestão; b) Treinamento e desenvolvimento: educação profissional para estudantes chineses e estrangeiros sobre os diversos tipos e níveis de atuação no mercado profissional de atuação com o lazer; c) Consultorias: proporciona um trabalho de consultoria para departamentos do governo em diversos níveis; d) Planejamento de projetos: desenvolvendo no mercado projetos temáticos; e) Atividades: organizando eventos acadêmicos, cerimônias, seminários; f) Promoção cultural: promovendo entendimento público do lazer e disseminando atividades para a promoção cultural do lazer; g) Informação integrada: estabelecendo um banco de dados de pesquisa em lazer, publicando livros na área e um periódico científico indexado; h) Sistema de avaliação: auxiliando o mercado temático no estabelecimento de critérios para certificação profissional no setor (APCSL, 2008).

Com relação aos congressos mundiais promovidos, o *World Leisure Congress* é organizado desde 1988 pela WLO. A partir de 1996, ganha a dimensão de realização bianual em anos pares. Destaca-se no quadro a seguir as sedes dos referidos eventos:

Ano	Evento	Local
1988	I World Leisure Congress	Lake Louise, Canadá
1991	II World Leisure Congress	Sydney, Austrália
1993	III World Leisure Congress	Jaipur, Índia
1996	IV World Leisure Congress	Cardiff, País de Gales
1998	V World Leisure Congress	São Paulo, Brasil
2000	VI World Leisure Congress	Bilbao, Espanha
2002	VII World Leisure Congress	Kuala Lumpur, Malásia
2004	VIII World Leisure Congress	Brisbane, Austrália
2006	IX World Leisure Congress	Hangzhou, China
2008	X World Leisure Congress	Québec, Canadá
2010	XI World Leisure Congress	Chuncheon, Coreia do Sul
2012	XII World Leisure Congress	Previsto para Rimini, Itália
2014	XIII World Leisure Congress	Previsto para Mobile, EUA

Por ocasião da realização dos Congressos Mundiais de Lazer, é comum a cidade-sede organizar eventos preliminares de preparação com acadêmicos nacionais ou estrangeiros convidados nos estudos do lazer. Desses, pode-se gerar uma declaração ou *consensus* a respeito dos pontos fundamentais de desenvolvimento do lazer que coadunem com a temática estabelecida para o evento.

Como exemplo, destaca-se o *Consensus Symposium on Leisure and the Quality of Life*. O projeto foi idealizado a partir de 2002 por membros da WLO e validado em reuniões em 2003 para então ser iniciado em 2004. Levou dois anos em sua elaboração até ser apresentado em 2006 na China, na forma de um simpósio como preparativo para o Congresso Mundial de Lazer que viria em outubro.

Tinha-se como premissa fundamental no *Consensus Symposium* reunir um grupo de pesquisadores para discutir uma convergência sobre a perspectiva do lazer como elemento fundamental para o desenvolvimento social, cultural e econômico de sociedades desenvolvidas e em desenvolvimento. Entre as questões centrais postuladas, salientam-se: haveria evidência de que o lazer contribui para resultados desejáveis em termos de desenvolvimento, tanto em nível micro (individual) como para macro (população)? Qual seria o grau de certeza de que o lazer tem significativos impactos no desenvolvimento social, cultural e econômico? (JACKSON, 2006).

Assim, foram convidados para o prévio debate pesquisadores internacionais renomados no campo do lazer. Entre eles, destacam-se Karla Henderson, *North Carolina State University, USA*; Geoffrey Godbey, *Pennsylvania State University, USA*; Anthony Veal, *University of Technology, Sydney – Australia*; e Chris Rojek, *Brunel University – UK*. As informações providas do debate foram organizadas por Edgar Jackson, *University of Alberta, Canadá*.

Os dados do *Consensus Symposium on Leisure and the Quality of Life* foram apresentados de 19 a 22 de abril de 2006 na mesma cidade que receberia seis meses depois o congresso mundial: *Hangzhou*. Apresentou-se desse modo quinze comunicações orais produzidas pelos convidados no projeto, todas focadas no tema central “lazer e qualidade de vida”.

O *Symposium* não foi aberto em forma de evento para a comunidade acadêmica em geral, sendo restrito aos quinze apresentadores convidados, um debatedor, três avaliadores internacionais, dois avaliadores chineses e um representante da UNESCO, até porque tinha o objetivo de gerar um projeto que seria apresentado devidamente à comunidade acadêmica no congresso mundial (JACKSON, 2006).

Os resultados do *Consensus Symposium* foram base assim para o documento *Leisure and the quality of life: impacts on social, economic and cultural development*, editado por Edgar Jackson e publicados pela editora oficial da *Zhejiang University*. Segundo o editor, a referida publicação foi entendida como uma opinião coletiva baseada no melhor conhecimento disponível, por convidar *experts* em lazer a trazer pesquisas baseadas em evidências sobre um selecionado número de tópicos-chave (JACKSON, 2006).

Em outubro daquele ano, a cidade de *Hangzhou* sediaria o esperado evento *IX World Leisure Congress*, com a participação de 3000 pesquisadores e apresentação de 380 trabalhos entre comunicações orais e pôsteres. O tema geral foi *Leisure is integral to social, cultural and economic development*. Segundo a organização, o objetivo principal foi o de registrar a cidade de

Hangzhou como uma *International Leisure City*, identificando como o lazer poderia significar uma melhoria da qualidade de vida em termos sociais, culturais e econômicos para a cidade em questão, coincidindo com o tema geral do *World Leisure Conference* (EXPO, 2006).

O exemplo do Congresso Mundial de Lazer na China em 2006 certamente é emblemático para entender a mobilização que um evento acadêmico em nível global pode ter na cidade-sede, deixando como legado um forte aporte de discussão temática que irá influenciar sobremaneira tanto os estudos como as práticas profissionais relacionadas ao lazer. Outros exemplos semelhantes poderiam ser conferidos aqui, como o ocorrido em Québec, Canadá em 2008 e em ChunCheon, Coreia do Sul em 2010.

Para fins de análise nessa exposição, gostaríamos de enfatizar a quinta edição do evento, realizado em São Paulo em 1998 com o tema “Lazer numa sociedade globalizada: inclusão ou exclusão”. Promovido pelo Serviço Social do Comércio – SESC, o Mundial de Lazer foi realizado conjuntamente com o II Encontro Latino-Americano de Tempo Livre e o X Encontro Nacional de Recreação e Lazer – ENAREL.

Deste congresso em São Paulo, foram originadas duas importantes publicações. A primeira foi a divulgação oficial no evento do *São Paulo Declaration: Leisure in a Globalized Society*, documento baseado no artigo 27 da Declaração Universal dos Direitos Humanos em que todas as culturas e sociedades devem reconhecer o direito ao descanso e ao lazer. A declaração de São Paulo foi endossada coletivamente pelos participantes do congresso.

A segunda publicação, de caráter acadêmico, traz nos idiomas português e inglês os textos dos palestrantes no evento, que conta com a participação de nomes como o do brasileiro Milton Santos, do australiano *Anthony Veal*, do italiano *Domenico de Masi* e do inglês *Mike Featherstone*, entre importantes nomes no cenário científico dos estudos do lazer no mundo (LAZER, 2000).

O legado do evento foi uma forte conexão entre a WLO e os pesquisadores latinoamericanos em lazer, refletindo-se num aumento expressivo de novos membros (em especial, brasileiros) e um despertado interesse em participar do próximo evento que viria na sequência, o VI Congresso Mundial de Lazer em Bilbao, Espanha, visto que este adotaria o espanhol como um dos idiomas oficiais. A participação de latinoamericanos seria assim expressiva em Bilbao, com a presença de pesquisadores de diversas partes da América Latina.

No entanto, verifica-se que tal conexão não conseguiu manter a mesma intensidade nos anos seguintes. Sugere-se que as razões para isso envolvem elementos como a barreira do idioma inglês, tanto para participação nos Congressos Mundiais como no acesso ao *Journal* promovido pela WLO; dificuldades financeiras para participação em eventos e renovação anual para membros; resistência à possível relação entre valores globais e identidade regional nos estudos do lazer; entre outros.

Portanto, o objetivo dessa exposição é destacar o excelente potencial da WLO em sua articulação com os estudos temáticos em lazer no Brasil e América Latina. Nesse cenário, implica-se em voltar a fortalecer tal relação, criando expressivos canais de comunicação no campo da pesquisa e incrementando as oportunidades para a participação de latinoamericanos nos mais diversos serviços oferecidos pela Organização.

Referências

APCSL. Asian Pacific Centre for the Study of Leisure. Zhejiang University. Disponível em: <www.apcl.zju.edu.cn>. Acesso em: 10 abr. 2008.

EDGINTON, C. R. The World Leisure Organization: promoting social, cultural and economic transformation. *Revista Licere*, Belo Horizonte, v. 10, n. 2, ago. 2007. Disponível em: <www.eeffto.ufmg.br/licere/pdf/licereV10N02_a2.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2008.

EXPO. World Leisure Expo. Disponível em: <www.worldleisure.org/expo2006>. Acesso em: 13 dez. 2006.

JACKSON, E. L. Setting the stage: introduction to the World Leisure Consensus Symposium on Leisure and the Quality of Life. In: _____. (Ed.) *Leisure and the quality of life: impacts on social, economic and cultural development – Hangzhou Consensus*. Hangzhou, China: Zhejiang University Press, 2006. p. 17-24.

SESC/WLRA. *Lazer numa sociedade globalizada*. São Paulo: SESC/WLRA, 2000.

WLRA. World Leisure and Recreation Association. World Leisure Secretariat. Cedar Falls, USA, University of Northern Iowa, 2006 (Suplemento).

FÓRUM DE ANIMADORES SOCIOCULTURAIS LAZER, HOSPITALIDADE E MEGAEVENTOS: PERSPECTIVAS E IMPLICAÇÕES PARA FORMAÇÃO/ATUAÇÃO PROFISSIONAL

*Coordenadora: Profa. Ms. Débora Alice Machado da Silva
Faculdade de Americana, Associação Educacional Americanense Nível Superior, Curso de
Educação Física
Americana – São Paulo*

A cada ano o Encontro Nacional de Recreação e Lazer (ENAREL) congrega centenas de profissionais das mais variadas áreas, tendo como objetivo compartilhar experiências, conhecimentos e fortalecer o debate da área em nível nacional. Seu caráter multidisciplinar e multiplicador, bem como seu princípio itinerante democratizam esse debate, além de colocar em evidência temas atuais relacionados às políticas públicas setoriais em que o lazer está inserido. Configura-se, assim, como ponto de encontro de estudantes, animadores, pesquisadores e gestores.

Em 2010, o ENAREL se articula ao projeto dos Megaeventos Esportivos, buscando “celebrar a hospitalidade como tema do evento que propõe discutir e vivenciar experiências teórico-práticas que valorizem a dimensão sociocultural-política-educativa do Lazer e do Turismo”(ENAREL, 2010).

Os encontros institucionais fazem parte das várias atividades desenvolvidas no ENAREL. E, em 2010, aceitamos o convite para coordenar o Fórum de Animadores Socioculturais, fato que não poderia prescindir da retomada das discussões até então realizadas.

O Encontro de Animadores teve início no ENAREL de 2005, com a finalidade de ser um espaço de troca de conhecimentos e experiências. Foi coordenado pelo Grupo de Pesquisa em Lazer (GPL), com a temática “A FALSA DICOTOMIA TEORIA E PRÁTICA E SUA RELAÇÃO COM A ÉTICA, NA ATUAÇÃO DO ANIMADOR SOCIOCULTURAL”. O debate inicial enfatizou a necessidade de considerar a atuação a partir do ponto de vista da “práxis”, superando a falsa dicotomia teoria-prática, que só poderia se consolidar na medida em que conteúdo e forma, discurso e ação, ética e estética caminhassem juntos. Pela primeira vez, a convite dos organizadores do encontro, a Associação Brasileira de Recriadores (ABRE) participa institucionalmente do ENAREL.

Em 2006, o encontro foi organizado pela ABRE a partir do tema: “OS CAMPOS DE ATUAÇÃO NO ESPAÇO URBANO PARA ANIMADORES SOCIOCULTURAIS E A INFLUENCIA DAS NOVAS TECNOLOGIAS NA DINÂMICA DO LAZER E DO ENTRETENIMENTO NO PAÍS”. O objetivo do encontro foi discutir a atuação

dos animadores socioculturais em equipamentos de lazer, no espaço urbano; e, refletir a respeito da influência das novas tecnologias na criação e execução de programas recreativos.

Em 2007, o encontro foi realizado pela Sociedade Catarinense de Profissionais do Lazer – SC LAZER dando ênfase a necessidade de organização de associações regionais que promovam o debate e o desenvolvimento da área nessas localidades.

Em 2008, o encontro foi organizado novamente pela ABRE, com o tema “NECESSIDADE DE ORGANIZAÇÃO PROFISSIONAL DOS RECREADORES: POSSIBILIDADES OU UTOPIA?”, cujo objetivo foi estimular a organização profissional por meio de associações e/ou entidades na busca da valorização do lazer, da recreação e da animação sociocultural nas diferentes regiões e ambientes de atuação profissional.

Em 2009, o encontro é novamente organizado pela ABRE com o tema “DIVERSIDADE NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO RECREADOR: NOVAS HABILIDADES E COMPETÊNCIAS A FAVOR DA INOVAÇÃO E DIFERENCIAÇÃO”, cuja ênfase foi dada as competências profissionais requeridas pelo mercado de trabalho.

Enfim, chegamos a 2010, modifica-se a proposta de Encontro para realização de um Fórum, com o tema “LAZER, HOSPITALIDADE E MEGAEVENTOS: PERSPECTIVAS E IMPLICAÇÕES PARA FORMAÇÃO/ATUAÇÃO PROFISSIONAL”, cujo objetivo é debater o tema em questão, enfatizando as possibilidades e implicações para atuação na área.

Estamos diante de um projeto ousado, que se coloca com a assunção da realização dos Jogos Mundiais Militares de 2011, da Copa das Confederações de 2013, da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016 no Brasil. **Dentre os vários desafios que decorrem de tal projeto, vamos tratar no Fórum de Animadores Socioculturais do ENAREL-2010 das perspectivas e implicações de tais eventos na atuação dos profissionais que atuam no campo do lazer, buscando articular o ponto de vista de animadores, professores que se dedicam formação de animadores e gestores com visão das demandas de mercado profissional.**

Antes de iniciarmos a incursão sobre o tema “Lazer, hospitalidade e megaeventos: implicações para formação/atuação profissional” destacamos dois aspectos, tão ousados quanto o projeto que se apresenta: (1) o impacto de tais megaeventos no país não pode ser medido apenas por indicadores econômicos e estruturais, de tal sorte que **enfatizaremos em nossa reflexão os indicadores ligados ao “capital social” e ao “capital humano”;** (2) o planejamento dos legados de tais eventos passa pela vontade política e capacidade de articulação entre os setores público, privado e o terceiro setor. **Explicitando o planejamento dos legados por meio de um sistema de governança e de gestão eficaz e transparente que repercuta efetivamente para população.**

Portanto, as considerações que procuramos tecer nesse encontro focam o debate a respeito das perspectivas e implicações que os megaeventos acarretam para atuação do animador sociocultural, dando ênfase a dimensão da **hospitalidade e a construção de**

indicadores relacionados ao “capital social” e ao “capital humano”.

Por “capital social” entendemos “o sentimento que as pessoas têm em relação aos jogos o que em grande medida depende da capacidade em se mostrar o não esbanjamento de recursos econômicos” (PREUSS, 2008). Refere-se, assim, as práticas sociais, normas e relações de confiança entre os cidadãos (ampliando o envolvimento da sociedade civil numa proposta desta natureza, não apenas pela difusão de informações via meios de comunicação de massa, disseminação e incentivo ao debate em redes de reciprocidade e compartilhamento, como a que agrega os animadores, monitores, recreadores e demais profissionais que atuam no lazer.

Eis aqui uma questão que vem sendo debatida desde o primeiro encontro de animadores: **a consolidação de uma rede capaz de articular os profissionais e suas demandas, compartilhar conhecimentos e informações buscando uma constante interlocução com pesquisadores, representantes do poder público e dos vários segmentos do mercado. Uma estratégia para analisar os impactos dos megaeventos no campo do lazer, mas, principalmente uma alternativa para buscarmos alavancar o diálogo e fomentar estratégias de desenvolvimento profissional na área.**

Já o “capital humano” é por nós entendido como “um conjunto de habilidades, experiências e posição social que determinam a ação individual” (PREUSS, 2008), reunindo, por meio da aprendizagem de competências culturais, informacionais e simbólicas, muitas que possam contribuir para alcançarmos respostas coletivas em um mundo cada vez mais complexo.

Aqui, verificamos a necessidade promover o debate a respeito dos fatores que influenciam a qualidade do capital humano no campo do lazer, a partir da **análise de indicadores relacionados: a estrutura de recursos humanos que hoje atua no campo do lazer, a remuneração, aos benefícios profissionais, ao absenteísmo e rotatividade, aos processos de recrutamento e seleção, a formação continuada, às relações trabalhistas e à relação de projeto pessoal e profissional, de forma a superarmos os abismos existentes na área.**

O “capital social” é o que interconecta as várias formas de “capital humano”. Destacamos aqui, que mesmo considerando a crítica ao uso dos termos, que compartilhamos em certa medida, não os negamos categoricamente por compreender sua prevalência no sistema social em que estamos inseridos, seja pelas tradicionais relações de mercado, ou ainda, pelo fortalecimento do “capitalismo de estado” em âmbito internacional. Portanto, sendo hegemônico é necessário compreendermos tais conceitos e não apenas promover sua negação.

Outro elemento a considerar é a relação formação/atuação profissional em que ainda prevalece, o isolamento de disciplinas de recreação e lazer (ISAYAMA, STOPPA E WERNECK, 2001), associadas ao desenvolvimento restrito de atividades recreativas.

Nesse sentido, surge um campo de articulação entre animadores e professores, com a possibilidade de **reavaliação do conteúdo dos cursos de graduação junto às**

instituições de ensino superior públicas e privadas, considerando a associação de quatro disciplinas centrais para a ampliação do debate: Estudos do Lazer, Práticas de Animação específicas de cada campo de interesse (físico-esportivo, social, intelectual, manual, artístico e turístico), Planejamento e Gestão de Políticas Culturais e, principalmente a questão do lazer como direito, analisado a partir de disciplinas como Políticas Públicas de Esporte e Lazer, Turismo e Lazer, Educação e Lazer, Saúde e Lazer enfim, garantindo a intersectorialidade como princípio na formação e, possibilidade, da atuação profissional.

Agregamos a isso a necessidade de iniciarmos o debate a respeito da organização de um sistema de animação sociocultural, prezando pelas condições de trabalho dos profissionais que o integram. Uma vez que a breve análise da área tem demonstrado a precarização das condições de trabalho e dos salários, tanto no setor público, como no setor privado e terceiro setor, existindo significativa parcela dos envolvidos que ainda exercem sua profissão no campo da informalidade.

A partir dessas considerações, abrimos o debate do Fórum de Animadores com a contribuição dos convidados: Profa. Olívia Ribeiro, Prof. Paulo de Matos, Prof. André Benatti de Andrade e Prof. Ailton Silva.

As falas convergem para os objetivos inicialmente apresentados, ou seja: a organização de uma rede de animadores e o mapeamento das áreas, limites e competências de atuação, de forma a conseguirmos reconhecer o “capital humano” dessa área, superando o tão presente uso da animação como “bico” ou “trabalho temporário”, o que exige a luta pela construção de marcos legais relativos às demandas relacionadas à animação sociocultural, em âmbito municipal e estadual, para depois compreendermos as possibilidades de uma rede nacional.

Alguns movimentos de profissionais que atuam no campo da animação, podem ser vistos no Rio de Janeiro onde, desde 2007, com o projeto de lei n.1037, existe um debate a respeito da criação da carreira de animador na rede pública de ensino. Ao analisar a especificidade de cada município, podemos alcançar um melhor entendimento a respeito da vocação de animação em cada Estado e/ou região, considerando a diversidade brasileira.

Talvez a partir desse debate, possamos falar em nossos legados como animadores e, em legados no campo da animação sociocultural. Recorrendo a Bourdier (1990) entendemos que o papel do caráter descontínuo da aculturação é o gerador do “capital cultural”, uma vez que a cultura não pode ser entendida de maneira determinística, mas como um caminho a ser cultivado pelos sujeitos históricos e práticos, de forma que o “capital cultural” não se limite a uma estratégia hegemônica a ser reproduzida, mas sendo passível de ser tratado em sua diversidade.

Para Bourdieu (1990) o capital cultural é entendido como reprodução dos símbolos e significantes dominantes. Constituem, portanto um conjunto de valores que influenciam a toma da decisão da posição no campo, uma vez que tenham sido internalizados.

Apontamentos para um debate em andamento...

O debate iniciado nesse Fórum aponta questões que repercutem no planejamento de legados dos Megaeventos Esportivos, necessariamente relacionado à implementação de políticas públicas focadas no desenvolvimento do lazer e demais políticas setoriais, cujo retorno necessita repercutir, efetivamente, para o cidadão.

Ao agregar aos megaeventos às políticas públicas que priorizem, tal como afirma Marcellino (1996, 2001, 2008): (1) a formação e desenvolvimento de quadros; (2) a implementação de uma política de animação contínua e focada nas especificidades locais e de acesso à todos; (3) o reordenamento do tempo e a garantia de condições de trabalho, para além (4) da políticas de espaços e equipamentos; temos condições de falar na construção de legados, caso contrário ainda estamos falando de uma política de privilégio para determinados segmentos. “A política pública é o que une, e é o foco central das vertentes do planejamento e da produção de megaeventos esportivos” (PREUSS, 2008), e não o contrário.

O legado, em nosso entendimento, se constrói a partir da consideração dos benefícios em relação aos prejuízos, levando em conta as reais necessidades da população. “Isso implica olhar crítico, criativo e sensível a respeito da cidade, com consciência da diversidade de seu povo e do direito que todos têm ao esporte e ao lazer, garantido pela Constituição Federal de 1988” (RODRIGUES, 2008, p.24).

A perspectiva dos Megaeventos Esportivos convida a **projetos coletivos estruturados a partir de redes de interesse e compartilhamento**, representa a possibilidade de ampliar o diálogo com o poder público e o setor privado, gerando novas conquistas para atuação no campo do lazer, avanços que tem em vista consolidá-lo como direito social. Eis o desafio!

Referências

- BOURDIEU, P. *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- ISAYAMA, H. F.; WERNECK, C.L.G.; STOPPA, E. A. *Lazer e mercado*. Campinas: Editora Papyrus, 2001.
- ENAREL. Site. Disponível em: <http://www.enarel2010.com.br/> Consultado em: 08/08/2010.
- MARCELLINO, N. C. *Políticas públicas setoriais de lazer: o papel das prefeituras*. Campinas: Autores Associados, 1996.
- _____. *Lazer & esportes: políticas públicas*. Campinas: Autores Associados, 2001.
- _____. *Políticas públicas de lazer*. Campinas, Alínea, 2008.
- PAIVA, Vanilda. Sobre o conceito de capital humano. *Cadernos de Pesquisa* (Fundação Carlos Chagas), São Paulo, v. 113, p. 185-192, 2001.

PREUSS, H. Impacto econômico de megaeventos: Copa do Mundo de Futebol e Jogos Olímpicos. IN: DA COSTA, L.P. et al. *Legados de megaeventos esportivos*. Brasília: Ministério do Esporte, 2008.

RODRIGUES, R. Subsídios para pensar legados de megaeventos esportivos em seus tempos presente, passado e futuro. IN: DA COSTA, L.P. et al. *Legados de megaeventos esportivos*. Brasília: Ministério do Esporte, 2008.

HOSPITALIDADE E MEGAEVENTOS: POSSIBILIDADES PARA AS CIDADES, PARA OS TURISTAS E IMPLICAÇÕES PARA FORMAÇÃO/ ATUAÇÃO DE PROFISSIONAIS

*Profa. Doutoranda Olívia Ribeiro
Pós Graduação da Unicamp – São Paulo*

*Prof. Paulo de Matos Júnior
Proprietário das empresas Topo Corporativo e Topo do Mundo
Faculdade de Jaguariúna – São Paulo*

A hospitalidade pode ser considerada como o “ato humano, exercido em contexto doméstico, público ou profissional, de recepcionar, hospedar, alimentar e entreter pessoas temporariamente deslocadas de seu habitat” (CAMARGO, 2003, p. 19).

Desta forma, os megaeventos possibilitam ao turista vivenciar a hospitalidade nos diversos espaços da cidade e necessitam, para isto, profissionais de diferentes áreas. Seria importante que houvesse, neste sentido, uma política pública que trouxesse, entre outros fatores, “a qualidade de vida da comunidade local e, em consequência, dos turistas” (GASTAL; MOESCH, 2007, p. 55).

O planejamento urbano do lazer e do turismo, nas localidades onde acontecerão os megaeventos, pode proporcionar experiências para que a cidade seja agradável e hospitaleira para o turista, mas isto só acontecerá se também for para o cidadão. A experiência da cidade de Curitiba mostra este resultado concreto. É necessário que este planejamento atenda a todos os cidadãos, de todas as classes sociais e raízes culturais em suas vivências de lazer, como pontuam Gastal e Moesch (2007). Desta forma, o desenvolvimento do turismo e do lazer daquela cidade poderá se estender mesmo depois do término dos eventos. Como poderíamos então, pensar a formação do profissional do lazer neste contexto?

O profissional que atua no lazer necessita, por exemplo, (re)conhecer a cidade, identificar as políticas públicas de esporte, lazer e de turismo. Indispensável, ainda, utilizar os conhecimentos da hospitalidade para exercitar a alteridade, de respeitar as diferenças, estabelecendo parâmetros de tolerância, respeito e reciprocidade não só com os visitantes, mas também, com os habitantes da localidade onde acontecerão os megaeventos.

Lazer e megaeventos: implicações para formação/atuação de profissionais

A questão da formação profissional inicial e continuada desempenha papel central na construção desses legados, exigência que precisa superar a superespecialização e agregar outras questões que potencializem o desenvolvimento profissional com vista ao compromisso da construção de legados.

Quais os conteúdos são necessários? Entendemos que a formação deve ir além da formação especializada, por meio de **conteúdos interdisciplinares**. Uma formação que considere os **conhecimentos da animação sociocultural** que os cursos de turismo, hotelaria, educação física já contemplam, **mas também, os conhecimentos da própria hospitalidade, da história, da antropologia, da psicologia, da política mostrando a capacidade de articular estes conhecimentos na prática profissional.**

O reconhecimento dos limites da atuação dos profissionais que atuam no campo do lazer no Brasil está intimamente ligado à necessária análise dos projetos de formação inicial, das grades curriculares nos cursos que tradicionalmente incluem o debate a respeito do lazer, bem como dos cursos de formação continuada. **Uma formação que trate o lazer a partir de um entendimento restrito tende a restringir o próprio campo de atuação profissional que passa a estar limitado ao domínio e reprodução de determinadas práticas.**

Os megaeventos programados para o Brasil, nos próximos 6 anos talvez sejam uma oportunidade para reavaliação dessas deficiências, uma vez que diversas esferas da sociedade têm interesse que nosso país possa realizar um grande espetáculo e se mostrar para o restante do mundo. Mas talvez **todos os esforços e discussões devam realmente girar em torno da perspectiva do legado, ou seja, o que fica para o país e sua sociedade em termos de melhorias? Quais as repercussões de tais eventos para valorização do “capital social” e do “capital humano”?** Essas repercussões são capazes de promover o **“capital cultural” brasileiro?**

Desde já é possível acompanhar os primeiros movimentos das esferas políticas e acadêmicas. É evidente que no meio jornalístico e, conseqüentemente, com a população em geral, só se discute as obras e enormes investimentos. Ou seja, a estrutura física acaba sendo um aspecto do legado. Mas o que dizer da percepção dos brasileiros e turistas em relação aos megaeventos? O que dizer do **“capital humano”?** Que este último tem se mostrado insuficiente as demandas atuais de mercado, não existem dúvidas. Mas como orientar os trabalhos?

Em primeiro lugar, imaginamos que seja de **fundamental importância realizar um levantamento desses limites**, para em seguida orientar os esforços nesses pontos. Ao mesmo tempo em que tal ação é necessária, **impõe o esforço sistemático e objetivo de grupos de interesses, universidades, empresas e do próprio animador.**

Entre os principais limites, destacamos as lacunas existentes na formação e a desvalorização do profissional no mercado de trabalho, sendo que uma mudança no segundo ponto depende também do debate em torno da formação inicial.

Hoje vemos temas relacionados ao lazer na formação de profissionais, **especialmente nos cursos de Educação Física, Turismo, Hotelaria**, mas também nas áreas artísticas. Esta formação tem um viés histórico associado à prática esportiva nos cursos de educação física, e outro, totalmente direcionado a demanda do segmento hoteleiro nos cursos de Turismo e Hotelaria. Porém **deverá ser defendida uma formação mais**

abrangente, com foco nos aspectos sociológicos e culturais acerca do fenômeno lazer, assim como uma vivência prática de qualidade.

Já a desvalorização profissional no mercado de trabalho tem alguns aspectos mais complexos, mas tem origem na restrita oferta de profissionais sem formação alguma, nas condições precárias de trabalho oferecidas pelos contratantes, não de forma generalizada, mas majoritária, que vêm nesses profissionais alguém facilmente substituível, uma mão de obra barata.

Há de se considerar também o fato de que a função do animador sociocultural, também chamado recreacionista, ou mesmo, monitor dependendo do contexto, é entendida como a única possibilidade de atuação do profissional, com o agravante de ser considerada uma função temporária, ou mesmo “bico de final de semana”, o que implica necessariamente em pouca preocupação em relação a uma formação mais ampla e abrangente. **Ampliar os horizontes para esses profissionais, criando condições para que a função se torne uma possibilidade de profissão, com reconhecimento, valorização, plano de carreira e outros aspectos encontrados em profissões já reconhecidas.**

As políticas públicas e privadas, portanto, têm um papel essencial, e a realização dos megaeventos constituem uma oportunidade de estabelecer um legado do ponto de vista de formação profissional com a criação, por exemplo, de **Centros de Formação Continuada, Centros de Formação Técnica e/ou Redes de Educação à Distância, voltados à animação sociocultural, seja pelo poder público e/ou pela iniciativa privada.**

Não menos importante é considerar a necessidade de **mudança da visão que existe por parte das instituições turísticas e hoteleiras, hoje os maiores contratantes dos profissionais**, assim como as prefeituras, responsáveis pelos programas públicos de lazer nos municípios. De forma que consigamos superar os ranços “ocupacionais” e “assistenciais” que são sistematicamente associados ao lazer. É preciso **promover o debate entre animadores, animadores e pesquisadores, animadores e gestores, animadores e políticos, de forma que sejamos capazes de agregar a prática profissional o trato do lazer como um direito social**, na mesma medida em que ele é tratado como produto da indústria cultural.

Referências

- CAMARGO, L. O. L. Os domínios da hospitalidade. In: DENCKER, A.F.M.; BUENO, M. S. (Org.). *Hospitalidade: cenários e oportunidades*. São Paulo: Pineira Thomson Learning, 2003.
- GASTAL, S. MOESCH, M. M. *Turismo, políticas públicas e cidadania*. São Paulo: Aleph, 2007.

LAZER, HOSPITALIDADE E MEGAEVENTOS: O PONTO DE VISTA DO PROFISSIONAL QUE ATUA NO LAZER

Prof. Mestrando André Benatti de Andrade
Grupo de Pesquisa em Lazer – GPL/Unimep – Piracicaba – São Paulo
Docente do Centro Regional Universitário de Espírito Santo do Pinhal e Centro
Universitário Senac
Proprietário da empresa Clube da Recreação e

Prof. Ailton Silva
Sócio Proprietário da empresa Gestão Mix

Não é tarefa nada fácil relacionar a questão do lazer, da hospitalidade e dos megaeventos esportivos à prática profissional como animador. Em primeiro momento, pois a evidência recente dos temas parece ainda não ter sido suficientemente apropriada pelos profissionais que não estão diretamente ligados aos projetos em questão.

A difusão do debate ainda está centrada nos meios de comunicação, distante das grades curriculares, dos cursos de formação continuada e do debate conduzido pelos governos municipais. Mas **de que forma podemos fomentar o debate e ampliar o envolvimento não apenas de profissionais, mas da própria população em tais propostas? Quais as perspectivas para atuação do profissional que atua no campo do lazer?**

Visualizamos algumas possibilidades de **envolvimento**, mas aqui vamos destacar três delas: (1) a que se dá no nível da **instituição em que o animador atua** (hotel, acampamento, clube, escola, SESI, SESC,...); (2) o contexto da **cidade onde atua**; (3) as possibilidades de **articulação na região em que atua**.

Os impactos dos megaeventos esportivos já podem ser sentidos, especialmente nos municípios sede e em outros municípios como no caso da Campinas, Atibaia. A destinação de verbas públicas, o debate em universidades, a reorientação de projetos institucionais. A formação muitas vezes não contempla o conjunto complexo das questões do campo de atuação, **o desafio que se coloca ao profissional é o de manter-se atualizado, ao mesmo tempo em que empreende em sua área específica (esporte, turismo, hotelaria...)**. Esse tema será aprofundado mais adiante.

No que diz respeito ao **envolvimento institucional**, o primeiro aspecto a ser considerado é o aprimoramento de sua própria prática, por meio da articulação entre o que já se desenvolve e os novos projetos que se apresentam, buscando refletir sobre os legados num nível individual e institucional. Nesse sentido, **o contato direto com o público permanente e com os turistas também são fundamentais para construção do “capital social” positivo, na medida em que a imagem dos megaeventos se constrói na relação entre o que foi divulgado e o que foi vivido e encontrado, pela população e turistas, antes, durante e após os megaeventos, o que denota a qualidade e o nível de interação entre os eventos e as políticas públicas.**

A segunda possibilidade de envolvimento se refere à **visão que o animador tem de sua cidade, ou seja, quais as possibilidades que identifica para potencializar sua intervenção institucional**, estabelecendo parcerias entre o setor privado, o público e o terceiro setor.

A terceira possibilidade convida o animador a **organizar sua atuação levando em conta a característica de sua região, por exemplo, se está incluído no circuito das águas, das flores, das frutas, de ciência e tecnologia, de cidades históricas, enfim, reconhecendo a especificidade de sua região, articulando-se com seus pares visando a estruturação de redes de compartilhamento.**

Visualizamos, assim, a possibilidade dos profissionais que atuam no lazer contribuírem com a construção de legados não somente de maneira individual, mas articulando-se em suas regiões sejam elas sedes, sub-sedes, ou ainda regiões, turísticas que podem receber de maneira indireta aos participantes de tal evento. **Promovendo debates e elaborando propostas, fomentando a discussão em suas instituições, nas câmaras municipais e buscando parcerias com o poder público e terceiro setor.**

O esporte ganha destaque nos projetos que se apresentam, além disso, é por muitos autores destacado como tema relevante no contexto social e cultural da humanidade, Galdino (2005), afirma que o esporte “é o maior fenômeno mundial do fim do século passado e, por que não arriscar, também deste início do século!”, ao mesmo tempo não podemos negar que esse também se configura como um campo de disputas políticas, o que implica certa dificuldade para ampliação do debate.

A formação inicial é o ponto de partida, mas cabe a cada profissional o constante aperfeiçoamento de seus conhecimentos técnicos, o envolvimento em órgãos representativos de sua área e a luta por melhores condições de trabalho. Com a questão dos megaeventos o aprendizado de outro idioma, ancorado numa base consistente de conhecimentos gerais e pode ser ainda outro diferencial no que tange a empregabilidade.

A atuação do animador está inserida num contexto mais amplo, que merece ser considerado como campo de atuação estratégica, não apenas para contribuir com a realização dos megaeventos, mas no sentido de construir legados individuais e coletivos, trazendo benefícios reais aos que participam como turistas e, principalmente, a população local.

Acreditamos no potencial e no papel da animação sociocultural para o desenvolvimento do “capital social” e do “capital humano”, gerando a partir dos megaeventos oportunidades de desenvolvimento profissional e a ampliação das possibilidades para consolidação da área.

Lazer e megaeventos: empreender individual e coletivamente construindo legados

Traçar metas, atualizar conhecimentos, ser inteligente, do ponto de vista intelectual e emocional, conhecer teorias de administração (financeiro, marketing, contabilidade

e outros), de qualidade e gestão (pessoas e recursos) são mudanças decorrentes da globalização e da revolução da informação. O animador sociocultural deve estar atento e conhecer melhor essas ferramentas, estratégias e conceitos e utiliza-los na sua vida profissional e no seu dia-a-dia a fim de obter melhores resultados.

Empreendedorismo hoje ajuda diretamente a economia de um país a crescer, é considerado como o principal fator promotor do desenvolvimento econômico de uma nação. Ele faz a “máquina” rodar. Gera empregos, cria e inovam o mercado com novos produtos e serviços diferenciados a serem comercializados por pessoas ou empresas, gerando crescimento para todos.

Por meados dos séculos XVII e XVIII, na França, surge a palavra “*entrepreneur*”, com o objetivo de designar aquelas pessoas ousadas que estimulavam o progresso econômico, mediante novas e melhores formas de agir. Surgia a partir de então a palavra empreendedor. A palavra empreendedorismo foi utilizada pelo economista Joseph Schumpeter em 1950. Para Peter Drucker, considerado o pai da administração moderna, empreendedor é “a pessoa que inicia e/ou opera um negócio para realizar uma ideia ou projeto pessoal assumindo riscos e responsabilidades e inovando continuamente”. Hoje a palavra empreendedor ganha novos formatos. Empreendedor é o termo utilizado para qualificar, ou especificar, principalmente, aquele indivíduo que tem um espírito inovador, cria compulsivamente ideias, produtos e serviços, motivado sempre pela auto realização. Para se tornar um empreendedor de sucesso, é preciso reunir várias características e habilidades, como por exemplo: ser oportunista, imaginação acentuada, determinação, organização, visionário, tomar decisões claras e objetivas, liderar e ter bom relacionamento com as pessoas, ter conhecer tecnicamente etapas e processos e muitos outros.

O empreendedor - neste caso iremos denominá-lo de animador empreendedor - deve focalizar o aprendizado nos quatros pilares da educação: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser, e com isso, ser capaz de tomar a decisão certa frente à oportunidade existente.

Hoje, fala-se do “Capital Intelectual” que nada mais é do que: conhecimento, experiência, especialização. Ferramentas ou estratégias utilizadas para se ter sucesso e ser competitivo no mercado atual. A mão-de-obra passa a ser cabeça-de-obra. É o conhecimento e a capacidade gerando novas ideias. O foco está nas pessoas. Assim, o perfil do profissional de sucesso que lidera suas concepções e suas atitudes está em pessoas que conseguem harmonizar esforços individuais ou coletivos e que criam algo novo e criativo.

Segundo Chiavenato, em seu livro “Gerenciando pessoas” (CHIAVENATO IN KRAUSE, 2007, p.59), “*a era da informação está tornando o trabalho cada vez menos físico e muscular e cada vez mais cerebral e mental. A atividade humana está deixando de ser repetitiva e imitativa para ser cada vez mais criativa e inovadora. [...] Cada pessoa é uma cabeça, uma inteligência a serviço da organização e não um simples conjunto de músculos e habilidades físicas. [...] A diversidade está em alta. As pessoas estão deixando de ser meros recursos produtivos para ser o capital humano da organização*”.

O animador empreendedor deve e tem que ter um novo olhar sobre o mundo à medida que presencia a evolução. Valoriza suas experiências, valoriza seu valor, é algo

fundamental para suas tomadas de decisões acertadas, claras e objetivas. Abre novas trilhas, até então pouco exploradas, cultiva novos conhecimentos, define objetivos e dá o primeiro passo em busca de colocar em prática suas ideias.

Novas habilidades vêm sendo exigidas dos profissionais de lazer e de recreação, isso inclui os animadores. Com essas novas habilidades da área da gestão, mas precisamente do empreendedorismo o animador poderá enfrentar a globalização com responsabilidade, competência e autonomia.

Em nossa proposta de discussão iremos tratar de conceitos modernos e atualizados no processo de empreendedorismo da animação e da recreação. Abordaremos perspectivas e valores em cima de temas como: ser um empreendedor de sucesso, as características e o perfil de um empreendedor, os tipos de empreendedorismo, empreender na minha profissão e no meu local de trabalho. Além de abordar temas diretamente ligados ao empreendedorismo como: motivação, liderança, oportunidades de mercado e outros.

Referências

- CAETANO M. N. *O voo do camaleão*. São Paulo: Scortecci Editora, 2006.
- GERBER, Michael E. *Empreender fazendo a diferença*. São Paulo: Fundamento Educacional, 2004.
- _____. *Mito do empreendedor*. São Paulo: Saraiva, 1996.
- HASHIMOTO, Marcos. *Espírito empreendedor nas organizações*. São Paulo: Saraiva, 2005.
- CHIAVENATO, Idalberto. *Recursos humanos*. São Paulo: Atlas, 1994.
- EMPINOTTI, Moacir. *Os valores e serviços da pessoa humana*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1994.
- GERBER, Michael E. *O mito do empreendedor: como fazer de seu empreendimento um negócio bem sucedido*. São Paulo: Saraiva, 1996.
- GERBER, Michael E. *Empreender fazendo a diferença*. São Paulo: Fundamento Educacional, 2004.
- LEITE, Emanuel. *O fenômeno do empreendedorismo: criando riquezas*. Recife: Bagaço, 2000.

FÓRUM DOS GESTORES

OS MEGAEVENTOS E A CONSTRUÇÃO DE CIDADES HOSPITALEIRAS

*Coordenadores: Eduardo Tadeu Costa
Prefeitura de São Bernardo do Campo-SP*

*Paulo Henrique dos Santos
Prefeitura de São Bernardo do Campo-SP*

*Reinaldo Pacheco
USP – São Paulo-SP*

Vive-se no Brasil um momento com muitos comentários em torno da questão dos megaeventos. No entanto, nos parece que há um hiato entre muitos, até excessivos, veiculados pela grande mídia e a efetiva discussão acadêmica sobre os significados e os impactos que estes eventos poderão causar no âmbito das cidades-sede, da região e do país.

Por isso, ao sediar, no período de 24 a 27 de março deste ano de 2010, o 9º Seminário Nacional de Políticas Públicas no ABC Paulista — em São Bernardo do Campo — propusemos um espaço de debates, interessado no estudo e na gestão do Lazer. A temática proposta neste Seminário, em sua gênese, apontou para a dimensão do esporte de lazer como preocupação central, desenvolvendo o tema “Brasil 2016: A Olimpíada e os impactos desejados nas políticas públicas de esporte e lazer das cidades brasileiras”.

As 831 pessoas inscritas, oriundas de diferentes localidades da região metropolitana de São Paulo, do interior paulista bem como representantes de 16 estados da nação, dialogaram com várias autoridades e especialistas, gestores e pesquisadores, convidados a contribuir nesta empreitada.

O diálogo considerou diversas perspectivas: a de representantes de países sedes das Olimpíadas, da academia, das três instâncias de governo e da sociedade civil organizada.

Numa perspectiva de ampliar as contribuições desses participantes, contando com a colaboração das integrantes da Comissão de Avaliação do Evento Ana Rosa da Rosa Fonseca e Silvana Regina Echer, discutimos, com os participantes, a seguinte questão: *Na sua opinião, quais seriam os impactos desejados nas cidades brasileiras, com a realização da Olimpíada 2016?*

A pergunta obteve resposta escrita de 61 participantes, de 21 cidades brasileiras, destes 25% eram de São Bernardo do Campo, 13% de Santo André, 12% de São Paulo, seguido por Mauá, Diadema e Salvador, com 5 % cada. Há, entre os respondentes, o consenso de que a Olimpíada 2016 poderá gerar desenvolvimento para o Brasil. Os itens elencados abaixo constituem-se na síntese das respostas que mais apareceram nos formulários e foram divididos considerando os impactos por áreas.

Desenvolvimento Esportivo:

Desenvolvimento de educação olímpica. Estimulo a prática esportiva/ oportunidades para todas as idades. Desenvolvimento da consciência do direito ao esporte e lazer. Criação e construção de centros esportivos. Investimento maior nos atletas e na descoberta de novos talentos. Viabilização de meios para o acesso ao esporte e lazer para todos. Revisão do calendário do esporte nacional. Diagnóstico do potencial esportivo regional. Formação esportiva contínua/formação profissional. Desenvolvimento de centros de pesquisa/ Ciência e Tecnologia em todas as regiões Desenvolvimento de ações educativas. Fomento à cultura de esporte e lazer. Garantia de acesso à prática esportiva a todas as idades e níveis. Valorização do esporte na escola/Mudança de paradigma da Educação Física Escolar . Garantia do acesso dos deficientes ao esporte. Valorização de atletas, técnicos, profissionais e professores da Educação Física. Envolvimento das universidades envolvidas com o legado do esporte. Aumento dos investimentos no esporte. Promoção do desenvolvimento esportivo. Fomento de mais modalidades esportivas. Envolvimento e participação da população (profissionais, acadêmicos, gestores e agentes).

Desenvolvimento Social:

Redução de desigualdades. Contribuição para uma sociedade mais justa. Inclusão social. Exercício de cidadania. Transformação social – comportamentos e relações. Acessibilidade para deficientes nos espaços e equipamentos.

Desenvolvimento Cultural:

Fomento de todos os campos da cultura. Promoção do lazer, saúde, qualidade de vida, segurança, educação. Fomento do lazer ativo/combate ao sedentarismo/hábitos. Valores éticos, mudanças culturais e humanização. Valorização da educação física escolar. Conscientização. Ampliação de conhecimentos. Cuidado com o patrimônio. Preservação da memória. Reflexão sobre a importância do lúdico no processo educativo pelo e para o esporte. Maior visibilidade de nossas práticas culturais tradicionais. Criação de centros culturais.

Desenvolvimento Ambiental:

Educação ambiental. Uso/apropriação e preservação de espaços e equipamentos. Melhorias nas estradas, ruas, transporte coletivo, hotelaria, habitação, saneamento. Regeneração urbana.

Desenvolvimento Político:

Mudança do conceito de que esporte e lazer são supérfluos na vida das pessoas. Ampliação do orçamento público para esporte e lazer (3%). Ampliação programas de inclusão e desenvolvimento humano. Revisão das políticas municipais. Transparência,

responsabilidade e ética nas políticas públicas. Reconhecimento da Marca Brasil, projeção da imagem do país em outras nações. Articulação dos programas de esporte e lazer às macro políticas. Investimento na formação de gestores e planejamentos das políticas. Controle social das políticas públicas. Garantia da execução do Planejamento Rio 2016.

Desenvolvimento Econômico:

Ampliação de emprego e geração de renda. Compra de equipamentos esportivos, de segurança, de telecomunicações, informática. Desenvolvimento industrial e comercial. Sustentabilidade. Crescimento do turismo. Consciência dos empresários para apoios e patrocínios de esporte e lazer.

Nessa categorização, optou-se pelo foco “desenvolvimento” cuja concepção ampliada e positiva abrange tanto aspectos esportivos como econômicos, ambientais, sociais, culturais e políticos. A diversidade de abordagens se refere à relevância do evento e aos seus desdobramentos.

Segundo os respondentes, o maior número de possibilidades de impacto das Olimpíadas 2016 nas cidades brasileiras foi na linha do desenvolvimento esportivo, considerando a temática do evento e a formação da maioria dos participantes. A partir da listagem acima, verifica-se que as Olimpíadas podem criar uma cultura esportiva no país tendo a educação como propulsora desta cultura, mas, para tanto, é preciso que essas intenções, após estudos de viabilidade, sejam transcritas em micro e macro planejamentos.

Refletir sobre os impactos desejados com a realização da Olimpíada em 2016 importa pensar, também, sobre o projeto de sociedade que buscamos. Uma sociedade justa, democrática e que garanta os direitos fundamentais a todos os cidadãos na superação de limites e vulnerabilidades existentes, no sentido de melhorar a qualidade de vida da população. Sob essa visão, a geração de impactos pressupõe uma ação determinada na perspectiva do desenvolvimento humano, da justiça e da inclusão social desta geração e das futuras.

Essa concepção positiva nos auxilia no entendimento de um evento de ação complexa e multidimensional e que, por esses mesmos motivos, implica em contradições, críticas e dificuldades. Ao analisar o desenvolvimento social e cultural de uma Olimpíada, percebe-se que ela também pode gerar impactos negativos e que, para minimizá-los, faz-se necessário um planejamento orientado pelo princípio da matricialidade, baseado na articulação de saberes, motivações, técnicas e recursos de gestão de diferentes instituições sociais, além de uma estrutura de governança capaz de implantar o que foi planejado, estando em sintonia com o plano urbano da cidade sede.

Aproveitar a experiência, o entusiasmo, o talento e a criatividade dos mais diversos profissionais e sujeitos da sociedade civil, poder público e iniciativa privada, respeitando pontos de vista diferentes são fatores essenciais para elaborar projetos vitoriosos e consequentemente, impactos positivos.

A Olimpíada é um acontecimento com abrangência global, com grande destaque em termos de mídia, nível de envolvimento financeiro do setor público e efeitos políticos, desde que alinhados claramente às macro políticas de desenvolvimento econômico e social, a projetos estratégicos, articulados no contexto nacional e internacional. Portanto, é importante considerar os aspectos relacionados não só ao evento em si, mas também, e talvez, principalmente, a perspectiva dos seus possíveis impactos na cidade que sediará o evento, no estado e no País.

A necessidade de prepararmos as cidades para sediar jogos e para termos maior representação de atletas brasileiros participando das mais variadas modalidades esportivas da Olimpíada pode ser fator motivacional necessário para a mobilização de esforços e recursos que não seriam disponibilizados ou que demandariam um período muito mais longo para se concretizarem.

A realização de uma Olimpíada modifica a estrutura e o cotidiano de uma cidade e precisa beneficiar toda a população. Nem todo morador da cidade irá assistir os jogos “ao vivo”, mas ele poderá ser beneficiado pelas inúmeras ações que fazem parte do processo do evento, por exemplo: engajar-se numa das inúmeras frentes de trabalho criadas a partir de uma organização como esta, utilizar um transporte coletivo de melhor qualidade, ter acesso a práticas gratuitas de esporte e lazer, entre outras.

Para John Locke, da Universidade de Londres/Inglaterra, em palestra neste Seminário, “as cidades reinventam os Jogos e os Jogos reinventam as cidades”. Consideradas as expectativas dos respondentes desta sondagem, no Brasil isto se confirmará. Mas para tal, será necessário um olhar crítico, criativo e sensível sobre a cidade, com a consciência da diversidade de seu povo e do direito que todos têm ao esporte e ao lazer.

Na busca entre o direito, o sonho e a realidade, o projeto principal dos legados deve contemplar as diferenças entre sonhos e realidades, projetos estruturantes e projetos utópicos, limites e facilidades, convergências e contradições, pois quando se trata de um megaevento esportivo, esse processo desafia a interseção entre esporte, política, meio ambiente, cultura e economia.

As múltiplas possibilidades que uma Olimpíada pode agregar à nação dependem não só dos órgãos governamentais, mas também de cada um de nós que com nossos estudos e nossas práticas fazemos o esporte e o lazer no País.

Estas considerações e dados organizados pela Comissão de Avaliação do 9º Seminário Nacional de Políticas Públicas de Esporte e Lazer nos levaram, considerada a temática escolhida para o ENAREL 2010, a listar outras questões que, a nosso ver, são pertinentes para que o país possa aproveitar a oportunidade dos megaeventos, inclusive na construção do conhecimento sobre este tipo de intervenção no cotidiano das cidades.

Ao observarmos o cotidiano da maioria das cidades brasileiras, veremos que várias serão as dificuldades para que estas se beneficiem com a promoção destes megaeventos. Afinal, vive-se um momento de tentativa de redefinição do alcance de políticas públicas e sociais que possam trazer aos brasileiros e brasileiras uma melhor qualidade de vida e mais

que isso: uma cidadania plena. Se entendermos a construção da cidadania como o acesso aos direitos civis, políticos e sociais podemos constatar que muito ainda há que ser feito nas cidades brasileiras para a consolidação destes direitos. Portanto, neste FÓRUM DE GESTORES DO 22º ENAREL, uma das questões que propomos discutir é:

- Qual deve ser o papel dos megaeventos na construção dos direitos de cidadania, sobretudo das populações afetadas no seu cotidiano por este tipo de promoção?

De outro lado, também parece haver grande interesse em torno da questão do “bem receber”, sem que para isso tenhamos elaborado uma reflexão sobre o significado e o alcance de nossa “hospitalidade”, entendida tão somente como o “bom” atendimento aos visitantes que iremos receber. No entanto, será necessário questionar também alguns aspectos sobre a ideia de uma “cidade hospitaleira”, buscando verificar se, de fato, estas cidades que se pretendem ser hospitaleiras estão sendo também hospitaleiras com os seus moradores, com os seus cidadãos.

Assim, outra questão proposta para este Fórum é:

- Qual deve ser o perfil de uma cidade hospitaleira, construído a partir da realização dos megaeventos?

Desta forma, visando estimular a discussão com os participantes deste Fórum de Gestores Públicos em torno das questões relativas às possibilidades de construção de “cidades hospitaleiras”, entendemos ser possível retomar as discussões realizadas no 9º SNPPEL, bem como debater questões relativas à organização de uma cidade que queremos acolhedora e agradável para seus turistas e sua população local. Por meio de uma exposição inicial dos temas centrais deste debate, seguido de técnicas de moderação e facilitação de processos de conversação em grupos, durante este encontro de 3 horas, buscaremos sistematizar conhecimentos acerca das seguintes relações:

- Cidade hospitaleira e construção da cidadania plena e ativa.
- Cidade hospitaleira como cidade educadora.
- Cidade hospitaleira como cidade de oportunidades.
- Cidade hospitaleira como cidade de direitos.
- Cidade hospitaleira como cidade que dá importância às políticas públicas e sociais.

FÓRUM DOS IDOSOS

Coordenadora:

Maria Leonor Brenner Ceia Ramos

Chefe de Gabinete da Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer

Ministério do Esporte

Neste ano de 2010, o 22º ENAREL apresenta a temática do TURISMO, enfatizando sua forma sustentável, e celebra a “hospitalidade”, ampliando possibilidades de intercâmbios e trocas de experiências culturais que contribuam com a formação e atuação de profissionais de múltiplas áreas e intersetorial nesses campos.

Assim, o evento inclui Fóruns específicos, entre eles o FÓRUM DOS IDOSOS, uma iniciativa que pretende provocar a sensibilização ao apoio, à implantação e desenvolvimento de políticas e ações de esporte e lazer para o público idoso, que tem representação expressiva em deslocamentos turísticos.

Dados do IBGE de 2008 indicam o número total de idosos de 65 anos ou mais em 14,5 milhões de pessoas, provocando novas reflexões a respeito da longevidade e sobre a implantação e desenvolvimento de políticas públicas de esporte e lazer para este segmento etário. A previsão da pesquisa sugere que, em 2020, os idosos chegarão a 25 milhões de pessoas numa população de 219,1 milhões, representando 11,4% da população (IBGE, 2007).

A Constituição Federal de 1988 demarca os direitos inalienáveis dos cidadãos, e a Política Nacional do Idoso - Lei 8.842, de 04 de janeiro de 1994, assegura os direitos dos idosos, na perspectiva da promoção da autonomia, integração e participação efetiva na sociedade, defendendo o bem-estar, a dignidade e o direito à vida do idoso como deveres da família, da sociedade e do Estado.

Em relação às ações necessárias para Políticas Públicas de Esporte e Lazer e a Pessoa Idosa, o documento ressalta a garantia da participação do idoso no processo de produção, reelaboração e fruição dos bens culturais, bem como no acesso a programas de esporte, lazer e atividades físicas que proporcionem a melhora da qualidade de vida e estimulem sua participação na comunidade.

Assim, as representações sociais do envelhecimento acontecem de forma positiva, a partir das vivências no esporte e no lazer como fatores de promoção de saúde e bem-estar das pessoas idosas, resgatando a auto-estima e proporcionando um convívio social de melhor qualidade. As atividades de esporte e lazer podem também contribuir para a manutenção da autonomia e da independência funcional.

A temática da velhice interessa cada vez mais a todos os segmentos e áreas, destacando-se pesquisadores, educadores e profissionais da saúde, na busca de ações intergeracionais e integradas, nas quais o Esporte Recreativo e o Lazer atuem como eixos articuladores.

O FÓRUM DOS IDOSOS deve mobilizar e qualificar profissionais da área de educação física, esporte e lazer e áreas afins que atuam ou pretendem atuar com idosos, na programação e execução de programas e atividades para este segmento etário, através de palestras e oficinas, que possibilitarão a participação e integração dos participantes.

São esperados gestores, professores e acadêmicos, que trabalham com Programas com a temática do idoso e da qualidade de vida, das áreas do Esporte e Lazer, da Saúde, da Cultura, do Turismo, da Assistência Social e outros.

As PALESTRAS apresentarão propostas de programas e políticas de caráter intersetoriais e intergeracionais para a pessoa idosa, a partir de relatos de experiências exitosas. Nelas teremos a participação de Adriano Massuda (Ministério do Esporte), discutindo o tema na perspectiva da Intersetorialidade com a Saúde; Cláudia Regina Bonalume (Ministério do Esporte) debate o tema na ótica da Intersetorialidade com o Esporte e o Lazer; Nilda Flório (São Paulo) discute os direitos dos idosos e sua participação nos Jogos Nacionais dos Idosos e Suzana H. Wolff (UNISINOS – RS), que irá discutir a experiência do PELC Vida Saudável e relações com as questões do Lazer e Hospitalidade.

A participação nas OFICINAS, através da vivência prática de atividades prazerosas, pretende sensibilizar os participantes do Fórum para o fomento e implantação de políticas de esporte e lazer para a pessoa idosa, como fatores de integração. Estas serão coordenadas por Katia Berti – Secretária de Esportes, Recreação e Lazer de Porto Alegre/RS (Oficina de Esportes Adaptados); Gualcira Batista Teixeira – Secretária de Esportes, Recreação e Lazer de Porto Alegre/RS (Oficina de Dança) e Mauricio Pereira de Alcântara e Edmundo de Drummond Alves Junior da Universidade Federal Fluminense/Niterói-RJ.

As propostas de práticas de lazer e de esporte recreativo para idosos devem acontecer num processo de aproximação gradativa e, neste sentido, apresentaremos algumas propostas de Jogos Adaptados, dança e registro em vídeo. Os Jogos Adaptados são planejados com diferenciais na intensidade, no tempo de duração, nos materiais e equipamentos utilizados, no número de participantes, e podem propiciar a participação de todos, sem ênfase muito grande na preparação física, no domínio de habilidades específicas, ou nas experiências anteriores.

As oficinas funcionarão na forma de rodízio, com prática simultânea por diferentes grupos, com tempos determinados. As atividades serão registradas em vídeo e o resultado final será apresentado para o coletivo dos participantes. Segue abaixo a programação do Fórum:

Desejamos um ótimo evento a todos.

POLÍTICAS DE ESPORTE E LAZER PARA PESSOAS IDOSAS: INTERSETORIALIDADE COM A SAÚDE

Adriano Massuda

Chefe de Gabinete do Ministro do Esporte

O assunto abordado nesta mesa “Políticas de Esporte e Lazer para Pessoas Idosas: Intersetorialidade com a Saúde” nos instiga a refletir sobre a construção de políticas públicas voltadas para lidar com os dilemas vividos na contemporaneidade. Objetivo neste ensaio fazer breves considerações a respeito de questões em debate na atualidade relativas ao envelhecimento populacional, às ações de Estado voltadas para lidar com o fenômeno, e aos desafios apresentados para promover interações entre as práticas profissionais nas áreas do esporte, lazer e saúde.

O envelhecimento humano em escala populacional é um fenômeno recente que tem trazido novos desafios para a organização da vida em sociedade. Relaciona-se com as profundas transformações sociais, políticas, econômicas e tecnológicas ocorridas no último século, que culminaram com aumento da expectativa de vida das pessoas, combinada a redução de taxas de natalidade.

Manifesta-se de forma desigual nas diferentes partes do mundo. Predomina, em geral, nos países mais desenvolvidos economicamente, é novidade ou perspectiva próxima para os emergentes, e ainda não realidade para outros tantos: os mais pobres, no caso. No Brasil, segundo dados do IBGE, cerca de 10% da população tem mais de 60 anos e a projeção para 2050 é de que represente próximo em torno de um terço da população total do país.

Ao longo da história, a humanidade construiu variadas maneiras para compreender e lidar com envelhecimento humano, atribuindo distintos valores e papéis para a população idosa, sendo importante atributo da cultura de cada nação. Da mesma forma, essas diferenças ainda podem ser observadas nos dias de hoje, visto que os países têm adotado diferentes abordagens para lidar com o processo de envelhecimento de suas populações.

Uma questão central que marcou as diferenças no modo dos países lidarem com o envelhecimento populacional no século XX foi o reconhecimento de direitos de cidadania e organização de mecanismos de proteção social voltados para oferecer serviços e benefícios para garanti-los, sob a responsabilidade do Estado. Por meio de ações governamentais direcionadas para organização de sistemas previdenciários, de assistência social e de atenção à saúde, a população idosa pode ter muitas de suas necessidades atendidas.

Os sistemas de seguridade social, entretanto, começaram a entrar em crise a partir do final do último século. Um dos motivos alegados foi o crescimento da desproporção entre o número de idosos e da população economicamente ativa, aumentando os déficits

orçamentários no financiamento do sistema. Esse movimento ganhou força com a estagnação econômica mundial vivida nesse período, somada a influência de políticas neoliberais que visavam diminuir gastos públicos e enxugar o tamanho do Estado.

No contexto de crise, pode-se observar que um fator determinante para manutenção dos sistemas de proteção social foram os pactos estabelecidos entre a população dos países em torno do reconhecimento de direitos de cidadania e de políticas públicas para sua sustentação. Por outro lado, também passou a se chamar mais atenção para a necessidade de abordagem da questão do envelhecimento populacional pelas demais áreas sociais, como saúde, educação, cultura, esporte, lazer, entre outras.

O tratamento do envelhecimento humano e populacional pelas áreas sociais demanda, porém, compreendê-lo enquanto fenômeno complexo determinado pela interação de dimensões biológicas, subjetivas e sociais. Além disso, lidar com os desafios decorrentes desse fenômeno exige integrar políticas públicas na área social, reformular práticas sociais, assim como envolver a comunidade no enfrentamento dos problemas.

Envelhecer é um processo natural. Acomete invariavelmente qualquer organismo que esteja vivo com a inevitável passagem do tempo. Materializa-se em processos progressivos de degeneração de órgãos e tecidos. Entretanto, pode ocorrer com diferentes formas e intensidades. Depende da constituição orgânica de cada indivíduo, bem como do contexto sócio-ambiental em que os mesmos encontram-se inseridos.

Além disso, envelhecer para o ser humano também é um evento carregado de subjetividade. Manifesta-se na maneira como que os indivíduos compreendem a si mesmos e aos outros, seja em relação à consciência corporal, até papéis e funções desempenhadas na sociedade. Desse modo, ainda que haja características comuns ao processo de envelhecimento, cada ser humano envelhece ao seu tempo e ao seu modo.

É importante destacar a necessidade de entendimento do envelhecimento populacional em todas as suas dimensões pelo fato que a tradição da formação dos profissionais, em particular da saúde, apresentar uma abordagem predominantemente centrada no aspecto biológico do processo. Como consequência, verifica-se importantes limites para esses profissionais compreenderem e lidarem com o processo de envelhecimento em sua prática cotidiana.

Um importante aspecto a ser considerado é incentivar mudanças na formação dos profissionais nas áreas de saúde, esporte e lazer, com vistas à aquisição de saberes necessários para compreender a multiplicidade de fatores envolvidos no envelhecimento populacional e suas consequências biológicas e psicossociais. Além disso, é preciso investir no desenvolvimento de competências para realização de ações individuais e coletivas voltadas para prolongar a vida das pessoas, produzir saúde, prevenir doenças e reabilitar agravos em curso.

Além de reconhecer as patologias inerentes ao processo do envelhecimento, é imprescindível que os profissionais que lidam com idosos desenvolvam capacidade de reconhecer situações de vulnerabilidade relativas a esse período da vida. Do mesmo

modo, é importante que sejam tratados de conceitos como autonomia e auto-cuidado, com objetivo de envolver as pessoas, familiares e a própria comunidade na construção de propostas terapêuticas.

Outro desafio é repensar as próprias ações de Estado para lidar com os fenômenos complexos da contemporaneidade. Pode-se verificar grande fragmentação na elaboração de políticas, na organização de programas e na realização das ações voltadas para enfrentamento de problemas decorrentes do envelhecimento populacional, por exemplo. Em geral, cada setor atua de uma maneira, havendo baixa interação tanto em esferas governamentais, como no âmbito dos serviços oferecidos a população.

Uma ação que os Ministérios do Esporte e da Saúde vêm desenvolvendo nesse governo para enfrentar esse problema é constituir um grupo de trabalho inter-ministerial para buscar encontrar pontos de aproximação entre programas das duas pastas. Além de realizar campanhas conjuntas voltadas para estimular a prática de atividade física na população em geral, buscam-se formas de estimular a integração na prática profissional das equipes que atuam num mesmo território na Estratégia de Saúde da Família (ESF) e nos programas como o PELC (Programa Esporte e Lazer da Cidade), por exemplo.

Vislumbra-se que a aproximação entre o ESF e o PELC pode apresentar grandes potencialidades. O cardápio variado de atividades físicas ofertado pelo PELC pode ser mais estimulante para população que frequenta as Unidades de Saúde começar a fazer atividade física. Por outro lado, a população que habitualmente participa das atividades oferecidas pelo PELC pode ser influenciada a cuidar melhor de sua saúde.

Em síntese, o envelhecimento populacional apresenta novos desafios à vida moderna. O modo de lidar com os problemas decorrentes desse fenômeno depende de opções políticas construídas entre a população de cada nação. É evidente, porém, a necessidade de combinar ações de segurança social, desenvolvimento econômico com políticas públicas voltadas para estimular ao desenvolvimento de melhores condições de qualidade de vida. Para tanto, é preciso que as políticas para a população idosa sejam construídas de uma maneira global e não segmentada, bem como é preciso repensar as práticas profissionais e o modo de organização dos serviços que atuam nas áreas sociais.

Referências

<http://www.ibge.gov.br>

CAMPOS, GWS. Clínica e saúde coletiva compartilhadas: teoria Paidéia e reformulação ampliada do trabalho em saúde. In: *Tratado de Saúde Coletiva*. São Paulo: HUCITEC, 2006.

MASSUDA, A. Práticas de saúde coletiva na atenção primária em saúde. In: CAMPOS, Gastão Wagner de Sousa & GUERRERO, André Vinicius Pires. (Org.). *Manual de práticas de atenção básica: saúde ampliada e compartilhada*. São Paulo: HUCITEC, 2008, v. 1, p. 190-216.

O ESPORTE E O LAZER NA INTERSETORIALIDADE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA IDOSOS

Profa. Me. Cláudia Regina Bonalume

*Diretora do Departamento de Políticas Sociais, Secretária Nacional de Desenvolvimento de
Esporte e de Lazer
Ministério do Esporte*

As necessidades humanas são históricas, subjetivas, materiais e imateriais, ou seja, são construídas a partir da realidade de vida e do cotidiano de cada indivíduo e de cada sociedade. Quando identificadas e reconhecidas como indispensáveis à vida e a dignidade humana tornam-se direitos sociais. Sua efetivação, por sua vez, é realizada pelas políticas públicas. Parece estarmos falando de um processo simples, sequencial e linear que, não se configura dessa forma, no dia-a-dia.

Falar em políticas públicas, com o recorte em questões sociais como o envelhecimento, sugere abordar a temática dos direitos sociais que a elas remetem e que estão na pauta desde a Declaração Universal dos Direitos Humanos, da ONU, em 1948, que os coloca junto aos direitos civis e políticos, no elenco dos direitos humanos. No Brasil a concepção universalista dos direitos sociais só foi incorporada pela Constituição de 1988, talvez esse seja um dos motivos para a grande defasagem entre o que é previsto em lei e a bruta realidade das desigualdades e exclusões.

Por outro lado, essas desigualdades e exclusões têm sido desenhadas por ordem das carências acumuladas historicamente que têm gerado conflitos os quais colocam essas questões na pauta pública e geram alternativas de esperanças quanto à cidadania e universalização de direitos, redefinindo as relações entre Estado, economia e sociedade. É a crença em soluções redentoras às velhas e novas exclusões dando lugar ao reconhecimento da necessidade de um novo contrato social para construir uma medida de equidade e regras de civilidade nas relações sociais. Enfatiza-se, mais do que nunca, a necessidade de espaços públicos democráticos que consolidem práticas de representação e negociação.

Partindo da premissa de que os direitos sociais no esporte e no lazer são também direitos humanos a serem assegurados, sem qualquer distinção, na construção de uma sociedade mais justa e mais igualitária, pode-se dizer que estes vêm conquistando, passo a passo, espaço no conjunto dos direitos sociais. São muitas as reivindicações de pessoas, com vários interesses sociais, como é o caso dos idosos, que incluem o esporte e o lazer ao conjunto de suas demandas e ações por cidadania e por qualidade de vida. Essas reivindicações devem-se, principalmente, ao grande número de cidadãos brasileiros que ainda está excluído do acesso a esses direitos.

Os obstáculos para a vivência plena das possibilidades de práticas e conhecimentos vão desde as condições econômicas, que restringem o acesso do cidadão às atividades disponíveis no mercado; à falta de condições de transporte, de emprego, de alimentação, educação, saúde, moradia e segurança; à supervalorização da sociedade ao trabalho e o preconceito com o lazer, até a escassez de políticas universais nesses setores.

Encontramo-nos, então, diante do desafio de desenvolver políticas públicas de esporte e lazer com qualidade, integradas às demais políticas sociais e acessíveis a todos, incluindo os idosos, como possibilidade de ser contraponto à lógica social de desigualdade, exclusão e desrespeito às diversidades, que vemos atualmente.

Se os direitos ao esporte e ao lazer estão contidos, inclusive no texto constitucional, por que continuam sendo negligenciados, especialmente no caso dos idosos? Poderíamos arriscar apontar algumas causas, tais como:

1. falta de consciência desses direitos;
2. responsabilidade individual e/ou coletiva insuficiente, no cenário social para garantia dos mesmos;
3. exclusão de muitos das vivências de esporte e lazer, frequentemente gerada pela própria hierarquização das necessidades básicas do ser humano;
4. falta de programas, espaços e equipamentos adequados para que a população idosa vivencie o esporte e o lazer;
5. pouca qualificação da gestão para o desenvolvimento de ações qualificadas, participativas, integradas e transparentes;
6. falta de um sistema nacional que estabeleça pactos, adesões, articulações entre gestores, que atuam em diferentes âmbitos, com competências e papéis definidos, formação adequada e elevação da qualidade das ações; e
7. falta de financiamento para prover a viabilização das ações de esporte e de lazer, voltadas, também, aos idosos, com equidade entre as diversas necessidades e interesses.

A prática esportiva e o lazer, por si mesmas, não garantem conquista e/ou ampliação de cidadania, nem trarão para a “sociedade” todos os que estão excluídos dos direitos sociais, uma vez que não são suficientes para, sozinhos, resolverem os problemas sociais. Porém, se forem desenvolvidos com clareza de objetivos e de forma dialógica podem ser uma excelente ferramenta de intervenção e alteração da realidade.

O esporte e o lazer, no campo das políticas públicas, encontram a intersetorialidade como instrumento, na construção de ações de democratização, com possibilidade de reversão de processos históricos vividos no Brasil. Mais recentemente o tema passou a integrar a pauta de discussões e decisões políticas no País, como, por exemplo, as três Conferências Nacionais de Esporte (2004, 2006 e 2010) que se revelaram como momentos privilegiados de avaliação da política e construção de agenda participativa, contribuindo para a definição das diretrizes e princípios, em forma de resoluções, a serem implementadas pelo poder executivo e pela sociedade civil. Os documentos finais das Conferências indicam a necessidade do desenvolvimento de ações integradas, valorizando a intersetorialidade e incluindo a população idosa.

Temos a convicção de que pensar em políticas públicas de esporte e de lazer, assim como em políticas públicas para os idosos, depende de uma relação estreita e planejada

entre diversas áreas de atuação. Ações integradas certamente favorecem a compreensão do esporte e do lazer enquanto direitos sociais, como dimensões da cultura, com grande potencial de relação com diversas áreas de conhecimento e de ação, por estarem mais próximas do conceito de totalidade. Para a efetivação dessas políticas é preciso considerar: o perfil multidisciplinar dos sujeitos envolvidos; a diversidade e pluralidade dos interesses culturais do lazer, entre eles o esporte; a crescente preocupação e valorização da utilização do tempo livre, para além da simples ocupação; a capacidade de mobilização e organização das pessoas; o entendimento atual de que intersetorialidade deixa de ser uma proposta de gestão e passa a ser um requisito essencial na formulação de políticas públicas.

Para avançarmos um pouco na reflexão a respeito das políticas públicas para a inclusão da categoria idosos nessa temática, podemos partir do pressuposto de que as diversas áreas de intervenção em políticas públicas para os idosos têm organizado suas atuações a partir de necessidades específicas e o resultado mais comum é o desenvolvimento de muitas ações paralelas, que não interagem entre si. Vemos uma série de projetos isolados, carecendo de avaliação e de um eixo estruturante, que garanta um mínimo de unidade, para avançar na direção da consolidação de políticas e formas democráticas de gestão.

No contexto mundial um determinado segmento social, como é o caso dos idosos, é tratado hoje como uma minúscula parte. O paradoxo é que essa parte situa-se em um todo que é, ao mesmo tempo, composto por essas partes minúsculas. Há aí uma relação de mão dupla que deve estar sempre presente, ou seja, os idosos estão inscritos no mundo e se diferenciam dele e nele. Ir do todo às partes e das partes ao todo, problematizar, contextualizar e enfrentar o desafio da complexidade é indispensável quando se procura analisar a sociedade, nela incluídos os idosos. É preciso reconhecer cada ser humano em relação a sua história, suas relações, seus enraizamentos físicos, biológicos e espirituais, ou seja, reconhecer o humano histórico e socialmente situado no mundo, em seu próprio território e sua sociedade. Assim, focar o idoso implica um olhar dinâmico em busca da autenticidade, da identidade, das articulações que constituem esses indivíduos, sem analisá-los isoladamente, uma vez que todas as estruturas presentes na realidade destes têm a ver com a sociedade.

O desenvolvimento de ações integradas e intersetoriais implica ideias como parceria e solidariedade, que requerem o conhecimento do outro e das demandas que enfrentam juntos; a capacidade de gerir ações coletivas, de aglutinar aspirações, valores e estratégias, valorizando as diferenças e as relações constituídas, atentos aos problemas enfrentados e às alternativas que se apresentam.

Para desenvolver uma proposta de política pública e social que atendesse às necessidades de esporte recreativo e lazer da população, com potencial de inter-relação com os demais direitos sociais, a Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer (SNDEL), do Ministério do Esporte, criou, em 2003, o *Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC)*. O objetivo central do PELC é ampliar, democratizar e universalizar o acesso à prática e ao conhecimento do esporte recreativo e de lazer, integrando suas ações às demais políticas públicas, favorecendo o desenvolvimento humano e a inclusão social.

O Funcionamento de Núcleos de Esporte Recreativo e de Lazer do Programa visa a garantia do direito ao acesso de qualidade a essas políticas públicas, em sua dimensão recreativa, para todas as faixas etárias, garantindo a inclusão de pessoas com deficiência, em todas as regiões do país. Apesar de o idoso já estar incluído nestes núcleos, em 2006 foi criado o Vida Saudável, o qual prevê a promoção e o desenvolvimento de ações educativas de esporte, de lazer e de atividades físicas para pessoas com mais de 45 anos, inclusive as com deficiência, em núcleos com atividades sistemáticas, como oficinas de esportes que contemplem as especificidades da pessoa idosa, dança, ginástica, teatro, música, orientação à caminhada, capoeira e outras dimensões da cultura local, bem como a organização popular na realização de eventos de lazer.

Referências

BRASIL. Ministério do Esporte. Conferências Nacionais de Esporte (2004, 2006 e 2010). Acessar documentos pelo site: www.esporte.gov.br

BRASIL. Ministério do Esporte. Programa Esporte e Lazer da Cidade. Acessar documentos pelo site: www.esporte.gov.br

POLÍTICAS DE ESPORTE E LAZER PARA IDOSOS: OS JOGOS BRASILEIROS DOS IDOSOS

Nilda Abdo Gorayb Florio

Diretora-Presidente do Turistrem

Instituto Ferroviário para o Desenvolvimento do Esporte, Turismo, Cultura, Educação e

Lazer Sócio-Cultural

Vencer uma dificuldade sempre nos dá uma alegria secreta, pois significa superar um limite e aumentar nossa liberdade.

Henri Frederic Amiel

Devemos lutar contra a velhice entendida como decadência, pois o tempo tem demonstrado que os neurônios não diminuem nem desaparecem, se readaptam. O envelhecimento ativo é o melhor expoente para dar respostas aos desafios vinculados ao envelhecimento das sociedades e os esportes e lazer são seus instrumentos motivadores. Contribuir com o envelhecimento ativo e a melhoria da qualidade de vida dos idosos é a meta chave da nossa proposta de trabalho.

Dirk Jarré, professor de Política Internacional Comparada da Universidade de Linz, Áustria, fala sobre o envelhecimento no futuro como uma sociedade diferente, pois a esperança de vida está aumentando e, portanto, é necessário ver o idoso de outra forma: se adaptando às instituições e novas formas de enfrentar os temas sociais, onde este importante segmento da sociedade possa colaborar e não ficando segregado. É necessário integrar os idosos para conseguir uma sociedade para todas as idades.

A coesão social é pré-requisito indispensável para uma sociedade que inclua cidadãos de todas as idades, requerendo, portanto, a ação dos governos e de toda sociedade, trabalhando de forma conjunta e construtiva. Os governos devem garantir o direito e a plena participação de toda sociedade no desenvolvimento de planos e políticas, criando condições adequadas para que isso possa acontecer.

A conquista dos idosos por seu espaço social está em construção. Essa conquista perpassa o debate político, técnico e científico. Deve considerar também o significado da velhice para o próprio idoso, que, de alguma forma, reflete o imaginário social. Inclui valores simbólicos que reforçam a idéia da velhice como uma fase da vida “indesejável”, “improdutiva”, isenta de sonhos e desejos.

Se os idosos pensam que são os grandes desconhecidos da sociedade e que a imagem estereotipada que essa sociedade tem deles não lhes faz justiça, é chegado o momento de reunirem-se em associações ou grupos, ou mesmo enviar sugestões ou agendar reuniões com poderes públicos para assessorá-los. Manterem-se ativos e participativos é não só uma forma de sentirem-se úteis para seu coletivo como também uma forma de enriquecer toda a sociedade em um encontro intergeracional forte e firme.

Até pouco tempo atrás o atendimento aos idosos estava limitado a ações prognósticas voltadas à saúde e previdência social, ou seja, depois que as condições de velhice com poucas perspectivas já estavam instaladas.

Estudos mais recentes têm se dedicado a discutir a preparação para a velhice de forma que o indivíduo possa encará-la de maneira mais positiva e vivenciá-la em sua plenitude. *A questão da velhice, cada vez mais, tem interessado a pesquisadores, educadores e médicos no sentido de contemplar ações integradas com características intergeracionais.*

Numa determinada época, a velhice esteve relacionada à aposentadoria, reforçando a idéia da “inutilidade” após o término da vida profissional. Hoje, considerando as múltiplas realidades brasileiras essa relação tem se tornado mais tênue. Vemos idosos sendo responsáveis por famílias inteiras, submetidos a condições de vida deploráveis, subjugados em seus direitos, desejos e necessidades. Mas também, já conseguimos visualizar nuances de outro cenário possível, são os idosos que continuam trabalhando por opção, se aposentando e vivendo plenamente sua idade (política, social e culturalmente), participando ativamente na construção de seu espaço social de direito.

A grande maioria sai do mercado de trabalho entre os 65 a 70 anos, o que não significa cessar todas as outras atividades. Sabemos que os que se encontram na idade são grandes consumidores dos meios de comunicação, televisão, rádio, mas, gostam muito de passear, fazer compras e, principalmente, da atividade física como lazer.

Ser idoso ou estar aposentado não é sinônimo de não fazer nada. Essa etapa da vida é igual a qualquer outra: plena, criativa, ativa, dinâmica, frutífera, cheia de relações sociais e de entretenimento. A idade não é fator de discriminação em aspectos educacionais, culturais, sociais ou meramente existenciais.

A II Assembléia Mundial sobre envelhecimento, realizada em 2002 na Espanha, definiu o envelhecimento ativo como um processo de otimização das oportunidades da saúde, participação e segurança com o objetivo de melhorar a qualidade de vida a medida que as pessoas envelhecem; considerou também o envelhecimento produtivo como sendo qualquer atividade que o idoso possa produzir.

A II Assembléia Mundial destaca também os programas intergeracionais, liderados por gestores com conhecimento nos quatro campos intergeracionais: teoria, pesquisa, política e prática. As práticas seriam as atividades realizadas por pessoas das distintas faixas etárias com o objetivo de realizarem um intercâmbio intencionado e, continuado de recursos e aprendizagem destinados a conseguir benefícios industriais e sociais.

A II Assembléia Mundial sobre envelhecimento insistiu, como um dos eixos fundamentais das políticas do idoso, um programa de ação que impulse em todas as instâncias (locais, regionais e nacionais), a partir das administrações públicas e de todo o conjunto de agentes sociais que intervêm na sociedade de cada país a se envolverem na promoção do bem estar social. É sem dúvida a base para uma política integradora construindo uma sociedade para todas as idades, onde todos se sintam parte ativa.

O envelhecimento ativo é o melhor expoente para dar respostas aos desafios vinculados ao envelhecimento das sociedades. Precisamos construí-lo, fazê-lo operativo, praticá-lo e isto requer autocrítica de algumas formas de trabalhar. É importante também refletir sobre a implicação dos diversos agentes como os responsáveis pela administração das entidades prestadoras de serviços para idosos, os próprios idosos e a sociedade em geral.

A ONU define o envelhecimento ativo como “a otimização do bem estar físico, social e mental das pessoas idosas durante sua vida, de maneira que possam viver de forma ativa e autônoma num período de vida cada vez maior”. Considerou o envelhecimento produtivo como qualquer atividade realizada pelo idoso, paga ou não, que produza bens e serviços e desenvolva a capacidade de produzi-los.

O envelhecimento ativo é o resultado de todo um processo e conjunto de intervenções que acompanham todo o ciclo de vida. As políticas do idoso conseguirão atingir seus objetivos se desenvolverem as potencialidades mais que as necessidades, estimulando a participação, a iniciativa pessoal, o aprendizado e o compromisso social.

O envelhecimento ativo considera o paradigma do envelhecimento entre a intenção e a realidade, o que se fala e o que faz em realidade, a distância entre o que existe e o que deveria existir.

Envelhecimento/longevidade

Envelhecimento populacional é o maior desafio da saúde contemporânea, inicialmente em países em desenvolvimento e, recentemente, nos países em desenvolvimento.

No Brasil, o número de pessoas idosas, que em 1960 era de três milhões, atingiu em 2002 quatorze milhões (aumento de 50%) e a estimativa para 2020 é de trinta e dois milhões. Podemos dizer que, a cada ano que passa, mais de 650 mil idosos são incorporados a população brasileira.

No Curso de Verão da Universidade Internacional Menendez Pelayo de Santander, Espanha, Amélia Valcarcel, catedrática de Ética, Filosofia e Conselheira de Estado, ressaltou a tarefa do cuidado no envelhecimento como um novo valor social e ético enfocando que “o cuidado está em toda nossa vida, precede todas nossas relações porque tem consequências e porque no há nada que não tenha efeito de volta”. E acrescenta dizendo que o envelhecimento enfrenta dois problemas essenciais: o existencial, que depende de cada pessoa e o assistencial, que é de responsabilidade dos poderes públicos.

Longevidade é a ampliação do tempo de vida. É a melhora substancial dos parâmetros da saúde. Viver mais é importante desde que se consiga agregar qualidade aos anos de vida.

A OMS reconhece os seguintes desafios para a saúde pública: manter a independência e a vida ativa com o envelhecimento; fortalecer políticas de prevenção e promoção da saúde; manter e/ou melhorar a qualidade de vida com o envelhecimento.

Mas, quais os meios que podemos encontrar para incorporar os idosos em nossa sociedade, mudar conceitos e utilizar novas tecnologias com inovação e sabedoria a fim de alcançar de forma justa e democrática a equidade na distribuição dos serviços e facilidades para o grupo populacional que mais cresce em nosso país?

O V Fórum da Longevidade, promovido pelo Bradesco Vida e Previdência, traz reflexões importantes sobre a longevidade, que atualmente é um tema abordado em todos os Países, pois as transformações demográficas vêm sendo aceleradas e os resultados impactam na vida de todos indivíduos, corporações e governos.

A neurocientista norte americana Jill Taylor afirma: “a longevidade e o envelhecer com saúde tem a ver com as decisões que tomamos na nossa vida”. O Fórum traz um consenso entre os debatedores que chegaram a conclusão de que o Brasil será em breve um país de longevos e precisará de instrumentos econômicos e sociais para enfrentar essa realidade. Torna-se necessário planejar agora para que o futuro com pessoas mais velhas e ativas possa se traduzir em qualidade de vida em face das conquistas da medicina e da sociedade como um todo.

O cardiologista e geriatra Makoto Suzuki, pioneiro no estudo da longevidade no Japão, enfatiza que “vida longa é vida apenas vida com muitos anos, longevidade é ter vida longa, mas com saúde e qualidade de vida”. Ser longo é acumular bons momentos de vida.

O médico e professor Emilio Moriguchi, da PUC - RS, afirma que não é o material genético que ajuda no envelhecimento ativo, com qualidade de vida, mas, sim, o estilo de vida. “É preciso sentir-se útil, manter uma atividade produtiva, exercer seu papel na família e na sociedade, ter amigos e manter fé e razão para viver”.

A longevidade, atualmente, é tema obrigatório em todos os países. Essa questão envolve grandes desafios, como o de planejar o futuro diante dessa nova realidade. O cardiologista e geriatria Makoto Suzuki, enfatiza que “vida longa é vida apenas vida com muitos anos, longevidade é ter vida longa, mas com saúde e qualidade de vida”. Ser longo é acumular bons momentos de vida.

O médico e professor Emilio Moriguchi da PUC - RS, afirma que não é o material genético que ajuda no envelhecimento ativo, com qualidade de vida, mas, sim, o estilo de vida. “É preciso sentir-se útil, manter uma atividade produtiva, exercer seu papel na família e na sociedade, ter amigos e manter fé e razão para viver”.

O Presidente da Organização Bradesco, Luiz Carlos Trabuco Cappi, lembra que as conquistas da ciência e dos diversos setores da economia na ampliação da qualidade de vida, bem como o acesso à informação, permitiram a todos viver cada vez mais, e melhor, o que, por outro lado, se constitui em importante desafio para o setor de previdência como um todo. “Temos cada vez mais adotar ações sustentáveis para assegurarmos o envelhecimento ativo e saudável de toda população”.

O envelhecimento no Brasil acontece de forma diferente em cada Estado e está ligado às desigualdades socioeconômicas. No Brasil, os Estados do Norte têm índices de envelhecimento que variam de 0,07 a 0,18 nas regiões Sul e Sudeste os índices são mais elevados.

Em números absolutos São Paulo, com 4 milhões (10,1% da população), tem maior contingente. Dos brasileiros com mais de 60 anos, 73,1% vivem em domicílios com renda familiar média mensal per capita de até dois salários mínimos. São Paulo e Rio de Janeiro, Estados com as duas maiores populações dessa faixa etária do País reúnem o maior contingente de idosos com renda mensal acima de 5 salários mínimos.

Na análise por sexo, o perfil brasileiro segue o mundial com predominância de mulheres. Para cada 100 brasileiras com mais de 65 anos existem 78,6% homens. As campanhas de marketing para consumidores acima dos 50 anos apresentam vantagem competitiva. O jornal Estado de São Paulo publica no dia 13/04/2006 a pesquisa realizada pelo IBGE onde coloca o Brasil entre os 10 países com mais idosos. O IBGE diz que há 25 pessoas com mais de 60 anos para cada 100 jovens e apresenta os Estados com maior participação relativa de idosos na população total em percentual: Rio de Janeiro (13,3%), Rio Grande do Sul (12,0%), Minas Gerais (10,2%), Paraíba (10,2%), São Paulo (10,1%), Paraná (9,6%), Pernambuco (9,5%), Ceará (9,5%), Rio Grande do Norte (9,5%), Bahia (9,3%), Santa Catarina (9,1%), Espírito Santo (9,1%), Goiás (8,6%), Mato Grosso do Sul (8,2%), Alagoas (8,1%), Sergipe (8,1%), Tocantins (8,1%), Piauí (7,9%), Pará (6,6%), Mato Grosso (6,6%), Distrito Federal (6,1%), Rondônia (5,9%), Acre (5,8%), Amazonas (5,2%), Amapá (4,9%), Roraima (4,5%). No Brasil são 9,7%.

A busca de maior qualidade e condições de vida para os idosos depende da articulação de vários segmentos, entre eles: o lazer, o esporte, a saúde, a educação, a cultura, a previdência social, o transporte, entre outros.

O direito do idoso à Educação, Cultura, Esporte e Lazer estão garantidos na Constituição Federal de 1988 e, portanto, outorga ao Estado a responsabilidade de garantir o acesso a essas práticas com qualidade para todos, inclusive para os idosos.

Os idosos constituem hoje um coletivo com tempo livre, com recursos econômicos - nem sempre os merecidos -, mas que os tornam independentes ou quase independentes, com experiências e desejos de continuar adquirindo conhecimentos na sociedade, apesar de a vida de trabalho formal ter cessado.

Nesse sentido, os “1º Jogos Brasileiros do Idoso (JOBI)” representa proposta mobilizadora e incentivadora que pode despertar Estados e Municípios para a necessidade de articularem com o Governo Federal a implementação de políticas públicas que garantam a participação intergeracional e de qualidade nas atividades de esporte e lazer.

Diante desta ótica, reconhecemos que o esporte e o lazer são direitos de todos e, no envelhecimento ativo, são instrumento de qualidade de vida e não um fim em si mesmo.

O lazer deve ter como orientação, objetivos múltiplos que visualizem descanso, aprendizagem, relação, desenvolvimento pessoal, etc.

O lazer ativo envolve motivação intrínseca, livre escolha, participação na atividade.

Os Jogos nos níveis municipal, regional, estadual e brasileiro constituem, portanto, a alavanca de desenvolvimento no envelhecimento ativo e a maior ferramenta de integração e evolução da atividade física e o lazer ativo do idoso.

A realização dos “1º Jogos Brasileiros dos Idosos” (JOB1), Jogos Regionais do Idoso (JORI) realizados no Estado de São Paulo e outros respondem às diretrizes apresentadas pela Constituição Federal de 1988, que considera o esporte e o lazer como direitos inalienáveis dos cidadãos.

Ao mesmo tempo, representa uma iniciativa no sentido de consolidar a implementação de políticas públicas voltadas ao idoso, dando uma dimensão mais ampliada à vivência do esporte e do lazer de forma a valorizar a diversidade e identidade cultural dos grupos locais.

Nos aspectos legais, a proposta está amparada na Política Nacional do Idoso - Lei 8.842, de 4 de janeiro de 1994, que tem por objetivo assegurar os direitos dos idosos, criando condições para promover sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade. Esta ainda define que assegurar tais direitos, defender o bem-estar, a dignidade e o direito à vida do idoso representam deveres da família, da sociedade e do Estado. Esse instrumento legal considera a pessoa idosa como sendo aquela maior de sessenta anos de idade.

O documento aponta como diretrizes a participação do idoso, através de suas organizações representativas, na formulação, implementação e avaliação das políticas, planos, programas e projetos a serem desenvolvidos e o estabelecimento de mecanismos que favoreçam a divulgação de informações de caráter educativo sobre os aspectos biopsicossociais do envelhecimento.

Considera, ainda, que os Ministérios, nas áreas de Saúde, Educação, Trabalho, Previdência Social, Cultura, Esporte e Lazer devem elaborar propostas orçamentárias, no âmbito de suas competências, visando ao financiamento de programas nacionais compatíveis com a política nacional do idoso.

No que diz respeito às ações governamentais necessárias a implementação da Política, o documento sugere, em seu capítulo IV, artigo 10, VII - na área de cultura, esporte e lazer: garantir ao idoso a participação no processo de produção, reelaboração e fruição dos bens culturais; propiciar ao idoso o acesso aos locais e eventos culturais, mediante preços reduzidos, em âmbito nacional; incentivar os movimentos de idosos a desenvolver atividades culturais; valorizar o registro da memória e a transmissão de informações e habilidades do idoso aos mais jovens, como meio de garantir a continuidade e a identidade cultural; incentivar e criar programas de lazer, esporte e atividades físicas que proporcionem a melhoria da qualidade de vida do idoso e estimulem sua participação na comunidade.

Outro documento que justifica a pretensão de realizarmos os JOB1 é o Estatuto do Idoso - Lei 10.741, de 1 de outubro de 2003. Esse documento delibera como sendo obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária.

Tal prioridade representa: a preferência na formulação e na execução de políticas sociais públicas específicas; a destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção ao idoso; a viabilização de formas alternativas de participação, ocupação e convívio do idoso com as demais gerações. Isso porque é obrigação do Estado e da sociedade assegurar ao idoso o direito à liberdade, que compreende, entre outros aspectos, a prática de esportes e de diversão. O idoso tem direito a educação, cultura, esporte, lazer, diversões, espetáculos, produtos e serviços que respeitem sua peculiar condição de idade.

Assim, inferimos que a questão da existência humana passa necessariamente pela preparação dos indivíduos para os pontos cruciais da vida. Nesse sentido, para consolidar a cidadania do idoso faz-se fundamental uma outra relação com o envelhecimento.

A referida proposta está principalmente defendida nos objetivos ou fins que consideramos necessários para a implantação e desenvolvimento de políticas públicas que contemple melhor qualidade de vida através da: autonomia física; melhoria das relações sociais; prazer pelo movimento.

Os JOBI serão, sem dúvida, uma ferramenta conscientizadora para a indução ou início de políticas públicas de esporte e lazer junto aos municípios brasileiros, despertando no idoso uma participação consciente e firme, e nos jovens e adolescentes (futuros idosos) verificarem como é bom e necessário viver bem.

Não há dúvida de que está nascendo uma nova civilização que está afetando as ordens econômicas, sociais e políticas. Para este novo mundo no qual já estamos imersos queremos oferecer como contribuição para melhoria dos idosos a possibilidade de que através de exercícios e atividades físicas e de lazer possamos ajudar a solucionar as causas que fazem os idosos a viverem isolados, inativos e com uma dependência quase absoluta do resto da sociedade.

Os JOBS têm como objetivos: (1) Atender a crescente demanda da população Idosa brasileira ativa através do esporte, e lazer, alavancando por meio dos Jogos, ações que venham a ser frequentes. (2) Articular ações voltadas aos idosos para que tenham um envelhecimento ativo com programas de esporte, cultura, turismo e lazer, de forma a privilegiar a unidade conceitual dos mesmos e a perspectiva de relação intergeracional. (3) Programar e ministrar cursos a distância de gestão do lazer e esporte, difundindo informações às Secretarias de Educação, Esporte e Lazer dos municípios e Núcleos do Programa Esporte e Lazer da Cidade como motivadores, sensibilizadores e educativos sobre a longevidade e todo seu potencial. (4) Viabilizar a produção e difusão do conhecimento científico e tecnológico de esporte, cultura, turismo e lazer através de seminários, publicações, estudos, pesquisas, eventos, promoção, cooperação, intercâmbio institucional nacional e internacional, visando informar e qualificar recursos humanos a nível municipal para melhorar o atendimento ao idoso. (5) Pesquisar a evolução técnico-científica do valor do esporte e lazer através dos Jogos do idoso, estudados pelas áreas de reumatologia, ortopedia, cardiologia, fisioterapia e fisioterapia, dentre outras, visando fornecer indicadores que venham melhorar a qualidade de vida do referido seguimento,

proporcionando uma vida saudável. (6) Trabalhar com os municípios que participarão dos Jogos o desenvolvimento do lazer por meio de atividades do lazer esportivo, lazer cultural e outros, compatibilizando Programas de diversas áreas, respeitando as características e culturas local e regional, tendo como eixo norteador a integração geracional. (7) Estabelecer parcerias com os governos municipal, estadual e federal, empresas privadas e todo segmento da comunidade na implantação de atividades e ações voltadas a inclusão social do idoso pela realização dos Jogos como indicador. (8) Estimular, criar e ampliar, por meio dos Jogos, a cultura do esporte e lazer como atividade prazerosa e integradora do idoso, divulgando e facilitando pela tecnologia da informação, o acesso à literatura sobre o Lazer. (9) Articular a participação, descentralização, integração, parceria e capacitação de Recursos Humanos com foco na melhoria do atendimento ao envelhecimento ativo. (10) Sensibilizar e preparar o jovem para atender a demanda de idosos na área do lazer esportivo, cultural e outros, fomentando conhecimento e geração de emprego e renda relacionados aos Jogos.

Quanto às suas metas, os JOBIs têm como eixo articulador a sensibilização de todos segmentos da sociedade para apoiarem e desenvolverem ações de esporte, agregando cultura e turismo com ênfase no lazer, que facilitem a participação do cidadão idoso e sua integração social. É a partir dele que podemos visualizar a autonomia dos municípios na implementação de suas políticas públicas para e com o idoso, dando outra dimensão para os momentos esportivos, agregando atividades culturais, turísticas e de lazer que deverão não ser apenas apresentações festivas, mas a efetivação de ações que visem melhor qualidade de vida. A utilização da infra-estrutura que os municípios possuem para o esporte recreativo e de lazer passa ter maior aproveitamento possibilitando expansão e modernização com a participação mais freqüente e presente do idoso onde a mobilidade e a acessibilidade serão mais observadas. Os JOBIs, diante do momento que vivemos com tanta tecnologia da informação, procurarão facilitar informações que possam colaborar para a melhoria do envelhecimento ativo, pois a comunicação é algo muito ausente para o referido segmento.

Como metas qualitativas, os JOBIs buscam a sensibilização dos diversos segmentos da comunidade para apoiar, participar e continuar a desenvolver ações de esporte e lazer para a pessoa idoso. O impacto social esperado é a participação de atletas idosos das 27 Unidades Federadas; o atendimento direto e indireto aos diversos segmentos da população local durante a realização dos Jogos; a mobilização de profissionais das áreas de esporte, lazer, educação e turismo dos municípios e Estados brasileiros; a mobilização de Confederações, Federações, Clubes e outras entidades de esporte e lazer e de idosos; a mobilização e preparação de voluntários e Estudantes das diversas áreas, principalmente, de esporte e turismo e saúde; parcerias com entidades privadas, universidades, faculdades, SESI, SESC e outras; cadastramento e qualificação de universitários para atuar na arbitragem, como monitores de lazer e de turismo e atendimento dos idosos.

Como meta quantitativa, os JOBIs espera mobilizar a realização do Curso à Distância de Gestão para secretários de Educação, Esporte e Turismo dos municípios brasileiros; a realização de Seminário Técnico, para preparar toda equipe envolvida na

realização dos Jogos; a realização de um curso preparatório de arbitragem; a realização de um seminário de preparação e qualificação de voluntários para atuarem nos Jogos Brasileiros e Jogos Municipais e Estaduais; a realização de treinamento de técnicos de esportes da Secretaria de Esportes do Estado e Município para as funções de gestores de Jogos voltados a pessoa idosa; a realização de oficinas preparatórias nos Municípios e Estados, visando principalmente a questão intergeracional; a realização de Fóruns de Esporte e Lazer para o Idoso e toda sociedade durante a realização de Jogos, visando discutir a implementação de políticas públicas de esporte e lazer; e a realização de Congressos Técnicos como preparação a realização de Jogos para a pessoa Idosa.

As ações previstas para os JOBIs incluem: definição de estratégias para a realização de Jogos; captação de recursos e parcerias; execução do projeto (diagnóstico; mobilização; sensibilização e qualificação de RH e execução da programação; documentação; avaliação; e divulgação).

Referências

- ANDRADE, José Vicente de. *Gestão de lazer e turismo*. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2001.
- ALVES, Edmundo de Drummond Junior e MELO, Victor Andrade. *Introdução ao lazer*. São Paulo: Editora Manole –Barueri, 2003.
- CAMARGO, Luiz Otavio de Lima. *Educação para o lazer*. São Paulo: Editora Moderna, 1998.
- DUMAZEDIER, Joffre. *Valores e conteúdos culturais do lazer*. São Paulo: SESC, 1980.
- MOLINA, Sérgio. *Reflexiones sobre o ocio y el tiempo libre*. México: Trilhas, 1998.
- TURINO, Célio. *Lazer nos programas sociais*. São Paulo: Editora e Livraria Anita, 2003.
- WERNECK, Christianne. *Lazer, trabalho e educação*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2000.

PROGRAMA DE ESPORTE E LAZER NA CIDADE/PELC – VIDA SAUDÁVEL: UM LUGAR DE SIGNIFICADOS E DE ACOLHIMENTO

Profª Drª Suzana Hübner Wolff

Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS – São Leopoldo/RS

Introdução

Este relato de experiência é fruto do convênio entre a Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos e a Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer, do Ministério do Esporte, ocorrido durante os anos de 2008 a 2010. Trata-se de um recorte desta experiência onde identificamos os significados e sentidos atribuídos pelos participantes deste programa que foi desenvolvido em três núcleos do município de São Leopoldo, Rio Grande do Sul.

Nosso contexto

Das transformações que marcam o envelhecimento contemporâneo, o surgimento da identidade de uma nova velhice, mais longa e com qualidade de vida, desafia a todos para o enfrentamento destas questões que envolvem o processo natural de envelhecimento e suas relações psicossociais (SILVA, 2009). Frente a este contexto, a construção e promoção de políticas de direitos para as pessoas que envelhecem, corresponde a possibilidade de espaço de resposta aos avanços que a ciência proporcionou, ao ampliar os anos de vida da população mundial e brasileira que envelhece. Logo, não é apenas o viés da cura ou da recuperação da saúde que deve ser observada nestas políticas, visto que esta já possui uma trajetória de superações, mas a organização de espaços formais e não formais de promoção de saúde, com escolhas e oportunidades, de crescimento humano, espiritual e cultural, que possam vir corresponder às necessidades deste novo grupo de pessoas que envelhece.

É importante destacar que, embora a identidade dos idosos brasileiros tenha sido representada até pouco tempo atrás pela a imagem dos mais velhos como doentes, vítimas de sofrimento, isolamento, crises de aposentadoria, perda de *status*, alcoolismo, entre outras características negativas, atualmente observamos com frequência através da mídia, o contraste desta realidade, que mostra os idosos como fonte de recursos, de mercado, de consumo e de saúde, além de imagens de velhice muitíssimo gratificante. Debert (1999, p 229), alerta que, assim como a “perspectiva da miséria” foi significativa na estruturação dos programas destinados as pessoas idosas e na construção de estereótipos pouco favoráveis de velhice, “ao louvar as pessoas saudáveis e bem-sucedidas que aderiram aos estilos de vida e à parafernália de técnicas de manutenção corporal veiculadas pela mídia, assistimos à emergência de novos estereótipos”. Logo, o desenvolvimento de políticas e de programas para esta população deve levar em consideração o contexto, a realidade, a identidade do grupo, que por sua vez está recheada de significados individuais e coletivos. Sustentados nesta perspectiva, buscamos desenvolver antes e durante a intervenção do

PELC/Vida Saudável no município de São Leopoldo, estratégias de diálogo e de diferentes manifestações entre os participantes e gestores, a fim de qualificar o trabalho desenvolvido, inspirados em uma reflexão de Beauvoir, que soa quase como uma utopia:

Na sociedade ideal que acabo de evocar, pode-se imaginar que a velhice por assim dizer não existiria. A última idade seria realmente conforme a definição que dela dão certos ideólogos burgueses: um momento da existência diferente da juventude e da maturidade, mas possuindo seu próprio equilíbrio e deixando aberto ao indivíduo um grande leque de possibilidades (BEAUVOIR, 1990, p.664).

Quem somos?

"Sou mãe e avó, moro sozinha e tenho minha casinha." (I.D., 68 anos)

"Venho de uma família de São Gabriel, somos pobres. Sempre lutei para conseguir um lugar." (L.D.)

"Sou uma pessoa simples, moro sozinha, mãe de três filhos e dois netos muito amados e uma neta que é uma paixão." (R.D.)

"Sou uma mãe, avó e esposa há trinta e sete anos. Venho de uma família da fronteira..." (I. M. G.)

"Sou viúva, tenho quatro filhos, mas aqui a gente faz amigos, conversa e convive." (A.S.)

"Venho de família grande do interior, mas só restamos eu e minha irmã, que é deficiente." (D.S.)

Para Caramuto e Laborde (2006), ser velho significa viver os anos mais avançados da vida sob as condições próprias da contemporaneidade, como também pelo conjunto de condutas de outros indivíduos a respeito dele. Esta situação pode levar a desvalorização deste idoso e de sua história e trajetória de vida, visto que "fazem parte do passado", e para esta lógica imediatista, não têm valor.

Porém ao conhecermos a origem e caminhada de vida destas pessoas, encontramos respostas sociais e culturais importantes para a compreensão de fenômenos atuais. Nas falas aqui destacadas, percebemos, por exemplo, a origem rural de nossos idosos, a importância da família para esta geração e a origem simples dos mesmos. São expressões singelas que nos apontam caminhos e desafios a serem enfrentados no Programa, reforçando alguns princípios apresentados pelos autores acima citados, quanto a manutenção de seus direitos, que são:

- *princípio da continuidade vital*: admitir que todas as manifestações da vida humana constituem parte de um processo;

- *princípio da identidade*: reconhecer que o envelhecimento é um elemento de construção de uma subjetividade particular, única e individual, dando espaço para a sustentação de conceitos de autonomia, liberdade e de privacidade;

- *princípio da participação*: que objetiva o envolvimento coletivo e o diálogo intergeracional na vida comunitária, resgatando a história e a experiência.

O que sentimos?

"Aqui, todo mundo gosta de mim e eu gosto de todo mundo. Nunca tinha nada com ninguém antes... Lá por perto de casa tenho bastante vizinhas mas é que elas não saem de casa..." (T.H.)

"Olha, eu tava esses 8 dias lá no hospital e tava sentindo uma saudades de vocês. Olhar pras paredes é chato, né?" (B E)

"Pelos movimentos da gente, aprendemos coisas aqui que a gente nem sabia pela idade que nós estamos. Agora que nós estamos praticando é bom e por isso melhora" (B E)

"A gente percebeu que conseguimos conhecer bastantes vizinhos que não sabíamos nem o nome... e a gente mora perto, né? Melhorou muito a vida da gente e o jeito de viver" (B R)

"Sinto satisfação em tudo o que faço, pois para mim é a continuação das atividades que tive antes da aposentadoria. É muito bom sentir-me útil..., e me sinto bem em ver a alegria das minhas companheiras" (T G)

Ao refletirmos sobre as expressões acima apresentadas, observamos sujeitos recheados de sentimentos e de significados, dispostos a ressignificar permanentemente sua identidade. Percebemos pessoas que se consideram diferentes das que eram antes, e com ideais possíveis de serem realizados, valorizando o tempo de ontem e o do aqui e agora. Não se debruçam aos ideais de homogeneidade (YUNI, 2006) apresentados para aqueles que envelhecem e tampouco buscam uma saúde perfeita, inalcançável, que afasta o sujeito de si mesmo, tradicionalmente sustentada nas funções biológicas. Buscam aprender sempre, valorizar as relações humanas, dando sentido ao viver e conviver.

O que queremos?

"Sou viúva, tenho quatros filhos, mas aqui a gente faz amigos, conversa e convive." (A.S.)

"música, movimento e amigos. (E C)

"Uma aula bem alegre, risonha... nós rimos muito... tem situações bem engraçadas de coreografias. O pessoal é bem entrosado" (C N)

"Aumentar as amigas... antes a gente só pensava em trabalhar e não pensava no lado do lazer". (J T)

De fato, a análise do discurso das pessoas entrevistadas em nossa experiência permitiu identificar no PELC- Vida Saudável um espaço de práticas sociais peculiar. Que revela a diversidade que compõe a nossa sociedade, e as diferentes formas de manifestação do esporte e do lazer (GOMES e PINTO, 2009) pois afinal, os participantes buscam pequenas realizações, distantes daquelas identificadas nas grandes organizações ou mesmo na lógica do consumo. Buscam amigos, alegria, música... Percebem nas relações sociais o suporte para o enfrentamento do processo de envelhecimento, sentindo-se acolhidos e tornando-se acolhedores aos que necessitam. Resgatam histórias de vida que é também a história da comunidade, da região e do país. São agentes vivos do passado recente e que podem dar significados ao presente que vivemos. Estão lá, um pouco escondidos na nossa periferia das cidades, em casas populares e de famílias numerosas. Enfim, estão vivendo e envelhecendo, na perspectiva de contribuir para uma velhice melhor em uma sociedade que envelhece.

Referências

- BEAUVOIR, Simone. *A velhice*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.
- CARAMUTO, Maria Isolina Dabove e LABORDE, Adolfo Prunoto. *Derecho de la ancianidade: perspectiva interdisciplinaria*. Rosário - Argentina: Editorial Júrís, 2006.
- GOMES, Christianne; OSORRO, Esperanza; PINTO, Leila; ELIZALDE, Rodrigo (Org.). *Lazer na América Latina/Tiempo libre, ocio y recreación em Latinoamérica*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.
- SILVA, Luna Rodrigues Freitas. Autonomia, imperativo à atividade e “máscara da idade”: prerrogativas do envelhecimento contemporâneo. *Revista Psicologia & Sociedade*, v.21, n.1, 2009. Disponível em: <[www.6.ufrgs.br/seerpsicsoc/ojs/viewarticle.php?id=541](http://www6.ufrgs.br/seerpsicsoc/ojs/viewarticle.php?id=541)>. Acesso em: 1 jul. 2010.
- WOLFF, Suzana Hübner. *Vivendo e envelhecendo: recortes de práticas sociais nos Núcleos de Vida Saudável*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2009.
- YUNI, José Alberto, URBANO, Claudio Ariel e ARCE, María Del Carmen. *Discursos sociales sobre el cuerpo, la estética y el envejecimiento*. Córdoba - Argentina: Brujas, 2006.

ESPORTES ADAPTADOS PARA TERCEIRA IDADE

Kátia Mari Berti

Prefeitura de Porto Alegre - Brasil

Histórico dos Esportes Adaptados para a Terceira Idade no Rio Grande do Sul.

Em 1982, por ocasião da Assembléia das Nações Unidas em Viena, foi implementado o Plano de Ação para o Envelhecimento o que influenciou a incorporação da temática do envelhecimento na Constituição de 1988.

Em 1994, foi aprovada a Política Nacional do Idoso (lei nº 8842 de 04/01/94) que consiste em um conjunto de ações governamentais com o objetivo de assegurar os direitos sociais dos idosos, porém a aprovação da lei não foi suficiente para mobilizar a sociedade em prol dos idosos.

Em 1996, foi apresentado um Plano Integrado de Ação Governamental para o desenvolvimento da Política Nacional do Idoso.

Quando este plano foi apresentado na Região Sul ainda em 1996 os três estados, Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina criaram o “Fórum Permanente da Região Sul para implementação da Política Nacional do Idoso”.

Uma das áreas escolhidas para desencadear um ação conjunta entre os três estados foi a dos esportes o que gerou o projeto dos Jogos de Integração do Idoso da Região Sul (JIIDO).

Os Jogos de Integração do Idoso surgiram, portanto, de uma proposta do Fórum Permanente da Região Sul, no qual reunia técnicos dos três estados do sul: RS, Paraná e Santa Catarina, para estudar, propor e implantar políticas públicas que contemplassem a Lei Federal nº 8842 - Política Nacional do Idoso - de 1994. Esta iniciativa desencadeou um movimento no governo e sociedade civil liderados pelos conselhos estaduais do idoso na implantação dos Jogos de Integração do Idoso.

A Importância do Jogo Desportivo para os Idosos.

A prática desportiva não faz parte da cultura dos idosos e isso justifica a prática de jogos que sejam adaptados para esta faixa etária. Os jogos adaptados possibilitam um acesso democrático na sua prática incluindo todos os interessados, independente da sua condição física e técnica. Uma menor exigência física é garantida pela intensidade reduzida na medida em que os jogos possuem um maior número de participantes em quadra além de uma baixa complexidade das regras que mantêm os principais fundamentos dos desportos de origem.

Uma pesquisa realizada em 1995 pelo Conselho Estadual do Idoso do Rio Grande do Sul mostrou que mais de 60% dos entrevistados são sedentários. A participação em

atividades desportivas além de possibilitar a prática de exercícios físicos aumentando as possibilidades do movimento, previne doenças não transmissíveis e qualifica as relações oportunizando integração e socialização entre os participantes.

Assim em um momento de grande crescimento da população com mais de 60 anos podemos constatar que o incremento da participação dos idosos em atividades esportivas certamente pode contribuir para a manutenção da autonomia, independência funcional e qualidade de vida.

ATIVIDADES ESPORTIVAS ADAPTADAS PARA IDOSOS REGRAS

01 – CÂMBIO

Participantes: Equipes com 12 jogadores, sendo 9 titulares e 3 reservas.

Tempo: 2 tempos de 15 minutos.

Material: Quadra de voleibol, bola de voleibol e rede em altura de 2,24 m para equipes femininas e 2,48 m para equipes masculinas.

Formação: Cada equipe ocupará meia quadra.

Os nove jogadores de cada equipe dispostos na meia quadra, de frente para a rede, ocuparão os espaços demarcados nas seguintes posições:

Posição 1 – lado direito ao fundo da quadra

Posição 2 – no meio ao fundo da quadra.

Posição 3 - lado esquerdo ao fundo da quadra.

Posição 4 – lado esquerdo da quadra atrás da linha de 3 metros.

Posição 5 – lado esquerdo da quadra, próximo à rede.

Posição 6 – centro de rede.

Posição 7 - lado direito da quadra, próximo à rede.

Posição 8 – centro de quadra.

Posição 9 – lado direito da quadra, atrás da linha dos 3 metros.

Posições 10, 11 e 12 - Os três jogadores reservas de uma equipe ficarão em fila na lateral direita da meia quadra da sua equipe, no lado de fora, em ordem seqüencial, para entrar em campo por ocasião do rodízio.

Rodízio:

O rodízio se dará toda a vez em que o jogador da posição 8 arremessar a bola para a meia quadra oposta e gritar CÂMBIO.

No rodízio todos os jogadores da equipe trocam de lugar observando a ordem numérica seqüencial das posições, saindo de campo o jogador da posição 9 e entrando o jogador da posição 10 que ocupará a posição 1.

Desenvolvimento:

Após o sorteio da posse de bola o início do jogo se dará pelo jogador da posição 8 que lançará a bola por cima da rede dando a ordem de CÂMBIO.

Dada à ordem de câmbio, todos os jogadores dessa equipe executam o rodízio.

O saque será a bola arremessada, sempre por cima da rede, devendo ser respeitada a linha dos três metros, e não podendo o jogador saltar.

A recepção da bola será com bola presa, podendo ser executados no mínimo um e no máximo três passes, sendo o terceiro, obrigatoriamente, o de arremesso pelo jogador da posição 8 para o lado adversário, que dará a ordem de CÂMBIO, e este não poderá saltar. Em síntese, no máximo, três jogadores da mesma equipe tocarão na bola durante a jogada.

Reversão da bola:

Somente quando a bola não ultrapassar a rede ou for arremessada para fora da meia quadra oposta na situação de saque.

Pontuação:

Será executada em “Tie Breack”, somando ao final do tempo o maior número de pontos obtidos.

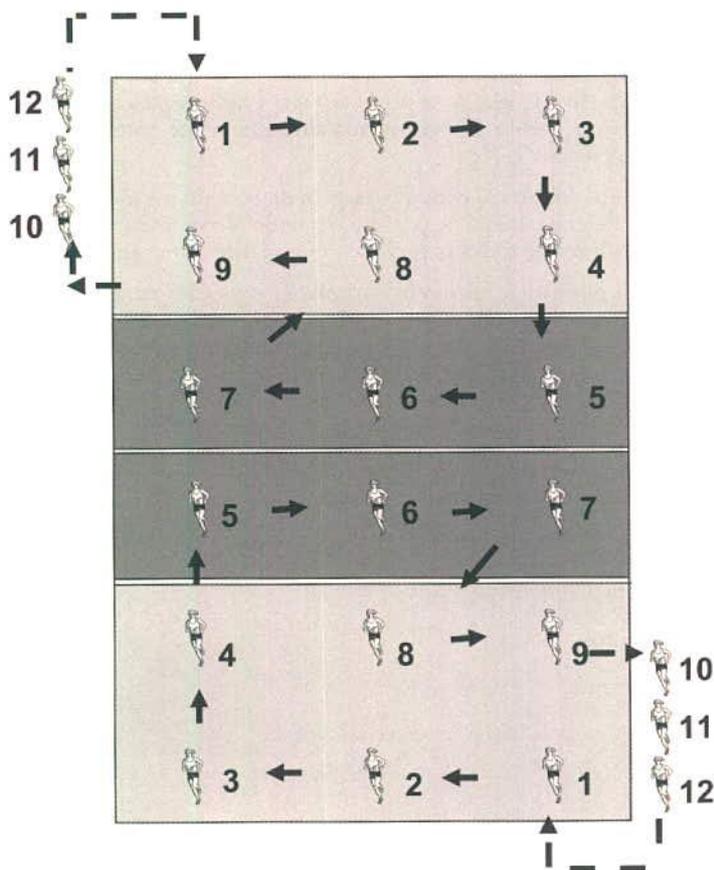
Será considerado ponto para a equipe adversária quando:

- um jogador deixar a bola cair no chão;
- o rodízio não for executado corretamente;
- o número de passes for incorreto;
- não for respeitada a posição de arremesso;
- a bola arremessada não ultrapassar a rede.

O jogo reinicia com a posse de bola pela equipe que conquistou o ponto.

Técnicos: 2, sendo um para cada time, para auxiliar o desenvolvimento do jogo.

Facilitadores: 4, com as seguintes funções: 1 árbitro, 1 mesário e 1 auxiliar em cada meia quadra com a função de ajudar no rodízio.



2 - BASQUETE RELÓGIO COM DESLOCAMENTO:

Participantes: 9 por equipe.

Tempo: 2 tempos de 10 minutos.

Material: quadra de basquete com 2 tabelas e 2 bolas oficiais, sendo uma tabela e uma bola para cada equipe.

Formação: Cada equipe formará duas fileiras em frente à tabela, atrás do círculo do garrafão (ou a 5 metros da tabela), defrontando-se a uma distância de 3 metros entre si.

Os jogadores da fileira da esquerda, de frente para a tabela, ocuparão as posições de números ímpares, sendo que o primeiro jogador da fila estará ocupando a posição 1 e o último a 9. Os jogadores da fileira da direita, de frente para a tabela, ocuparão as posições de números pares, de 2 a 8, sendo a posição 2 a do primeiro jogador da fila e a de número 8, a do último.

Desenvolvimento:

O jogo obedece aos fundamentos do basquete.

Estando os jogadores posicionados em fileiras, de frente um para o outro, o jogo inicia com a bola de posse do jogador na posição 9 que a passará para o jogador da posição 8 e assim sucessivamente, sendo a bola passada alternadamente entre as duas fileiras até chegar ao jogador da posição 1.

O deslocamento tem início com a passagem de bola do jogador da posição 9 para o jogador da posição 8, que mudará de posição seguindo o movimento da bola. O mesmo acontece com os jogadores de todas as posições, que se deslocarão após passarem à bola.

O jogador da posição 1, ao receber a bola, se deslocará para a cesta e executará o arremesso. Após o arremesso deve pegar a bola e conduzi-la quicando até o final da sua fileira, passando pela esquerda ou por fora das fileiras, até chegar à posição 9, dando continuidade ao jogo, com a passagem da bola para o jogador da posição 8.

Penalidade:

Caso o jogador não quique a bola deverá retornar à posição de arremesso e recomeçar seu deslocamento executando o drible.

Pontuação:

Cesta convertida: 3 pontos

No aro: 2 pontos

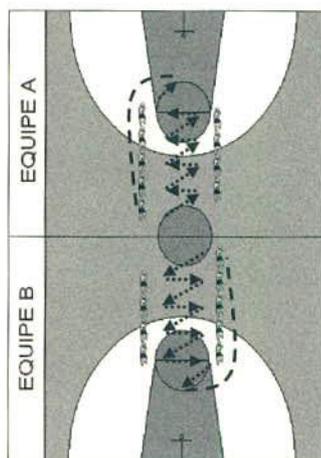
Na tabela: 1 ponto.

Obs: no caso de a bola não ser convertida a cesta vale o primeiro to-que

Técnicos: 2, sendo um para cada equipe.

Facilitadores: 5

- 1 árbitro;
- 2 mesários sendo um para cada equipe.
- 2 auxiliares sendo um para cada equipe.

**3 - HANDEBOL POR ZONA**

Participantes: 15 jogadores por equipe sendo 11 em quadra e os demais reservas.

Tempo: 2 tempos de 10 minutos.

Material:

- Uma quadra de handebol reduzida para 20 metros de comprimento e 10 metros de largura, ou meia quadra de futsal, invertendo a posição das golciras para as laterais.
- Fita zebra para a marcação das zonas de defesa e ataque e centro da quadra.
- Bola de handebol feminino.

Marcação da quadra:

Dividir e marcar a quadra em 6 zonas:

- Zonas mortas – entre as goleiras e as zonas de defesa medindo 3 metros.
- Zonas de ataque – áreas de, aproximadamente, 3 metros contados do centro para dentro da meia quadra;
- Zonas de defesa – áreas de, aproximadamente, 3 metros entre as zonas mortas e de ataque.

As zonas de defesa e ataque, e o centro da quadra, serão demarcados na largura de 1 metro, aproximadamente.

Formação:

Cada equipe se dividirá em 6 jogadores na defesa, 5 jogadores no ataque e 4 reservas.

Defesa:

Posição 1 – goleiro

Posições 2 a 6 – Ocupam a área em frente à zona morta posicionados lado a lado.

Ataque:

Posições de 7 a 11 – Ocupam a área de ataque, próxima ao centro da quadra, posicionados lado a lado.

Reservas:

Posições 12 a 15 – Ficam posicionados fora da quadra, em fileira, no lado esquerdo de sua defesa.

Rodízio:

Sai o jogador da posição 6 da defesa e vai para o ataque entrando na posição 7. Todos os jogadores da equipe trocarão de posições obedecendo à ordem numérica. Com a saída do jogador da posição 11 que vai para a posição 15 na reserva, entra o jogador da posição 12 no lugar do goleiro que passará a ocupar a posição 2.

Desenvolvimento:

É feito o sorteio entre as equipes para definir a posse de bola e o jogo inicia na zona de defesa da equipe que ganhou o sorteio.

A defesa executará até três passes, sendo o terceiro de arremesso para o seu ataque. o ataque poderá fazer o mesmo número de passes sendo o último de arremesso a gol.

A defesa da equipe adversária, posicionada em frente à área de gol, tentará impedir a passagem da bola. É permitido usar todo o corpo, inclusive os pés na defesa.

O rodízio da equipe atacante será feito sempre que houver o gol ou quando a bola sair pela linha de fundo.

O jogo reinicia com o goleiro passando a bola para a sua defesa com o direito de executar 3 passes, e da defesa para o seu ataque que poderá fazer o mesmo número de passes.

Linha de fundo - quando o jogador de qualquer equipe jogar a bola pela linha de fundo, o jogo reiniciará com o goleiro que colocará a bola em jogo, passando para a sua defesa, não contando como um passe.

Lateral - Caso a bola saia pela lateral, o jogo reiniciará pelo jogador da equipe oposta, no local mais próximo de onde a bola saiu, podendo efetuar os 3 passes.

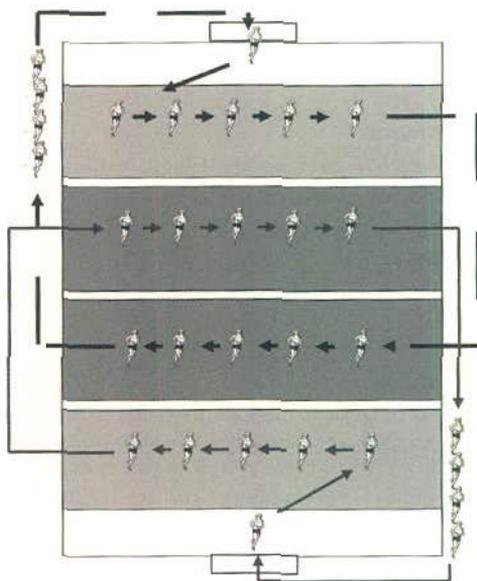
Penalidade:

Cada vez que um jogador invadir a zona morta será considerado falta, cuja penalidade será a perda da posse da bola para o adversário no local mais próximo da falta.

Técnicos: 2, sendo um para cada equipe, com a função de orientar técnica e taticamente o jogo.

Facilitadores: 4, sendo 1 árbitro, 1 mesário e 2 auxiliares.

As regras dos Jogos Desportivos Adaptados para Idosos resultam de um consenso entre representantes dos estados do Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina e foram discutidas e formalizadas nas reuniões do Fórum da Região Sul.



Oficina de Dança

Gualcira Batista Teixeira

Secretaria de Esportes, Recreação e Lazer de Porto Alegre/RS

Por ser a Dança uma das mais antigas manifestações culturais, presente em todas as épocas e culturas, esta atividade tem sido muito procurada pelos idosos. Onde quer que existam grupos de idosos, a dança e a música estão presentes, seja em atividades lúdicas como os bailes ou em atividades mais formais. Esta é uma atividade que a grande maioria dos idosos vivenciou em algum momento da sua vida, diferente de outras atividades como os jogos e a ginástica, por exemplo. Por todas estas razões, agregadas ao prazer que proporciona, muitos idosos escolhem a Dança como atividade física regular.

Neste contexto, o desafio do educador é promover uma atividade de Dança que supra as diversas necessidades desta faixa etária.

O envelhecimento é um processo biológico, onde ocorrem alterações estruturais no corpo, nas funções fisiológicas, psicológicas e sociais. As perdas físicas e sociais, como a aposentadoria, provocam significativas transformações psicológicas. Devido ao significado do trabalho como referência social, após a aposentadoria o idoso sente-se excluído e marginalizado socialmente. A Dança, por ser uma arte, apresenta a possibilidade de lidar com a sensibilidade, trabalhando na liberação de tensões e emoções negativas.

A proposta deste trabalho é criar um ambiente de alegria, onde os limites e características individuais sejam respeitados, buscando restabelecer o sentimento de pertencimento e a auto estima.

Trabalhar a autonomia é outro ponto muito importante. No aspecto físico o trabalho segue uma metodologia que busca minimizar as perdas neurológicas, cardiorrespiratórias, de força e flexibilidade. Nos aspectos psicológicos e psicomotores o trabalho de expressão corporal e socialização traz de volta o “prazer de estar no próprio corpo”, ativando memórias e ressignificando conceitos.

Oficina de TV Comunitária: o exemplo do projeto vida saudável em Niterói e São Gonçalo

Maurício Pereira de Alcântara

*Acadêmico do Curso de Licenciatura em Educação Física da Universidade Federal Fluminense.
Responsável pela Oficina de TV Comunitária do Projeto Vida Saudável em Niterói e São Gonçalo*

Prof. Dr. Edmundo de Drummond Alves Junior

*Curso de Educação Física da Universidade Federal Fluminense
Coordenador técnico do Projeto Vida Saudável em Niterói e São Gonçalo*

Introdução

São profundas as transformações do sentido do que é ser velho na sociedade moderna, um reflexo pode ser observado num novo modo de vida que é sugerido aos aposentados. Ao que tudo indica a proposta ativista é hoje aquela que se apresenta como inquestionável, e a isto, em estudo mais aprofundado demos o nome de 'Pastoral do Envelhecimento Ativo' (ALVES JUNIOR, 2004). Educar pelo e para o lazer parece ser uma eficiente proposta considerada de pedagogia social capaz de contribuir para o crescimento do indivíduo aumentando sua criticidade, visando a transformação da sociedade. Como inserir estas propostas em um projeto destinado ao lazer de adultos e principalmente dos mais velhos é um desafio (ALVES JUNIOR, 2009).

A defesa por uma maior democratização dos meios de comunicação é uma conquista bastante significativa da sociedade brasileira. A Lei da TV a Cabo Brasileira (BRASIL, 1995) define que no sistema de TV a cabo de uma determinada cidade seja garantido um canal comunitário para ser ocupado organizadamente pela sociedade civil, através de suas entidades e organizações.

Em algumas comunidades que realizam experiências com TVs comunitárias, podemos observar: elevação do nível de consciência crítica em relação aos meios de comunicação em massa; resgate dos valores culturais não contemplados pela hegemonia ideológica; mobilização para a participação ativa e fomento das práticas coletivas; entre outros elementos que a cada experiência se renovam.

Uma das ações do Ministério do Esporte (ME) é a de estimular e apoiar a criação de núcleos do que se denominou como Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC) que tem como finalidade propor atividades de lazer para pessoas adultas acima de quarenta e cinco anos numa perspectiva intergeracional. Esta ação tem o nome de Vida Saudável.

A Universidade Federal Fluminense (UFF) através do Grupo de Pesquisa Envelhecimento e Atividade Física (GPEAF) tem desde o ano de 2008 a responsabilidade de gerir diversos núcleos em duas cidades que são vizinhas e estão na área de abrangência da UFF: Niterói e São Gonçalo. Durante os anos de vigência do convênio Vida Saudável UFF/ME, uma de suas oficinas atuou com o recurso da exibição de vídeos que tematizavam a cultura brasileira e motivavam discussões entre os presentes (ALVES JUNIOR, 2009).

Paralelamente, outra oficina teve como objetivo registrar o que ocorria em cada núcleo e divulgar entre todos os outros, de modo a estabelecer um canal de comunicação entre estes núcleos com o envio mútuo de mensagens: essa atividade denomina-se 'Vídeo Carta'. Com o material produzido neste sentido foi organizado um programa de televisão transmitido periodicamente através da TV Comunitária de Niterói e se chamou 'Programa Saudável'. No decorrer do projeto outra proposta surgiu, que foi a 'Oficina de TV Comunitária', para este ano de 2010 desenvolvemos uma nova proposta que é o programa 'Gerações', também baseado na participação dos envolvidos nas atividades dos núcleos.

Este texto tem como finalidade apresentar algumas estratégias necessárias para ter sucesso uma proposta que dá ouvido e voz aos que participam do projeto Vida Saudável em Niterói e São Gonçalo através de um veículo de informação tão importante como a televisão.

O Vida Saudável em Niterói e São Gonçalo

O projeto se desenvolve através de oficinas diversas que têm como base os interesses culturais do lazer (MELO & ALVES JUNIOR, 2003) e se utiliza de uma mediação posta em prática pela animação cultural (Melo, 2006). Através da inserção do lazer nos princípios da promoção da saúde (Alves Junior, 2008) suas oficinas procuram prevenir, promover e proteger a saúde através de atividades lúdicas das mais diversas.

São variadas as atividades visando à promoção da saúde e o envelhecimento saudável neste projeto, entre elas: prevenção de quedas, atividade física, teatro, dança, artesanato, oficina da memória, e as atividades de produção áudio visual.

TV Comunitária e democratização da comunicação no projeto Vida Saudável

No mundo contemporâneo a influência dos meios de comunicação de massa na educação, cultura, comportamento e opinião pública é de grande relevância. Hoje a ampla maioria desses meios é controlada por empresas comerciais privadas. Por isso os meios de comunicação se concentram cada vez mais como propriedades de conglomerados transnacionais com o poder de definir conteúdos para a comunicação social. Poder que exercem segundo interesses econômicos e políticos. A tensão social que se identifica no campo do lazer (MELO & ALVES JUNIOR, 2003) se evidencia na televisão: sempre houve resistência. Historicamente vários setores da sociedade lutam por democratização da comunicação, contra a hegemonia ideológica e pela comunicação livre das leis de mercado. Algumas conquistas marcam o processo. A lei da TV à Cabo Brasileira (BRASIL, 1995) que define os canais de televisão públicos e gratuitos é uma delas. Essa foi fomentada em parte pelo movimento de TVs Comunitárias. Algumas experiências de TVs Comunitárias se caracterizam entre outros fatores por transmissões alternativas e produções populares é instigante apresentá-las a partir e um projeto como o Vida Saudável.

Hoje a TV Comunitária de Niterói, emissora que ocupa o canal comunitário da cidade, garante o desenvolvimento de suas atividades através de convênio firmado com a

UFF coordenado pelo GPEAF que é também responsável pelo projeto Vida Saudável em Niterói e São Gonçalo.

Transmissões alternativas podem ser: redes de TVs a cabo em bairros ou comunidades, canal público na rede municipal de TV a cabo, transmissões em baixa potência, TVs livres com telões ao vivo na praça pública, movimento de cineclubes e projeções em reuniões e auditórios e mais recentemente uso da internet.

A produção popular se contrapõe ao modelo autoritário da TV dominante, onde ao espectador não é possível emitir mensagens, mas apenas receber. Mesmo que contando com apenas uma câmera muitas comunidades historicamente conseguem organizar núcleos solidários de produção e foi isto o que ocorreu no projeto Vida Saudável em Niterói e São Gonçalo.

Considerações finais

Tendo em vista essas considerações sobre comunicação e pensando a promoção da saúde e o envelhecimento saudável nas dimensões propostas no projeto Vida Saudável levantamos alguns aspectos da saúde das pessoas e das comunidades atendidas em Niterói e São Gonçalo em relação à televisão.

É possível verificar que quando as pessoas desenvolvem atividades para a realização de TV comunitária são sensibilizadas para a criação de pensamentos e novas estéticas bem de acordo com o princípio da animação cultural.

Referências

- ALVES JUNIOR, Edmundo de Drummond. *A pastoral do envelhecimento ativo*. Rio de Janeiro: Universidade Gama Filho, 2004. (Tese de doutorado)
- ALVES JUNIOR, Edmundo de Drummond. *Envelhecimento e vida saudável*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2009.
- BRASIL, Lei da TV a Cabo Brasileira, lei n. 89.977. Brasília: Congresso Nacional, 1995. *Documento*.
- MELO, Victor de Andrade. *Introdução ao lazer*. Barueri: Manole, 2003.
- MELO, Victor de Andrade. *Animação cultural: conceitos e propostas*. Campinas: Papyrus, 2006.

Esta obra é constituída por resumos expandidos das exposições dos palestrantes e moderadores das mesas temáticas e dos Fóruns desenvolvidos no 22º Encontro Nacional de Recreação e Lazer – ENAREL. O evento, realizado pela Prefeitura da Estância de Atibaia; Atibaia e Região Convention & Visitors Bureau – ARC&VB; Ministério do Esporte e Ministério do Turismo, focaliza o tema “Lazer, Turismo e Hospitalidade” como um dos desafios do Brasil relacionado ao bem receber nas cidades sede e sub sede dos mega eventos esportivos como a Copa do Mundo 2014 e as Olimpíadas de 2016.

Sem duvida é uma obra de referência para todos aqueles que vêem o turismo como uma importante base para o desenvolvimento sustentável, a valorização da história e da cultural, local e regional, além da capacidade de mobilização social, tendo em vista a melhoria da qualidade de vida da população.

Edson dos Santos
Coordenador Geral do 22º Enarel



Ministério
do Esporte

Ministério
do Turismo



CÂMARA MUNICIPAL D
ESTÂNCIA DE ATIBAIA